2023

EMEI PROFESSORA NAIR VALENTE

Luzia do Carmo Ferraz Tadeo
Dirigente Escolar_____

EMEI
“Prof ª Nair Valente”

PPP - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

2023

Sumário

1. Introdução 1
2. Missão da Escola 1
3. Slogan da Escola 1
4. Caracterização 1
4.1. Identificação: ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL 1
4.2. Identificação: Comunidade 2
4.3 Comunidade Escolar Atendida 3
4.4 Organização Pedagógica 3
4.5 Equipe Escolar 4
4.6 Recursos 5
4.7 Histórico da Escola: 6
4.8 Biografia do patrono 9
4.9 Identificação dos principais desafios da Escola 10
5 Objetivo Geral 11
5.1 Princípios Filosóficos/Sociológicos: 12
5.2 Princípios Pedagógicos/Psicológicos e Psicossociais 12
6 REFERENCIAL TEÓRICO 13
7 Concepção Pedagógica 13
8 Plano de Trabalho 17
Conselho de escola: 19
A.P.M. - Associação de Pais e Mestres: 19
9 Eixos de Trabalho 40
10 Currículo Paulista 43
10.1 Os fundamentos pedagógicos do Currículo Paulista 44
11 PLANEJAMENTO DE 0-3 ANOS 47
12 PLANEJAMENTO DE 4-5 ANOS 67
13 Atendimento Educacional Especializado/ Educação Inclusiva 86
13.1 Estratégia de Compensação de Faltas 90
13.2 Avaliação 91
14 Projetos a serem desenvolvidos em 2022/2023 91
Objetivos dos projetos: 92
14.1 Projeto meio ambiente e horta/horto de plantas aromatizantes e medicinais 92
14.2 Projeto Intergeracionalidade: 95
14.3 Projeto Encantalendo 96
14.4 Projeto vai e vem 96
14.5 Projeto contos de fadas 97
14.6 Indicadores da qualidade na educação relações raciais na escola, Educação Infantil 97
REGIMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE 182
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 208
ANEXOS 209
ANEXO 1 - CALENDÁRIO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL 209
ANEXO 2 211
MAPA DO ALUNADO 211

ANEXO 3 213
HORÁRIO DE TRABALHO DA EQUIPE GESTORA 213
ANEXO 4 214
HORÁRIO DE TRABALHO 214
ANEXO 5 220
Horas de trabalho Pedagógico Coletivo e Programa de Apoio a Primeira Infância 220
ANEXO 6 221
Membros da APM 221
ANEXO 7 222
Eventos 222
ANEXO 8 223
Rotina semanal 223
ANEXO 9 224
Serviço de Psicologia 224
ANEXO 10 228
Dispensa de aluno 228
ANEXO 11 229
Avaliação dos pais 229
ANEXO 12 231
Requerimento de Abonada 231
ANEXO 13 234
Autorização de vale transporte 234
ANEXO 14 236
Carta de convocação 236
ANEXO 15 237
Planilha de visitantes 237
ANEXO 16 238
Encaminhamento para a Fonoaudiologia 238
ANEXO 17 240
Declaração 240
ANEXO 18 241
Projetos 241
ANEXO 19 242
Rotina Semanal 242
ANEXO 20 243
Ficha de avaliação Palestrante 243
ANEXO 21 244
Planilha de observação do nome próprio 244
ANEXO 22 245
Projeto JAÊ 245
ANEXO 23 249
Plano de ação JAÊ 249
CONSIDERAÇÕES FINAIS 251

1. **Introdução**

Este é o Projeto Político Pedagógico da EMEI “Profª Nair Valente”, que leva em conta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96, a Constituição Federal Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente e as Deliberações do Conselho Estadual de Educação.

Este Projeto Político Pedagógico é um documento que configura a identidade desta Unidade Escolar, a fim de investigar e refletir sobre a realidade da comunidade escolar, visando que possa ser repensado e reorganizado as ações práticas educativas com intuito de uma educação para todos.

De forma reflexiva, o Projeto Político Pedagógico é um instrumento organizacional de expressão da vontade coletiva.

2. **Missão da Escola**

Respeito a igualdade de direito de cada um, de modo que a educação de todos(as) os(as) alunos seja considerada como de igual importância.

3. Slogan da Escola

Educação e equidade

4. Caracterização

4.1. Identificação: ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A) Nome/ dados da Escola

Nome: EMEI Profª Nair Valente

B) Aspectos Legais

Sua fundação legal se deu pelo Decreto Municipal número 6874 de 22 de Outubro de 2018, a placa referente inauguração oficial do prédio ocorreu no mês de fevereiro de 2019. Devido a pandemia do COVID 19 não houve a oficialização da Unidade Escolar. A Unidade Escolar passou a atender a comunidade no ano letivo de 2019. Tendo o seu primeiro dia letivo em 25 de fevereiro de 2019.

Registro Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d’Oeste - CNPJ 46.422.408/0001-52 Av Monte Castelo Nº 1000 CEP 13.450-901 - Jd Primavera - Santa Bárbara d’Oeste - SP

Diretor: Luzia do Carmo Ferraz Tadeo

Patronímico: EMEI Professora Nair Valente, Lei Municipal nº 4.052, de 28 de Setembro de 2018.

Publicado no jornal de Santa Bárbara D'Oeste Em 22 de Outubro de 2018

Código CIE: 35005846

C) Localização

A EMEI "Profª Nair Valente" está localizada na Rua Dinamarca, nº 1150, Bairro Candido Bertine - Santa Bárbara d'Oeste, S.P. CEP:13455-450 telefone (19) 3463-6319 e-mail emei.nair@santabarbara.sp.gov.br

D) Horário de Atendimento

A Unidade Escolar atende no horário dás 6h30 às 18h

4.2. **Identificação: Comunidade**

a) **Origem da Comunidade Atendida**

A comunidade Escolar da EMEI "Profª Nair Valente", situada no bairro Candido Bertine, é formada na sua maioria por alunos que residem no próprio bairro, atende poucos alunos que veem de outros bairros vizinhos pelo fato de ser uma escola em atendimento integral.

No ano de 2019 a unidade escolar atendeu 85 alunos em meio período, no horário das 7h às 13h de segunda-feira a sexta-feira. Em 2022 passou atender período integral, no horário das 6h30 às 18h.

b) **Principais Problemas da Comunidade**

Os pais que procuram nossa escola têm como característica básica a necessidade no atendimento integral aos seus filhos devido ao trabalho. São participativos e creditam no ambiente escolar como um espaço de desenvolvimento, interação e aprendizagens.

Gostam de participar de eventos da dinâmica da escola principalmente nos momentos de lazer: como apresentações, exposições de trabalhos, etc,. Observa se uma preocupação e comprometimento por parte dos pais em relação ao pedagógico e no trabalho que é realizado pela Unidade Escolar.

c) **Formas de inserção da escola na comunidade**

A reunião de pais é o momento que temos com as famílias na escola. Aproveitamos esse momento para que eles possam prestigiar os trabalhos de nossos alunos através de exposições.

Mantemos sempre a comunidade informada sobre o desempenho da escola, através de bilhetes, comunicados impressos, prestando contas e compartilhando projetos.

4.3 Comunidade Escolar Atendida

a) Caracterização dos alunos:

Nosso aluno é uma criança que vem para a unidade escolar em busca de desenvolvimento pedagógico, mas acaba sendo orientado para a vida: sendo trabalhado aspectos como: respeito pelo outro, aspectos físicos, psicológicos e intelectual para contribuir na formação de pessoas cidadãs conscientes de seus direitos e deveres, promovendo uma educação abrangente como costumes e valores de uma comunidade para a geração seguinte.

b) Quantidade de alunos atendidos:

A capacidade de atendimento é de 115 alunos em período integral, divididos em sala de: Berçário, Maternal I, Maternal II, Maternal III, Jardim I e Jardim II.

Não há informações de alunos em idade escolar fora da escola e não há informações de alunos com jornada formal de trabalho.

4.4 Organização Pedagógica

a) Níveis e modalidades de Ensino:

A escola possui 115 alunos divididos em 4 turmas de CRECHE e 2 turmas de JARDIM. Esses alunos permanecem na escola em período integral das 6h30 às 18h e 4 e 5 anos das 7h30 às 16h30.

b) Quantidade de turmas atendidas:

Classe	Alunos

BERÇÁRIO	15
MATERNAL I	20
MATERNAL II	20
MATERNAL III	20
JARDIM I	20
JARDIM II	20

c) Organização do tempo pedagógico

Para as professoras desta Unidade Escolar o tempo pedagógico se divide em 2 horas de HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) às terças-feiras dás 17h30 às 19h30, 3 horas de HTPI (Horário de Trabalho Pedagógico Individual) sendo às terças, quartas e quintas-feiras; e HTPL (Horário de Trabalho Pedagógico Livre) às sextas-feiras. Já o PAPI (Projeto de Apoio a Primeira Infância) é direcionado as monitoras da creche e este é realizado às terças-feiras dás 17h às 19h.

4.5 Equipe Escolar

a) Equipe Gestora:

A Unidade Escolar conta com um Diretor e um Apoio Pedagógico.

Cabe à equipe gestora mobilizar e envolver a comunidade na vida cotidiana da escola. O trabalho em equipe bem organizado tem como resultado a otimização do tempo e a satisfação dos vários segmentos envolvidos no processo educacional, objetivos divergentes que se afinam tendo uma finalidade maior: a qualidade da educação.

b) Profissionais que atuam na escola:

A Unidade Escolar conta com 40 funcionários sendo, 1 Agente de Administração Escolar, 1 Diretor, 1 Apoio Pedagógico, 3 Cozinheiras, 3 Agentes de Serviços Escolares, 2 professores de Educação Infantil, 1 professor de Educação Especial às quintas-feiras, 20 monitoras de Creche. 6 monitores contratados pela (Empresa Nativa) e 2 estagiárias de pedagogia.

c) Qualificação dos Professores e Monitores:

Os professores e monitores possuem graduação em Pedagogia e alguns são pós-graduados.

4.6 Recursos

a) Organização do espaço escolar:

A Unidade está organizada em período integral utilizando 6 salas de aula, 1 sala de Multiuso, 1 Biblioteca, 1 Pátio (refeitório), parque, gramado e sala dos professores.

b) Condições físicas e materiais:

A Unidade Escolar possui 6 salas de aula; 1 secretaria; 1 sala de diretor e apoio pedagógico; 1 almoxarifado; 1 sala dos professores; 1 banheiro feminino e masculino para uso administrativo; banheiros feminino e masculino acessibilidade para uso dos alunos; 1 cozinha; 1 despensa para alimentos; 1 pátio coberto; 1 parque; 1 sala multiuso e área gramada;

A Unidade Escolar possui, 1 computador para uso da secretária, 1 computador para uso dos professores/monitores, 1 máquina copiadora (alugada por meio da Secretaria Municipal de Educação) e 6 chromebook para uso dos alunos.

c) Recursos financeiros disponíveis:

A Unidade Escolar faz uso do Programa Dinheiro Direito na Escola que é uma verba do governo federal destinada a compra de materiais de consumo e capital. E da colaboração voluntária dos pais através da APM. Durante o ano participaremos de eventos como festa junina, venda de fotos, pizza e ação entre amigos, a fim de arrecadar recursos financeiros a serem utilizados em prol dos alunos.

d) Utilização dos recursos:

São debatidas as aplicações dos recursos financeiros, a compra de materiais pedagógicos e as estratégias adequadas para a superação dos mais variados problemas relacionados com a instituição e registrados em

planos de ações elaborados com toda a equipe escolar e comunidade escolar e local.

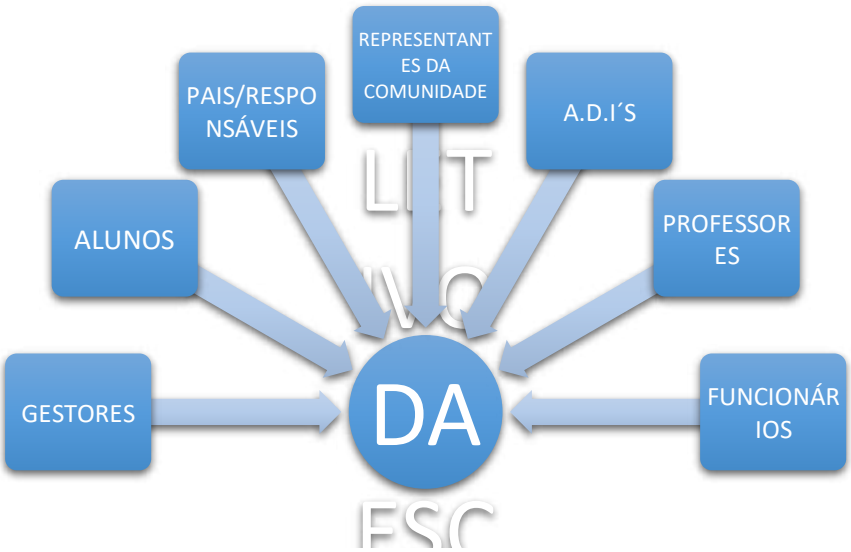
e) Criação, função e atuação da APM e Conselho de Escola:

As associações de Pais e mestres A.P.M.s são organizações da sociedade civil que dão apoio às questões financeiras em prol das necessidades pedagógicas e administrativas.

São verdadeiros parceiros na tomada de decisões para a melhoria da qualidade do ensino, tornando a gestão mais democrática.

É constituído pelo Conselho Deliberativo Fiscal e Diretoria no qual temos pais de alunos, funcionários e professores.

4.7 Histórico da Escola:
Comunidade atendida



Quando a escola é capaz de construir, implementar e avaliar seu projeto pedagógico, ela propicia uma educação de qualidade e exerce sua autonomia pedagógica.

Ao exercer essa autonomia, a escola, consciente de sua missão, implementa um processo compartilhado de planejamento e responde por suas ações e seus resultados.

É claro que quando a autonomia da escola aumenta, também cresce o seu nível de responsabilidade em relação à comunidade na qual está inserida. Trata-se de uma relação diretamente proporcional:

MAIS AUTONOMIA MAIS RESPONSABILIDADE

É nesse sentido que podemos dizer que a autonomia na escola ocorre à medida que existe também a capacidade de a instituição assumir responsabilidades, tornando-se mais competente no seu fazer pedagógico.

É bom lembrar que o trabalho de construção do projeto pedagógico não é um processo harmônico, sem conflitos. Ao contrário: é um processo que apresenta conflitos, existindo nele interesses de segmentos divergentes. Mas é exatamente essa diversidade de segmentos que torna o seu processo de construção rico e dinâmico, pois é em função dessa interação que surge o coletivo da escola.

O coletivo da escola estrutura seu trabalho visando assegurar, acima de tudo, o sucesso dos alunos e o atendimento das necessidades educativas de sua comunidade.

O projeto pedagógico constitui-se na identidade da escola, além de ser o elemento que indica o seu rumo e a sua direção. Sendo o instrumento teórico-metodológico que explicita a intencionalidade da escola, possibilita a ela refletir permanentemente sobre o trabalho que produz.

A UE está inserida em um bairro residencial e comercial na Zona Lesta da cidade. Assim, a maioria das crianças dessa UE moram no próprio bairro, já outras são provenientes de bairros mais distantes, como: Jd Europa, São Camilo, Pq Planalto e Jd Dona Regina.

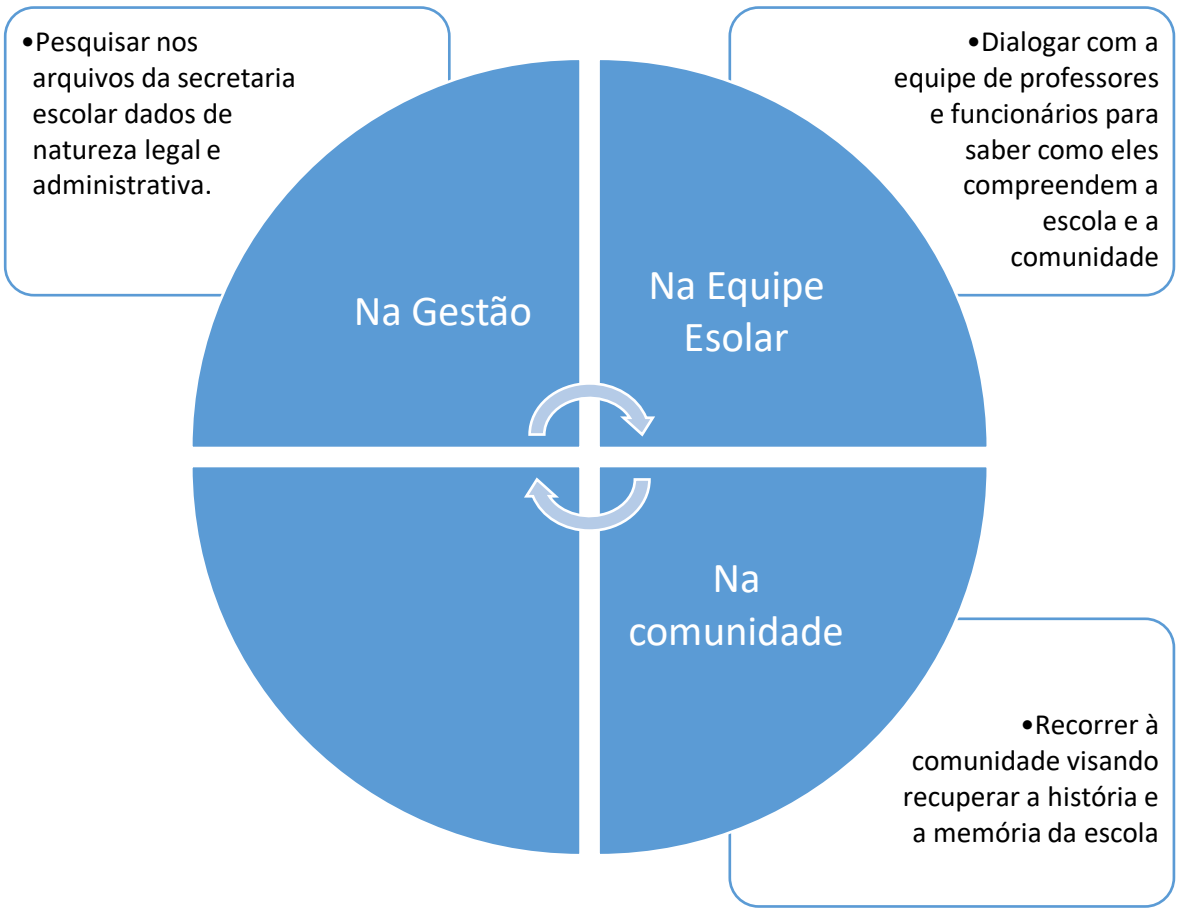
Para conhecer melhor a nossa comunidade, foi realizado um levantamento de dados analisando informações sociocultural, contidas nas fichas preenchidas pelos pais dos alunos no ato da matrícula.

Assim, em relação à etnia, 97,44% das famílias são brasileiras e 2,56% são bolivianas.

Os pais possuem grau de instrução pouco variado, sendo a grande maioria com ensino fundamental I completo, uma pequena parte com ensino médio completo, e uma pequena parcela com curso superior completo.

De acordo com as informações obtidas, observa-se que 62,5% dos pais são casados, 11,25% vivem em união estável, 25% são solteiros e 1,25% são divorciados.

A escola pode adotar algumas alternativas:



O diagnóstico precisa ser feito considerando sua estrutura nas quatro dimensões:

DIMENSÃO PEDAGÓGICA	• Faixa etária dos alunos, posição social, necessidades valores dos alunos. • Dados sobre repetência, evasão e relação idade/série
DIMENSÃO ADMINISTRATIVA	• Aspectos físicos e aspectos materiais (didáticos). • Recursos Humanos (composição da esquipes).
DIMENSÃO FINANCEIRA	• Recursos financeiros disponíveis (recebidos ou obtidos pela própria escola).
DIMENSÃO SOCIAL	• Relação que a escola estabelece com a comunidade.

4.8 Biografia do patrono

Nair Valente, nascida em 08 de março de 1922, na cidade de Santa Bárbara D'Oeste, filha dos professores Ulisses de Oliveira Valente e Maria Martiniano Gouveia Valente, concluiu o primário na escola primária José Gabriel de Oliveira, posteriormente concluiu o ginásio na escola Normal Caetano de Campos em Capivari.

Estudou Piano pelo Colégio Salesiano Dom Bosco Assunção na cidade de Piracicaba e iniciou o magistério pelo Instituto de Formação Comendador Emilio Romi em Santa Bárbara D'Oeste se formando em 1954, onde também foi professora de Prática de Ensino nos anos seguintes.

Atuou nas escolas rurais, Fazenda Sobrada Velha e Escola Pública Estadual Prof João Solidário Pedroso, ambas em Americana, e seguiu lecionando na Fazenda Central em Pompéia, encerrando sua carreira ao aposentar-se pela Escola Pública Estadual Coronel Luiz Alves em Santa Bárbara D'Oeste no ano de 1983.

Dedicou sua carreira à alfabetização de jovens e adultos paralelamente ás suas funções de educadora infantil. Criou o projeto “Festa do Livro”, onde distribuia por conta própria cartilhas e materiais escolares adicionais aos alunos num ambiente de comemoração, promovendo o incentivo ao hábito e aperfeiçoamento da leitura e escrita. Recebia os alunos com dificuldade de aprendizagem em sua própria residência criando assim a cultura de Aulas de Reforço posteriormente adotada em todas as redes de ensino.

Em 1991 se filiou à associação de Direitos Sociais “Clube das Avencas”.

Faleceu em 26 de Julho de 2009, deixando os filhos Maria Cecilia Valente Sarmento, Ulisses Roberto Sarmento, Lúcia Helena Valente (em memória), Ângela Sarmento Zanetti e Paulo Cesar Sarmento, dez netos e onze bisnetos.

Dona Nair, como era conhecida, declarava que o que mais lhe dava satisfação era estar em sala de aula com seus queridos alunos, motivando filhos, sobrinhos e netos a seguirem a mesma carreira.

4.9 Identificação dos principais desafios da Escola

Além disso, em outra pesquisa recente, observou-se melhor a situação das famílias dos educandos, dos quais, 15% dos pais e/ou responsáveis declararam receber bolsa-família.

Foi perguntado ainda, qual a maior necessidade dos mesmos, principalmente em tempos de pandemia. Conforme as estatísticas levantadas, a maioria dos pais não conseguem administrar o tempo para ajudar/concluir nas tarefas escolares dos filhos, sendo 32,81% deles. Á seguir, 18,75% relatam que têm como o maior desafio o isolamento social, depois, 17,19% responderam que a maior necessidade deles é a alimentação, e ainda, a mesma porcentagem de pessoas relatam não ter necessidade nenhuma. A falta de Internet aparece a seguir com 7,81% dos entrevistados. Já em último lugar, a quantidade de pessoas que não têm com quem deixar os filhos para poder ir trabalhar, e a quantidade de pessoas que têm dificuldade de acesso à saúde, empatam com 3,13% cada.

Visando integrar a família e escola foi realizado alguns eventos e ações, antes da pandemia, como: dia dos avós, ação comunitária, reunião de pais, assembleia em cumprimento à Lei 3.737 de 24/06/2019 e formatura.

Durante a pandemia foi realizado buscativa de alunos em situações de vulnerabilidade, entrega de kits alimentação às famílias - conforme Lei Federal 13.987, de 7 de Abril de 2020 e Resolução nº 2, de 9 de Abril de 2020 do FNDE - reunião online com pais, encaminhamento de material audiovisual pedagógico através do WhatsApp para os pais e devidas orientações

5 Objetivo Geral

Promover a cidadania através de valores éticos e ações de ensino, cuja qualidade de aprendizagem seja garantida, assim como o bem-estar social, para que, juntamente com os educadores e colaboradores, possa ser otimizado a integração escola-comunidade, conhecendo seus direitos, tais como:

- Liberdade de expressão
- Acesso às atividades escolares;
- Ter condições de aprendizagem utilizando os recursos materiais e didáticos;
- Comparecer pontualmente e assiduamente na escola;
- Cooperar e zelar para a boa conservação da instituição
- Participar ativamente da elaboração das regras da escola.

Através de um trabalho conjunto, a escola tem como meta o aluno, respeitando seus valores individuais, bem como a diversidade de cada um, permitindo a ele conhecer a sua realidade, visando a transformação e melhoria da mesma.

Na educação infantil temos como meta:

- Respeito à dignidade, aos direitos das crianças, respeitando suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais,étnicas e religiosas;
- Direito das crianças a brincar como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- Desenvolver as capacidades de expressão, comunicação, afeto, interação social e pensamento;

- Socialização das crianças por meio de sua participação, inserção nas mais diversificadas práticas sociais.

5.1 Princípios Filosóficos/Sociológicos:

- O aluno transforma a natureza de suas ações durante a história. O processo de construção da história é um processo dialético.
- O pensamento é formado em interação com outros sujeitos, capaz de criticar e questionar.
- Possibilita a serem cidadãos verdadeiros, conhecedores de seus direitos e deveres, processo pelo quais os sujeitos se apropriam da cultura construída e constroem também.
- O homem participa do saber acumulado historicamente, bem como desenvolve o espírito crítico para organizar e transformar a sociedade.

5.2 Princípios Pedagógicos/Psicológicos e Psicossociais

- Construir junto com a criança os conhecimentos a partir das estruturas que já possui, de acordo com a etapa de desenvolvimento em que se encontra.
- A interação sujeito-sujeito e sujeito-objeto são fundamentais. A aprendizagem começa muito antes da escola e cabe a ela dar ocasiões para a construção do conhecimento.
- A linguagem fornece os meios fundamentais para o pensamento;
- O erro faz parte do processo de aprendizagem;
- O enfoque pedagógico na concepção de desenvolvimento e aprendizagem é a que oriente a opção de “como”, “o quê”, “para quem” e o “porquê” ensinar.
- Favorecer o desenvolvimento da autonomia dando à criança oportunidade de decidir e exercer a sua independência em questões apropriadas (desenvolvimento da personalidade).
- Compreender a sua pertinência aos diversos grupos dos quais participam, respeitando as regras básicas de convívio social e a diversidade que as compõe.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

A função social da escola está vinculada à gestão democrática, que abrange os âmbitos político-pedagógicos, administrativo e participativo da comunidade escolar, ela deve ou deveria partir de um diálogo e da mobilização das pessoas envolvidas no ensino público, em busca da construção do perfil escolar.

A gestão democrática nada mais é, do que a participação dos membros de uma comunidade na tomada de decisões, que vão dar rumo às atividades escolares. Uma gestão compartilhada com todos deve também se preocupar com as modificações que ocorrem na sociedade como um todo e no seu grupo escolar.

7 Concepção Pedagógica

O que é Concepção Pedagógica?

- Qual a linha de trabalho seguimos;
- Fundamentação teórica;
- Modo de operar o ato pedagógico garantindo a sua eficácia;
- Diferentes maneiras pelas quais a educação é compreendida, teorizada e praticada;

Quais concepções pedagógicas poderiam citar?

- Construtivismo - Sócio interacionista (Piaget, Vygotsky)
- Empirismo - Tradicional
- Inatismo

A expressão “concepções pedagógicas” é correlata de “ideias pedagógicas”. A palavra pedagogia e, mais particularmente, o adjetivo pedagógico têm marcadamente ressonância metodológica denotando o modo de operar, de realizar o ato educativo. Assim, as ideias pedagógicas são as ideias educacionais entendidas, porém, não em si mesmas, mas na forma como se encarnam no movimento real da educação orientando e, mais do que isso, constituindo a própria substância da prática educativa. As concepções educacionais, de modo geral, envolvem três níveis: o nível da filosofia da educação que, sobre a base de uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto sobre a problemática educativa, busca explicitar as finalidades, os valores que

expressam uma visão geral de homem, mundo e sociedade, com vistas a orientar a compreensão do fenômeno educativo; o nível da teoria da educação, que procura sistematizar os conhecimentos disponíveis sobre os vários aspectos envolvidos na questão educacional que permitam compreender o lugar e o papel da educação na sociedade. Quando a teoria da educação é identificada com a pedagogia, além de compreender o lugar e o papel da educação na sociedade, a teoria da educação se empenha em sistematizar, também, os métodos, processos e procedimentos, visando a dar intencionalidade ao ato educativo. Portanto, em termos concisos, podemos entender a expressão "concepções pedagógicas" como as diferentes maneiras pelas quais a educação é compreendida, teorizada e praticada. Na história da educação, de modo geral, e na história da educação brasileira, em particular, produziram-se diferentes concepções pedagógicas, cujas características são apresentadas nos verbetes seguintes.

Verbete elaborado por Dermeval Saviani

Construtivismo, a tentativa de caminho do meio

A presença ativa do sujeito diante do conteúdo é essencial - portanto, não basta somente ter contato com o conhecimento para adquiri-lo. É preciso "agir sobre o objeto e transformá-lo", como diz Jean Piaget (1896-1980). Foi o cientista suíço quem cunhou o termo construtivismo, comparando a construção de conhecimento à de uma casa, que deve ter materiais próprios e a ação de pessoas para que seja erguida.

Embora seus estudos não tenham sido feitos para aplicação em sala de aula- por isso, é um equívoco falar em "método construtivista de ensino" -, suas teorias inspiraram as obras sobre Educação popular de Paulo Freire (1921-1997), sobre Matemática de Constace Kamii, sobre ética de Ives de la Taille e sobre a psicogênese da língua escrita de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky. Nas últimas três décadas, elas também têm influenciado investigações nas chamadas didáticas específicas de cada disciplina.

Pela concepção construtivista, o professor deve criar contextos, conceber ações e desafiar os alunos para que a aprendizagem ocorra. "O conhecimento não é incorporado diretamente pelo sujeito: pressupõe

uma atividade, por parte de quem aprende, que organize e integre os novos conhecimentos aos já existentes", escreve Teresa Mauri em O Construtivismo na Sala de Aula.

É claro que nem tudo cabe debaixo do chapéu do construtivismo. Entre os mal-entendidos, um dos mais comuns é considerar que o professor construtivista não apresenta conteúdos nem orienta seus alunos. "Professor que não ensina não é construtivista", afirma Becker. Para que haja avanço dos alunos, o docente precisa tomar muitas decisões: considerar as demandas da turma, propor questões e desafios e pensar formas de promover ações que gerem aprendizado. "O educador deve dominar sua área e conhecer os processos pelos quais o aluno aprende os mais diferente conteúdos", diz.

Ao pesquisar a maneira como a criança pensa, Piaget chamou a atenção para o papel da interação para explicar como o conhecimento se origina e se desenvolve. Por essa via, aproximou-se de pesquisadores como Lev Vygostky (1896-1934) e Henri Wallon (1879-1962). Embora os registros históricos indiquem que Wallon e Vygostky não conviveram diretamente com Piaget, são muitos os pontos de contato entre o construtivismo piagetiano e a perspectiva defendida pela dupla, o sociointeracionismo. Segundo ela, o processo de aprendizagem se dá pela relação do aprendiz com o meio (ambiente familiar e social, professores, colegas e o próprio conteúdo).

Como saber o que a escola deve ensinar?

- A partir dos conhecimentos prévios (sondagem), conheço a comunidade escolar;
- Saber onde quero chegar
- Qual o norte? Ler e Escrever
- Expectativas Mínimas de Aprendizagem de cada série - organizadas a partir do PCN
- Ensino Fundamental:
  - Documento oficial :BNCC
  - Estado de São Paulo: Expectativas de Aprendizagem
- Educação Infantil:
  - Referencias Curriculares Nacionais

Educação Infantil:

- Conteúdos em que as crianças desenvolvam suas capacidades, exercitem sua própria maneira de pensar, sentir e ser, ampliando suas hipóteses acerca do mundo do qual pertencem e constituindo-se em um instrumento para compreensão da realidade.
- Os conteúdos abrangem conceitos e princípios bem como procedimentos, atitudes, valores e normas.- Baseado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.

Objetivos:

Lembrar a concepção pedagógica da rede, autores que norteiam o trabalho e diretrizes;

1- **Prioridade número 1:** A criança e sua aprendizagem

"O processo de ensino aprendizagem não comporta apenas conhecimentos sobre o conteúdo a ser ensinado, mas também crença sobre a capacidade de aprendizagem dos alunos". Ana Teberosky

"Não podemos acreditar que a Prova Brasil mede um conhecimento rigoroso e de padrão internacional. O que se espera de um aluno em Matemática no final do 9º ano no Brasil é próximo de um aluno do final do 5º no resto do mundo". - Paula Louzano - Dra. Em Política Educacional em Harvard.

O que precisa ser garantido é que a criança aprenda mais do que aprendeu até agora. O resultado das avaliações externas é consequência da aprendizagem que lhe foi proporcionada. O que a SME vai proporcionar é um movimento de continuidade e qualificação da prática do professor.

2- **O que é básico?**

- Criança: o aluno só aprende se ele estiver na escola (mecanismos de controle de presença).
- Professor: seriedade na organização do tempo pedagógico

"Administrar o tempo de tal modo que o importante ocupe sempre o primeiro lugar". Délia Lerner

O importante são as crianças e seus saberes. As atividades precisam ser planejadas, intencionais, desafiadoras promovendo reflexão e aprendizagem significativa ampliando os saberes das crianças.

- O que ensinar? O que está nas expectativas de aprendizagem de cada série.
- Como ensinar? Projetos e Sequências Didáticas, que constam no documento de escolha de classe.

3- **Autores**

- Ana Teberosky
- Claudia Molinari
- Claudia Broitman
- Delia Lerner
- Emilia Ferrero
- Katia Brakling
- Patricia Sadovsky
- Telma Weisz
- Teresa Colamer

8 Plano de Trabalho

Direção:

O plano da escola é o plano pedagógico e administrativo da Unidade Escolar, onde se explica a concepção pedagógica do corpo docente, as bases teórico-metodológicas da organização didática, contextualização social, econômica, política e cultural da escola, a caracterização da comunidade escolar, os objetivos educacionais gerais, a estrutura organizacional e administrativa.

A direção da escola deve ser consensual entre o corpo docente, tendo como objetivo o trabalho coletivo, expressando os posicionamentos e a prática dos professores.

A não-confluência em torno de princípios básicos de ação pode ser nefasta para a ação coletiva na escola, com repercussões negativas na escola.

A direção deverá ter como objetivo:

a) Manifestar consideração pela equipe e pelo conhecimento que tem dos mesmos;

b) Manter abertos os canais de comunicação entre membros do grupo;

c) Realizar se trabalho com responsabilidade e ética;
d) Ter o significado pedagógico - didático do trabalho docente: as teorias do ensino da aprendizagem;
e) Manter o sistema de organização e administração da escola;
f) Demonstrar aquisição de conhecimentos e habilidades, que vivem o desenvolvimento da Instituição Escolar.

O administrador que tiver os processos de comunicação de respeito e de valorização para com os seus colegas de trabalho contará com maiores probabilidades de estruturar seu grupo.

Todo trabalho pela sua natureza implica a ação de liderança na capacidade de influenciar positivamente as pessoas, para que em conjunto construam conhecimentos e desenvolvam competências.

Posturas e atitudes do gestor:

- Comprometimento e divisão de responsabilidades, facilitando a participação dos envolvidos.
- Reconhecimento dos esforços, avanços e iniciativas dos envolvidos, para estimular, motivar e tornar as pessoas mais eficazes e felizes.
- Realização de parcerias para atender as necessidades da escola, sendo que grande parceria é com os professores e funcionários.
- Tranquilidade e discernimento para lidar com conflitos e adversidades.
- Garantia de que os procedimentos têm como referência a legislação vigente e os documentos que norteiam as ações da escola, bem como as decisões tomadas em reuniões de professores, funcionários e pais.
- Constância e persistência em relação aos resultados.
- Intervenção em situações que afetam a rotina, os relacionamentos, ou que tragam prejuízo para a escola.

O gestor é aquele que volta suas ações para os bons resultados da educação e esse objetivo é buscado pela divisão de tarefas e integração de ideias e ações de forma a se solidificar um grande compromisso com as famílias e comunidade.

Conselho de escola:

O conselho de escola é constituído pelo diretor, por docentes, servidores da escola, pais de alunos e alunas.

Ele tem natureza deliberativa e consultiva com a finalidade de auxiliar a escola em sua organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, compatíveis com as orientações e de diretrizes da política educacional da Secretária Municipal de Educação participando e se responsabilizando social e coletivamente pela implementação de suas deliberações.

A.P.M. - Associação de Pais e Mestres:

É uma instituição auxiliar que tem como objetivo prioritário o atendimento ao aluno e a defesa da escola pública.

A A.P.M. é regida por seu estatuto, próprio, definido por seus membros, de acordo com a legislação em vigor.

Funções do membros da A.P.M.:

Diretor executivo:

A. Representar a A.P.M. ativa e passivamente, judicial e extrajudicial
B. Convocar e presidir as reuniões
C. Apresentar relatório mensal das atividades da A.P.M.
D. Visar às contas a serem pagas pela A.P.M.
E. Em relação aos balancetes semestrais e balanços anuais da A.P.M., cabe ao diretor executivo assiná-lo e publicá-lo em quadro próprio.

Vice:

Auxilia o diretor executivo em todos os momentos e substituí-lo em seus impedimentos eventuais.

Financeiro (tesoureiro):

A. Assinar os cheques conjuntamente com o diretor executivo
B. Efetuar os pagamentos, através de cheques nominais
C. Informar os membros da diretoria sobre a situação financeira da A.P.M.

D. Arquivar as notas fiscais, recibos e todos os documentos necessários
E. Fazer pesquisa de preço

Deliberado:

A. Diretor da escola é o presidente nato
B. Reuniões uma vez por trimestre ou sempre que convocada pelo presidente
C. Aprovar o plano de trabalho anual e a aplicação de recursos financeiros da A.P.M.
D. Votar as contas da A.P.M.

Conselho fiscal:

A. Reunião cada semestre
B. Examinar os livros e documentos da A.P.M.
C. Verificar e emitir por escrito parecer sobre os balancetes da A.P.M.
D. Votar as contas da A.P.M.

Legislação para consulta. Decreto nº 1298 de 15/12/78 regulamentada pelo Res. SE nº 25/79

ASSEMBLEIA GERAL DA A.P.M.
CONSTITUIÇÃO:

DIREITOS DOS SÓCIOS:

1. Apresentar sugestões e oferecer colaboração
2. Participar de atividades culturais (eventos)
3. Solicitar em reuniões, esclarecimentos a respeito da utilização dos recursos financeiros da A.P.M.

DEVERES

1. Defender por atos e palavras o nome da A.P.M. da escola
2. Conhecer o estatuto
3. Participar das reuniões
4. Desempenhar responsabilidades dos cargos

5. Colaborar e incentivar a participação da comunidade
6. Cooperar financeiramente com a A.P.M. dentro de suas possibilidades
7. Zelar pela conservação do prédio e equipamentos escolares

OBJETIVOS DA A.P.M.

1. Atingir os objetivos educacionais propostos pela escola
2. Mobilizar recursos materiais, financeiros e humanos
3. Assistência financeira e a saúde dos alunos
4. Conservação e manutenção do prédio e equipamentos da escola
5. Favorecer o entrosamento amigável entre pais, alunos, professores e membros da A.P.M.
6. Informar dos docentes maior conhecimento da vida do aluno e da propicia forma de vida do aluno e da comunidade.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES E CONSELHO DE ESCOLA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EMEI "PROFª NAIR VALENTE" .

Capítulo I
Da Constituição e Finalidade

Seção I

Da Constituição

Art. 1º - A Associação de Pais e Mestres e Conselho de Escola DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL Emei "Profª Nair Valente", com sede na Rua Dinamarca, número 1150. – Jd. Candido Bertine , nesta cidade de Santa Bárbara d'Oeste/SP, fundada em 22 de abril de 2019, é uma associação civil sem fins lucrativos, de duração indeterminada , com atuação junto a referida unidade escolar, sede e foro no Município de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo e regida pelo presente estatuto, doravante denominada neste estatuto de **APM.**

Seção II
Da Finalidade

Art. 2º - A **APM e Conselho de Escola**, instituição auxiliar da escola e órgão representante de toda a comunidade escolar, terá por finalidade geral colaborar na assistência do educando, por meio da aproximação entre pais, alunos e professores, promovendo a integração: poder público-comunidade-escola-família.

Art. 3º - Constituem finalidade específica da **APM e Conselho de Escola:** a conjunção de esforços, a articulação de objetivos e a harmonia de procedimentos, o que a caracteriza principalmente por:

a) interagir junto à escola como instrumento de transformação de ação, promovendo o bem estar da comunidade do ponto de vista educacional, cultural e social;
b) promover a aproximação e a cooperação dos membros da comunidade pelas atividades escolares;
c) contribuir para a solução de problemas inerentes à vida escolar, preservando uma convivência harmônica entre pais e responsáveis legais, professores, alunos e funcionários da escola;e membros da comunidade local;
d) participar do planejamento curricular a fim de garantir conteúdos que atendam aos anseios da comunidade e respeitem suas raízes culturais;
e) dialogar com a Secretaria Municipal de Educação e com a comunidade, buscando apoio para o bom andamento das atividades educacionais;
f) conhecer e observar as normas do Regimento Escolar, propor alterações e encaminhá-las à respectiva Secretaria Municipal de Educação do Município;
g) cooperar na conservação de equipamentos e prédios da unidade escolar e administrar, de acordo com as normas legais que regem

a atuação da **APM e Conselho de Escola** os recursos provenientes de subvenções, convênios, doações e arrecadações da entidade;

h) desenvolver as atividades dentro do espírito democrático, assegurando a participação dos segmentos da Comunidade Escolar na discussão das questões inerentes à escola.

Art. 4º- As atividades a serem desenvolvidas, para alcançar os objetivos especificados no artigo anterior, deverão estar previstas em um plano Anual de Trabalho elaborado pela **Associação de Pais e Mestres e Conselho de Escola** e integrado no Plano Escolar.

Capítulo II
Da Organização

Seção I
Da Composição

Art. 5º- A **Associação de Pais e Mestres e Conselho de Escola** compõem-se de:

I - Assembléia Geral
II - Conselho Deliberativo
III - Diretoria
IV - Conselho Fiscal

Seção II
Da Assembléia Geral

Art. 6º- A Assembléia Geral é constituída pela totalidade dos associados, é soberana em suas deliberações, respeitadas as disposições deste Estatuto.

Parágrafo único – A Assembléia Geral será convocada e presidida pelo presidente da diretoria e acompanhada pelo diretor da Unidade Escolar

Art. 7º - Cabe a Assembléia Geral:

I- fundar a **APM e Conselho de Escola;**

II- eleger e dar posse à Diretoria, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal;

III- discutir e aprovar o estatuto da entidade.

§ 1º- Far-se-á convocação por comunicação escrita aos pais via agenda do aluno, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, para sessões ordinárias, e de 24 (vinte e quatro) horas para as sessões extraordinárias.

§ 2º- As decisões tomadas pela Assembléia Geral só terão validade se aprovadas pela maioria absoluta (primeira convocação) e pela maioria simples (segunda convocação) de seus membros, decorridos 30 (trinta) minutos da primeira convocação.

Art. 8º- A Assembléia Geral será Ordinária ou Extraordinária.

§ 1º- A Assembléia Geral Ordinária será convocada e presidida pelo presidente da Diretoria da **APM e Conselho de Escola** ou pelo membro nato Diretor da Escola, ou Conselho Deliberativo, ou 2/3 do Conselho Fiscal e/ou por 1/5 dos associados, com no mínimo 02 (dois) dias de antecedência.

§ 2º- A Assembléia Geral Ordinária ocorrerá duas vezes por ano, em primeira convocação, com a presença da metade mais um dos associados ou em segunda convocação 30 (trinta) minutos depois, com qualquer número.

§ 3º- As deliberações das assembléias gerais serão aprovadas por metade mais um dos associados presentes.

§ 4º- Compete à Assembléia Geral Ordinária deliberar acerca dos seguintes assuntos:

a) discutir e aprovar a Programação Anual, o Relatório Anual, o Plano de Aplicação de Recursos e as Prestações de Contas do exercício findo, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal;

b) deliberar sobre as eleições, eleger a Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, podendo também preencher cargos vagos ou criar novos.

Art. 9º- A Assembléia Geral Extraordinária será convocada pelo presidente da Diretoria da **APM e Conselho de Escola**, ou por seu substituto legal sempre que se fizer necessário.

§ 1º- As decisões tomadas pela Assembléia só terão validade se aprovadas pela maioria absoluta (primeira convocação) ou pela maioria simples (segunda convocação) de seus membros, decorridos 30 (trinta) minutos da primeira convocação.

§ 2º- Compete a Assembléia Geral Extraordinária:

a) deliberar sobre assuntos não previstos neste Estatuto;
b) alterar o nome da APM e Mestres e Conselho de Escola, em decorrência da alteração do nome da escola;

c) **transformar as finalidades e/ou serviços oferecidos pela escola;**
d) **alterar o Estatuto, se necessário;**
e) **destituir a Diretoria, o Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo quando for o caso.**

Seção III
Do Conselho Deliberativo

Art.10 - O Conselho Deliberativo é constituído de no mínimo 04 (quatro) membros:

§ 1º- O Diretor da Escola é considerado membro nato da **APM Associação de Pais e Mestres e Conselho de Escola,** sendo que sua participação vincula-se ao Conselho Deliberativo.

§ 2º- Os demais componentes, eleitos em Assembléia Geral, obedecerão às proporções assim estabelecidas:

a) 30% dos membros serão professores;
b) 40% dos membros serão pais de alunos;
d) 20% dos membros serão funcionários;
e) 10% dos membros serão associados admitidos.

§ 3º - Não sendo atingidas as proporções enumeradas nas alíneas do parágrafo 2º, as vagas serão preenchidas, por professores, funcionários da escola e pais de alunos.

Art. 11 - Cabe ao Conselho Deliberativo:

I - apreciar o Plano de Ação da Diretoria para o respectivo exercício;
II- aprovar o Plano de Aplicações de Recursos;

III- revisar os balancetes e receitas e despesas, apresentados nas reuniões pela diretoria, emitindo parecer, por escrito com assinatura de, pelo menos, três conselheiros que seja pelo menos 1 (um) pai/responsável do aluno

IV- promover sindicância para apurar ocorrência de irregularidades no âmbito de sua competência;

V - determinar a perda de mandato dos membros da Diretoria por violação do Estatuto;

VI- divulgar, junto á comunidade, a composição da Diretoria e Conselho;

VII- elaborar e divulgar seu plano de trabalho, assim como seu estatuto;

VIII - emitir parecer conclusivo sobre matérias levadas a apreciação do colegiado;

IX- reunir-se ordinariamente 1 (uma) vez por trimestre.

Parágrafo único – As decisões emanadas do Conselho Deliberativo só terão validade se aprovadas por maioria absoluta.

Seção IV

Da Diretoria

Art. 12 - A Diretoria é o órgão executivo da **Associação de Pais e Mestres e Conselho de Escola**.

Art. 13 – A Diretoria terá a seguinte composição:

I- Presidente;

II - Vice-Presidente;

III- 1º Secretário;

IV- 2º Secretário;

V- 1º Tesoureiro;

VI- 2º Tesoureiro

§ 1º – Na composição dos membros da Diretoria, deverão ser respeitadas as seguintes condições para a sua ocupação;

a) presidente: funcionário ou professor da unidade escolar.
b) vice-presidente: membro da comunidade escolar ou funcionário ou professor da unidade escolar;
c) secretário: 1 membro da comunidade escolar e 1 funcionário ou professor da unidade escolar;
d) tesoureiro: 1 membro da comunidade escolar e 1 funcionário ou professor da unidade escolar.

§ 2º - em escolas cujo número de alunos for inferior a 100 (cem) a composição de que trata o artigo poderá ser adequada a realidade da Unidade Escolar.

Art. 14 - O exercício dos cargos de direção não serão remunerados.

Art. 15 – Em caso de vacância de qualquer cargo para o qual não haja substituto legal, deverá haver convocação para a Assembléia Geral Extraordinária eleger um substituto.

Art. 16 – A Diretoria, no todo ou em parte, poderá ser destituída por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, quando constatado desvirtuamento de suas funções.

Art. 17 – Compete à Diretoria:

I- elaborar e executar a Programação Anual e o Plano de Aplicação de Recursos **da APM e Conselho de Escola**;

II- deliberar sobre aplicação e movimentação dos recursos da **APM e Conselho de Escola**;

III- encaminhar aos Conselhos Fiscal e Deliberativo o balanço e o relatório, antes de submetê-los à apreciação da Assembléia Geral;

IV- em caso de convênios, subvenções enviar à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Estadual de Educação, quando for o caso, trimestralmente, o demonstrativo de receita e despesa e a prestação de contas, conforme critérios de aplicação definidos por aqueles órgãos;

V - elaborar normas para concessão de auxílios diversos a alunos carentes;

VI- tomar medidas de emergência não previstas no Estatuto, submetendo-as ao "referendo" do Conselho Deliberativo;

VII- decidir os casos omissos e

VIII - cumprir e fazer cumprir as deliberações das Assembléias Gerais.

Art. 18 – Compete ao Presidente:

I – convocar e presidir as assembléias ordinárias e extraordinárias e as reuniões da Diretoria;

II - representar a entidade ativa e passivamente em juízo e fora dele;

III - administrar, juntamente com o tesoureiro e em consonância com o Estatuto, os recursos financeiros da entidade;

IV - ler e tomar as providências cabíveis quanto à correspondência recebida e expedida;

V - promover o entrosamento entre os membros da Diretoria, a fim de que as funções sejam desempenhadas satisfatoriamente;

VI - exercer as demais atribuições previstas neste Estatuto ou que venham a ser exercidas pela Diretoria;

VII- administrar a APM e Conselho de Escola) e divulgar as suas finalidades;

VIII - apresentar relatório anual dos trabalhos realizados.

Art. 19 - Compete ao Vice-presidente:

I - auxiliar o Presidente nas funções pertinentes ao cargo e
II- assumir as funções do Presidente quando este estiver impedido de exercê-las.

Art. 20 – Compete aos Secretários:

I- elaborar a correspondência e a documentação: atas, cartas, ofícios, comunicados, e convocações.
II - ler as atas em reuniões e assembléias;
III- assinar, juntamente com o Presidente, a correspondência expedida;
IV- manter organizada e arquivada a documentação expedida e recebida;
V- conservar o livro de atas em dia e sem rasuras e
VI- elaborar, juntamente com os demais membros da Diretoria, o relatório anual.

Parágrafo único – compete ao 2° secretário auxiliar o 1º secretário nas funções pertinentes ao cargo e assumir as funções do 1º secretário quando este estiver impedido de exercê-las.

Art. 21 - Compete aos Tesoureiros:

I- assumir a responsabilidade da movimentação financeira (entrada e saída de valores);
II- assinar, juntamente com o Presidente, os cheques, recibos e balancetes;
III- prestar contas, a cada seis meses, à Diretoria e ao Conselho Fiscal e anualmente, em Assembléia Geral, aos associados;
IV- manter os livros contábeis (caixa e tombo) em dia e sem rasuras.

Parágrafo único – compete ao 2° tesoureiro auxiliar o 1º tesoureiro nas funções pertinentes ao cargo e assumir as funções do 1º tesoureiro quando este estiver impedido de exercê-las.

Seção V
Do Conselho Fiscal

Art. 22 - Conselho Fiscal é o órgão de controle e fiscalização da **APM e Conselho de Escola**. Será constituído por 3 membros efetivos e 3 suplentes, sendo 2 pais e 1 professor, ou funcionário.

§ 1º O Conselho Fiscal será eleito na Assembléia Geral Ordinária, juntamente com a Diretoria e Conselho Deliberativo.

Art. 23 - Compete ao Conselho Fiscal:

I- fiscalizar as ações e movimentação financeira da **APM e Conselho de Escola**: entradas, saídas e aplicação de recursos, emitindo pareceres para posterior apreciação da Assembléia Geral;
II- examinar e aprovar a programação anual, o relatório e a prestação de contas, sugerindo alterações, se necessário, e emitir parecer;
III- solicitar a Diretoria, sempre que se fizer necessário, esclarecimentos e documentos comprobatórios de receita e de despesa;
IV- apontar à Assembléia as irregularidades, sugerindo as medidas que julgar úteis à **APM e Conselho de Escola**;
V- convocar a Assembléia Geral Ordinária, se o Presidente da **APM e Conselho de Escola** retardar por mais de um mês a sua convocação

e convocar a Assembléia Geral Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes.

Art. 24 - O mandato do Conselho Fiscal terá duração de 2 (dois) anos, permitida reeleições .

Capítulo III
Dos Associados – Direitos e Deveres

Seção I
Dos Associados

Art. 25- O quadro social da **APM e Conselho de Escola** é constituído por um número ilimitado de associado e composto de:

I - associados efetivos;

II- associados colaboradores.

§ 1º- São considerados associados efetivos:

a) diretor;
b) vice-diretor;
c) professores;
d) pais/responsáveis;
e) funcionários;

§ 2º - São considerados associados-colaboradores:

a) pessoal técnico-administrativo;
b) ex-coordenador ou diretor do estabelecimento de ensino;
c) pais/responsáveis de ex-alunos;
d) ex-professores;

e) membros da comunidade escolar que desejam prestar serviços à unidade escolar;

Art. 26- A admissão, demissão e exclusão respeitarão o seguinte:

I – Serão admitidos como associados todas as pessoas descritas no art. 25 em seus incisos, parágrafos e alíneas, desde que externem o desejo em participar da referida Associação e em prestar serviços à unidade escolar.

II - A demissão ocorrerá na forma de renúncia, sendo que o respectivo pedido deverá ser apresentado de forma escrita.

III - A exclusão somente será admissível havendo motivos graves reconhecidos em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à assembléia geral especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo único – Constituem motivos graves para a exclusão entre outros, a grave violação do estatuto, a difamação da associação, de seus membros, associados ou objetos, a prática de atividades que contrariem as decisões de Assembléias, o desvio dos bons costumes e apresentação de conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais.

Seção II
Dos Direitos e Deveres

Art. 27 - Constituem direito dos associados:

I- apresentar sugestão e oferecer colaboração aos dirigentes da **APM e Conselho de Escola**;

II- participar das atividades associativas;

III- votar e ser votado;

IV- solicitar em Assembléia Geral esclarecimentos a respeito da utilização dos recursos financeiros da **APM e Conselho de Escola** e dos atos da Diretoria e do Conselho Fiscal;

V- apresentar pessoas da comunidade para ampliação do quadro de associados.

VI – convocar os órgãos deliberativos nos termos do artigo 60 da Lei 10.406/02.

Art. 28- Constituem deveres dos associados:

I- conhecer, cumprir e fazer cumprir o Estatuto da **APM e Conselho de Escola**;

II- participar das reuniões e assembléias para as quais forem convocados;

III- cooperar, pontualmente e de acordo com suas possibilidades, para a constituição do fundo financeiro da **APM e Conselho de Escola**;

IV -colaborar na realização das atividades da **APM e Conselho de Escola;**

V - votar por ocasião das eleições;

VI - denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da associação, para que a Assembléia Geral tome as providências.

Capítulo IV

Seção I
Das Reuniões

Art. 29 - Haverá reuniões administrativas, convocadas pelo Presidente, no mínimo 1 (uma) vez a cada bimestre, com a presença da Diretoria e/ou dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da **APM e Conselho de Escola**;

Capítulo V

Seção I
Das Eleições
Da Diretoria e dos Conselhos

Art.30 - As eleições para os cargos da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo dar-se-ão no primeiro quadrimestre letivo, em Assembléia Geral Ordinária, por aclamação ou voto secreto e a posse deverá ocorrer nos 40 (quarenta) dias subsequentes.

Art.31 - Na apuração dos votos, deverão participar, preferencialmente, os funcionários do corpo administrativo da unidade escolar, sob a fiscalização de uma comissão de pais e professores que não sejam candidatos.

Art. 32 - Os membros eleitos terão mandato pelo período de 2 (dois) anos, permitida reeleições.

Art.33 - Antes de findar o mandato, realizar-se-ão as eleições em prazo hábil para garantir a nova composição da **APM e Conselho de Escola,** respeitando-se o prazo da administração anterior.

Art.34 - A posse dar-se-á automaticamente na data subsequente ao vencimento do mandato da gestão anterior.

Capítulo VI
Dos Recursos e suas Aplicações

Seção I

Dos Recursos

Art. 35- Os meios e recursos para atender os objetivos da **APM e Conselho de Escola** serão obtidos mediante:

a) contribuição voluntária dos associados;
b) convênios;
c) subvenções diversas;
d) doações;
e) promoções escolares;
f) outras fontes;
g) repasse do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)

Art. 36-. Os recursos financeiros da **APM e Conselho de Escola** deverão ser movimentados por meio de cheques nominais, assinados pelo presidente e pelo tesoureiro, ou mediante ordens bancárias, inclusive por meio de cartão magnético.

Parágrafo único – Na hipótese de movimentação dos recursos efetivar-se por meio eletrônico, inclusive, por meio de cartão magnético, fica autorizado o Presidente, a utilização desse meio de pagamento de forma individual e isolada, mediante senha pessoal, podendo realizar pagamentos, transferências, saques, emitir extratos, enfim, todas as operações financeiras necessárias à movimentação dos valores.

Art. 37- Caberá ao Conselho Fiscal acompanhar, supervisionar e fiscalizar a aplicação dos recursos da **APM e Conselho de Escola**.

Parágrafo único- os recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) serão depositados em conta a ser aberta pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) em banco e agência com os quais a autarquia mantenha parceria indicados pela Unidade executora e sua movimentação observará o disposto no caput deste artigo.

Seção II
Da Aplicação

Art. 38 – Os recursos serão utilizados de acordo com o plano de aplicação previamente elaborado e aprovado pelo Conselho Deliberativo e encaminhado para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 39 – Caberá ao Conselho Fiscal acompanhar, supervisionar e fiscalizar a aplicação dos recursos da Unidade Executora.

Capítulo VII
Da Intervenção e Dissolução

Seção I
Da Intervenção

Art. 40 - Pela indevida aplicação de renda, responderão solidariamente os membros da Diretoria que houverem autorizado a despesa ou efetuado o pagamento, em desacordo com as normas pertinentes.

Art. 41 - Quando as atividades da **APM e Conselho de Escola** contrariarem as finalidades definidas neste Estatuto ou ferirem a legislação

vigente, poderá haver intervenção, mediante solicitação do Conselho Deliberativo às autoridades competentes.

§1º- O processo regular de apuração dos fatos será feito pelo órgão educacional cuja unidade estiver sob sua jurisdição.

§2º- A intervenção será determinada pelo Secretário Municipal de Educação, mediante Resolução.

Seção II
Da Dissolução.

Art. 42 - A **APM e Conselho de Escola** somente poderá ser dissolvida:

a) por decisão de 2/3 (dois terços) de seus associados, manifestada em Assembléia Geral Extraordinária , especificamente convocada para tal fim;
b) em decorrência da extinção do estabelecimento de ensino;
c) em decorrência de ato legal emanado do poder competente;
d) em caso de desativação da **APM e Conselho de Escola**, o Presidente do Conselho Deliberativo deverá enviar, ao órgão educacional de sua jurisdição, comunicação escrita explicando os motivos da respectiva desativação, devidamente assinada por todos os membros da Diretoria e associados.

Parágrafo único – Em caso de dissolução da **APM e Conselho de Escola**, o destino de seu patrimônio, respeitados os compromissos existentes, será deliberado por Assembléia Geral ou será recolhido pela

Secretaria Municipal de Educação, que lhe dará a adequada destinação no prazo de 60 (sessenta) dias.

Capítulo VIII

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 43 - Os associados não respondem pelas obrigações da **APM e Conselho de Escola**.

Art. 44 - São associados fundadores da **APM e Conselho de Escola** as pessoas que participaram da reunião de fundação, cujos nomes constam da respectiva ata.

Art. 45 - A APM e Conselho de Escola não distribuirá lucros sob nenhuma forma ou pretexto aos dirigentes ou associados e empregará os recursos de acordo com o plano de aplicação de recursos e decisão da Diretoria.

Art. 46 - É vedada à **APM e Conselho de Escola** exercer qualquer atividade escolar ou de caráter comercial no âmbito do estabelecimento de ensino com a utilização de bebidas alcoólicas

Art. 47 -. A **APM e Conselho de Escola** cuidará em deixar sempre uma reserva para situações emergenciais.

Art. 48 - O presente Estatuto só poderá ser reformulado por ato da Assembléia Geral Extraordinária

Art. 49-.Este Estatuto será registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de Santa Bárbara d'Oeste.

9 Eixos de Trabalho

1- IDENTIDADE E AUTONOMIA

OBJETIVOS:

- Ter uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, identificando cada vez mais suas limitações e possibilidades e agindo de acordo com elas;
- Identificar e enfrentar situações de conflito
- Respeitar as outras pessoas e exigir reciprocidade
- Valorizar ações de cooperação e solidariedade
- Brincar
- Adotar hábitos de autocuidado
- Identificar e compreender a sua pertinência aos diversos grupos dos quais participam, respeitando suas regras básicas de convívio social e a diversidade que os compõe.

EDUCAÇÃO BÁSICA
COMPETÊNCIAS GERAIS

ETAPAS

Componentes curriculares

Bebês (0-1a6m)	Crianças bem pequenas (1a7m-3a11m)	Crianças pequenas (4a-5a11m)
Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento		

Anos iniciais		Anos finais
Unidades temáticas	Objetos de conhecimento	Habilidades

Competências gerais da base nacional comum curricular

Ao longo da educação básica - na Educação Infantil, no Ensino Fundamental no Ensino Médio - , os alunos devem desenvolver as dez competências gerais que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que visa à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

EDUCAÇÃO

Direitos de aprendizagem e desenvolvimento

Na primeira etapa da Educação Básica, e de acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interações e brincadeira), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver.

Conviver
Brincar
Participar
Explorar
Expressar

Campos de experiências

Considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento a BNCC estabelece cinco campos de experiências, nos quais as crianças podem aprender a se desenvolver.

- O eu, o outro e o nós
- Corpo, gestos e movimentos
- Traços, sons, cores e formas
- Escuta, fala, pensamento e imaginação
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

Bebês (0-1a6m)	Crianças bem pequenas (1a7m-3a11m)	Crianças pequenas (4a-5a11m)

Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento

Em cada campo de experiências, são definidos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento organizados

Portanto, na Educação Infantil, o quadro de cada campo de experiências se organiza em três colunas - relativas aos grupos por faixa etária -, nas quais estão detalhados os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Em cada linha da coluna, os objetivos definidos para os diferentes grupos referem-se a um mesmo aspecto do campo de experiências, conforme ilustrado a seguir.

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS "TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS"

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO		
Bebês (0-1a6m)	Crianças bem pequenas (1a7m-3a11m)	Crianças pequenas (4a-5a11m)
(EI01TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.	**(EI02TS01)** Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.	**(EI03TS01)** Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.

Como é possível observar no exemplo apresentado, cada objetivo de aprendizagem e desenvolvimento é identificado por um código alfanumérico cuja composição é explica a seguir:

E I 0 2 T S 0 1

O primeiro par de letras indica a etapa da

O último par de números indica a posição da habilidade na numeração sequencial do campo de experiências para cada grupo/faixa etária

O primeiro par de números indica o grupo por faixa etária:
01= bebês (zero a 1 ano e 6 meses)
02= crianças bem pequenas(1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)
03= crianças

O segundo par de letras indica o campo de experiências:
EO= O eu, o outro e o nós
CG=Corpo, gestos e movimentos
TS= Traços, sons, cores e formas
EF= Escuta, fala, pensamento e

Segundo esse critério, o código **EI02TS01** refere-se ao primeiro objetivo de aprendizagem e desenvolvimento proposto no campo de experiências "Traços, sons, cores e formas" para as crianças bem pequenas (de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses).

Cumpre destacar que a numeração sequencial dos códigos alfanuméricos não sugere ordem ou hierarquia entre os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

10 Currículo Paulista

O pacto entre Estado e Municípios e a garantia da qualidade e da equidade na implementação do Currículo Paulista

Com a sua homologação, o Currículo Paulista retorna às redes de ensino, às escolas e aos educadores. O desafio, agora, é que o Currículo chegue a cada sala de aula de todas as escolas do Estado de São Paulo e que sua implementação concorra para assegurar educação de qualidade a todos os estudantes. Para isto, é fundamental que se fortaleça o regime de colaboração entre o Estado, os municípios e a rede privada.

Nesse processo de melhoria da qualidade da educação, o Currículo Paulista representa um marco importante para a redução das desigualdades educacionais no Estado, uma vez que explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver.

Espera-se que todas as escolas (re)elaborem suas Propostas Pedagógicas de maneira a dar respostas efetivas às necessidades, às possibilidades e aos interesses dos estudantes, segundo suas identidades linguísticas, étnicas e culturais a luz do Currículo Paulista.

Portanto, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das diferentes redes de ensino, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem considerar a necessidade de superação das desigualdades educacionais. Para essa superação, é necessário que o planejamento mantenha claro foco na equidade, o que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes.

Segundo a perspectiva defendida pelo Currículo Paulista, a equidade diz respeito à inclusão de todos os estudantes nas escolas e à garantia de

seu direito a APRESENTAÇÃO 27 educação pública e de qualidade prevista na LDB, na Constituição, na legislação estadual e dos municípios paulistas. Diz respeito, ainda, à necessidade de respeitar a diversidade cultural, a socioeconômica, a étnico-racial, a de gênero e as socioculturais presentes no território estadual.

Promover a equidade supõe também dar respostas adequadas e com respeito ao público atendido nas modalidades da Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola, segundo as necessidades locais.

No caso da Educação Especial, o desafio da equidade requer o compromisso com os estudantes com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de acessibilidade curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Reitere-se que o fortalecimento do regime de colaboração entre Estado e Municípios — já praticado na implementação de inúmeras ações e programas educacionais e no processo de elaboração do Currículo Paulista — é fundamental para garantir o ingresso e a permanência bem sucedida na Educação Básica, bem como para cumprir o compromisso de assegurar equidade na educação.

10.1 Os fundamentos pedagógicos do Currículo Paulista

O compromisso com a Educação Integral

O desenvolvimento dos estudantes em suas dimensões intelectual, física, socioemocional e cultural, elencando as competências e as habilidades essenciais para sua atuação na sociedade contemporânea e seus cenários complexos, multifacetados e incertos.

O compromisso com o desenvolvimento de competências

Espera-se que essas indicações possam orientar as escolas para o fortalecimento de ações que assegurem aos estudantes a transposição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores em intervenções concretas e solidárias (aprender a fazer e a conviver), no processo da construção de sua identidade, aprimorando as capacidades de situar-se e perceber-se na diversidade, de pensar e agir no mundo de modo empático, respeitoso à diversidade, criativo e crítico (aprender a ser), bem como no desenvolvimento

de sua autonomia para gerenciar a própria aprendizagem e continuar aprendendo (aprender a aprender)

O compromisso com a alfabetização, o letramento e os (multi)letramentos em todas as áreas do conhecimento

O Estado de São Paulo tem como meta a completa alfabetização de todas as crianças paulistas, até que completem sete anos, ou seja, no final do 2º ano do Ensino Fundamental.

A alfabetização é aqui entendida como aprendizagem da leitura, ou seja, o desenvolvimento da capacidade de compreender e analisar criticamente diferentes gêneros que circulam em diferentes esferas da atividade humana em diversas linguagens, bem como a aquisição da escrita alfabética.

A alfabetização não se restringe apenas à apropriação da palavra escrita, mas designa um conjunto de saberes e fazeres específicos e fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e para as aprendizagens posteriores.

Competências Gerais da BNCC, reiteradas pelo Currículo Paulista

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico - cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens — verbal (oral ou visual- -motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital —, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Essas competências gerais contemplam integradamente conceitos, procedimentos, atitudes e valores, enfatizando a necessidade de desenvolvimento de competências socioemocionais.

Em tempos de tantas e rápidas mudanças, a escola vem se fortalecendo como espaço privilegiado para a experiência do auto conhecimento, da construção identitária e de projetos de vida; para a autoria, a crítica e a criatividade na produção de conhecimentos; e para práticas

participativas, colaborativas e corresponsáveis com o âmbito local e planetário.

Dessa maneira, o desenvolvimento da empatia, da colaboração e da responsabilidade supõe processos intencionais vivenciados nas interações, em que essas habilidades são mobilizadas simultaneamente aos processos cognitivos. A esse respeito, esclarece Mahoney (2000):

> O motor, o afetivo, o cognitivo, a pessoa, embora cada um desses aspectos tenha identidade estrutural e funcional diferenciada, estão tão integrados que cada um é parte constitutiva dos outros. Sua separação se faz necessária apenas para a descrição do processo. Uma das consequências dessa interpretação é de que qualquer atividade humana sempre interfere em todos eles. Qualquer atividade motora tem ressonâncias afetivas e cognitivas; toda disposição afetiva tem ressonâncias motoras e cognitivas; toda operação mental tem ressonâncias afetivas e motoras. E todas essas ressonâncias têm um impacto no quarto conjunto: a pessoa. (MAHONEY, 2000, p.15)

11 PLANEJAMENTO DE 0-3 ANOS

BERÇÁRIO E MATERNAL I

OBJETIVO GERAL: Ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades das crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar a educação familiar.			
CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	**OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM**	**EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS**	**ATIVIDADES**
O EU, O OUTRO E O NÓS	(EI01EO01) Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos. (EI01EO02) Perceber as possibilidades e os limites de seu corpo nas brincadeiras e interações das quais participa. (EI01EO03) Interagir com crianças da mesma faixa etária e adultos ao explorar espaços,	1- RELAÇÃO COM OS COMPANHEIROS Possibilitar aos bebês situações nas quais serão trabalhados: ● As relações de confiança e segurança; ● Autoiniciativas de interação; ● Exploração e aprendizagem sobre o mundo à sua volta; ● Acolhimentos por meio do contato físicopositivo. 2- AUTOCONHECIMENTO E CUIDADO DE SI MESMO ● Conquista gradativamente de novos movimentos, como: virar-se sozinho. levantar a cabeça quando deitado, sentar-se, mover-se engatinhando ou rastejando, ficar em pé com apoio até andar com autonomia, andar,	● Hora do acolhimento, do banho, da mamadeira ou do lanche: ● Envolver-se em jogos simples de dar e receber, lançar objetos ao chão e manifes

	materiais, objetos, brinquedos. (EI01EO04) Comunicar suas necessidades, desejos e emoções, utilizando gestos, balbucios, palavras. (EI01EO05) Reconhecer seu corpo e expressar suas sensações em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso (EI01EO06) Interagir com outras crianças da mesma faixa etária e adultos, adaptando se ao convívio social. (EI01EO07) Interagir com outras crianças de faixas etárias diferentes e adultos, adaptando-se a diferentes espaços, materiais, objetos, brinquedos, ampliando o convívio social, atribuindo sentido a	brincardiante do espelho, observando os própriosgestos ou imitando outras crianças; ● Exploração do ambiente com todo o seu corpo e sentidos, de forma perceber: aromas, texturas e sonoridades; ● Uso de diferentes formas de comunicação, Como: usar gestos com a intenção de conseguir algo, apontando o que deseja, colocando a mão na barriga para manifestar que está com fome,ou apontar pessoas e objetos como forma de mostrar reconhecimento; ● Interagir com os companheiros em situações de brincadeira, buscando compartilhar significados brincadeira, buscando compartilhar significados comuns.	tar-se ao recebê-los de volta; ● Brincar ao lado de outras crianças, imitando ou mostrando suas ações; ● Segurar objetos com a mão, levando à altura dos olhos na busca por explorá-los; ● Subir em objetos volumosos ou alcançar objetos em determinada direção; ● Experimentar novos movimentos ao explorar objetos ou brinquedos conhecidos. ● Participa

	essas relações.		r de brinca deiras simple s com as profes soras como escond er e achar; montar e derrub ar um a torre de blocos ou pegar um caminh ão e imitar seu som: “vrum mm”

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS	ATIVIDADES
CORPO, GESTOS E MOVIMENT	(EI01CG01) Movimentar as partes do corpo para exprimir corporalmente emoções, necessidades e desejos. (EI01CG02) Experimentar as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações em	1- EXPERIENCIAS DE COMUNICAÇÃO • Observação e escuta das diferentes formas de se comunicar e de se expressar, 2- EXPERIENCIAS COM BRINCADEIRAS Desenvolver com auxílio de brincadeiras habilidades corporais, como: • Rolar, • Levantar o corpo ao estar deitado no chão, • Sentar com ou sem autonomia, • Engatinhar ou se arrastar pelo espaço	• Segurar objetos com as mãos eos pés; • Pass ar objeto s de uma mão para outra, • Chutar bola. • Brincar com objeto de diversas formas, cores, pesos, texturas.

OS	ambientes acolhedores e desafiantes, explorando as possibilidades de gestos e ritmos corporais para se expressar nas brincadeiras e nas demais situações de interação. (EI01CG03) Imitar gestos e movimentos de outras crianças, adultos e animais nas brincadeiras, explorando e percebendo a possibilidade de interagir e expressar-se com o corpo. (EI01CG04) Participar do cuidado do seu corpo e da promoção do seu bem-estar, apropriando-se progressivamente da imagem de si mesmo, desenvolvendo cada vez mais uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo. (EI01CG05)	• Andar com ou sem autonomia • Movimentos específicos de preensão, encaixe e lançamento por meio de brinquedos, brincadeiras e simulações diversas. 3 - EXPERIÊNCIAS COM DANÇA Desenvolvendo habilidades motoras e o controle de seus movimentos, tais como: • Movimentar o corpo ao som da música • Usar o corpo para explorar o espaço, objetose Brinquedos. • Dançar e cantar músicas que são típicos da região, comunidade ou cultura local. 4 - EXPERIÊNCIAS COM CUIDADOS Desenvolver habilidades de aprendizagens, como: • Reconhecer as pessoas que lhe cuidam, • Avisar quando fez cocô, • Sensibilizar-se quando algum colega chora, • Buscar objetos de conforto para si ou para seus colegas, • Reconhecer o local onde estão seus pertences ou segurar a fralda no momentoda troca	tamanhos etc. • Brincar com água, areia. palha e outros elementos naturais, • Brincam de procurar e achar objetos escondidos, de esconder-se e serem encontrados, de chutar bola e de entrar e sair de espaços pequenos — como caixas e túneis. • Dançar com outras crianças aosom de músicas de diferentes gêneros., • Brincar de roda imitando os gestos e cantos outras crianças, adultos e

	Utilizar os movimentos de preensão, encaixe e lançamento, ampliando suas possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos, desenvolvendo progressivamente sua intencionalidade a partir da exploração dos mesmos.		animais.

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS	ATIVIDADES
TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS	(EI01TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente e elementos da natureza, produzindo som e silêncio, explorando possibilidade	1- LINGUAGENS MUSICAL Vivenciar situações em que participem de momentos de cantigas que promovam habilidades como: ● Movimentar-se, escutar e responder à música, experimentar um ritmo regular e explorar sons, tons e cantar ● Ajustar gestos ou posições de seu corpo buscando adequar-se a outras crianças ou professor, acompanhando o ritmo da música	● Contar músicas diversas; ● Incentivar as crianças a baterem palminhas ou fazerem movimentos conforme o ritmo da música; ● Brincadeiras livres ou divertir-se com

	s vocais e corporais, interagindo com os objetos e brinquedos sonoros disponíveis. (EI01TS02) Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes, tintas naturais e corantes alimentícios, percebendo marcas, gestos e texturas, ampliando suas possibilidades de expressão e comunicação. (EI01TS03) Explorar diferentes	● Criar sons com o próprio corpo ou objetos/instrumentos ao escutar uma música, ● Apreciar brincadeiras cantadas, Participando, imitando e criando gestos. explorando movimentos, fontes sonoras emateriais. 2- LINGUAGENS VISUAIS ● Desenvolver atividades com diferentes tipos de materiais (Lápis e pincéis), texturas e espessuras (brochas, carvão. carimbo folhas, sementes, flores), suportes gráficos jornal, papel papelão, parede, chão, caixas, madeiras) e cores (cores primárias)	canções relacionadas a narrativas, festas e outros acontecimentos típicos de sua cultura ● Pinturas com materiais diversos, ● Promover brincadeiras cantadas;

	fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias, percebendo e expressando sensações, sentimentos e pensamentos. (EI01TS04) Propiciar o contato com diferentes gêneros musicais.		

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS	ATIVIDADES
	(EI02EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos, preferências, saberes, vivências, dúvidas e opiniões, ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação. (EI02EF02) Identificar e criar diferentes sons e	LINGUAGEM ORAL E ESCRITA Coordenação viso motora • Ampliar o vocabulário; • Verbalização do nome • Identificação do nome próprio em momentos de comunicação, • Manifestar-se quando escuta alguém chamando ou olhar e/ou apontar para o colega quando o estão chamando; • Reconhecer a si mesmo e aos colegas	• Fazer jogos rítmicos em que o professor os anima a imitar sonsvariados, • Fazer jogos de nomeação em que o professor aponta para algo, propõe a questão: O que é

ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO	reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos, brincando com a linguagem, desenvolvendo a imaginação e a criatividade e construindo noções de linguagem oral e escrita. (EI02EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita), atentando-se ao comportamento leitor adulto. (EI02EF04) Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, tais como: “quem?”, “o quê?", “quando?”, “como?” e “por que?”, com apoio do adulto, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos. (EI02EF05) Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidas, em sequências temporal e causal. (EI02EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos, utilizando a linguagem característica de introdução e	emfotos, • Reconhecer seus pertences pessoais quando acompanhados de sua foto ou dafoto com a escrita de seu nome. • Prazer por escuta de acalantos, cantigas de roda, poesias e parlendas. • Participar de situação individuais, em pares ou trios, nas quais explorem os livros e suasimagens. • Fazer uso de diferentes formas de expressão, por exemplo, por meio degestos, expressando "sim" ou "Não" balançando a cabeça, etc. • Contar histórias para os bebês • Incentivar a leitura por meio do manusearem livros de plásticos ou tecidos Participar de situações nas quais possam escutar repetidas vezes histórias Lidas, contadas, representadas por fantoches, narradas por áudio, por encenações de dramatização ou dança, narradas com apoio de imagens etc.	isso?” e apoia o bebé a responder. • Explorar livros com imagens contando com o olhar e observação atenta do professor, que pode valorizar e incentivar suas iniciativas. • Repetir acalantos, cantigas de roda, poesias e parlendas, explorando o ritmo, a sonoridade e conotação das palavras, e escutem histórias, contos de repetição e poemas. • Organizar um espaço do faz de conta com embalagens de produtos de supermercado, livros variados, como livro brinquedo, livro de imagem, livros com

	finalização de textos narrativos. (EI02EF07) Manusear diferentes portadores textuais: livros, revistas, gibis, jornais, cartazes, etc., inclusive em suas brincadeiras, demonstrando reconhecer seus usos sociais. (EI02EF08) Manipular textos e participar de situações de escuta e produção, para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.), garantindo a ampliação de experiências com o contato com a língua escrita e sua função. (EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos, participando de situações de escrita, ainda que não convencional, a partir do contato cotidiano com diferentes portadores de textos		textos, CDs e recursos audiovisuais para escutar e divertir-se com canções, parlendas. poemas etc. • Folhear livros. revistas, jornais e gibis. • Utilização de fantoches ou dedoches ; Pintar/ cobrir letras

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS	ATIVIDADES
ESPAÇOS,	(EI01ET01) Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura), fazendo uso de forma convencional ou dando um	Criar situações em que possam ser desenvolvidas habilidades como: ● Identificar propriedades de objetos e materiais como, odor, cor, sabor, temperatura. ● Acompanhar com	● Organizar o espaço da sala com diferentes ambientes e brincadeiras,

TEMPOS, QUANTIDADES RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	novo significado por meio da brincadeira exploratória. (EI01ET02) Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover e remover etc.) na interação com o mundo físico, possibilitando gradativamente noções relacionadas às propriedades de diferentes objetos e suas possibilidades de transformação. (EI01ET03) Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas. (EI01ET04) Manipular experimentar, arrumar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamentos de si e dos objetos, virando-se para os diferentes lados, arrastando-se, engatinhando ou andando, subindo, descendo, passando por dentro, por cima, por baixo. (EI01ET05) Manipular materiais diversos e variados para comparar as diferenças e semelhanças	os olhos os movimentosdos m ateriais: ● Usar o corpo para explorar o espaço, virando-se para diferentes lados ou rastejando-se; ● Passar por cima, ao lado de determinados objetos. ● Identificação de características dos seres vivos, como. Tamanho, cheiro, som, cores e movimentos das pessoas e animais que fazem parte de seu cotidiano. ● Participar de situações nas quais consigam brincar na areia, brincar com água, deitar, se arrastar ou engatilhar na grama. ● Descobrir, por meio de seus sentidos. os seres vivos próximos do seu entorno que 1hes atraem	envolve ndo blocos, carrinho s, brinque dos de empilha r etc. ● Propiciar moment o de experiê ncias para que a criança possa sentir o odor, sabor e temper atura dos element os. moment o propício (nora do banho, hora do lanche, hora da mamade ira, etc.) ● Propicia r atividad es como: pintura s com as mãos, amassa r papel, rasgar papel, etc ● Organiza r passeio s pelo entorno da

	entre eles. (EI01ET06) Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores etc.), participando de brincadeiras que envolvam o canto e o movimento, divertindo-se com a exploração de seu corpo e a percepção rítmica, buscando progressivamente ajustar seu movimento aos ritmos propostos.		escola, para que a criança conheça as plantas, os animais e demais elementos da natureza.

MATERNAL II E MATERNAL III

OBJETIVO GERAL: Ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades das crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar a educação familiar.			
CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	**OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM**	**EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS**	**ATIVIDADES**
O EU, O OUTRO E O NÓS	(EI02EO01) Demonstrar e valorizar atitudes de cuidado, cooperação e solidariedade na interação com crianças e adultos. (EI02EO02) Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios, identificando cada vez mais suas possibilidades e limitações, de modo a agir de acordo com elas. (EI02EO03) Compartilhar os objetos e os espaços com	1- RELAÇÃO COM OS COMPANHEIROS Desenvolver atitudes que valorize a convivência em grupo e o cuidado com as relações como: ● omunicar-se de forma cada vez mais eficaz, compreendendo e fazendo compreender-se; ● omeçar a considerar o ponto de vista do outro; ● sperar sua vez para brincar com determinado objeto; ● hamar o professor ou outra criança quando um colega estiver triste; ● rincar de faz de conta junto com outras crianças, compartilhando brinquedos e a Representação de atividades sociais; ● eguir, de forma gradativa, regras simples de convívio em momentos de alimentação, cuidado com a saúde e brincadeiras 2- AUTOCONHECIMENTO E CUIDADO DE SI MESMO Trabalhar atitudes a serem desenvolvidas como:	• Brincar de faz de conta que incentivem a comunicação entre as crianças; • Brincar de esconder-se, de cuidar de animais domésticos; • Ouvir e contar histórias; • Observar

	crianças da mesma faixa etária e adultos. (EI02EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreend ê-los e fazendo-se compreend er, ampliando suas possibilidad es expressivas e comunicativ as. (EI02EO05) Perceber que as pessoas têm característic as físicas diferentes, respeitando essas diferenças. (EI02EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras , identificand o e compreende ndo progressiva mente sua pertinência nos diversos grupos dos quais participam. (EI02EO07) Resolver conflitos nas interações e brincadeiras , com a orientação de um	● econhecimento de sua imagem corporal; ● dentificação de partes do seu corpo e comparando-o com o corpo de seus colegas ● atisfação com suas características possibilidades corporais ● uidar da imagem de si mesmo por meio da sua apresentação pessoal, de seus pertences e da manifestação de gostos e preferências por brincadeiras ; ● nteragir com os companheiros em situações de brincadeiras, buscando compartilhar significados comuns;	aspecto s do ambien te; • Colecio nar objetos ; • Brincad eiras de roda; • Brincar de faz de conta; • Brincar ao lado de outras criança s , imitand o ou mostra ndo suas ações; • Ativ idad e com espelho; Momentos de alimentação, cuidado com a saúde e brincadeiras.

	adulto, por meio do diálogo, utilizando seus recursos pessoais, respeitando as outras crianças. (EI02EO08) Interagir com outras crianças de faixas etárias diferentes e adultos, adaptando-se a diferentes espaços, materiais, objetos, brinquedos, ampliando o convívio social.		

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS	ATIVIDADES
CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS	(EI02CG01) Apropriar-se de gestos e movimentos, no contato com diferentes manifestações culturais e de sua própria cultura, no cuidado de si, nos jogos e brincadeiras. (EI02CG02) Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em	1- EXPERIÊNCIAS COM BRINCADEIRAS Desenvolver com auxílio de brincadeiras habilidades corporais, como: • ampliação da motricidade: correr, trepar, pular, saltar, escorregar, dançar, engatinhar, arrastar-se, balançar-se e equilibrar-se, etc.; • Noções espaciais: em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., • Movimentos específicos de preensão, encaixe e lançamento por meio de brinquedos, brincadeiras e simulações diversas. 2 - EXPERIÊNCIAS COM DANÇA Desenvolvendo habilidades motoras e o controle de seus movimentos, tais como: • Ritmo • Equilíbrio e coordenação dos movimentos;	• Brincadeiras de faz de conta, utilizando como referência enredos, personagens do seu entorno social; • Relatar práticas de cuidado de si em casa e escutar com atenção os relatos dos colegas; • Imitar nas situações de brincadeira, gestos e movimentos aprendidos

	frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas, controlando gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando seus recursos de deslocamento e ajustando suas habilidades motoras. (EI02CG03) Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações, controlando gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando seus recursos de deslocamento e ajustando suas habilidades motoras em jogos, brincadeiras	• Dançar e cantar músicas que são típicos da região, comunidade ou cultura local. 3 - EXPERIÊNCIAS COM CUIDADOS Desenvolver habilidades de aprendizagens, como: • Práticas de cuidado de si voltadas para vestir- se e alimentar-se, além de situações de descanso e higiene pessoal. • Cuidados com o seu corpo e o corpo do outro e a saúde de forma geral, • Avisar quando tiver necessidades de ir ao banheiro; • Hábitos de limpeza, como: lavar as mãos antes das refeições, escovar os dentes após as refeições, tomar banho, etc. Noções de cuidados com a preservação da vida e do meio ambiente.	com os colegas • Carregar objetos, controlando e equilibrando-os enquanto estão em ação, Brincar de cantar, de dançar , de desenhar, de escrever, de jogar futebol, de jogar bola ao cesto, beliche, esconde-esconde , mapa do tesouro , brincar de estátua ou de ser malabarista de circo, dentre outros personagens que a criança conhece da escuta de histórias

	e demais situações. (EI02CG04) Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo, encontrando soluções para resolver suas necessidades pessoais e pedindo ajuda, quando necessário. (EI02CG05) Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, empilhar, entre outros, manipulando materiais, objetos e brinquedos diversos.		

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS	ATIVIDADES
	(EI02TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos	1- LINGUAGENS MUSICAL Vivenciar situações em que participem de momentos de cantigas que promovam habilidades como:	• Cantar músicas de diferentes culturas brasileira ou de outras culturas:

TRAÇOS, SONS, CORESE FORMAS	musicais, para acompanhar diversos ritmos de música, participando de brincadeiras e jogos musicais, demonstrando atenção aos momentos adequados para tocar e cantar. (EI02TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar, água, areia, terra, tintas, etc.), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais, podendo utilizar-se de procedimentos de colagem e modelagem para a produção de seus trabalhos. (EI02TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias, descobrindo sons e possibilidades sonoras, explorando e identificando elementos da música para se expressar, interagir com os outros e ampliar seu conhecimento de mundo. (EI01TS04) Ampliar o contato com diferentes gêneros musicais.	• Expressar-se utilizando diferentes instrumentos musicais, ritmos, velocidades , intensidades, sequências de melodia e timbres em suas brincadeiras ; • Explorar novos materiais buscando diferentes sons para acompanhar canções que lhes são familiares ; • Buscar adequar os sons produzidos com os diferentes objetos ou instrumentos ao ritmo da música; • Diferenciar sons dos objetos sonoros e dos instrumentos musicais; • Valorização pela diversidade de produção artística das diferentes culturas; 2- LINGUAGENS VISUAIS Explorar as características de objetos e materiais: odores, sabores, sonoridades, texturas , formas , pesos, tamanhos e posições no espaço	canções, acalantos , cantigas de roda, parlendas, trava-línguas, etc.; • Utilizar o próprio corpo, como ao bater palmas, os pés, de forma ritmada; • Criar objetos tridimensionais, feitos com palitos de madeira, papéis diversos e outros materiais disponíveis na escola • Criar objetos bidimensionais e tridimensionais a partir de materiais como argila , barro, massa de modelar, papel e tinta-ao utilizar materiais como argila, barro, massa de modelar , papel, tinta etc.; e formas tridimensionais nas brincadeiras de montar, encaixar e empilhar. • Brincadeiras livres ou divertir-se com

			canções relacionadas a narrativas, festas e outros acontecimentos típicos de sua cultura; Colagens e pinturas com materiais diversos;

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS	ATIVIDADES
ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO	(EI02EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos, preferências, saberes, vivências, dúvidas e opiniões, ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação. (EI02EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos, brincando com a linguagem, desenvolvendo a imaginação e a criatividade e construindo noções de linguagem oral e escrita. (EI02EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a	LINGUAGEM ORAL E ESCRTA **Coordenação visomotora** • Ampliação do vocabulário e da linguagem; • Identificação do nome próprio em momentos de comunicação, • Reconhecer a si mesmo e aos colegas em fotos, • Coordenação visomotora fina, utilizando movimento de preensão com pinça em diferentes situações de uso de objetos, como lápis, pincel, caneta ou jogos de encaixe com peças pequenas; • Conhecimento dos cinco sentidos; • Apresentação das vogais, • Interação através da linguagem	• Fazer jogos rítmicos em que o professor os anima a imitar sons variados, • Explorar livros com imagens contando com o olhar e observação atenta do professor, que pode valorizar e incentivar suas iniciativas. • Propiciar momentos de brincadeiras com cantigas de roda ou momentos de escuta de poesias e parlendas, explorando o ritmo, a sonoridade e a conotação

	direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita), atentando-se ao comportamento leitor adulto. (EI02EF04) Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, tais como: “quem?”, “o quê?", “quando?”, “como?” e “por que?”, com apoio do adulto, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos. (EI02EF05) Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidas, em sequências temporal e causal. (EI02EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos, utilizando a linguagem característica de introdução e finalização de textos narrativos. (EI02EF07) Manusear diferentes portadores textuais: livros, revistas, gibis, jornais, cartazes, etc., inclusive em suas brincadeiras, demonstrando reconhecer seus usos sociais. (EI02EF08) Manipular textos e participar de situações de escuta e produção, para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.), garantindo a ampliação de experiências com o	como: Conversar, brincar, comunicar e expressar vontades e necessidades • Prazer por escutar cantigas de roda, poesias e parlendas. • Manuseio de materiais impressos, como revistas, livros, jornais, gibis, álbuns de figuras, poesia, etc.; Participação de atividades nas quais possam escutar repetidas vezes histórias lidas, contadas, representadas por fantoches, narradas por áudio, por encenações de dramatização ou dança, narradas com apoio de imagens etc.	das palavras, • Organizar um espaço do faz de conta com embalagens de produto de supermercado, livros variados, como livro brinquedo, livro de imagem, livros com textos, CDs e recursos audiovisuais para escutar e divertir-se com canções, parlendas, poemas etc. • Folhear livros, revistas, jornais e gibis. • Utilização de fantoches ou dedoches; • Pintar/cobrir letras (as vogais); • Promover oficinas de pinturas, recorte e colagem; • Promover atividade como: rasgar papel, fazer bolinhas de papel, fazer bolinhas com massa de modelar, etc.

	contato com a língua escrita e sua função. (EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos, participando de situações de escrita, ainda que não convencional, a partir do contato cotidiano com diferentes portadores de textos.		

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS	ATIVIDADES
ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	(EI02ET01) Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho), expressando-se acerca de experimentos e ao longo de processos de observação. (EI02ET02)Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.). (EI02ET03) Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela, partindo de pesquisas e experiências	1 - EXPERIÊNCIAS EM RELAÇÃO AO ESPAÇO Criar situações em que possam ser desenvolvidas habilidades como: • Noção espacial; (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) • Esquema corporal (partes do corpo); • Figuras geométricas e diferentes formatos dos objetos • Identificar pontos de referência para situar-se e deslocar-se no espaço; • Descrever a posição de pessoas e objetos; • Reconhecer as • Observar os colegas do grupo ao dividir alimentos e brinquedos 2 - EXPERIÊNCIAS EM Desenvolver habilidades como: • Medida de tempo (antes, durante e depois); • Utilizar medidas não convencionais para comparar e estabelecer relações entre medidas e	• Escuta atenta das conversas entre as crianças e da observação de suas iniciativas e brincadeiras. • Traçar os números de O a 5. • Jogos variados de juntar, repartir, tirar quantidades, avançar ou retroceder em uma série numérica. • Brincadei

	vivenciadas sobre os cuidados básicos com eles. (EI02ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois), utilizando o vocabulário adequado ao conceito em uso. (EI02ET05) Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma etc.), utilizando o vocabulário adequado ao conceito em uso. (EI02ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar) e vocabulário adequado ao conceito em uso. (EI02ET07) Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc., em contextos diversos, envolvendo-se em situações de recitação da sequência numérica, aproximando-se do conceito de número e da correspondência termo a termo. (EI02ET08) Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da	tamanhos; • Noção temporal a partir da rotina, • Comparação de objetos e tamanhos e peso; • Comparação de medidas; 4 - EXPERIÊNCIAS Q • Contato físico com outras pessoas, comparando as diferenças e semelhanças físicas: altos/ baixos, loiros/ morenos, gordos/ magros, adultos; • Identificação da sua família (pai, mãe e irmãos); Identificação de diferentes animais, suas características como locomoção, voz, habitat, tamanho, cor, suas necessidades, como é o seu corpo;	ras no espaço interno e externo; • Empilhar objetos do menor para o maior e vice-versa. • observar, imitar e nomear algumas particularidades dos animais. • Cuidado com animais ou plantas de seu entorno • Atividade em grupos de brincadeiras de rodas, danças culturais, festinhas de aniversários, etc. • Atividades com imagens, fotografias; Passeio na natureza;

	mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.), em situações de brincadeira ou da vida real, construindo coleções, participando de jogos com números escritos ou que envolvam contagem.		

12 PLANEJAMENTO DE 4-5 ANOS

JARDIM I

OBJETIVO GERAL: Ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades das crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar a educação familiar.			
CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	**OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM**	**EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS**	**ATIVIDADES**
O EU, O OUTRO E O NÓS	(EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir. (EI03EO02) Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações. (EI03EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolven	1- RELAÇÃO COM OS COMPANHEIROS • Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades; • Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e integração social; • Organizar o ambiente e as rotinas, favoráveis a uma boa transição casa-escola e criação de vínculos entre as crianças. 2 - AUTOCONHECIMENTO MESMO. • Considerar preferências, sentimentos e	• Brincadeiras • Rodas de histórias; • Rodas de conversas • Oficinas de desenhos, pinturas modelagens. • Desenvolver em sala de aula o hábito de registros • Criar momentos de convivências onde a familiar participe das aulas, seja para contar uma história, relatar informações sobre os

	do atitudes de participação e cooperação. (EI03EO04) Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos. (EI03EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive. (EI03EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida. (EI03EO07) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.	opiniões das crianças. • Desenvolver uma identidade pessoal, um sentimento de autoestima , autonomia , confiança em suas possibilidades e de pertencimento a um determinado grupo étnico-racial, crença religiosa, local de nascimento etc. • Conhecer seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites. • Desenvolver e valorizar hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar .	filhos ou até mesmo fazer

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS	ATIVIDADES
	(EI03CG01) Desenvolver com o corpo formas diversificadas de expressão de	1- EXPERIÊNCIAS COM BRINCADEIRAS Utilização de expressividade intencional do movimento nas situações cotidianas e em suas brincadeiras como: • Movimento :	• Dança, jogo, brincadeiras, práticas esportivas, etc., • Uso de diferentes gestos, posturas e

CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS	sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música. (EI03CG02) Controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando seus recursos de deslocamento e ajustando suas habilidades motoras para utilização em jogos, brincadeiras, danças e demais situações demonstrando controle e adequação do uso de seu corpo. (EI03CG03) Aprimorar, criar e ampliar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas	saltar, girar, cair, deslocar-se, gesticular etc.; • Dinâmicas ou qualidades: rápido, lento, forte, leve, direto, flexível etc.; • Tamanho: alto, médio, baixo, etc. • Orientação em relação a aproximar-se ou distanciar-se de determinados pontos. 2 - EXPERIÊNCIAS COM DANÇA Coordenação voluntaria dos • movimentos leves ou fortes, rápidos ou lentos, • percorrer o espaço sozinha ou interagindo com parceiros, • imitar os movimentos de determinado animal ou o jeito de andar de um personagem. 3- EXPERIÊNCIAS COM DRAMATIZAÇÃO Experimentações vividas pelas crianças possibilitam: a leitura de histórias, a brincadeira, a expressão plástica, a música, o movimento.	expressões corporais com intencionalidade. • Brincar, jogar, imitar e criar ritmos e movimentos. • Dramatizações.

	como dança, teatro e música. (EI03CG04) Aprimorar hábitos de autocuidado relacionados à higiene, alimentação, conforto e aparência. (EI03CG05) Coordenar suas habilidades corporais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas. (EI03CG06) Explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, como força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo gradativamente os limites e as potencialidades de seu corpo; (EI03CG07) Utilizar os movimentos de preensão, encaixe,		

	lançamento etc., para ampliar suas possibilidades de manuseio dos diferentes materiais e objetos		

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS	ATIVIDADES
TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS	(EI03TS01) Explorar e produzir sons com o corpo, com diferentes materiais e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais e festas. (EI03TS02) Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais, desenvolvend	1 - LINGUAGEM MUSICAL Identificação de qualidades como: • Duração: sons curtos ou longos, • Altura: sons graves ou agudos, • Intensidade dos sons: fracos ou fortes • timbre (que qualifica os sons a partir da fonte que os origina). 2- LINGUAGENS VISUAIS Desenvolver atividades com: • desenho, pintura, escultura, modelagem, colagem, gravura, fotografia, visitas a museus e locais de produção e divulgação da arte visual. • Datas Comemorativas: Carnaval, Páscoa, Dia do Índio, Dia das Mães, Festa Junina, Dia dos Pais, 07 de setembro, Dia das Crianças, Primavera, Dia da Árvore, Natal e outros	• Escutar uma música, • Explorar diferentes sons, ritmos, formas, cores, te • Interpretação de músicas e produção de gestos.

	o o gosto, o cuidado e o respeito pelo processo de produção e criação. (EI03TS03) Explorar e Reconhecer as propriedades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e identificando-as ao ouvir músicas e sons. (EI03TS04) Interessar-se pelas próprias produções, pelas de outras crianças e pelas diversas obras artísticas (regionais, nacionais ou internacionais) com as quais entrem em contato, ampliando seu conhecimento do mundo e da cultura.		

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS	ATIVIDADES
ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO	(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão. (EI03EF02) Participar, reproduzir e criar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, trava-línguas e ritmos. (EI03EF03) Escolher e manusear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando associar palavras conhecidas, familiarizando-se com a escrita em diversas situações nas quais seu uso se faça necessário. (EI03EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens e a estrutura da história. (EI03EF05) Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o professor como escriba. (EI03EF06) Produzir coletivamente histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa. (EI03EF07) Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos,	1 - LINGUAGEM ORAL • Ampliação do vocabulário; • Exposição oral de ideias com clareza e sequência lógica; • Interpretação de imagens, símbolos e sinais; • Desenho como forma de representação; • Narrar, descrever, explicar, relatar, • Discriminação auditiva; 2 - LEITURA Trabalhar com a capacidade de observação e representação despertando o interesse pela leitura e a escrita das vogais , consoantes e palavras através de: • Práticas de leitura; • Discriminação visual; • Jogos verbais: modalidades de linguagem: trava-linguas, adivinhas, parlendas, quadrinhas, poemas e canções 3 _ LINGUAGEM ESCRTA • Apresentação do alfabeto cursivo • Estudo das vogais: reconhecer, ler, traçar e escrever as vogais. • Encontros Vocálicos: identificar, ler e escrever,	• Ouvir, compreender , contar, recontar e criar narrativas. • Repetição • Leitura de imagens; • Relatos de fatos vivenciados; • Incentivar • Traçar linhas (retas, curvas, sinuosas e mistas), • Jogos pedagógicos na escrita • Atividades de formação Palavras com encontros vocálicos.

	recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura. (EI03EF08) Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.). (EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea. (EI03EF10) Reconhecer e escrever seu nome e identificar o dos colegas nas diversas situações do cotidiano servindo como referência para outras escritas. (EI03EF11) Ouvir com atenção a leitura feita pelo professor de diferentes gêneros textuais. (EI03EF12) Participar de situações de escrita coletivamente, através do registro de palavras do cotidiano da sala de aula.	palavras formadas apenas por encontros vocálicos. • Escrita do nome; Práticas de escritas individuais e coletivas	

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS	ATIVIDADES
ESPAÇOS, TEMPOS,	(EI03ET01) Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades.	1- EXPERIÊNCIAS EM RELAÇÃO AO ESPAÇO • **Noções espaciais:** estática (longe, perto, em cima, embaixo, dentro, fora) e dinâmica (para frente, para trás, para o lado, para cima, para baixo, na mesma direção, para a direita, para a esquerda). • **Representação do espaço a partir de diferentes pontos de**	• Experiências com dinheiro em brincadeiras ou em situações de interesses das crianças ; Espaço e forma : • Jogos de esconder ou de pega, nos quais um

QUANTIDADES RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	(EI03ET02) Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais. (EI03ET03) Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação. (EI03ET04) Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes. (EI03ET05) Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças. (EI03ET06) Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade. (EI03ET07) Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência. (EI03ET08) Expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos. (EI03ET09) Reconhecer e valorizar os números, as operações numéricas, as	**referência:** situações de exploração tát il e visual das propriedades (forma, tamanho , posição, direção) e das formas geométricas (planas e não planas) 2 - EXPERIÊNCIAS EM RELAÇÃO AO TEMPO • **Noções de tempo físico** (dia e noite, estações do ano, ritmos biológicos); • **Noções de tempo cronológico** (ontem, hoje, amanhã ; semana , mês e ano); 3 - EXPERIÊNCIAS EM RELAÇÃO À MEDIDA E QUANTIDADES • contagem de objetos (brinquedos, livros etc.); • comparar a quantidade de grupos de objetos. • Ideia de unidade, número O (zero), unidade e dezena, ideia de ordinal, números de O até 50, quantidades. • Operação com Números: adição e subtração: total até 1O. 4 - EXPERIÊNCIAS QUANTO ÀS RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES • Pesquisar modos de viver de pessoas de um tempo passado ou de outra; Exploração do ambiente local como: escola, comunidade, natureza e meio de vida dos fam iliares.	dos participantes deve contar, enquanto espera os • Brincadeira • Oficinas • Promover atividades diversificadas e significativas que promovam a observação da paisagem local por meio De passeios ou atividades com fotografias , imagens ou relatos de moradores locais. • Promover momento de socialização com as famílias pelo menos duas vezes por semana.

	contagens orais e as noções espaciais como ferramentas necessárias no seu cotidiano. (EI03ET10) Comunicar ideias matemáticas, hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados em situações-problema relativas a quantidades, espaço físico e medida, utilizando a linguagem oral e a linguagem matemática. (EI03ET11) Ter confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situações matemáticas novas, utilizando seus conhecimentos prévios. (EI03ET12) Estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, demonstrando curiosidades, formulando perguntas, buscando informações e confrontando ideias, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana.		

JARDIM II

OBJETIVO GERAL: Ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades das crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar a educação familiar.			
CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	**OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM**	**EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS**	**ATIVIDADES**
	(EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros,	1- RELAÇÃO COM OS COMPANHEIROS • Oferecer materiais e propor atividades em que as crianças percebam a	• Brincadeiras • Rodas de histórias; • Rodas de conversas

O EU, O OUTRO E O NÓS	percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir. (EI03EO02) Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações. (EI03EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação. (EI03EO04) Comunicar suas ideias e sentimentos a pessoas e grupos diversos. (EI03EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive. (EI03EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas	necessidade de compartilhar e cooperar, ajudando cada uma a reconhecer a existência do ponto de vista do outro e a considerar possíveis sentimentos, intenções e opiniões das demais pessoas, construindo atitudes negociadoras e tolerantes. • Organizar o ambiente e as rotinas, favoráveis a uma boa transição casa-escola e criação de vínculos entre as crianças. 2 - AUTOCONHECIMENTO • Considerar preferências, sentimentos e opiniões das crianças e ajuda-las a também identificar esses pontos as auxilia a se conhecerem e a reconhecerem o que estão sentindo nas situações, desenvolvendo uma identidade pessoal, um sentimento de autoestima, autonomia e confiança em suas possibilidades; • Apoiar as crianças a desenvolver uma identidade pessoal, um sentimento de autoestima, autonomia, confiança em suas possibilidades e de pertencimento a um determinado grupo étnico- racial, crença religiosa, local de nascimento etc. • Fortalecer os vínculos afetivos de todas as crianças com suas famílias e ajudá-las a captar as possibilidades trazidas por diferentes tradições culturais para a compreensão do mundo e de si mesmas.	• Oficinas de desenhos, pinturas modelagens. • Desenvolver em sala de aula o hábito de registros vivenciados no seu dia a dia; • Criar momentos de convivências onde a familia participe das aulas, seja para contar uma história, relatar informações sobre os filhos ou até mesmo fazer atividades lúdicas pelo menos duas vezes por mês.

	e modos de vida. (EI03EO07) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.		

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS	ATIVIDADES
CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS	(EI03CG01) Desenvolver com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música. (EI03CG02) Controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando seus recursos de deslocame	1 - EXPERIÊNCIAS COM BRINCADEIRAS Brincar de explorar o espaço com o corpo potencializa habilidades básicas de: • movimento (saltar , girar, cair, deslocar-se, gesticular etc.); • Dinâmicas ou qualidades (rápido, lento, forte, leve, direto, flexível etc.); • Modo como o movimento ocupa o espaço em todos os seus níveis (alto, médio, baixo), • Planos e formas, bem como construir referenciais que as orientem em relação a aproximar-se ou distanciar-se de determinados pontos. 2 - EXPERIÊNCIAS COM DANÇA Recriar movimentos a partir de uma música,	• Jogos diversos; • Brincadeiras nos espaços interno ou externos • Danças de ritmos variados • Dramatizações

	nto e ajustando suas habilidades motoras para utilização em jogos, brincadeiras, danças e demais situações demonstrando controle e adequação do uso de seu corpo. (EI03CG03) Aprimorar, criar e ampliar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música. (EI03CG04) Aprimorar hábitos de autocuidado relacionados à higiene, alimentação, conforto e aparência. (EI03CG05)	de um som , de uma ideia, e se sensibiliza quanto ao valor expressivo de seus gestos, na medida em que explora: • movimentos leves ou fortes, rápidos ou lentos, • percorrer o espaço sozinha ou interagindo com parceiros, • imitar os movimentos de determinado animal ou o jeito de andar de um personagem. 3- EXPERIÊNCIAS COM DRAMATIZAÇÃO O teatro e demais experimentações vividas pelas crianças possibilitam : a leitura de histórias, a brincadeira, a expressão plástica, a música, o movimento.	

	Coordenar suas habilidades corporais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas. (EI03CG06) Explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, como força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo gradativamente os limites e as potencialidades de seu corpo; (EI03CG07) Utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento etc., para ampliar suas possibilidades de manuseio dos diferentes		

	materiais e objetos		

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS	ATIVIDADES
TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS	(EI03TS01) Explorar e produzir sons com o corpo, com diferentes materiais e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais e festas. (EI03TS02) Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais, desenvolvendo o gosto, o cuidado e o respeito pelo processo de produção e criação.	1 - LINGUAGEM MUSICAL Apresentar de forma sistemática um repertório musical — obras clássicas, populares, étnicas, cantadas ou instrumentais, incluindo canções infantis tradicionais, folclóricas de diferentes países e também canções do repertório popular — e objetos sonoros e/ou instrumentos musicais pode favorecer a exploração destes pelas crianças na busca de identificar qualidades como: • duração (sons curtos ou longos), • altura (sons graves ou agudos), • intensidade (sons fracos ou fortes) • timbre (que qualifica os sons a partir da fonte que os origina), • ampliar seu repertório de referências sonoras, seus modos de escutar • produzir músicas 2- LINGUAGENS VISUAIS Desenvolver atividades com: • Desenhos, pinturas, esculturas, modelagens, colagens, gravuras, fotografias, visitas a museus e locais de produção e divulgação da arte visual. • Datas Comemorativas: Carnaval, Páscoa,	• Escutar • Explorar diferentes sons, ritmos, formas, tradicionais. Interpretação de músicas e produção de gestos.

	(EI03TS03) Explorar e Reconhecer as propriedades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e identificando-as ao ouvir músicas e sons. (EI03TS04) Interessar-se pelas próprias produções, pelas de outras crianças e pelas diversas obras artísticas (regionais, nacionais ou internacionais) com as quais entrem em contato, ampliando seu conhecimento do mundo e da cultura.	Dia do Índio, Dia das Mães, Festa Junina, Dia dos Pais, 07 de setembro , Dia das Crianças, Primavera, Dia da Árvore, Natal e outros.	

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS	ATIVIDADES

ESCUTA, FALA, PENSAMENTOE IMAGINAÇÃO	(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão. (EI03EF02) Participar, reproduzir e criar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, trava-línguas e ritmos. (EI03EF03) Escolher e manusear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando associar palavras conhecidas, familiarizando-se com a escrita em diversas situações nas quais seu uso se faça necessário. (EI03EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens e a estrutura da história. (EI03EF05) Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o professor como escriba. (EI03EF06) Produzir coletivamente histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa. (EI03EF07) Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura. (EI03EF08) Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a	1 LINGUAGEM ORAL • Exposição oral de ideias com clareza e sequência lógica; • Compreender e transmitir avisos, recados e mensagens. • Interpretação de imagens, símbolos e sinais; • Desenho como forma de representação; • Narrar, descrever, explicar, relatar, ouvir e argumentar com outras crianças. 2 - LEITURA • Práticas de leitura incidental (rótulos, propagandas, objetos e símbolos) • Reconhecer o seu nome e o nome dos colegas; • Jogos verbais : modalidades de linguagem: trava- línguas, adivinhas, parlendas, quadrinhas, poemas e canções 3-LINGUAGEM ESCRTA • Escrever o seu nome e o nome da escola; • Práticas de escritas individuais e coletivas; • Estudo do Alfabeto: identificar visual e auditivamente as letras do alfabeto, cobrir e copiar as letras maiúsculas e minúsculas (de imprensa e cursiva); • Encontros Vocálicos: identificar , ler e escrever, palavras formadas apenas por encontros vocálicos; famílias Silábicas: Conhecer as famílias silábicas, de forma	• Ouvir, compreende r, contar, recontar e criar narrativas. • Roda de conversa • Poema • Hora do conto • Parlenda, adivinha, trava-língua, ditado popular, quadrinha , brincadeira de roda • Repetição • Leitura de imagens; • Relatos de fatos vivenciados ; • Desenhos • Folhear • Formar pequenas palavras • Leitura de textos compartilhados; • Ditados de palavras; Bingos com pequenas palavras.

	leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.). (EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea. (EI03EF10) Reconhecer e escrever seu nome e identificar o dos colegas nas diversas situações do cotidiano servindo como referência para outras escritas. (EI03EF11) Ouvir com atenção a leitura feita pelo professor de diferentes gêneros textuais. (EI03EF12) Participar de situações de escrita coletivamente, através do registro de palavras do cotidiano da sala de aula.	natural e espontânea;	

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	EIXOS TEMÁTICOS/CONTEÚDOS	ATIVIDADES
ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	(EI03ET01) Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades. (EI03ET02) Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles,	1- EXPERIÊNCIAS EM RELAÇÃO AO ESPAÇO • **Noções espaciais:** estática (longe, perto, em cima, embaixo, dentro, fora) e dinâmica (para frente, para trás, para o lado, para cima, para baixo, na mesma direção, para a direita, para a esquerda). • **Representação do espaço a partir de diferentes pontos de referência:** situações de exploração tát il e visual das propriedades (forma, tamanho, posição, direção) e das formas geométricas (planas e	• Experiências com dinheiro em brincadeiras ou em situações de interesses das crianças; Espaço e forma. • Jogos de esconder ou de pega, nos quais um dos participantes deve contar, enquanto espera os • Brincade

	em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais. (EI03ET03) Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação. (EI03ET04) Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes. (EI03ET05) Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças. (EI03ET06) Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade. (EI03ET07) Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência. (EI03ET08) Expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos. (EI03ET09) Reconhecer e valorizar os números, as operações numéricas, as contagens orais e as noções espaciais como ferramentas necessárias no seu cotidiano. (EI03ET10) Comunicar ideias matemáticas,	não planas) 2 - EXPERIÊNCIAS EM RELAÇÃO AO TEMPO • **Noções de tempo físico** (dia e noite, estações do ano, ritmos biológicos); • **Noções de tempo cronológico** (ontem, hoje, amanhã ; semana , mês e ano); 3 - EXPERIÊNCIAS EM RELAÇÃO À MEDIDA E QUANTIDADES • contagem de objetos (brinquedos, livros etc.); • comparar a quantidade de grupos de objetos. • Ideia de unidade, número O (zero), unidade e dezena, ideia de ordinal, números de O até 50, quantidades. • Operação com Números: adição e subtração: total até 1O. 4 - EXPERIÊNCIAS QUANTO ÀS RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES • Pesquisar modos de viver de pessoas de um tempo passado ou de outra; Exploração do ambiente local como: escola, comunidade, natureza e meio de vida dos fam iliares.	ira • Oficinas • Promover atividades diversificadas e significativas que promovam a observação da paisagem local por meio De passeios ou atividades com fotografias , imagens ou relatos de moradores locais. • Promover momento de socialização com as famílias pelo menos duas vezes por semana.

	hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados em situações-problema relativas a quantidades, espaço físico e medida, utilizando a linguagem oral e a linguagem matemática. (EI03ET11) Ter confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situações matemáticas novas, utilizando seus conhecimentos prévios. (EI03ET12) Estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, demonstrando curiosidades, formulando perguntas, buscando informações e confrontando ideias, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana.		

13 Atendimento Educacional Especializado/ Educação Inclusiva

Atenderemos os casos denominados de inclusão, seja a deficiência de que ordem for com o intuito de não só socializarmos esse indivíduo com os demais membros de sua faixa etária, como também o consideraremos mais um aprendiz sob nossa responsabilidade, observando-se suas limitações e potencialidades. Para que isso se promova de forma efetiva buscaremos nos capacitar e buscar auxílio nas leituras, cursos existentes e especialistas nas deficiências portadas por nossos alunos. E os casos não diagnosticados, faremos o possível para que a escola junto com a família busque esse diagnóstico, como também um tratamento extraescolar para solucionar ou ao menos minimizar as consequências.

A Educação Inclusiva, fundamentada em princípios filosóficos, políticos e legais dos direitos humanos, compreende a mudança de concepção pedagógica, de formação docente e de gestão educacional para a efetivação

do direito de todos à educação, transformando as estruturas educacionais que reforçam a oposição entre o ensino comum e especial e a organização de espaços segregados para aluno alvo da educação especial.

Nesse contexto, o desenvolvimento inclusivo das escolas assume a centralidade das políticas públicas para assegurar as condições de acesso, participação e aprendizagem de todos os alunos nas escolas regulares, em igualdade de condições.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial é definida como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos, serviços e realiza o atendimento educacional especializado (AEE) de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos públicos-alvo da educação especial. Assim, na organização dessa modalidade na educação básica, devem ser observados os objetivos e diretrizes da política educacional, atendendo o disposto na legislação que assegura o acesso de todos a um sistema educacional inclusivo, onde se destacam:

- A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), no art. 205, a educação como um direito de todos e, no art.208 inciso III, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência preferencialmente na regular do ensino;
- A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), publicada pela ONU e promulgada no Brasil por meio do Decreto n°949/2009, determina no art. 24, que os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação; e para efetivar esse direito sem discriminação, com base na igualdade de oportunidades, assegurarão um sistema educacional inclusivo em todos os níveis;
- A Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem como objetivo garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ super dotação na escola regular, orientando para a transversalidade da educação especial, o atendimento educacional especializado, a continuidade a acessibilidade e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas;

- O Decreto n° 6.5712008, dispõe sobre o apoio e financeiro da União para ampliar a oferta do atendimento educacional especializado, regulamentado, no art. 9°, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebe atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular;
- A Resolução CNE/CEB n° 4/2009, institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional na Educação Básica, dispondo no art. 3°, que a educação especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades, tendo esse atendimento como parte integral do processo educacional.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008, p. 15) define o atendimento educacional especializado (AEE) com função complementar e/ou suplementar à formação dos alunos, especificando que o "atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidade específicas".

Esse atendimento constitui oferta obrigatória pelos sistemas de ensino para apoiar o desenvolvimento dos alunos público-alvo da educação especial, em todas as etapas, níveis e modalidades ao longo de todo o processo de escolarização. O acesso ao AEE é direito dos alunos, cabendo a escola orientar a família o quão é importante o atendimento.

O Decreto n° 6.571/2008 dispõe sobre o atendimento educacional especializado, definido no parágrafo 1° do art. 1°, como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente e prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. No parágrafo 2° do art. 1°, determina que o AEE integra a proposta pedagógica da escola, envolvendo a participação da família e a articulação com as demais políticas públicas.

Dentre as ações de apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação prevista nesse Decreto, destaca-se, no art. 3°, a implementação de salas de recursos multifuncionais, definidas como "ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos para a oferta do atendimento educacional especializado".

Para implementação do Decreto n° 6.571/2008, a Resolução CNE/CEB n° 4/2009, no art. 1°, estabelece que os sistemas de ensino devem matricular os alunos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou centros de atendimento educacional especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, e no seu art. 4° define o público-alvo do AEE como:

I. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;

II. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuro psicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Ret, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;

III. Alunos com altas habilidades/ super dotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas de conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

De acordo com essas diretrizes, no art. 5°, o AEE é realizado prioritariamente na sala de aula de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns. A elaboração e execução do Plano de AEE são de competência dos professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais em articulação com os demais serviços setoriais, conforme disposto no art. 9°.

O art. 10° determina que o Projeto Político Pedagógico da escola deve institucionalizar a oferta do AEE, prevendo na sua organização:

I. Salas de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II. Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III. Cronograma de atendimento dos alunos;
IV. Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
V. Professoras para o exercício da docência do AEE;
VI. Profissionais da Educação: tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais, guia intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente as atividades de alimentação, higiene e locomoção;
VII. Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, dom desenvolvido da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

De acordo com o disposto nesses documentos, o poder público deve assegurar aos alunos da educação especial o acesso regular e adotar medidas para a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e nas comunicações que impedem sua plena e efetiva participação nas escolas da sua comunidade, em igualdade de condições com os demais alunos.

A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas da Rede Pública é efetuada sem prejuízo das parcerias da Secretária de Educação com os demais órgãos responsáveis pelos serviços de saúde, trabalho, assistência e outros. E tem por finalidade o acesso a recursos e atendimentos clínicos e terapêuticos, as atividades ocupacionais, de recuperação, programas de geração de rendas mínimas e entre outros.

13.1 Estratégia de Compensação de Faltas

A frequência é registrada diariamente em documento próprio (Diário de Classe), no qual são registradas as presenças e ausências dos alunos. No calendário escolar são previstos 200 dias letivos, portanto os alunos precisam ter frequência de no mínimo 75%. Os casos de ausências significativas são verificados e notificados aos responsáveis, Secretária Municipal de Educação, Serviço Social e Conselho Tutelar.

Conforme previsto na Lei N° 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, art. 12 parágrafo VII, “os estabelecimentos de ensino têm o dever de informar o pai e a mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência dos alunos”.

Ainda de acordo com LDB (art. 12, parágrafo VIII), cabe às escolas "encaminhar ao Conselho Tutelar, a relação dos alunos com faltas". Os gestores devem não só entender as causas, mas também agir para evitar e reverter o abandono escolar.

Quanto ao Estatuto da Criança e do Adolescente, LEI 8069 de 13 de JULHO de 1990 em seu art. 56 diz:

"Os dirigentes de estabelecimentos de ensino comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I. Maus - tratos envolvendo seus alunos;

II. Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;

III. Elevados níveis de repetência".

13.2 Avaliação

As avaliações ocorrem durante a rotina diária através de observações e atividades diagnósticas no término de cada bimestre.

14 Projetos a serem desenvolvidos em 2022/2023

FEVEREIRO -Encantalendo -Meio Ambiente -Projeto JAÉ	MARÇO -Encantalendo -Meio Ambiente -Projeto JAÉ	ABRIL -Encantalendo -Meio Ambiente -Projeto JAÉ
MAIO -Encantalendo -Meio Ambiente -Projeto JAÉ	JUNHO/JULHO -Encantalendo -Meio Ambiente -Projeto JAÉ	AGOSTO -Intergeracionalidade -Projeto vai e vem -Encantalendo -Meio Ambiente -Projeto JAÉ
SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO

-Encantalendo -Meio Ambiente -Intergeracionalidade -Projeto conto de fadas -Projeto JAÉ	-Encantalendo -Meio Ambiente -Intergeracionalidade -Projeto conto de fadas -Projeto JAÉ	-Encantalendo -Meio Ambiente -Intergeracionalidade -Projeto conto de fadas -Projeto JAÉ
	DEZEMBRO -Encantalendo -Meio Ambiente -Intergeracionalidade -Projeto conto de fadas -Projeto JAÉ	

Objetivos dos projetos:

14.1 Projeto meio ambiente e horta/horto de plantas aromatizantes e medicinais

Justificativa:

A compreensão do meio ambiente deve ser trabalhada desde a infância, visando favorecer um relacionamento mais harmonioso entre homem e natureza, diferente das relações estabelecidas atualmente, que em sua maioria se reflete em desmatamento, poluição e extinção.

A horta medicinal, inserida no ambiente escolar pode ser um laboratório vivo que possibilita o desenvolvimento e diversas atividades pedagógicas e educação ambiental e saúde unindo com a prática de forma contextualizada, auxiliando no processo de ensino aprendizagem.

-Conceito de educação ambiental:

O conceito de educação ambiental passou por várias etapas durante o aprimoramento das ideias que surgiam a partir de discussões a cada reunião e com a realidade socioeconômica mundial, estabelecendo-se após a

conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento. Realizada no Rio de Janeiro em 1992 (conhecida como Rio-92) que invista que a educação ambiental estava sendo proposta como uma ferramenta para a formação de sociedade ambientalmente responsáveis Kloetzel (1998) define meio ambiente como sendo o "Conjunto de soluções, leis, influências e infraestrutura de ordem física, química, biológica e psíquica, que permite abrigo e rege a vida (e ainda a qualidade de vida e o bem-estar do cidadão) em todas as suas formas".

Deste modo torna-se notória a necessidade de abordarmos as questões que tangem a educação ambiental. Como educador, devemos contribuir para a formação de uma geração consciente em relação ao papel do cidadão voltado para uma valorização ética, social, econômica e ambiental, além de pensar numa escola que promova esse esse aprendizado, a fim de ensinar a importância de atitudes de preservação para que as gerações futuras não sofram com a destruição ambiental. Assim por perceber a necessidade de um trabalho que aborde discussões, esse projeto buscará desenvolver nas crianças uma cultura de sustentabilidade.

Objetivos gerais:

-Proporcionar o conhecimento a conscientização dos alunos da educação infantil a cerca dos assuntos que envolvam o meio ambiente e cidadania, desenvolvendo a construção de atitudes para a preservação e com o desenvolvimento sustentável.

Objetivos específicos:

-Despertar nas crianças valores e ideias de preservação da natureza e senso de responsabilidade para as gerações futuras; sensibilizar de forma lúdica sobre o uso sustentável de de recursos naturais através de suas próprias ações;

- Apresentar alternativas e soluções para as questões ambientais pertinentes no dia a dia escolar;

-Conscientizar a criança sobre a importância do meio ambiente e como a mesma está inserida neste meio;

-Estimular para que perceba a importância da criança na transformação do meio ambiente em que vive e o que as interferências negativas tem causado na natureza;

-Incorporar o respeito e o cuidado para com o meio ambiente;

-Reconhecer atitudes inadequadas com o meio ambiente

-Reconhecer os cuidados, procurando qualidade de vida para seres vivos;

-Estimular a mudança prática de atitudes e a formação de novos hábitos com relação a utilização dos recursos naturais;

-Conscientizar sobre o uso adequado e renovação de certas matérias primas, reciclagem.

1- Etapa:

Apresentação do tema aos alunos, conversa dividida a respeito do tema, interpretações, opiniões sobre o meio ambiente

Questão do lixo, da preservação do meio ambiente, trazendo a importância da reciclagem. Reaproveitar, reutilizar, respeitando a vida e a escola.

2- Etapa:

Aula extra classe, por turma, análise da realidade ambiental, com diferentes atividades pedagógicas. Campanha contra a dengue, um problema com o acumulo de lixo.

3- Etapa:

Reciclagem, explicar sobre a importância. Apresentar os símbolos da reciclagem que são usados para cada tipo de material no mundo inteiro.

4- Etapa:

Iniciar os trabalhos manuais, educativos, avisos que trazem informações importantes de alunos e a comunidade.

5- Etapa:

Preparação para a exposição de trabalhos

Culminância

Visita de agente de saúde, para falar sobre a dengue. Mostrar onde coleta a reciclagem da escola.

Avaliação:

A avaliação deverá ser contínua, através de observação e registro da participação e envolvimento dos alunos.

14.2 Projeto Intergeracionalidade:

-Termo vem sendo muito discutido nos últimos tempos. É a interação planejada de grupos de pessoas com diferentes idades, fases da vida.

-Promove melhora na cognição e estado de humor de idosos, outros benefícios são a quebra do preconceito com o processo de envelhecimento, a troca de experiências dos mais velhos com os mais novos, laços afetivos, transferência de cultura e valores, para construção de uma sociedade mais respeitosa e tolerante, com estratégia de proporcionar qualidade de vida.

Objetivos:

Estimular à comunicação intergeracional, pelo intercâmbio de vivências e experiências entre ambas as gerações. Os grupos são formados por crianças e idosos que se encontram sistematicamente.

Promove a educação ao longo da vida conduzindo a benefícios para todos, incluindo todas as gerações participantes, bem estar as sociedade e comunidades que as envolvem, a solidariedade intergeracional pode reverter o preconceito sociais frente ao envelhecimento, valorizar a história de vida,

bem como agregar na melhoria da qualidade de vida de jovens, adultos e idosos e seus efeitos se produzem na saúde e bem estar de cada grupo.

Algumas alternativas para promover a interação entre crianças e idosos e fortalecer esse relacionamento intergeracional:

-Narrativa: contar histórias é uma atividade que pode ajudar a estabelecer conexões entre idosos e crianças;

-Atividades manuais: muitas pessoas da terceira idade têm talentos e habilidades que poderiam ser interessantes para as crianças;

-Brincadeiras: as brincadeiras podem transformar momentos simples em divertimento tanto para os idosos quanto para as crianças;

-Refeição em família: reservar um momento para que as gerações se alimentem juntos é mais uma forma de criar laços afetivos.

14.3 Projeto Encantalendo

Objetivos:

-Envolver os professores da escola em um projeto de fomento à leitura;

-Trocar opiniões e discutir interpretações sobre aspectos dos contos;

-Despertar na criança o interesse e hábito pela leitura;

-Envolver as famílias na prática da leitura.

14.4 Projeto vai e vem

Objetivos:

-Estimular a leitura e a escrita;

-Aproximar a família da criança e da escola;

-Explorar a oralidade da criança;

-Gerar responsabilidade e o cuidado com o livro;

-Ampliar o seu vocabulário e seu repertório;

-Conhecer diferentes gênero textuais;

-Desenvolver o gosto pela leitura;

-Desenvolver a imaginação, a criatividade e o raciocínio ;

-Estimular a concentração e a atenção;

-Adquirir conhecimento e sequenciação de fatos;

-Promover o entretenimento, a diversão, a informação e o encantamento pela leitura, assim como, a expressar seus sentimento.

14.5 Projeto contos de fadas

Objetivos:

-Oportunizar o contato com diferentes Contos de Fadas;

-Possibilitar que as crianças familiarizem com o vocabulário e linguagem literária;

-Possibilitar a compreensão da função social da escrita;

-Proporcionar a reflexão e avanço sobre o sistema de escrita; colocando em jogo suas hipóteses e confrontando-as com as de seus colegas;

-Potencializar o papel do professor como modelo de leitor;

-Escrever utilizando os conhecimentos disponíveis sobre o sistema de escrita e as fontes de informação existentes na classe.

14.6 Indicadores da qualidade na educação relações raciais na escola, Educação Infantil

Projeto JAÉ

O racismo e a qualidade na educação

O que o racismo tem a ver com o direito humano à educação de todas as pessoas? Qual a relação entre o debate atual sobre como melhorar a qualidade da educação brasileira e as desigualdades raciais na educação?

Como o racismo e outras discriminações têm impacto nas condições do atendimento educacional, na aprendizagem e no desempenho escolar? O que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal referência atual para se medir a qualidade em uma rede de ensino, tem a ver com os efeitos do racismo?

De modo geral, os gestores e gestoras educacionais e muitos educadores se acostumaram à ideia de que uma coisa é pensar em qualidade educacional, ancorada nos sistemas de avaliação de larga escala, debatida em muitas reuniões e em grandes eventos, e outra é abordar a agenda de discriminações na escola. Desafios reconhecidos até como um problema "de fato", uma reivindicação "justa" de "grupos discriminados" diante da experiência histórica de exclusão – algo tão sério que até se tornou "lei" (como a Lei n. 10.639/2003, que alterou a lei máxima da educação brasileira, a LDB), mas que ainda impacta muito pouco as decisões do que é prioritário nas escolas e políticas educacionais.

Com esta publicação, queremos chamar a atenção para o fato de que a relação entre qualidade educacional e racismo no Brasil é muito mais profunda do que se imagina, como apontam diversas pesquisas1 . O aprimoramento de estratégias e políticas que promovam a qualidade educacional e o direito humano à educação no Brasil exige enfrentar esse que é um dos grandes desafios históricos, ainda negado e invisibilizado nos debates sobre a educação brasileira. O salto de qualidade também passa por aí.

Um grande obstáculo ao direito humano à educação

Durante muito tempo, a ideia de raça foi encarada como um conceito biológico, defendido por teorias racistas do século XIX, noção que foi duramente denunciada e superada. Em dias atuais, a raça é assumida por movimentos negros e outros movimentos sociais, e também por pesquisadores/as, como um conceito político que nos permite compreender determinadas desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas – construídas e vivenciadas historicamente em função de características físicas ou de origem regional ou cultural – e atuar pela superação delas.

Tal perspectiva nos permite entender o racismo como fenômeno que desumaniza pessoas e marca estruturalmente a distribuição desigual de

acesso a oportunidades, recursos, informações e poder no cotidiano, na sociedade e nas políticas de Estado – fenômeno esse que é revelado por diversas estatísticas de institutos de pesquisa e denunciado por movimentos de mulheres e homens negros, entre outros movimentos sociais.

1. Entre as pesquisas, destacamos Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar, coordenada por José Afonso Mazzon e realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe/USP), a pedido do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira (INEP/MEC). A partir de levantamento nacional, a pesquisa mostra que as escolas que vivenciam mais o preconceito e a discriminação apresentam piores médias na Prova Brasil, avaliação educacional desenvolvida anualmente pelo governo federal em todas as escolas brasileiras de Ensino Fundamental. O relatório da pesquisa Preconceito e Discriminação

está disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>.

13056-EducativaQualidadeRev_INTRO_Af3.indd 11
7/8/13 3:49 PM12

DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL

O Brasil tem apresentado, nos últimos anos, avanços importantes em vários indicadores sociais. No entanto, essa melhoria pouco tem alterado as desigualdades raciais no país.

Alguns dados que ilustram o desafio:

• a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por raça/cor, era de 13,7% entre os negros, enquanto para os brancos era de 5,9% (IBGE/2010). Veja outros dados sobre educação na Dimensão 4 (Acesso, permanência e sucesso na escola);

• 8,5% da população brasileira é extremamente pobre, sendo 70,8% dela constituída por famílias negras. Nesse grupo incluem-se famílias sem rendimento ou as que vivem com renda per capita de até R$ 70,00 (IBGE/2010);

•no rendimento médio do trabalho por raça/cor, os homens brancos recebiam o valor mensal de R$ 1.817,70; as mulheres brancas, R$ 1.251,87; os homens negros, R$ 952,14; e as mulheres negras, R$ 702,17 (IBGE/2010);

• segundo estudo de 2012 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na faixa etária de 15 a 24 anos, as jovens mulheres negras expunham os

maiores índices de desigualdade, com taxa de desemprego de 25,3%. O número era 12,2% superior ao grupo de jovens homens brancos (13,1%);

• o Mapa da Violência 2012 aponta que as taxas de homicídio para cada 100 mil habitantes entre 1980 e 2010 cresceram de 11,7 para 26,2. Enquanto o número de homicídios de brancos caiu em 27,1% entre 2002 e 2010, entre os negros houve aumento de 19,6% no mesmo período. Se em 2002 morriam proporcionalmente 45,8% mais negros do que brancos, em 2010, o índice chegou a 139%.

Nas relações cotidianas, o racismo prejudica o desenvolvimento da autoconfiança e autoestima de milhões de pessoas negras, indígenas e de outros grupos sociais discriminados. Ele também é um obstáculo para a construção de relações respeitosas, de reconhecimento positivo e de solidariedade entre as pessoas, ao alimentar a ideia de uma sociedade hierarquizada, na qual uns "valem mais que outros", que determinadas histórias e culturas são melhores do que outras. Em decorrência disso,

é possível entender – mas não aceitar – o lugar ainda estereotipado e desvalorizado da cultura e da história africana e afro-brasileira na construção da identidade e da nacionalidade brasileira.

Mais do que nas relações pessoais, o racismo está presente, de forma enraizada, nas instituições – é o chamado racismo institucional. Trata-se de um obstáculo muito concreto para o acesso ao direito à educação e a outros direitos humanos. É um obstáculo para que todos participem de maneira igualitária, a partir de suas diferenças, da esfera pública e da construção

de uma sociedade efetivamente democrática. O racismo institucional aumenta as barreiras para o acesso à aprendizagem em um sistema educacional caracterizado historicamente por diversos

problemas, desafios e desigualdades.

O que queremos destacar é que não é possível garantir o direito humano à educação de qualidade para todos e todas no Brasil sem enfrentar as desigualdades e discriminações de raça, articuladas a outras desigualdades que marcam a realidade brasileira, como as de renda, gênero (homens e mulheres), região, campo/cidade, as relativas a deficiências, orientação sexual, entre outras. Ou seja, ao deixar de enfrentar tais problemáticas de modo adequado, as políticas educacionais cometem omissão perversa e

mantêm grandes obstáculos à garantia do direito humano à educação para a população, a sua maioria constituída por pessoas negras.

A herança racista na política educacional

É necessário ter consciência de que a história da política educacional no Brasil, e de seus graves problemas de qualidade, é marcada profundamente pelo racismo, entendido de maneira ampla pela negação do outro, pelo não reconhecimento pleno da condição humana àquelas e àqueles considerados diferentes em decorrência de determinadas características físicas ou heranças culturais.

O racismo deu base para que a elite econômica do começo do século XIX, pós-independência do Brasil, em 1822, justificasse a falta de investimento em uma política universal de educação pública como parte de um projeto de nação2 . Naquela época, a gigantesca maioria da população do recém-
-criado país era constituída por mulheres e homens descendentes de diferentes povos africanos, com suas diversas culturas, conhecimentos, línguas e histórias – pessoas que, em decorrência da experiência da escravização, eram chamadas (de modo homogêneo e pejorativo) de negras3 . Muito tempo depois, o termo negro foi ressignificado pelos movimentos negros do Brasil e de outros países, adquirindo um caráter de afirmação positiva da população negra como sujeito político na luta contra o racismo centrado na cor da pele.

No entanto, no recente país independente do século XIX, essa grande população negra era temida por muitos setores das elites econômicas em decorrência dos inúmeros movimentos de resistência e rebeliões contra o sistema escravagista, que surgiram desde quando os primeiros navios negreiros aportaram em terras brasileiras, no século XVI. Nesses movimentos, a educação ocupou muitas vezes um lugar de destaque. Foram nas fazendas, nos quilombos, nas irmandades religiosas, em clubes, terreiros de candomblé, oficinas profissionais e diversos outros espaços que experiências educativas promovidas por coletivos de pessoas negras se multiplicaram em todo o país , ampliando o acesso à escolarização à margem do Estado e à luta pelo direito à educação, mesmo depois da Abolição da Escravatura, em 1888.

A República foi proclamada em 1889, e o investimento em uma política de educação universal não vingou. Foi somente a partir da década de 1930, após o forte investimento na imigração europeia como forma de “branquear” a população brasileira, que a proposta de uma política de educação pública avançou, em meio a conflitos entre grupos progressistas e conservadores, expressos na Constituição de 1934. Dessa disputa política, em prol da democratização da educação pública, fizeram parte diversos movimentos e organizações negras, destacando-se entre elas a Frente Negra Brasileira, criada em 1931 na cidade de São Paulo, e o Teatro Experimental do Negro, surgido no Rio de Janeiro em 1944. Depois vieram os golpes políticos e uma nova tentativa de construir um projeto republicano de educação ancorado na Constituição de 1961, que também foi sabotado pelo golpe militar de 1964.

A construção de uma política educacional nacional foi assumida pela ditadura militar (1964-1985) como parte de seu projeto desenvolvimentista, baseado em um modelo de expansão do acesso à escolarização com baixo investimento por aluno e forte desvalorização salarial do professorado – profissionais que viram seu poder de compra e voz despencar, assim como outros sujeitos políticos da época, submetidos à profunda repressão que assolou o país.

2. CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à Educação: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742002000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 abr. 2013.

3. É importante lembrar que o uso do termo negro no período de escravização, mais do que descrever a cor de pele escura, referia-se à relação de dominação imposta pela elite escravocrata sobre africanos(as) e seus descendentes.

4. SANTOS, Lays Regina Batista Macena Martins dos; BARROS, Surya Aaronovich Pombo. Estado da arte da produção sobre história da educação: o negro como sujeito na história da educação brasileira. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, experiências educativas desenvolvidas em escolas, comunidades e

movimentos sociais buscaram evidenciar a existência das muitas desigualdades sociais, do racismo, do sexismo e de outras formas de discriminação, bem como propor novas perspectivas para a educação.

O processo de democratização e a Constituição Brasileira de 1988 trouxeram novas esperanças, conquistas de movimentos sociais na legislação e avanços em muitas políticas locais e estaduais, que foram em grande parte minimizadas pela onda das reformas neoliberais dos anos 1990 na América Latina. Reformas que pregavam o enxugamento do Estado e defendiam a diminuição dos gastos públicos já insuficientes diante da gigantesca e histórica dívida social brasileira. O acesso à educação cresceu, o país chegou quase à universalização com relação à etapa obrigatória do Ensino Fundamental na década de 1990, mas tudo com base em uma educação de baixa qualidade.

Em 1995, a Marcha Zumbi dos Palmares, promovida por diversos movimentos negros em Brasília, foi um importante marco na denúncia do racismo presente no Estado brasileiro e de como ele atua para comprometer o acesso da população negra a certos direitos, entre eles, o da educação .

Apesar de importantes avanços legais nas últimas décadas, de modo geral, podemos dizer que da negação do outro como ser humano, como detentor de direitos, que caracterizou a história brasileira desde o século XVI e grande parte do século XX, passamos por políticas que reconheceram o direito ao acesso à educação, mas garantido ainda com base em uma educação de baixa qualidade; uma educação para uma sociedade hierarquizada, fortemente desigual; uma educação para uma inserção precária no mundo da aprendizagem.

Avançar rumo a uma educação de qualidade para todos e todas é superar a herança racista e a histórica tolerância para com as desigualdades sociais que ainda marcam a sociedade e o Estado brasileiros. É apostar em políticas que efetivamente garantam o direito humano à educação, pensado sempre em profunda articulação com os demais direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, reconhece o direito humano à educação em seu artigo 26 e estabelece que o objetivo da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos.

Os direitos humanos são um conjunto de princípios comprometidos com a garantia da dignidade humana. Eles são universais (para todas as pessoas), interdependentes (todos os direitos humanos estão relacionados entre si e um não tem mais importância que o outro), indivisíveis (não podem ser fracionados) e devem ser exigidos frente aos governos por meio da pressão política da sociedade e de ações jurídicas. O Brasil assinou diversos documentos internacionais, com força de lei, que reconhecem a todas as pessoas o direito humano à educação.

Mas que qualidade educacional é essa?

Há um consenso nacional de que é necessário melhorar a educação brasileira, de que é necessário avançar em qualidade. Mas, com um olhar e ouvidos mais atentos, percebemos que atrás desse consenso há diferentes perspectivas e entendimentos do que é qualidade educacional e de quais são os caminhos para alcançá-la. A discussão a respeito desse assunto é fundamental para entendermos qual a relação entre qualidade educacional, direito humano à educação e relações raciais.

Muitos acreditam que qualidade educacional é apenas responder às demandas do mercado de trabalho, e que basta construir mais escolas, aprimorar a gestão educacional, distribuir computadores, acompanhar de perto os professores e professoras ou criar novas avaliações das escolas para alcançá-la.

Nosso entendimento é de que qualidade educacional é algo que tem de ser negociado e construído socialmente, ou seja, não se trata de um conceito pronto e acabado. A qualidade da educação de um país deve estar sintonizada com os anseios da sociedade por justiça, democracia e qualidade de vida para todos e todas, com respeito ao meio ambiente do qual somos parte. Ela está comprometida com a formação de pessoas como sujeitos de direitos e de vida plena, e com a concretização do direito humano à educação. Direito que toda pessoa tem, ao longo da vida, de aprender em diferentes espaços, de se apropriar de conhecimentos historicamente construídos pela humanidade e do progresso científico e de suas aplicações. Direito de ter as próprias formas de expressão e de vida, a própria estética, as próprias histórias e saberes reconhecidos como detentores de igualdade, dignidade e

legitimidade, tanto no que é ensinado dentro da sala de aula como no cotidiano das demais relações sociais.

Eixos fundamentais

Para alcançar a qualidade educacional, destacamos três eixos fundamentais: garantir as condições materiais, promover a participação social efetiva e enfrentar desigualdades e discriminações. Esses eixos se relacionam às dimensões da qualidade em educação: 1) acesso à escolarização (am
pliação da oferta educativa e estímulo à demanda social por direito à educação); 2) insumos (condições concretas da oferta educativa: infraestrutura, valorização das(dos) profissionais de educação, materiais educativos etc); 3) processos (pedagógicos, participativos, avaliativos e de gestão) e 4) equidade educativa (superação das desigualdades e discriminações e condições de permanência e
sucesso na escola).

A qualidade exige condições materiais para sua efetivação. As condições materiais são chamadas de insumos, que se relacionam à melhoria da infraestrutura e funcionamento das escolas; à valorização urgente dos e das profissionais de educação; à existência de materiais didáticos e paradidáticos; à garantia de condições não somente de acesso, mas de permanência e sucesso de crianças, jovens e adultos nas aprendizagens escolares.

O acesso aos insumos também é marcado pelas desigualdades raciais, de renda, de gênero, regionais, campo/cidade etc. O financiamento da educação deve garantir os recursos financeiros necessários para que tal qualidade seja alcançada. Essa é a base da proposta do Custo Aluno Qualidade, desenvolvida pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2007)5 . Tal financiamento também deve ser sensível às desigualdades, apostando em políticas redistributivas e garantindo condições de equidade para as regiões que concentram os piores indicadores sociais, como periferias das cidades e áreas rurais, entre elas, territórios quilombolas e indígenas.

Para avançarmos na qualidade, é necessário apostarmos na participação efetiva, no fortalecimento da gestão democrática, na ampliação da roda de diálogo, na multiplicação das vozes no debate público, que expressem a diversidade – uma participação pensada como formação de uma cultura democrática e que não tolere as desigualdades; uma participação como fator

de controle social e de aprimoramento das políticas e como estímulo à demanda social por direito humano à educação de qualidade.

Nesse ponto, é fundamental destacar a importância de os sistemas de avaliação educacional efetivamente valorizarem a participação e as vozes dos sujeitos escolares (estudantes, familiares, profissionais de educação, ativistas comunitários etc.), visando aprimorar a própria avaliação, dotá-la de sentido e de potencial transformador, articulando a avaliação da realidade escolar à avaliação das políticas educacionais. A coleção Indique (Indicadores da Qualidade na Educação) está comprometida com essa perspectiva.

Além disso, a qualidade educacional exige traduzir nas práticas educativas e no cotidiano das relações escolares um conjunto de normativas internacionais e nacionais, com força de lei, que

transformem a escola em um lugar que de fato reconheça a diversidade humana, valorizando estéticas, conhecimentos e histórias ainda negadas e desqualificadas. É preciso atuar de forma a reconhecer e superar o racismo e outras discriminações e desigualdades que se manifestam de muitos modos no dia a dia de creches, escolas e universidades, e no processo de tomada de decisões e de implementação das políticas educacionais.

É a partir desses eixos fundamentais que vamos iniciar o nosso trabalho com os Indicadores da Qualidade de Educação – Relações Raciais na Escola.

Na próxima seção, apresentaremos algumas ideias de como utilizar o material em escolas e comunidades, a fim de mobilizar estudantes, profissionais de educação, gestores, familiares, integrantes das comunidades do entorno e muitas outras pessoas, para discutir formas de superação do racismo no cotidiano escolar e na sociedade. Afinal, superar o racismo no mundo da escola e nas políticas educacionais é um desafio de todos e todas.

Vamos em frente!

COMO UTILIZAR OS INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO – RELAÇÕES RACIAIS NA ESCOLA

Assim como os outros Indicadores da Qualidade na Educação, existem muitos jeitos de utilizar os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola. O material é um instrumento de autoavaliação escolar bastante flexível que pode ser utilizado e adaptado de acordo com a

criatividade, a experiência, as condições e a realidade de cada escola. A seguir, vamos apresentar algumas ideias para alimentar o processo de utilização dos Indicadores por parte de sua escola.

• É importante que a escola constitua um grupo de pessoas para organizar o processo de utilização dos Indicadores. Na medida do possível, o grupo deve ser composto por gestores/as escolares, coordenadores/as pedagógicos/as, professores/as, familiares e estudantes, com diferentes pertencimentos raciais presentes na comunidade escolar.

• É fundamental que o Conselho Escolar esteja envolvido em todo o processo de utilização dos Indicadores, contribuindo também para mobilizar o conjunto da escola. Lembramos que o racismo é um obstáculo para a melhoria da qualidade da educação e um desafio a ser enfrentado por todos e todas, não somente por ativistas e educadores/as que sempre trabalharam com a questão racial.

• Os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola foram elaborados para escolas de Ensino Fundamental. O trabalho com eles pode ser desenvolvido em articulação com os Indicadores da Qualidade na Educação (Ensino Fundamental). Parte dos Indicadores da Qualidade de Educação – Relações Raciais na Escola também pode ser adaptada para a Educação Infantil e usada em articulação com os Indicadores da Qualidade na Educação (Educação Infantil). O mesmo grupo da escola/creche pode avaliar a pertinência de articular esses processos e fazer as adaptações necessárias à etapa (Educação Fundamental, Educação Infantil e Ensino Médio) e modalidade educacional, às condições e à realidade da instituição educativa.

• O planejamento do trabalho com os Indicadores deve prever a mobilização da comunidade escolar, definir o tempo necessário, preparar o espaço físico para que ele seja acolhedor e providenciar os materiais que serão usados nas atividades. Vamos a essas etapas!

O que são Indicadores?

Indicadores são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo. Por exemplo, para saber se uma pessoa está doente, usamos vários indicadores, tais como febre, dor, desânimo etc. Para saber se a economia vai bem, usamos como elementos indicadores, entre outros, a

inflação e a taxa de juros. A variação dos indicadores nos possibilita constatar mudanças (a febre que baixou significa que a pessoa está melhorando, a taxa de juros mais baixa no último ano diz que a economia está melhorando etc.). Neste contexto, os indicadores apresentam a qualidade da escola em relação a um importante elemento de sua realidade: o das dimensões. Com um bom conjunto de indicadores tem-se, de forma simples e acessível, um quadro de sinais que possibilitam identificar o que vai bem e o que vai mal no contexto escolar, de forma que todos tomem conhecimento e tenham condições de discutir e decidir as prioridades de ação para sua melhoria.

Mobilização da comunidade

A mobilização da comunidade escolar (estudantes, familiares, profissionais de educação, integrantes de organizações comunitárias etc.) para participar da avaliação é um pontochave de todo o processo. Quanto mais pessoas dos diversos segmentos se envolverem em ações para a melhoria da qualidade educacional, maiores serão os ganhos para crianças, adolescentes, jovens e adultos que estudam; maiores serão os ganhos para a escola, a sociedade e a educação do país. O uso dos Indicadores pode fortalecer os vínculos entre escola e a comunidade do entorno.

É muito importante que todos os segmentos da comunidade sejam convidados a participar, não somente aqueles mais atuantes no dia a dia da escola. O grupo responsável pela preparação da escola para avaliação deve usar a criatividade para mobilizar pais, mães e outros responsáveis, professoras/es, funcionárias/os, conselheiras/os tutelares e da educação, além de outras pessoas, grupos e instituições da comunidade.

Cartas e bilhetes para os familiares, faixas na frente da instituição, divulgação no jornal, no transporte público, na rádio e TV local, nas redes sociais e em diferentes espaços da internet, além da discussão da proposta com crianças, adolescentes, jovens e adultos, são algumas das possibilidades. Especial atenção deve ser dada ao convite para que grupos e organizações locais, entre elas as do movimento negro, participem do processo.

Dimensões dos Indicadores

Este material foi elaborado para apoiar a escola no diagnóstico dos seus problemas e na busca de soluções para a melhoria da qualidade educacional,

tendo como focos a superação do racismo no cotidiano escolar e a implementação da Lei n. 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola são compostos por sete dimensões:

(1) Relacionamentos e atitudes – é a dimensão que introduz e concretiza, por meio de perguntas aos/às participantes, o que significa abordar as relações raciais no cotidiano escolar em seus diferentes aspectos.

(2) Currículo e prática pedagógica – a dimensão estimula discussões sobre quais perspectivas e conteúdos a escola prioriza nos processos de ensino-aprendizagem e como eles são abordados junto aos alunos no sentido de promover uma escola mais sintonizada com a realidade, a diversidade de saberes, experiências, histórias e estéticas, e com a igualdade racial e os direitos humanos.

(3) Recursos e materiais didáticos – a dimensão aborda a existência, o acesso, o uso e a organização de recursos e materiais didáticos que apoiem processos pedagógicos comprometidos com o ensino da história e da educação brasileira, bem como a educação das relações raciais, previstos na Lei n. 10.639/2003 e em suas Diretrizes.

(4) Acompanhamento, permanência e sucesso dos/das estudantes na escola – a dimensão problematiza as condições da escola para garantir a permanência e o sucesso de todos os seus estudantes na aprendizagem, em especial dos alunos e alunas negras e de outros grupos social e historicamente discriminados.

(5) A atuação das/dos profissionais de educação – a dimensão chama a atenção para o papel fundamental dos profissionais da educação na construção de uma educação antirracista e não discriminatória. Apresenta questões que estimulam a reflexão dos profissionais sobre suas concepções de relações raciais e de como elas impactam o cotidiano escolar.

(6) Gestão democrática – a dimensão traz um conjunto de questões que partem do entendimento de que o desenvolvimento de uma gestão democrática “pra valer” anda de mãos dadas com o reconhecimento e a valorização efetiva da diversidade na escola.

Faz perguntas que provocam a escola a refletir até que ponto seus processos e condições estimulam e garantem a participação da comunidade escolar e quais os mecanismos que operam contra isso.

(7) Para além da escola – a dimensão estimula a escola a refletir que o avanço na garantia do direito humano à educação passa por sua maior articulação com a comunidade do entorno, com os movimentos sociais – entre eles, os movimentos negros e com outras instituições, setores governamentais e grupos que devem compor a rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990), como conselhos tutelares, unidades de saúde, serviços de assistência social, sistema de justiça etc.

Cada uma dessas sete dimensões do material reúne um conjunto de indicadores. Cada indicador é composto por duas partes: um pequeno texto que explica o que ele é e um grupo de perguntas bem concretas para estimular o debate da comunidade escolar, que estará reunida para avaliar os desafios da escola e, posteriormente, construir um plano de ação.

Para facilitar a avaliação, sugere-se que as pessoas atribuam cores às perguntas contidas em cada um dos indicadores. As cores simbolizam a avaliação que é feita: se a situação é boa ou satisfatória, coloca-se a cor verde; se é média, coloca-se a cor amarela; se é ruim (ou há um grande caminho ainda para se trilhar), a cor é vermelha.

Outros materiais da coleção Educação e Relações Raciais

Os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola integram a coleção Educação e Relações Raciais na Escola. A coleção foi desenvolvida1 a partir do trabalho da Ação Educativa com escolas e do acúmulo da instituição no desenvolvimento de metodologias participativas, do diálogo com experiências internacionais e nacionais de educação das relações raciais – em especial, as desenvolvidas por organizações do movimento negro brasileiro2 – e com outras experiências comprometidas com uma educação não discriminatória e de promoção dos direitos humanos.

Eis o objetivo da coleção Educação e Relações Raciais: contribuir com um leque de metodologias que estimulem e organizem o envolvimento do conjunto da comunidade escolar em estratégias de promoção da igualdade

racial nas instituições educativas, entendida como componente-chave para a melhoria da qualidade educacional do país.

As metodologias baseiam-se no seguinte triângulo conceitual:

As metodologias visam a construção de um ambiente escolar favorável, a promoção da corresponsabilidade e a definição de um conjunto de ações planejadas coletivamente que possam contribuir de forma mais sistemática para o enfrentamento do racismo. Nesse sentido, a proposta também visa reconhecer, potencializar e articular ações já desenvolvidas por escolas, secretarias de educação, universidades e organizações não governamentais destinadas a promover a igualdade racial na educação.

Além dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola, a coleção é composta também por:

1. Afro-brasilidades em Imagens. Conjunto de nove cartazes produzidos por artistas plásticos a partir de temas que emergiram do trabalho de Ação Educativa com escolas públicas. O material vem contribuir para suprir uma grande lacuna: a falta de imagens no ambiente escolar (nas salas de aula, no pátio etc.) que afirmem positivamente a população negra nas escolas. Os cartazes abordam os seguintes temas: cabelos, Áfricas, mídia e negritude, arte e cultura, ciência e produção de conhecimento, mulheres e meninas negras, resistências e movimentos sociais, povo negro em diferentes espaços sociais e a diversidade na escola.

2. Guia Metodológico. O guia aborda a metodologia construída por Ação Educativa e suas muitas possibilidades a serem exploradas, recriadas e adaptadas para diferentes contextos escolares. O Guia contém uma seção dedicada a sugestões de trabalho e abordagem – dentro e fora da sala –

relativas ao conjunto dos nove cartazes que compõem a totalidade do material.

3. Vídeo 1 – Educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade escolar (16 minutos). Construído a partir da linguagem da animação, o vídeo apresenta os desafios envolvidos no enfrentamento do racismo e na valorização da cultura e da história africana e afro-brasileira no ambiente escolar. Apresenta as bases da metodologia do projeto Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar e busca sensibilizar estudantes, profissionais de educação e familiares sobre a importância de uma ação articulada no ambiente escolar e na comunidade.

4. Vídeo 2 – Educação e relações raciais: diálogos Brasil e África do Sul (58 minutos). O foco desse vídeo é o lugar da agenda racial nas políticas educacionais no Brasil e na África do Sul, dois países marcados por democracias recentes e históricas e profundas desigualdades raciais. A partir de entrevistas com gestores, pesquisadores(as) e ativistas dos dois países, o vídeo explicita os desafios colocados para o campo das políticas públicas. Esse vídeo é um material mais complexo e adensado, que pode ser utilizado na íntegra ou em capítulos (introdução, parte Brasil, parte África do Sul).

Os materiais da coleção Educação e Relações Raciais (cartazes, vídeos e publicações) podem ser utilizados de forma combinada ou isolada em diversos momentos e espaços da vida escolar: em atividades pedagógicas em sala de aula, no pátio, em horários de planejamento pedagógico e de formação de professores, em reuniões de pais, mães e familiares, em festas, reuniões do grêmio estudantil etc.

Nas atividades vinculadas ao uso dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola, o vídeo 1 pode ser utilizado para estimular o debate e uma primeira aproximação dos participantes com a proposta. Os cartazes podem ser utilizados nos espaços nos quais serão discutidos os Indicadores em grupo ou em plenária. O vídeo 2 (principalmente a parte brasileira) pode ser utilizado na etapa de formação e preparação do grupo que impulsionará o uso dos Indicadores na escola. O Guia Metodológico traz muitas outras ideias para estimular e manter o debate vivo na comunidade

escolar sobre a problemática e a implementação das metas do Plano de Ação na escola.

Além dos outros Indicadores (Ensino Fundamental e Educação Infantil), o conjunto dos materiais da coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar está disponível para download gratuito nos sites www.indicadoreseducacao.org.br e www.acaoeducativa.org.br.

Como conduzir a avaliação com os Indicadores

É importante que todos e todas as participantes entendam os objetivos dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola e também os principais conceitos utilizados. Uma explicação sobre a atividade a ser realizada, sobre o conteúdo e os objetivos deste trabalho na escola é um bom caminho. Como já colocado, pode ser utilizado também o vídeo 1 (Educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade escolar), disponível no site www. indicadoreseducacao.org.br.

Para tanto, pode ser feita uma reunião prévia com professoras/es, coordenadoras/es pedagógicas/os e funcionárias/os. Professores, diretores e coordenadores pedagógicos estão mais familiarizados com os termos utilizados na área da educação, mas o envolvimento de familiares e ativistas que atuam no campo da igualdade racial também pode contribuir muito com o desenvolvimento do trabalho. A preparação prévia desses profissionais de educação ajuda na tarefa de explicar aos demais, no dia da avaliação, termos e assuntos que não sejam do conhecimento de todos. O Guia Metodológico e o vídeo 2 também podem auxiliar.

Com relação à duração do processo de utilização dos Indicadores, ela pode ser variada. Pode ser feita de forma concentrada, em um ou dois dias, ou ser distribuída em um conjunto maior de dias, ou ainda ocorrer por meio de encontros periódicos realizados ao longo de seis meses. O importante é planejar o começo e o fim do processo e estabelecer um prazo para que a avaliação seja concluída e dela resulte a construção coletiva de um plano de ação, composto por metas viáveis para enfrentar o desafio e alterar a situação identificada.

Uma exposição para iniciar os trabalhos de uso dos Indicadores – por meio de cartazes, murais, quadros, retroprojetor ou apresentação de computador –

pode ajudar todos participantes a compreender o objetivo dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola e quais serão os passos para a realização da avaliação.

Uma das propostas de uso é dividir os participantes da comunidade escolar em seis grupos.

Numa primeira etapa de discussão, todos os grupos devem discutir a Dimensão 1 (Atitudes e relacionamentos). Essa dimensão apresenta questões que introduzem e concretizam para os participantes o que significa abordar as relações raciais no cotidiano escolar.

Em uma segunda etapa do debate, cada um dos seis grupos pode discutir as demais dimensões da publicação (de 2 a 7). Para possibilitar a participação de todos na discussão, é conveniente que os grupos tenham no máximo vinte pessoas. Cada grupo deve ser composto por representantes dos vários segmentos da comunidade escolar e deve contar com um(a) coordenador(a) e um(a) relator(a). Se não houver número suficiente de pessoas, um mesmo grupo pode trabalhar com mais de uma dimensão. Mas essa não é a situação ideal, porque diminui o tempo da discussão.

É importante que os coordenadores e relatores dos grupos que discutirão as dimensões sejam definidos antes do início da avaliação. Há pessoas que têm um perfil mais adequado para essas funções. O coordenador cuidará para que todas as perguntas sejam respondidas no tempo previsto, buscando chegar, depois da discussão, a consensos sobre a situação da escola em relação aos indicadores ou identificando as opiniões conflitantes quando não for possível estabelecer um consenso.

Além disso, ele ajudará o grupo a compreender como se dá o processo de atribuição de cores (é muito importante que essa pessoa tenha o conceito bem nítido para ajudar os demais!). O relator será responsável por tomar nota, cuidar da elaboração do quadro-síntese e expor na plenária o resultado da discussão do grupo, com base nesse quadro. Os materiais que serão utilizados nas discussões coletivas precisam ser organizados com antecedência. É preciso ainda definir os locais da plenária e de cada grupo de trabalho. A identificação desses locais com números ou nomes facilita a distribuição das pessoas nos diversos grupos.

Discussão das dimensões em grupos

Como já abordado, os participantes do processo de uso dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola devem ser divididos em grupos de até vinte pessoas. É importante lembrar que, quanto menor o grupo, mais chance haverá de todos participarem e da discussão ser mais aprofundada.

É importante destacar que algumas dimensões são maiores e outras menores, portanto, alguns grupos terminam suas discussões antes de outros. Para que os participantes das dimensões menores não se sintam desestimulados a esperar pela realização da plenária, pode-se propor que um mesmo grupo discuta duas pequenas dimensões.

Conforme o contexto escolar, também podem ser compostos grupos somente com estudantes, para que eles e elas se sintam mais à vontade para colocar e discutir seus pontos de vista. O coordenador cuidará, primeiramente, para que todas as perguntas sejam respondidas, buscando chegar, depois da discussão, a consensos sobre a situação da escola em relação aos indicadores ou identificando as opiniões conflitantes quando não for possível estabelecer um consenso. Quanto ao relator, será responsável por tomar nota e expor na plenária o resultado da discussão do grupo.

As perguntas referem-se a ações, atitudes ou situações que mostram como está a escola em relação ao tema abordado pelo indicador. Cada pergunta será discutida pelo grupo e receberá uma cor: verde, amarelo ou vermelho.

- Caso o grupo avalie que essas ações, atitudes ou situações estão consolidadas na escola, deverá atribuir a elas a **cor verde**, indicando que o processo de melhoria da qualidade já está num bom caminho.
- Se na escola essas atitudes práticas ou situações ocorrem de vez em quando, mas não podem ser consideradas recorrentes ou consolidadas, o grupo lhes atribuirá **cor amarela**, o que indica que elas merecem cuidado e atenção.
- Caso o grupo avalie que essas atitudes, situações ou ações são inexistentes ou quase inexistentes na escola, atribuirá a elas a **cor vermelha**. Nesses casos, a intervenção precisa ser imediata.

As cores atribuídas às perguntas ajudarão o grupo a ponderar e decidir qual das três cores reflete com mais precisão a situação da escola em relação a cada indicador. Por sua vez, para atribuir uma cor à dimensão, também será

importante visualizar as cores atribuídas aos indicadores. Não se trata de gerar uma média das respostas para se chegar às cores dos indicadores e da dimensão. A partir das cores atribuídas às perguntas, o grupo avalia qual cor representa melhor o indicador e, depois, da mesma forma, a dimensão.

EXEMPLO:

3. Distribuição de afeto e atenção e fortalecimento de relações de amizade

1) As crianças negras têm oportunidade de conhecer e ouvir por parte das professoras(es) falas positivas sobre sua estética (beleza), história, e a vida de pessoas negras no Brasil e no mundo?

2) Todas as crianças negras recebem carinho, elogios e atenção dos professores e professoras e agentes escolares tanto quanto às demais crianças?

3) Há preocupação em escutar e compreender a situação de vida, os diferentes jeitos de participar e as diferentes formas de se comunicar e de aprender de todas as crianças?

4) A escola desenvolve atividades que estimulem maior interação e relações de amizade e solidariedade entre seus alunos e alunas para além dos grupinhos de amigos já existentes?

Materiais necessários

Na medida do possível, cada participante da avaliação deverá receber uma cópia da parte desta publicação com a explicação das dimensões e seus respectivos indicadores e perguntas. O ideal é que todos disponham do conjunto completo das dimensões, mas, se isso não for possível, cada participante deve, pelo menos, ter acesso à lista dos indicadores e das perguntas da dimensão que serão discutidos no seu grupo.

- Cada participante deve receber caneta ou lápis para fazer suas anotações.
- Cada grupo deve ter um cartaz com o quadro-síntese, para que todos possam visualizar o resultado da avaliação.
- Para registrar as cores no quadro-síntese, podem ser utilizados lápis ou canetas nas cores verde, amarelo e vermelho.
- Para facilitar a manifestação de opiniões quanto às cores atribuídas às perguntas e aos indicadores, podem-se fornecer a cada participante cartões com as cores verde, amarelo, vermelho e branco (este em caso de abstenções). Levantando os cartões durante a reunião do grupo ou na

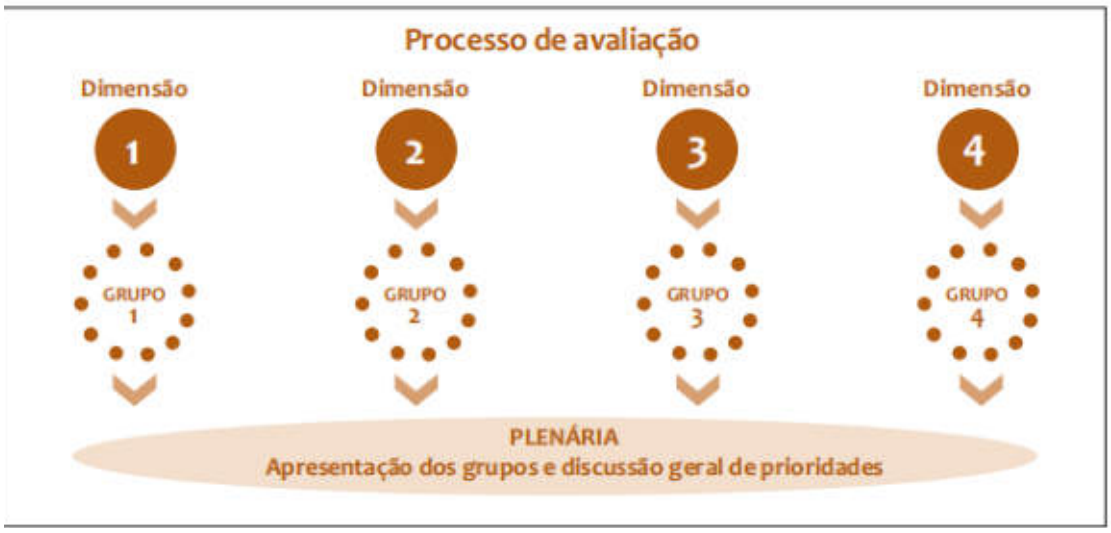
plenária, os participantes manifestam seus votos. Esse procedimento pode facilitar a identificação de consensos e dissensos.

Participação das crianças

Todas as ideias para estimular a participação dos alunos e alunas das primeiras séries do Ensino Fundamental são bem-vindas. Afinal, democracia também se aprende na escola, desde cedo. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989), da qual o Brasil é signatário, prevê que toda criança "tem o direito de expressar opinião e ser considerada em qualquer assunto ou procedimento que a afete". Nesse sentido, no caso das crianças pequenas, é preciso organizar algumas atividades específicas para facilitar a participação delas, já que debates em grupo e na plenária são mais adequados para os maiores. Algumas ideias são:

- falar, em sala de aula, sobre a importância da avaliação e do processo que está acontecendo na escola;
- propor a criação de desenhos ou textos individuais e coletivos sobre a escola e as dimensões da qualidade apresentadas neste instrumento;
- preparar esquetes teatrais sobre o dia a dia da escola.

Mais ideias sobre a importância da participação de crianças e adolescentes nas escolas e em políticas educacionais, vocês podem encontrar no Guia Participação das Crianças e Adolescentes na construção Participativa de Planos de Educação, no site **www.deolhonosplanos.org**.



Lidando com os conflitos

Durante os trabalhos em grupo, é importante que todos participem das discussões e das atribuições de cores, evitando que alguém ou algum grupo

imponha determinada visão sobre o assunto tratado. É necessário ouvir e respeitar o que a outra pessoa tem a dizer, aproveitando o momento para o diálogo. O processo de escolha das cores deve ser negociado com todos. Caso não haja consenso entre os participantes, o grupo pode optar pela mistura de cores ou pelo uso de uma cor diferente das três cores da avaliação (vermelho, amarelo, verde) para registrar a divergência de opinião, levando-a para a plenária (por exemplo, a cor azul, rosa, laranja, preta etc.). Conflitos de opinião existem em toda sociedade. É importante reconhecê-los e lidar com eles de forma madura, negociável, e democrática, nunca desqualificando as pessoas ou suas opiniões.

No próprio caderno, ao lado de cada pergunta e indicador, há bolinhas em branco que podem ser coloridas pelos participantes com as cores atribuídas pelo grupo, além de espaço para registrar o resultado da discussão sobre cada indicador. É fundamental que essa anotação seja feita com cuidado, pontuando os aspectos mais importantes do debate, explicando por que o grupo atribuiu esta ou aquela cor ao indicador. Finalizada a discussão, o grupo deverá colorir o quadro-síntese, que traz o nome da dimensão, seus respectivos indicadores e o resumo da discussão de cada indicador.

O quadro-síntese deverá ser exposto na plenária geral (quando todos os grupos estarão reunidos para a exposição dos resultados das discussões de cada grupo e para o debate das prioridades).

No fim do trabalho de cada grupo, o relator terá uma lista de pontos fortes e pontos fracos da escola em relação àquela dimensão. O grupo poderá, então, definir as prioridades da escola para melhorar sua qualidade naquela dimensão.

Essas prioridades de ação serão levadas para a plenária geral. O grupo também pode proceder a uma “chuva de ideias” sobre como melhorar as situações consideradas prioridade (no fim de cada dimensão, há espaço para anotar essas ideias).

Com as prioridades de cada dimensão, os grupos estarão prontos para o grande momento: o encontro com os demais para ouvir o que cada um tem a dizer e debater sobre o retrato que a comunidade escolar está tirando da escola. É muito importante que, durante as apresentações dos grupos na

plenária, todos os participantes possam entender o que foi discutido em cada dimensão.

Participação de pessoas com deficiência

É preciso verificar se, na escola, há pessoas daltônicas. Em caso positivo, as cores podem ser substituídas ou complementadas, por exemplo, com três diferentes formas: quadrado, triângulo e círculo. Pessoas com outros tipos de deficiência também devem receber o apoio necessário para que possam participar do processo.

Governabilidade

Sabemos que a busca pela qualidade da escola não é uma responsabilidade somente da comunidade escolar. Os três níveis de governo – municipal, estadual e federal – têm papel fundamental na melhoria da educação no país. Por isso, recomendamos que, ao fim das discussões, os grupos sinalizem, entre os indicadores que receberam, as cores vermelha e amarela – os problemas que devem ser encaminhados à Secretaria de Educação. Para tanto, a comunidade precisa se organizar e negociar com as Secretarias de Educação para que suas ações passem a integrar os próprios planos de melhoria da escola. Para facilitar o debate na plenária, cada grupo de trabalho deve deixar o quadro-síntese num local de boa visibilidade para que todos possam acompanhar. A exposição dos relatores e relatoras à plenária deve girar em torno de dois pontos:

- apresentação resumida da discussão do grupo e das justificativas para a escolha das cores atribuídas a cada um dos indicadores;
- relato das prioridades indicadas.

Após a apresentação de todos os grupos e o esclarecimento de dúvidas na plenária, sugerimos um último debate para a definição final das prioridades. Essas prioridades deverão ser a base para a produção conjunta de um plano de ação. Com o objetivo de preparar o plano de ação, muitas das escolas optam por agendar uma nova data com a comunidade escolar, pois muitas vezes sua elaboração é inviável no mesmo dia da avaliação. Há ainda escolas que, com essa finalidade, optaram por criar uma comissão representativa de todos os segmentos da comunidade escolar (incluindo pais, mães e alunos). Nesses casos, a reunião também ocorreu numa outra data, acordada entre todos.

Os Indicadores e a Educação Quilombola

Os Indicadores Relações Raciais na Escola foram elaborados visando o ensino fundamental regular. Conforme o contexto, eles podem ser adaptados para o uso em escolas de comunidades quilombolas. De acordo com a legislação, os quilombos são grupos étnico-raciais que assim se autorreconhecem e que possuem uma forte relação histórica com determinados territórios do país e com a ancestralidade negra relacionada à resistência e à luta contra a opressão sofrida ao longo da história. Para a adaptação dos Indicadores para escolas quilombolas, é fundamental considerar o que prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Escolar Quilombola, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CEB n.8) em 2012, disponíveis no site:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866>.

Coleção Indicadores da Qualidade na Educação

Uma estratégia interessante é ter o Conselho Escolar como coordenador do uso dos Indicadores, dada sua legitimidade junto à comunidade escolar. O colegiado se responsabilizaria por estudar o material, mobilizar a comunidade, organizar a avaliação participativa, elaborar os planos e acompanhar sua execução.

Como já abordado, é possível utilizar os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola com os outros Indicadores (Ensino Fundamental ou Educação Infantil). Para fazer a articulação dos diferentes Indicadores, é importante estudá-los antes de preparar o dia da avaliação. São diversas as possibilidades de uso conjunto: aumentar a quantidade de grupos de discussão selecionando as dimensões prioritárias para a realidade da escola e de sua comunidade escolar, planejar o debate de mais de uma dimensão por grupo, entre outros, escolher as dimensões que serão priorizadas pela escola. A ampliação do debate é uma oportunidade de trabalhar o conceito de qualidade na educação de maneira mais plena.

O plano de ação

Para ver concretizado um projeto de mudança, é preciso planejar. O planejamento nos ajuda a definir e organizar as atividades que colocaremos em prática para alcançar nossos objetivos, a decidir quais serão as pessoas

responsáveis por essas atividades e a prever o tempo necessário para sua execução.

O primeiro passo num planejamento é saber o que queremos alcançar. Em seguida, precisamos saber o que faremos para alcançar os objetivos e, então, de quais recursos (se financeiros, humanos, materiais, entre outros) precisaremos para colocar nosso plano em ação. No caso deste trabalho, nosso principal objetivo é construir uma escola de qualidade sem rascismo. De antemão, sabese da existência de uma grande força: a comunidade escolar interessada em apoiar o processo de avaliação e mudança na escola. Mas é possível ainda identificar outras forças e também fraquezas, ou seja, aquilo que reforça uma ação e aquilo que pode dificultá-la. As forças têm de ser potencializadas, e as fraquezas, controladas.

Dificilmente um planejamento termina do mesmo jeito que começou. Há coisas que acontecem como o previsto, e outras nem tanto. Isso não quer dizer que o planejamento não deu certo, mas sim, que ele exige acompanhamento e avaliação. Assim, é preciso estar atento, corrigindo o que está dando errado e observando o que muda para melhor. Nesse sentido, reuniões periódicas ajudam a verificar se as ações estão acontecendo como foram planejadas e no tempo determinado anteriormente.

Uma boa verificação de resultados normalmente leva aos Indicadores. No caso deste plano de ação, que visa à melhoria da qualidade da educação, contamos com os indicadores apresentados aqui.

Então, para avaliar se as ações planejadas estão solucionando os problemas detectados nas dimensões discutidas, pode-se recorrer ao uso deste instrumental a cada um ou dois anos, por exemplo. Se as cores que a comunidade escolar atribui a eles estiverem melhorando, o plano de ação estará surtindo efeito.

Nesse caso, as cores devem passar do vermelho para o amarelo ou do amarelo para o verde. Sugerimos que os painéis com as cores que trazem a dimensão e os indicadores sejam expostos em local visível na escola. Assim, toda a comunidade acompanhará a mudança dos sinais de qualidade da escola à medida que o plano de ação for executado.

Para facilitar o percurso planejamento-acompanhamento-avaliação, apresentaremos como exemplo algumas situações imaginárias. Uma vez

definidas as ações, estabelecidos os prazos e os responsáveis pelas atividades, é importante indicar se as ações são de curto (até o fim do ano), médio (a serem realizadas no ano seguinte) ou longo prazo (a serem realizadas no ano subsequente).

Após realizar uma avaliação com base nos Indicadores, a escola chegará a uma lista de problemas que foram considerados prioritários. Com o olhar voltado ao desafio de melhorar a qualidade da escola, inicia-se a elaboração de um plano de ação, que definirá as ações a serem desenvolvidas para enfrentar cada um dos problemas em ordem de prioridade, os passos para a efetivação dessas ações, seus responsáveis e os prazos possíveis para cada uma delas. Para que se possa ter uma ideia sobre como proceder, apresentamos aqui apenas parte do plano de ação elaborado.

Plano de ação da Escola sem Racismo

Data da elaboração: 10 de março

Dimensão	Indicador	Problema	O que fazer	Responsáveis	Prazo
Recursos didático-pedagógicos.	Uso dos recursos didático-pedagógicos pela comunidade escolar.	A escola possui vários materiais que podem ser usados para trabalhar a educação das relações raciais, mas eles não estão organizados para facilitar o uso por professores, estudantes e familiares.	- Realizar um levantamento dos materiais existentes na escola.	Joana e Carlos (professores).	7 de maio
				Caio (funcionário) e Ana (Grêmio).	14 de maio
			- Organizar os materiais em um espaço adequado.	Joana, Carlos e Caio.	17 de maio
			- Criar um sistema de empréstimo de materiais.	Caio, Helena (diretora) e João (Conselho Escolar), Malu (professora), Milton e Ana (Grêmio).	5 de junho
			- Divulgar o levantamento dos materiais na escola (mural, cartazes etc.).	Antonia (coordenadora pedagógica) e Joana e Carlos.	Contínuo (ao longo do ano). Mínimo de quatro momentos de discussão no ano.

Quando planejar e avaliar

Nossa sugestão é que a avaliação baseada nos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola e a elaboração do plano de ação ocorram no início do ano letivo, momento em que tradicionalmente a escola planeja e define o que será feito durante todo o ano. Algumas escolas já aplicaram os Indicadores no segundo semestre e também alcançaram bons resultados. Quando se estabelecem metas de curto, médio e longo prazos,

fica mais fácil para a escola distinguir as ações mais simples, que podem ser imediatamente executadas daquelas mais complexas, que exigem mais empenho e integração.

Se a sua escola já elaborou uma proposta ou um projeto político-pedagógico, rememore junto aos participantes suas principais diretrizes, seus objetivos e seus princípios. As escolas que tiverem seus planejamentos já elaborados por participar do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) ou de outros programas podem utilizar os Indicadores da Qualidade na Educação para avaliar, com a comunidade, a qualidade da escola e, em seguida, verificar se o planejamento já realizado está contemplando todas as questões trazidas como resultado da discussão.

Caso a escola não possua uma proposta pedagógica, esse processo é uma excelente oportunidade para que esta seja elaborada com a participação de toda a comunidade escolar.

Escolas que já usaram os Indicadores afirmam que esse material contribui para a revisão ou até mesmo a elaboração do projeto.

Estimativa do tempo necessário

Podem ser reservados três meio períodos (ou 1 dia inteiro + meio período) para o trabalho com os Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola. Como já colocado, a programação poderá ser organizada de outras formas garantindo mais tempo, tranquilidade e profundidade do debate.

Exemplo de programação:

Primeiro meio período

1. Boas-vindas e rápida apresentação dos participantes. Tempo revisto: 30 minutos.
2. Apresentação da proposta para a comunidade escolar, dos objetivos dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola e das explicações de como o trabalho será desenvolvido. Apresentação do vídeo 1 (Educação e relações raciais: apostando na participação da comunidade escolar) e divisão dos grupos. Tempo previsto: 45 minutos.
3. Discussão da Dimensão 1 (Relacionamentos e atitudes) nos grupos e seleção de problemas prioritários. Tempo previsto: 1 hora e meia.

4. “Chuva de ideias” nos grupos para solução dos problemas prioritários da Dimensão 1. Tempo previsto: até 30 minutos.

5. Plenária para discutir os resultados dos grupos: 1 hora.

6. Fechamento da atividade do dia e convite para o segundo momento de continuidade da avaliação dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola: 15 minutos.

Segundo meio período

1. Boas-vindas, rápida retomada do trabalho anterior e explicação do trabalho que será realizado no dia. Tempo previsto: 30 minutos.

2. Discussão das demais Dimensões (2 a 7) nos grupos (de preferência, cada grupo com uma dimensão) e seleção de problemas prioritários. Tempo previsto: de 1 hora a 1 hora e meia.

3. “Chuva de ideias” nos grupos para solução dos problemas prioritários das Dimensões 2 a 7. Tempo previsto: até 30 minutos.

4. Plenária (encontro de todos os grupos de trabalho para apresentação das discussões, identificação de conflitos e consensos quanto às cores atribuídas e suas razões para todas as Dimensões [1 a 7]. Tempo previsto: de 1 hora e meia a 2 horas.

5. Construção de consensos sobre os problemas de ordem prioritária. Tempo previsto: de 30 minutos a 1 hora.

Terceiro meio período – construção do plano de ação

1. Boas-vindas e retomada dos principais resultados e da “chuva de ideias” dos dois encontros anteriores. Tempo previsto: 1 hora.

2. Divisão de grupos por dimensão – escolha de até seis prioridades por dimensão – 1 hora.

3. Apresentação das prioridades por grupo na plenária e discussão coletiva das prioridades da escola. Tempo previsto: 1h30.

4. Montagem do quadro das prioridades, com previsão de tempo e responsáveis (o tempo e os responsáveis também podem ser definidos em um outro momento). Tempo previsto: 30 minutos.

5. Definição das pessoas da equipe pedagógica, conselho escolar, grêmio etc., que farão o acompanhamento da implementação das prioridades.Tempo previsto: 30 minutos.

6. Definição do cronograma dos próximos encontros e do local na escola onde ficará exposto o quadro de prioridades do plano de ação. Tempo previsto: 15 minutos.

7. Avaliação final (o que as pessoas acharam da experiência de utilizar os Indicadores) e agradecimentos. Tempo previsto: 30 minutos.

Total de horas utilizadas aproximadamente para a discussão: de 4 a 6 horas para cada meio período.

As escolas com mais de um turno podem propor uma discussão por turno, facilitando a participação de mais pessoas. Ou seja, cada turno faz sua avaliação e elabora seu plano de ação. Neste caso, pode ser necessário um momento para verificar ações comuns em todos os planos de ações.

Escolas muito grandes também podem optar por eleger representantes de alunos para participar da discussão sobre os Indicadores com os demais segmentos da comunidade escolar. Nesse sentido, deve-se garantir uma boa discussão na sala de aula e, a partir daí, eleger os representantes.

Recomendamos que os Indicadores venham a ser utilizados anualmente, pois tão importante quanto a avaliação da qualidade da escola pela comunidade é o processo de acompanhamento dos resultados, dos limites e das dificuldades encontradas na implementação do plano de ação. É importante que o uso dos Indicadores seja visto como um processo pelo qual a escola passa, e não como um evento que só ocorre nos dias de avaliação e planejamento.

Os Indicadores e sua articulação com o projeto político-pedagógico da escola

Os Indicadores da Qualidade na Educação ganham significado quando se tornam um processo de compreensão da realidade escolar e contribuem com o Projeto Político-Pedagógico. A avaliação deve subsidiar as tomadas de decisões e direcionar as intervenções para que ocorra a melhora do trabalho escolar tendo como referência o projeto educacional da escola

Os Indicadores e os planos de educação

A partir de 2013, iniciou-se um processo de estímulo do uso dos Indicadores de Qualidade da Educação (Ensino Fundamental, Educação Infantil e Relações Raciais) na construção participativa de Planos de Educação de municípios e estados. O novo Plano Nacional de Educação deve estabelecer

um prazo para que todos municípios e Estados brasileiros tenham planos de educação. Cerca de 50% municípios brasileiros ainda não possuem um plano de educação.

Os planos de educação são documentos, com força de lei, que contêm metas para a melhoria da qualidade educacional. Eles apontam qual educação se pretende alcançar em dez anos para o município, Estado ou país e quais as principais estratégias a serem implementadas para isso. Ao estabelecerem metas de médio e longo prazo, os planos são importantes instrumentos contra a descontinuidade das políticas educacionais, fortalecem a ação planejada dos governos e contribuem para que a sociedade exerça melhor o controle social com relação à atuação do poder público.

Na construção de planos de educação, os Indicadores podem ser usados na elaboração do diagnóstico da situação educacional do município ou estado ou na avaliação e revisão de planos de educação, quando existentes. A participação da comunidade escolar é fundamental para que os planos sejam documentos vivos e consigam estabelecer metas sintonizadas com os problemas, os acúmulos e as possibilidades presentes nas escolas, avançando efetivamente na garantia do direito humano à educação de qualidade para a população.

Os processos de construção e revisão participativas de planos devem ser convocados formalmente pelas Secretarias de Educação do município ou do Estado. Para saber mais sobre o uso dos Indicadores de Qualidade na Educação na construção participativa de planos de educação, visite o portal **www.deolhonosplanos.org.br.**

Dimensão 1

Atitudes e relacionamentos

O racismo é um conjunto de crenças e valores que tem por base o entendimento de que os seres humanos são “naturalmente” desiguais em função da cor da pele, do cabelo, de outras características físicas e/ou culturais. O racismo nega a igualdade entre as pessoas e defende que determinados seres humanos são superiores a outros.

A discriminação racial é o **racismo** em ação e se manifesta de diferentes formas no dia a dia das pessoas, seja na família, no local de trabalho, na comunidade e nos espaços educativos.

O racismo está longe de ser "uma questão dos negros e das negras" e de outros grupos discriminados. Ele é fruto das desigualdades existentes nas relações sociais entre pessoas brancas e grupos constituídos por pessoas negras, imigrantes, indígenas, ciganas, migrantes etc. Superá-lo é um desafio e responsabilidade de toda a sociedade.

Nas creches e escolas, a discriminação racial acontece entre crianças e estudantes, **profissionais de educação** e familiares. Ela se concretiza por meio de atitudes ativas (como agressões e humilhações, como piadas, xingamentos, apelidos, violência física) ou de forma mais "sutil", por meio da distância social, da falta de reconhecimento e de estímulo, da negação, da desatenção, da distribuição desigual de afeto e da baixa expectativa positiva com relação ao desempenho de pessoas negras.

Os profissionais de educação são aqueles e aquelas que trabalham na escola e nos órgãos de administração educacional. Na escola atuam os profissionais do magistério (professores/as, diretores/as/, coordenadores/as pedagógicos/as...) e os funcionários ou agentes escolares (merendeiras, vigias, serventes, equipe da secretaria escolar etc.).

Como diversas pesquisas apontam, o racismo tem um impacto negativo na aprendizagem e no desenvolvimento da **autoestima** de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros, e pode alimentar o sentimento perverso de superioridade de crianças, adolescentes e jovens brancos com relação a pessoas de outras origens **étnicas** e **raciais** (negras, indígenas, ciganas, migrantes etc.).

Autoestima é o sentimento de amor-próprio, de valorização dos atributos pessoais e da cultura a que pertence, que é construído a partir das relações que estabelecemos com as outras pessoas na família, na

escola e em outros espaços sociais.

Etnia refere-se a um grupo de pessoas que compartilham algumas heranças históricas e/ou características culturais ou linguísticas. Um grupo étnico pode ou não apresentar características físicas comuns.

Durante muito tempo, raça foi encarado apenas como um conceito biológico, defendido pelas teorias racistas no século XIX. Atualmente, é assumido como um conceito social e político que permite compreender as desigualdades entre seres humanos e as discriminações geradas contra determinadas pessoas ou grupos em função da cor da pele, do cabelo, de outras características físicas ou da origem regional ou cultural.

O primeiro passo de qualquer estratégia que vise à superação do racismo no ambiente escolar passa por afinar e reeducar olhares e ouvidos para identificar as situações no cotidiano e superar um discurso defensivo presente em muitas escolas de que “aqui todos são iguais e não há racismo”. Seja por meio de palavras, gestos ou silêncios, as situações de discriminação são muitas vezes negadas, naturalizadas ou invisibilizadas pelas pessoas, o que torna mais difícil o enfrentamento do problema.

Atualmente, em muitos lugares, as situações de racismo que marcam historicamente a realidade escolar brasileira vêm sendo consideradas como parte do chamado *bullying,* palavra em inglês que significa o ato de maltratar e humilhar alguém. É necessário discutir criticamente a relação entre racismo e *bullying,* já que muitas vezes o *bullying* é abordado a partir de uma perspectiva que descontextualiza e individualiza o fenômeno da discriminação, apagando sua dimensão social.

É importante destacar que, em muitos países, as crianças e jovens negros estão entre aqueles e aquelas que mais sofrem o problema da discriminação recorrente na escola. No Brasil, a situação se repete, segundo pesquisa divulgada em junho de 2009, realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação1 .

A seguir, apresentaremos um conjunto de indicadores que devem ser levados em conta para identificar e discutir como o racismo se manifesta nas relações entre pessoas em sua escola e quebrar o silêncio e conformismo que ainda marca a posição de grande parte dos educadores e educadoras diante dele. Para além das "agressões e humilhações" explícitas, o racismo manifesta-se de muitos outros jeitos na escola, nem sempre entendidos dessa forma por quem o pratica e por quem é vítima dele.

1. Intervenção imediata contra xingamentos, piadas e apelidos discriminatórios

O nosso jeito de falar é, muitas vezes, permeado por preconceitos de toda a ordem presentes na sociedade. Diariamente, xingamentos, piadas e determinados apelidos que humilham geram sofrimentos e constrangimentos em crianças, adolescentes, jovens e adultos negros e de outras origens étnico-raciais. Quando crianças, adolescentes, jovens e adultos negros estão envolvidos em situações de conflito, não são poucas as vezes que a primeira coisa a ser chamada a atenção, de forma desqualificada, é a sua origem racial. A ação rápida e consistente dos educadores e educadoras – buscan do levar os envolvidos a entender a discriminação que está em jogo é uma estratégia importante para o enfrentamento do racismo e de outras discriminações existentes na escola. Outro aspecto para o qual se deve atentar é o acolhimento da pessoa que sofreu a discriminação com escuta ativa, carinho e apoio (mesmo que seja para compartilhar o silêncio); trata-se de atitude imprescindível para que a criança, adolescente, jovem ou adulto humilhado possa se reorganizar internamente, sentir que não está sozinho e compreender que ele ou ela não é o responsável por gerar a situação de discriminação.

1) A escola reconhece quando acontecem situações que envolvem xingamentos, piadas e apelidos pejorativos contra pessoas negras?

2) Os apelidos pejorativos, piadas e xingamentos são entendidos como ofensa e humilhação e não como "brincadeirinha inofensiva"?

3) Diante de situações de xingamentos, piadas e de apelidos pejorativos, os educadores reprimem imediatamente os agressores, acolhem as pessoas discriminadas e utilizam a situação para refletir com os envolvidos as causas da situação e a responsabilidade de cada um no conflito, bem como as razões históricas desse fato?

4) Há procedimentos na escola de escuta, registro e encaminhamento de denúncias de discriminações raciais, entre outras discriminações, contra alunos, profissionais de educação e familiares?

Quebra de silêncio e mudança de olhares para desnaturalizar o racismo

O silêncio de profissionais de educação, estudantes e familiares diante de situações de racismo dá sustentação para que o problema continue. Mas é importante reconhecer que há vários tipos de silêncio: o silêncio de concordância ("é isso mesmo!"), o silêncio de **constrangimento**, o silêncio da omissão ("não tenho nada a ver com isso"), o silêncio de quem não sabe o que fazer com a situação. Há também os olhares dos educadores que não conseguem enxergar "pra valer" crianças, jovens e adultos negros (sua história, beleza, conhecimentos, participação etc.) e que reforçam **preconceitos** e **estigmas.**

Constrangimento é a vergonha por algo que sofremos ou fizemos, ou que os outros fizeram na nossa frente.
Preconceitos são prejulgamentos negativos que fazemos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, sem ter base na realidade, antes mesmo de conhecê-las.
Estigmas são características negativas que atribuímos a pessoas ou grupos e que comprometem o seu pleno desenvolvimento humano.

1) A escola atua por meio da orientação da equipe pedagógica, da discussão coletiva e da formação para que os profissionais de educação reflitam seus valores e construam expectativas positivas com relação à aprendizagem e ao desempenho de todas as crianças?

2) Diante de situação de discriminação racial, as crianças são orientadas a não ficarem caladas e a procurarem a ajuda de adultos preparados para acolhê-las?

3) A escola possui estratégias de prevenção e de identificação de discriminação racial, bem como de outras formas de discriminação, que ocorrem em diferentes espaços da escola: da sala de aula ao pátio?

4) Diante de situações de discriminação racial, os familiares dos envolvidos são chamados(as) pela escola para conversarem e pensarem juntos sobre ações, a fim de superar o problema?

5) Diante do silêncio sobre a história do povo negro no Brasil, os educadores e educadoras são estimulados a pesquisar, a se formar e a trocar informações sobre como abordar a questão nas várias disciplinas escolares?

3. Distribuição de afeto e atenção, e fortalecimento de relações de amizade

Pesquisas apontam que, muitas vezes, estudantes negros recebem menos atenção, estímulo e carinho dos/as profissionais de educação do que crianças brancas. Além disso, muitas vezes, as crianças negras não contam com o mesmo acolhimento por parte dos demais estudantes, não sendo valorizadas na formação de grupos de trabalho e chegando a sofrer até mesmo isolamento. É fundamental considerar que a afetividade é uma dimensão fundamental dos processos de ensino e aprendizagem e da formação de uma autoestima positiva, e que o racismo é uma barreira de acesso a ela.

1) As crianças negras têm oportunidade de conhecer e ouvir por parte dos professores e professoras falas positivas sobre sua estética (beleza), a história e a vida de pessoas negras no Brasil e no mundo?

2) Todas as crianças negras recebem carinho, elogios e atenção dos professores e professoras e agentes escolares tanto quanto as demais crianças?

3) Há preocupação em escutar e compreender a situação de vida, os diferentes jeitos de participar e as diferentes formas de se comunicar e de aprender de todas as crianças?

4) A escola desenvolve atividades que estimulem maior interação e relações de amizade e solidariedade entre seus alunos e alunas para além dos grupinhos de amigos?

4. Reconhecimento do corpo e da *estética (beleza)* negra

Apesar de mais de 50% dos estudantes brasileiros serem negros (pretos e pardos, segundo critérios do IBGE), grande parte das escolas do país ainda valoriza predominantemente um referencial branco e europeu como único modelo de beleza, de cultura e de conhecimento. Isso está expresso muitas vezes nos cartazes pregados nas paredes das escolas, nas imagens e atividades trabalhadas dentro da sala de aula, nas festas, nos trabalhos de colagem e de desenho. Um outro ponto a ser destacado é que o modelo predominante de educação em nossas escolas divide corpo e mente, elegendo a mente como o espaço da "razão e da inteligência" e fazendo do corpo dos alunos e alunas algo somente a ser "domesticado" e "controlado". É bom lembrar que um dos valores civilizatórios que os africanos trouxeram para o Brasil foi o de afirmar que nosso corpo é o "templo da vida", espaço de aprendizagem que sente, pensa, elabora, e que a inteligência se constrói mobilizando vários sentidos (tato, visão, olfato, audição, intuição, movimento etc.). Enxergar as pessoas "por inteiro", sem a divisão corpo e mente, é um grande desafio da educação brasileira.

1) Na sua escola, os estudantes têm acesso a imagens de pessoas negras que não somente as de negros e de negras no tempo da escravização, divulgadas em livros didáticos?

2) A escola promove o contato dos estudantes com imagens de pessoas negras com diferentes estéticas e em diferentes lugares sociais?

3) Os agentes escolares e professores/as valorizam o cabelo crespo, os penteados e as características físicas e culturais dos/as estudantes negros?

4) Os educadores e educadoras promovem ações pedagógicas destinadas a estimular um olhar crítico de seus alunos e alunas com relação à supervalorização de um modelo de beleza (branco, louro, de olhos claros etc.) na sociedade em relação aos demais?

5) A escola promove ações pedagógicas que levem à reflexão sobre o significado de produções culturais, tais como capoeira, danças e outros

movimentos corporais e intelectuais criados por negros e negras como parte da luta histórica de resistência contra o racismo?

6) A escola garante condições para que os alunos e alunas vivenciem experiências de aprendizagem que mobilizem atividades corporais diversas como danças, jogos, culinária, música etc.?

5. Abordagem da indisciplina, sem exclusão

A indisciplina deve ser abordada pela escola como uma questão complexa, relacionada a diferentes fatores vinculados ao mundo da escola, da família e da sociedade. Também é importante considerar que o que é indisciplina e desrespeito em um lugar pode não ser entendido assim em outro. Um bom exemplo disso é a proibição do uso de bonés e de toucas por muitas escolas do país, norma que carece de sentido, desconsidera o universo e as culturas juvenis e é motivo de conflito entre estudantes e educadores.

É importante considerar que, muitas vezes, a quebra e o desrespeito a determinadas normas e regras de convivência escolares podem ser um ato de resistência (reação) a um modelo de escola autoritário, desinteressante ou que não valoriza diferentes histórias, **identidades**, belezas e saberes; um pedido de socorro ou de atenção; uma reação a discriminações, a toda uma condição desigual de vida, à falta de perspectivas positivas, às condições de atendimento escolar (salas cheias, baixa qualidade do ensino, falta de profissionais etc.). O desafio é ir além de colocar a "culpa" nos estudantes e em suas famílias, ou de responsabilizar um professor ou professora por solucionar o problema de forma solitária, e buscar caminhos que permitam contextualizar as situações, construir coletivamente respostas pedagógicas e, conforme o caso, fortalecer a articulação da escola com outras instituições da rede de proteção de crianças e jovens, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, entre elas serviços locais de assistência social, psicologia, saúde, conselhos tutelares etc.

Em linhas gerais, identidade é aquilo que caracteriza uma pessoa ou um grupo como alguém ou algo singular, em decorrência de sua experiência de vida, do passado histórico e dos vínculos culturais. Assim, a identidade de uma pessoa pode identificá-la a

um grupo, a uma comunidade da qual se sinta parte, bem como lhe permite ser reconhecida por outros como pertencente a um determinado grupo. Stuart Hall4 chama atenção para o fato de que cada pessoa assume diferentes identidades, conforme o contexto e os grupos a que pertença. Toda identidade pessoal ou coletiva é construída na relação com outras pessoas e grupos e não se constitui em algo fixo, transformando-se ao longo do tempo. Nesta publicação, abordamos a necessidade de a escola reconhecer e valorizar as identidades dos grupos discriminados pela sociedade (negros, indígenas, homossexuais, mulheres, migrantes, ciganos etc.) e atuar pela superação das desigualdades, ampliando as possibilidades para que as pessoas vivam de forma positiva e de diferentes maneiras suas várias diferenças. No entanto, tal reconhecimento e valorização de identidades coletivas não são válidos para aqueles grupos que pregam o preconceito, o desrespeito, a intolerância e a violência contra as outras pessoas, ferindo os marcos normativos dos Direitos Humanos.

1) A escola possui um número máximo de estudantes por sala de aula compatível com as referências nacionais3 ?

2) A escola possui um número de professores suficiente para as turmas, não enfrentando problemas recorrentes de falta ou de rotatividade de professores e de professoras?

3) A escola sabe quem são as crianças e adolescentes envolvidos em situações recorrentes de indisciplina e conhece as histórias de vida deles e delas?

4) As normas da escola e as situações de indisciplina são refletidas pedagogicamente em espaço de trabalho coletivo dos educadores(as) para além de se colocar a "culpa" em estudantes ou famílias?

5) Existe diálogo com os familiares de estudantes envolvidos em situações de indisciplina?

6) Os educadores e educadoras que enfrentam situações de indisciplina recorrente contam com o apoio pedagógico da equipe da direção e da coordenação pedagógica, não ficando "sozinhos" diante das situações?

7) A escola integra a rede de proteção da criança e do adolescente da região, formada pelo conselho tutelar, entidades de apoio, posto de saúde local etc.?

6. Construção positiva do *pertencimento racial*

São vários os obstáculos impostos pelo racismo para o reconhecimento e a valorização do pertencimento racial negro por parte de estudantes, familiares e profissionais de educação. Afirmar "eu sou negro", "eu sou negra" em uma sociedade que não reconhece e não valoriza devidamente a identidade, a história, a estética negra, não é nada fácil. Mesmo assim, cada vez mais, muitos brasileiros e brasileiras, descendentes de africanos, vêm se declarando pretos e pardos nos censos populacionais. Segundo o IBGE, em 2009, o número de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, ou seja, negras, superou o de pessoas brancas no total da população do país.

É sempre importante ressaltar que a construção de uma autoestima positiva não é resultado somente de empenho individual, mas fruto da relação com outras pessoas e de como a sociedade enxerga os diferentes grupos humanos. A escola tem um papel fundamental ao valorizar os grupos historicamente discriminados para o conjunto da comunidade escolar e criar condições para que todas as pessoas reconheçam seu pertencimento racial e o dos outros como experiência positiva.

1) Nas atividades escolares (com desenhos, músicas, brincadeiras, textos etc.), a cor preta é valorizada tanto quanto as outras cores, não sendo citada como sinônimo de sujeira, maldade e outras coisas ruins?

2) A escola coíbe (não aceita) brincadeiras, histórias, músicas infantis e outras que desvalorizam a população negra, bem como qualquer outro segmento da população brasileira?

3) Na escola, quando se afirma que uma pessoa é negra, a afirmação é feita de forma positiva e digna?

4) As alunas e alunos da escola têm oportunidade de construir uma imagem positiva do povo negro na história brasileira, superando a visão

de passividade difundida pela história oficial e mostrando as muitas formas de resistência ao longo dos séculos?

5) Em sua escola, discute-se com estudantes, profissionais de educação e familiares o significado do pertencimento racial no Brasil?

6) Os/As agentes escolares que trabalham na secretaria da escola passaram por alguma formação ou discussão coletiva sobre a importância e o significado do preenchimento do quesito cor/raça na matrícula dos alunos e alunas junto com as famílias?

Pertencimento racial é o sentimento de se reconhecer e se sentir pertencendo a um grupo que compartilha histórias, culturas e experiências (inclusive de discriminação social) em função de apresentar características físicas comuns (cor da pele, cabelo etc.). Segundo Andrade (2006, p. 47)5 , o pertencimento racial para a população negra significa "o sentimento de pertença dos negros ao mundo africano, de maneira que o seu sentimento de pertença seja motivo de engajamento na luta por respeito e dignidade, prejudicados pelas construções de ideologias que lhe negam sua História, suas culturas e identidades". O quesito cor/raça foi incluído no questionário do Censo Escolar a partir de 2005. Dessa forma, todos os estudantes brasileiros acima de 16 anos passaram a autodeclarar sua cor/raça segundo categorias utilizadas pelo IBGE para caracterizar a população brasileira (preto, pardo, branco, amarelo e indígena). Para estudantes com menos de 16 anos, a classificação junto às escolas é de responsabilidade das famílias. O quesito cor/raça veio contribuir para tornar mais visível as desigualdades raciais na educação do país e, dessa forma, subsidiar ações e políticas de governo que enfrentem o problema. Ele vem sendo implementado em outras políticas públicas, como as da saúde.

7. Valorização das meninas e mulheres negras

Entre a população brasileira, as meninas e mulheres negras enfrentam muitas barreiras sociais para alcançar melhores condições de vida, conforme mostram estatísticas oficiais. Nas últimas décadas, apesar do grande investimento feito por elas na educação, as oportunidades de trabalho e de

renda não acompanharam esse avanço. Ainda hoje permanecem profundas desigualdades entre as mulheres negras e as brancas e entre mulheres negras e homens brancos, decorrentes da associação do racismo com o **sexismo**. Além disso, consideram-se também como agravantes desse cenário desfavorável vivenciado pelas mulheres e meninas negras a desqualificação cotidiana de sua estética e beleza, a erotização precoce (que tenta transformá-las em objetos sexuais), a falta de divulgação de imagens e de referências positivas pela sociedade, a baixa expectativa por parte de determinados profissionais de educação, além de dificuldades enfrentadas, grande parte delas no cotidiano familiar.

Sexismo é um conjunto de crenças, valores e práticas que defende a superioridade de pessoas de um determinado sexo (geralmente do homem em relação à mulher) ou identidade sexual (em geral a heterossexual em relação à homossexual, bissexual etc.) com relação às demais. O sexismo contra as mulheres é chamado também de machismo.

1) Em sala de aula, as professoras e os professores estimulam, valorizam e dão atenção às meninas e adolescentes negras tanto quanto às demais meninas e adolescentes?

2) Em sala de aula e no todo da escola, há imagens e ações pedagógicas que valorizem a estética/beleza das meninas e mulheres negras?

3) Na escola, em caso de discriminação por meio de apelidos pejorativos, piadas e xingamentos ou de assédio/abuso sexual contra meninas e mulheres de diferentes pertencimentos raciais (estudantes, profissionais de educação e familiares), as meninas e mulheres têm para quem recorrer a fim de que haja uma intervenção concreta e rápida na situação?

4) A escola valoriza o trabalho, a opinião e a estética das mulheres e meninas negras, sejam elas profissionais de educação, familiares ou estudantes da unidade escolar?

5) Estimulam-se todas as meninas a se aventurarem no mundo da matemática e das ciências, superando-se a visão de muitos educadores de que essas são "áreas de homens" 6?

6) Os educadores (professores/as e agentes escolares) intervêm em brincadeiras que estimulam a erotização precoce das meninas, colocando-as como objetos sexuais?

7) São apresentadas na escola mulheres negras exercendo diferentes profissões e com diferentes atuações na sociedade?

Erotização precoce consiste em tratar as crianças como objetos sexuais a partir da perspectiva da sexualidade adulta. Muitas vezes, a erotização precoce de crianças é utilizada pelos meios de comunicação como forma de estimular a venda e o consumo de determinados produtos pela população. É fundamental que a escola tenha uma visão crítica sobre a erotização precoce das crianças sem, no entanto, confundi-la com o necessário reconhecimento da sexualidade infantil. A sexualidade é uma dimensão da vida humana presente desde os bebês e que se desenvolve de diferentes maneiras entre crianças e adolescentes. É necessário que a escola busque informações e orientações adequadas para garantir o direito à educação em sexualidade para seus alunos e alunas.

8. Democratização do acesso aos lugares de poder

É fundamental refletir criticamente sobre os lugares de poder ocupados por pessoas negras e brancas na sociedade. Onde estão as crianças, jovens e adultos negros em nossa escola e na sala de aula? Onde estão os profissionais negros na nossa escola? Muitas vezes, em decorrência do racismo, consideram-se naturais comportamentos e situações que reafirmam a supremacia branca, em desvantagem de negros e de outros grupos étnico-raciais. Atuar nessa realidade, buscando garantir condições efetivas para que pessoas negras e dos demais grupos discriminados socialmente acessem outros lugares de poder na escola e na sociedade é um ponto fundamental de uma estratégia de educação e de transformação comprometida com a democratização efetiva das relações sociais.

1) Em sua escola, estudantes, profissionais de educação e familiares negros têm oportunidade de exercer liderança, representação de grupos

(em conselhos escolares, comissões, grêmios etc.) ou ocupar posições de evidência junto aos colegas?

2) Nas festas das escolas, as crianças negras são valorizadas e participam tanto quanto as outras crianças?

3) Existem professores/as negros/as em sua escola?

4) Existem outros/as profissionais de educação negros/as em sua escola?

5) Em brincadeiras e jogos coletivos e no trabalho em grupo, dentro e fora da sala de aula, as crianças negras são acolhidas, respeitadas e valorizadas pelos colegas?

6) Em suas atividades pedagógicas, a escola aborda a vida de pessoas negras que foram e são fundamentais em seu cotidiano, na comunidade, na história e na sociedade em geral, para além das pessoas negras que se destacaram ou se destacam no futebol e na música brasileiros?

7) Se sua escola integra a rede particular de ensino, possui alguma política de ação afirmativa e de promoção da diversidade que estimule a contratação de professores negros e professoras negras e o acesso, a permanência e o sucesso de estudantes negros na instituição?

A política de ação afirmativa é uma forma que alguns países encontraram para enfrentar as desigualdades existentes em suas sociedades e garantir mais condições de acesso a recursos, conhecimentos, oportunidades e poder aos grupos discriminados. Um dos mecanismos de ação afirmativa são as cotas, ou seja, a reserva de vagas. No Brasil, existem cotas para candidaturas de mulheres nas eleições, para pessoas com deficiências físicas no mercado de trabalho, para negros e negras, indígenas e estudantes de escolas públicas acessarem as universidades, para obtenção de crédito por agricultoras e agricultores familiares etc. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a constitucionalidade das cotas com recorte de renda e raça. Atualmente, mais de cem universidades do

país possuem programas de ação afirmativa. Quanto ao desempenho de estudantes cotistas nessas universidades, pesquisas apontam que ele é – em média – igual ou superior ao dos estudantes não cotistas. Ver mais informações no site <www.stf.jus.br>.

9. Superação da intolerância religiosa e a garantia de uma educação laica

A **intolerância religiosa** é uma realidade em muitas escolas brasileiras, principalmente contra estudantes, familiares e profissionais de educação adeptos de religiões de matriz africana, como o candomblé, a umbanda, entre outras. Historicamente, por causa do racismo existente no Brasil, as religiões de matriz africana foram e ainda são desrespeitadas, desqualificadas e fortemente reprimidas. Essas religiões têm sido, ao longo dos séculos, espaços de resistência da cultura e da história do povo negro no país. São religiões ancoradas na valorização da **ancestralidade**, das forças da natureza e de um profundo respeito à vida. Infelizmente, determinados familiares e profissionais de educação, que usam o seu fazer profissional para promover determinadas crenças religiosas, têm utilizado o espaço da escola para propagar preconceitos e discriminações contra adeptos dessas religiões. Este quadro leva, muitas vezes, estudantes vinculados às religiões de matriz africana a negarem seu credo, a sofrerem profundamente com a discriminação e a violência cotidianas, a terem o desempenho escolar e a construção de sua autoestima prejudicada e, até mesmo, a abandonarem a escola. É importante lembrar que, segundo a legislação brasileira, a escola pública brasileira é laica, ou seja, não é vinculada a nenhuma religião, devendo garantir o direito humano à liberdade religiosa.

A intolerância religiosa se caracteriza pela não aceitação de outras religiões diferentes daquela que a pessoa professa. A pessoa intolerante, além de não respeitar, muitas vezes apresenta atitudes de discriminação e até de perseguição contra pessoas de outras religiões.

Ancestralidade nas culturas africanas constitui um conceito bastante complexo e profundo que – de forma simplificada – significa o vínculo de todos nós com o ciclo da vida, com todos aqueles e aquelas que nos antecederam e com os valores fundamentais que eles e elas deixaram para nós.

1) A escola reconhece que existem diferentes religiões em sua comunidade escolar e que há pessoas que não professam nenhuma religião?

2) Na escola, estudantes, profissionais de educação e familiares vinculados a religiões de matriz africana (umbanda, candomblé etc.) são respeitados, mesmo quando utilizam adereços religiosos (colares, turbantes etc.)?

3) Na escola pública, não se permite que o horário escolar seja utilizado para a realização de orações e rituais de determinadas religiões?

4) Em sua escola, utilizam-se sem restrições atividades e materiais pedagógicos, como livros, músicas e materiais visuais, que abordam a mitologia, a cultura e a história afro-brasileira, como base para a implementação da LDB alterada pela Lei n. 10.639, de 2003?

5) Em sua escola, independente das crenças religiosas presentes na comunidade escolar, é garantido aos estudantes o direito à educação sobre direitos sexuais e reprodutivos7 como parte do currículo escolar?

6) Em caso de discriminação religiosa em sala de aula, no pátio e em outros espaços da escola, os profissionais de educação intervêm na situação para dar limite e refletir coletivamente com a turma as causas do problema?

7) Há procedimentos na escola de escuta, registro e encaminhamento de denúncias de discriminações contra alunos, profissionais de educação e familiares por razões religiosas?

Dimensão 2:
Currículos e proposta político-pedagógica

Os currículos e as propostas político-pedagógicas das escolas têm merecido cada vez mais atenção por parte de todos aqueles e aquelas que atuam por uma educação antirracista e que valorizem efetivamente a diversidade na sociedade e na escola. De modo geral, o currículo define os temas, os conteúdos e as questões que serão abordados pela escola. A proposta político-pedagógica trata de como tudo isso será trabalhado junto com os alunos e pelo conjunto da escola para gerar aprendizagens importantes, que façam sentido na vida das pessoas.

Há uma crítica de que a ideia de currículo, presente na maioria das escolas, é conteudística (ou seja, estimula somente que os alunos memorizem conteúdos, muitas vezes sem saber o porquê), sendo centrada em uma visão eurocêntrica de mundo (ou seja, acha que tudo que vem de países da Europa

e também dos Estados Unidos é sempre mais importante do que o que vem dos demais). O resultado disso é grande parte das culturas humanas ser pouco reconhecida ou, quando muito, tratada como algo exótico, estranho, fora do “normal”. As professoras e os professores têm de estar atentos para que o currículo não alimente desigualdades nem discriminações raciais e sociais.

Por outro lado, a proposta político-pedagógica – que é a maneira como a escola vai trabalhar o currículo com os alunos e alunas – muitas vezes é elaborada sem considerar a diversidade social e racial presente nas escolas, contribuindo para inferiorizar uma grande parte da comunidade escolar.

Do ponto de vista de uma educação para a igualdade racial, é urgente superar a ideia de currículo compreendido apenas como um conjunto de disciplinas e conteúdos, que não considera as histórias e as necessidades cotidianas vividas pelas pessoas em suas comunidades, e que sustenta racismos e práticas discriminatórias por meio de silêncios, omissões ou mesmo de forma explícita. É necessário também superar a ideia de proposta pedagógica que não dialoga com a realidade da sociedade brasileira e nem faz sentido para a comunidade na qual a escola está inserida. Tal concepção de currículo e de proposta pedagógica que nega a diversidade tem consequências danosas para a comunidade escolar, em especial para aqueles que trazem nos corpos e nos modos de ser o traço de suas diferenças, como as pessoas indígenas, migrantes, imigrantes, deficientes, lésbicas, gays, bissexuais, **travestis**, **transexuais** e **transgêneros**, e, em especial, homens e mulheres negra(o)s.

O Supremo Tribunal Federal (STF) em decisão de 2011 sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277 e Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 132 reconheceu juridicamente o direito à diversidade sexual no Brasil. Entre as diferentes identidades sexuais, constam:
1) travestis - pessoas que se identificam com a imagem e o estilo feminino, apropriando-se de roupas e adereços de sua estética, realizando com frequência a transformação de seus corpos, quer por meio da

ingestão de hormônios, quer através da aplicação de silicone industrial e das cirurgias de correção estética e de próteses; 2) transexuais são pessoas com demandas de cirurgia de mudança de sexo e de identidade civil, demandas que não são encontradas nas reivindicações das travestis. 3) transgêneros são aqueles e aquelas que se caracterizam esteticamente por orientação do gênero oposto, não se mantendo o tempo todo nessa caracterização, como fazem travestis e transexuais. Como exemplos desses últimos, podemos elencar os transformistas, as *drag queens*, os *drag kings* etc. (JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade sexual na educação*. Brasília, Ministério da Educação/Unesco, 2009)

Para mudar esse jogo perverso, é necessário considerar outra visão de currículo e de proposta político-pedagógica. É fundamental um "currículo cheio de vida" e uma proposta pedagógica que nasça do diálogo com a comunidade, permitindo a todos aprenderem a olhar a realidade a partir de diferentes perspectivas, promovendo valores, atitudes e comportamentos de respeito mútuo.

O desafio da reeducação das relações étnico-raciais é pensar currículo e proposta político-pedagógica em sentido amplo, compreendendo que o processo de ensino-aprendizagem se dá todos os dias na prática, materializado no jeito de fazer e na garantia ao direito à memória, à história e a conhecimentos significativos para negros e brancos e para outros grupos sociais.

Daí a importância de compreender que o enfrentamento do racismo, do sexismo, da homofobia e de outras tantas discriminações não se dá em um passe de mágica. Trata-se de enfrentar mais de quinhentos anos de história. Para isso, é preciso compreender as resistências e os processos de luta por direitos, protagonizados por tantos movimentos sociais ao longo da história do país, entre eles, os movimentos negros.

1. Conhecimento de leis e documentos oficiais sobre educação e relações raciais

Sabemos que muitas leis e propostas inovadoras levam um bom tempo para se tornarem conhecidas nas escolas. Muitas vezes, as equipes pedagógicas e as comunidades escolares já ouviram falar alguma coisa de "determinada lei ou norma", mas desconhecem seus conteúdos e o porquê de terem sido criadas. Diante da tarefa de se efetivar a reeducação das relações raciais, um dos primeiros passos é conhecer "pra valer" os conteúdos das leis que

orientam os sistemas de ensino, em especial, a LDB, alterada pela Lei n. 10.639/03, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e seu Parecer, além do Plano Nacional de Implementação da Lei n. 10.639/2003. É necessário também conhecer e refletir coletivamente sobre qual o histórico dessas leis e documentos e quais são suas implicações para a vida escolar, visando construir uma ação mais efetiva no cotidiano.

1) Na escola, todas as professoras e professoras, bem como a direção e coordenação pedagógica, sabem da existência da LDB, alterada pela Lei n. 10.639/2003, e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?

2) Na escola, todas as professoras e professoras, bem como a direção e coordenação pedagógica, já analisaram detalhadamente e discutiram esses documentos?

3) Na escola, os demais profissionais da educação – merendeiras, secretários/as, agentes escolares – conhecem e já puderam discutir sobre a existência e o conteúdo desses documentos?

4) Na escola, os alunos e alunas, bem como seus familiares, conhecem e já puderam discutir sobre a existência e o conteúdo desses documentos?

5) A escola já analisou se sua proposta político-pedagógica e seu regimento interno estão sintonizados com o cumprimento da Lei n. 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?

6) A escola mantém a prática de rever e rediscutir coletivamente a Proposta Política Pedagógica da escola, buscando analisar avanços e desafios no que se refere à implementação da Lei n. 10.639/2003?

2. Organização do projeto político-pedagógico (PPP)

Um projeto político-pedagógico comprometido com uma educação antirracista e não discriminatória foge da ideia de ser um instrumento burocrático, pronto e acabado. Longe disso, está sempre em movimento, envolvendo questionamentos, mudanças e novas propostas que nascem

conforme a realidade da escola e da sociedade. Ao retratar a “cara” da escola, passa a ser uma construção assumida coletivamente, mobilizando opiniões e conhecimentos de todos os profissionais da educação ao lado de estudantes e familiares. Vai muito além do que diz o papel e não se reduz ao trabalho de uma semana ou um mês, mas é processo permanente, no qual todos aprendem a reeducação das relações étnico-raciais no dia a dia.

1) Quando discute o projeto político-pedagógico, a escola se dedica a traçar um perfil da comunidade escolar e incentiva que as pessoas contem suas histórias, tragam suas memórias e vivências, garantindo um lugar de respeito, acolhimento e valorização de todos e todas?

2) Quando discute o projeto político-pedagógico, a escola busca formas de garantir a participação de toda a comunidade escolar no diálogo, inclusive organizações não governamentais ligadas aos movimentos negros?

3) Caso a temática étnico-racial conste no PPP, ela é cumprida nas atividades pedagógicas cotidianas?

4) O projeto político-pedagógico explicita, por escrito, o compromisso com a educação antirracista na escola?

5) No regimento interno da escola, há regras negociadas de postura e comportamentos diante de situações de racismo (sutis e explícitas) como forma de educação para a igualdade racial?

6) A escola busca sustentar as propostas aprovadas coletivamente e, para isso, organiza estratégias para que elas “peguem raízes”, tais como a constituição de um grupo que acompanhe o processo de disseminação de práticas antirracistas?

7) A escola promove ao longo do ano encontros de formação para que os segmentos da comunidade escolar compreendam os diferentes papéis e tarefas para a promoção de uma educação antirracista e antidiscriminatória, tomando-a como uma tarefa coletiva?

O regimento interno da escola é um documento que estabelece a organização, as responsabilidades de cada segmento (direção, coordenação pedagógica, professores, outros profissionais de educação, familiares e estudantes),

as relações entre eles, o processo de tomada de decisão e as formas de funcionamento para que a escola consiga cumprir o seu projeto político-pedagógico. Toda escola deve ter um regimento interno, elaborado pelo Conselho Escolar, em diálogo com a comunidade da escola.

3. Garantia de espaço para planejamento coletivo

A partir da promulgação da Lei n. 10.639/2003, que alterou a LDB, aumentou o número de iniciativas voltadas com a promoção da igualdade racial nas escolas. Embora isso seja uma realidade, sabe-se também que, lamentavelmente, muitas dessas iniciativas acontecem de forma isolada ou esporádica, assumidas por uma professora ou professor ou por um pequeno grupo de educadores. Para que o quadro seja alterado e tais projetos sejam permanentes e ganhem raízes no cotidiano e no projeto político-pedagógico da escola, são necessários planejamento coletivo, troca de ideias e acompanhamento das ações. Trata-se de um trabalho permanente, que mobilize toda a comunidade escolar, como prevê a Resolução CNE/CP n. 1/2004: "a construção de estratégias educacionais que visem o combate ao racismo é uma tarefa de todos os educadores, independentemente do seu pertencimento étnico-racial.".

1) A escola organiza reuniões e estratégias para que todos os outros profissionais da educação – secretários/as, porteiros/as, merendeiras e outros agentes escolares – possam participar das reuniões de planejamento?

2) As reuniões de planejamento têm espaços para que cursos e palestras das quais determinados professores participam possam ser compartilhados com os demais, garantindo o registro e a discussão de possíveis desdobramentos na escola?

3) A coordenação pedagógica e os professores e professoras organizam e participam de reuniões que contribuam para a construção, reflexão e acompanhamento de planos de aula que implementem a LDB alterada pela Lei n. 10.639/2003 em sala de aula?

4) Nos momentos de planejamento, a coordenação pedagógica e os professores e professoras discutem orientações coletivas para enfrentar o racismo e as discriminações dentro e fora da sala de aula?

5) A direção da escola e a coordenação pedagógica garantem as condições necessárias para a realização de projetos como organização especial de horários de aula, visitas externas, recursos humanos e financeiros e infraestrutura adequada?

6) Nas reuniões coletivas, as professoras e os professores são estimulados a trazer suas vivências e experiências de vida para o coletivo – relatos, fotografias, diários e outros –, inclusive para reelaborar conceitos importantes para a temática das relações étnicoraciais em sociedade?

4. Inserção e abordagem de conteúdos sobre história e cultura africana e afro-brasileira

Um dos aspectos fundamentais para a implementação da Lei n. 10.639/03 diz respeito à necessidade de lançar novos olhares e possibilidades sobre muitos dos conteúdos que são tradicionalmente trabalhados na escola. Para isso é necessário que na construção da proposta político-pedagógica seja estimulada a capacidade de pesquisa dos educadores e educadoras e garantido espaço para a discussão coletiva e a elaboração de projetos nos quais a história e a cultura africanas e afro-brasileiras sejam abordadas de modo inovador, crítico e positivo, tanto por cada disciplina como de forma interdisciplinar, contribuindo, por exemplo, para superar velhas visões sobre a África e de processos como a escravização no Brasil. Na maioria das escolas do país, ainda predomina uma visão da escravização que reforça a ideia de passividade da população negra e que não aborda as muitas e diferentes formas de resistência criadas e recriadas pelo povo negro ao longo da história brasileira – uma visão que ainda não aborda o papel ativo do povo negro na construção do país ou, quando muito, se restringe a falar da culinária e de algumas "manifestações culturais".

1) As disciplinas de História, Língua Portuguesa e Artes estão organizadas para tratar os conteúdos voltados para história e cultura africanas e afro-brasileiras de forma crítica, valorizando diferenças, conhecimentos, resistências, e indo além de uma abordagem tradicional da escravização?

2) Todas as disciplinas buscam aproximar seus objetivos específicos com o que foi previsto na Lei n. 10.639/2003 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?

3) Ao olhar cada disciplina e seus conteúdos, os professores usam em sala de aula materiais adequados (mapas, jogos, filmes, livros etc.),

estimulando novas visões sobre a cultura africana e afro-brasileira, e revelando, inclusive, os conhecimentos africanos e afro-brasileiros com relação à matemática e às ciências, por exemplo, o que atualmente vem sendo discutido pela etnomatemática?

4) Na escola, articulado ao projeto político-pedagógico, há um esforço para a construção de um campo interdisciplinar que possa colocar em diálogo diversas áreas do conhecimento com foco na reeducação das Relações Étnico-raciais?

A etnomatemática nasceu na década de 1970 como fruto das críticas feitas ao ensino tradicional da matemática nas escolas, que entendia que havia apenas um jeito de se pensar a matemática. A etnomatemática estuda as várias formas de conhecimento matemático construídas por diferentes povos, culturas e grupos de determinada população. Na etnomatemática, o continente africano ocupa um lugar de destaque por ser a origem de vários conhecimentos matemáticos assumidos pela cultura ocidental. A etnomatemática estuda, por exemplo, os conhecimentos matemáticos dos povos africanos, dos povos indígenas, das famílias camponesas, de pedreiros, feirantes, meninos de rua, artesãos, pais e mães de santo, além de muitos outros povos e grupos humanos. Mais informações no site <www.etnomatematica.org>.

5. A sala de aula como lugar estratégico para uma educação antirracista

Assumir o compromisso de sustentar uma educação antirracista requer que a escola aprenda a dialogar com a diversidade presente dentro e fora da sala de aula, reconhecendo cada pessoa como alguém que tem história, necessidades e desejos. A atuação em sala de aula passa a exigir um trabalho bem mais complexo e instigante ao se levar em conta os diferentes modos de ser das pessoas que estão nela, o que implica desenvolver ações que ofereçam possibilidades de valorização de todos e de estreitamento de convivência, de participação coletiva, de debates e questionamentos

Considerando o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem mais do que a inclusão de novos conteúdos, é necessário repensar as relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas; os procedimentos de ensino; as condições oferecidas para aprendizagem; os objetivos da educação oferecida pelas escolas. As aulas devem corresponder às necessidades e aos interesses dos diferentes educandos, sem excluir parte deles, como tem sistematicamente acontecido com muitos alunos e alunas negros.

1) Na sala de aula, os estudantes são organizados em grupo de forma que possam interagir e conviver melhor durante as atividades?

2) Nas salas de aula, e na escola como um todo, estão visíveis cartazes, faixas, painéis e murais que visem afirmar a diversidade étnico-racial de nosso país?

3) Nas salas de aula, são discutidas regras de postura e comportamentos diante de situações de racismo (sutis e explícitas) como forma de educação para as relações étnicorraciais?

4) Os/as professores/as consideram experiências, acúmulos e reações dos alunos e alunas para planejar as aulas?

5) As aulas contam com atividades externas e palestrantes convidados para tratar da temática sobre relações raciais?

6) Todas as disciplinas estão comprometidas na divulgação de eventos e datas de celebração ou comemorativas, e revelam a existência de cientistas africanos e afro-brasileiros, bem como de outras personalidades negras importantes para o conhecimento humano?

Dimensão 3

Recursos didático-pedagógicos

Os recursos didático-pedagógicos, ou seja, os materiais que são utilizados em atividades educativas, como livros, jogos, brinquedos, filmes e músicas, bem como as **práticas pedagógicas** que envolvem brincadeiras e histórias orais, ocupam lugar central nas estratégias para a construção de uma educação das relações raciais no cotidiano da escola. Afinal, as artes (a literatura, o teatro, o cinema, a música, a dança, as artes plásticas etc.) e o mundo das brincadeiras trazem à tona a maneira de nos relacionarmos com

a própria vida, alimentando a criatividade e a imaginação, promovendo valores e mostrando com mais nitidez os medos, os conflitos e as tensões vividas em sociedade.

Práticas pedagógicas são as formas como as educadoras e os educadores organizam e desenvolvem as atividades destinadas a promover a aprendizagem de crianças, jovens e adultos.

Muitas vezes, as escolas acham que os livros e outros recursos didáticos pedagógicos são "neutros" no que se trata das relações raciais e de outras desigualdades existentes na sociedade. É necessário afinar o olhar crítico para com as obras, mesmo aquelas de autores e autoras consagrados e famosos1 , e discutir o contexto das relações raciais nas quais foram elaboradas e a maneira como a população negra é retratada. A reflexão sobre tais obras, quando desenvolvida em sala de aula, deve ser usada para questionar o racismo e as relações desiguais de poder em nossa sociedade e estimular a ação de todos a favor da transformação de uma realidade injusta.

Apesar dos avanços gerados pela avaliação dos livros didáticos pelo Programa Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação, no sentido de excluir livros que promovam preconceitos e ataquem a cidadania, ainda chegam muitos materiais à escola que colocam as pessoas brancas como as únicas representantes da espécie humana. Muitas obras continuam a inferiorizar pessoas negras, a tornar invisíveis suas lutas históricas e a restringir sua presença a lugares sociais de pouco reconhecimento ou à posição secundária de **coadjuvantes** de pessoas brancas.

Em uma novela de televisão, em um filme ou em uma peça de teatro, o coadjuvante é o ator ou a atriz que nunca desempenha o papel principal da história e se restringe a ajudar ou apoiar o/a personagem de destaque.

Diversidade significa reconhecer a variedade e as muitas diferenças entre aqueles e aquelas que fazem parte de um coletivo, grupo, comunidade, população etc.

Por outro lado, cresce o número de materiais didático-pedagógicos capazes de apoiar estratégias de uma educação antirracista, tais como filmes, jogos,

livros, músicas e brinquedos. É importante considerar também que não basta a existência desses materiais na escola, muitas vezes "condenados a uma gaveta ou armário fechado", mas o uso efetivo deles pela comunidade escolar. Nesse sentido, é fundamental desenvolver ações concretas que fortaleçam os acervos das bibliotecas e as salas de leitura, a divulgação e a circulação de materiais e o uso deles dentro e fora de sala de aula.

1. Existência de recursos didático-pedagógicos na escola

Muitas vezes, a escola desconhece os materiais (livros, jogos, brinquedos, filmes e músicas) existentes na própria instituição que podem ser utilizados para fins educativos. Saber o que existe no acervo e identificar seu potencial e seus limites com relação às questões raciais e a outras temáticas importantes para a escola é um primeiro passo importante a ser dado pela equipe pedagógica. Outro importante passo é analisar criticamente os materiais que já vêm sendo utilizados em sala de aula.

1) Na escola, existem livros didáticos que tratem positivamente a questão racial, destacando personagens negros e brancos em situações de igualdade e de sucesso?

2) Na escola, existem brinquedos e jogos que contribuam para a educação das relações raciais no cotidiano?

3) Na escola, existem livros, CDs, DVDs e outros materiais que tragam referências sobre a cultura africana e afro-brasileira?

4) Na escola, estimulam-se brincadeiras e o uso de livros, jogos e materiais audiovisuais que questionam os estereótipos do que "é ser menino" e o que "é ser menina"?

5) A escola busca junto à comunidade de seu bairro, região ou cidade materiais, histórias e depoimentos de pessoas que possam ser utilizados no trabalho pedagógico sobre relações raciais?

6) Na escola, existem jornais e informativos sobre ações dos movimentos negros e outros comprometidos com a questão racial?

Estereótipo é uma ideia, uma opinião, uma imagem que temos de pessoas, situações ou coisas antes mesmo de conhecê-las e de nos relacionarmos com elas. Geralmente, os estereótipos fixam a ideia de que existem padrões de

comportamento (menino é assim, menina é desse jeito, pessoa negra faz isso etc.) e estão na base de muitos preconceitos, limitando nossa capacidade de enxergar e dialogar com as pessoas em suas muitas diferenças.

2. Usos dos recursos didático-pedagógicos na comunidade escolar

Há escolas que contam com um bom acervo de materiais referentes a relações raciais – entre outras questões –, mas que não é posto em uso pela maioria do professorado e muito menos por estudantes. Fazer com que a escola se aproprie efetivamente de seus materiais é uma decisão que deve mobilizar diversas e criativas estratégias de estímulo ao uso em projetos, pesquisas, eventos etc., por parte de professores e alunos, com envolvimento também de outros integrantes da comunidade escolar. O uso ainda deve ser buscado na abordagem das diversas disciplinas escolares (humanas, biológicas e exatas) e de projetos interdisciplinares, como previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

1) Na escola, há materiais com foco em questões africanas e afro-brasileiras que são utilizados pelos professores e professoras?

2) Na escola, os materiais com foco em questões africanas e afro-brasileiras são utilizados em todas as disciplinas de humanas (Língua Portuguesa, História, Geografia, Artes etc.)?

3) Na escola, os materiais com foco em questões africanas e afro-brasileiras são utilizados nas disciplinas de exatas e biológicas?

4) Os estudantes têm acesso a bibliotecas, salas de leitura ou atividades pedagógicas que permitam que livros e outros materiais (brinquedos, jogos, CDs etc.) sejam levados para a casa?

5) Na escola, há registro de projetos (disciplinares ou interdisciplinares) e de outros trabalhos pedagógicos que já utilizaram ou utilizam os materiais existentes na escola?

6) Na escola, todos os livros – mesmo os de autoras e autores consagrados na literatura – são abordados de maneira contextualizada (considerando a realidade histórica em que a obra foi desenvolvida) e crítica com relação a conteúdos racistas e de outras

discriminações sociais?

7) Na escola, utilizam-se materiais que abordem culturas e histórias africanas e afrobrasileiras junto à comunidade escolar?

3. Organização e circulação dos recursos na escola

Para que os materiais sejam apropriados pela comunidade escolar, é fundamental organizá-los e dispô-los de forma a torná-los acessíveis e atraentes para todas as pessoas de todas as idades, considerando também aquelas com deficiências. É importante desenvolver ações que possibilitem aos materiais "saírem" de caixas, gavetas e estantes, e circularem por salas de aula, pátios e até pelas casas de alunos, sempre associando tais ações à criação de procedimentos de empréstimo, ao estímulo ao cuidado e à corresponsabilidade pela preservação e segurança dos materiais como bens coletivos da escola.

1) Na escola, os materiais de leitura, jogos e audiovisuais estão acessíveis para pessoas de todas as idades e com deficiências, e também para os que estudam em diferentes turnos (manhã, tarde e noite)?

2) A escola conta com projetos de estímulo à leitura?

3) Na escola, há espaço e equipamentos adequados para uso dos recursos audiovisuais?

4) Na escola, há materiais de leitura, jogos e audiovisuais em quantidade suficiente para circular pelas salas de aula?

5) Há pessoas preparadas para facilitar/mediar o acesso e o uso do acervo de materiais?

6) A escola cria e aproveita todas as oportunidades para expor os materiais, tais como datas comemorativas, eventos e festas?

4. Manutenção e ampliação do acervo de recursos

Todos os acervos de materiais exigem cuidados permanentes para sua manutenção, entre eles os referentes à limpeza e ao armazenamento em condições adequadas, conforme a natureza do material (se ele é feito de papel, plástico, pano etc.). É importante também considerar que todos os acervos se desgastam com o uso e se desatualizam, exigindo que sejam substituídos de tempos em tempos. Em muitas escolas públicas, com relação aos acervos de livros, eles são compostos por meio de doações

governamentais e pela compra direta efetuada pelas escolas. Para novas compras feitas pelas escolas, devem-se sempre realizar pesquisas sobre os novos materiais disponíveis no mercado e levantar e discutir coletivamente as necessidades colocadas pelo planejamento pedagógico e pela comunidade escolar.

1) Na escola, há pesquisa para aquisição e compra de livros e materiais educativos que abordem questões relativas à educação das relações raciais?

2) Na escola, os materiais de leitura, jogos e audiovisuais são adquiridos em quantidade suficiente para circular pelas salas de aula?

3) Na escola, a discussão sobre compras é feita coletivamente, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar?

4) A escola busca conhecer e adquirir materiais elaborados por pessoas da comunidade escolar?

5) Na escola, há procedimentos de conservação e reposição de materiais?

6) Na escola, é estimulado o cuidado de todos em prol da preservação de brinquedos, livros, jogos e outros materiais que tragam referências à população negra?

7) Na escola, todas as doações de materiais, de qualquer natureza, são analisadas para que não sejam veiculadas ideias, imagens e crenças preconceituosas?

Dimensão 4

Acesso, permanência e sucesso na escola

As dificuldades para entrar na escola, permanecer nela e aprender novos conhecimentos e habilidades constituem realidade para milhões de crianças brasileiras e, em especial, para as crianças negras. Pesquisas1 apontam que são as crianças, adolescentes, jovens e adultos negros que mais figuram entre aqueles e aquelas que são excluídos diariamente da escola, como revelam alguns dados apresentados a seguir:

1) das 821.126 crianças de 7 a 14 anos fora da escola, 512.402 são negras (Censo/IBGE, 2010);

2) entre os jovens brancos de 15 a 17 anos, 58% haviam concluído o Ensino Fundamental, enquanto que entre os negros esse percentual era de 44% (Censo/IBGE, 2010);

3) Em 2010 55% dos jovens brancos de 15 a 17 anos estavam cursando o Ensino Médio, enquanto o percentual de negros era de 41% (Censo/IBGE, 2010);

4) dos jovens brancos de 18 e 19 anos concluíram o Ensino Médio, 47% eram brancos e apenas 29% eram negros (Censo/IBGE, 2010);

5) o número absoluto de pessoas analfabetas entre jovens negros de 15 a 29 anos é mais de duas vezes e meia maior do que entre brancos (Censo/IBGE, 2010);

6) a frequência líquida no Ensino Médio é 49,2% maior entre os jovens brancos do que entre os negros (IPEA, 2008);

7) a diferença de dois anos de estudo entre brancos e negros manteve-se praticamente inalterada desde o início do século XX. A média atual de estudos das pessoas de 25 anos ou mais de idade entre os adultos brancos é de 8,2 anos e dos adultos negros é de 6,4 anos (PNAD/ IBGE, 2011). Em 2001, os números eram 6,4 para adultos brancos e 4,7 para adultos negros;

8) do total das pessoas com 10 anos ou mais no país, 8,31% possuem Ensino Superior completo, sendo 6,09% brancos e 2,04% negros (Censo/IBGE, 2010). Em estudo de 2008, o IPEA apontou que, em 30 anos, o percentual de pessoas brancas com diploma universitário aos 30 anos de idade passou de 5% para 18%, sendo que o percentual de pessoas negras na mesma situação passou de 0,7% para 4,3%. O hiato racial quase triplicou para 13 pontos nas três últimas décadas.

Tal situação se deve a um conjunto de fatores, entre eles, às formas explícitas e sutis de racismo que acontecem no cotidiano escolar (abordadas na Dimensão 1 desta publicação), aos diversos desafios da escola brasileira (turmas com número excessivo de alunos, condições precárias de trabalho dos profissionais de educação, pouca verba para a educação, falta de gestão democrática etc.) e às desigualdades raciais e sociais presentes na sociedade, que tanto impactam as condições das famílias e das comunidades. Para esse quadro, contribui também a existência de um jeito de “fazer escola”

ainda marcado pelo eurocentrismo (que valoriza as referências culturais de outros países ricos e predominantemente de população branca) – um jeito de fazer escola que tem pouca capacidade de escuta e acolhimento, apresentando conteúdos que muitas vezes não fazem sentido para os alunos e com uma forma de avaliar que não favorece a melhoria da aprendizagem.

Do ponto de vista de uma educação antirracista e contra qualquer tipo de discriminação, comprometida com o sucesso de todos os estudantes, é necessário buscar novas perspectivas e rever as concepções limitadas e excludentes de avaliação de aprendizagem que somente penalizam e excluem os alunos. Isso não significa defender a ausência de avaliações; muito pelo contrário, a avaliação é a base para que haja a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. Mas é fundamental que a avaliação seja desenvolvida a partir de uma visão que assuma que o sucesso escolar vai muito além do desempenho dos alunos em provas e testes, tendo a ver com o direito a uma trajetória escolar sem interrupções e a aprendizagens significativas – uma trajetória que estimule a autoestima, a autonomia e o respeito para com os outros seres humanos entendidos como iguais; que escancare as janelas de conhecimentos, saberes, experiências e possibilidades de aprendizagem e esteja comprometida com uma visão integral do desenvolvimento humano.

Nessa perspectiva, o que importa não é apenas a nota da prova, mas o processo de aprendizagem, que é formado por vários momentos, sendo desenvolvido de muitas maneiras; mobilizando saberes e conhecimentos (inclusive dos alunos e de suas famílias); e envolvendo as relações entre as pessoas, levando assim toda a escola a aprender em conjunto: estudantes, profissionais de educação, familiares etc.

Trata-se de um processo que permita à aluna e ao aluno se sentirem acolhidos, desafiados e valorizados em seus passos, e que fortaleça a ligação deles com a escola. A busca maior de toda a comunidade escolar deve ser a de se organizar para que nenhuma criança, adolescente, jovem ou adulto seja excluído(a) e todos tenham garantido o *direito humano à uma educação de qualidade.*

1. Pensando o estudante por inteiro (integralidade)

Cada criança, adolescente, jovem e adulto tem um nome e sobrenome , tem uma história, desejos, medos e angústias; tem sonhos, talentos e muitas potencialidades. É alguém que está inserido em uma família e comunidade, contando ou não com apoios diversos, enfrentando ou não uma série de dificuldades, sejam elas emocionais, econômicas, de saúde, vinculadas ao racismo ou a outras formas de discriminações etc. Por uma série de razões, muitas vezes se mantém um muro "tão alto" entre a escola e seus alunos, que os estudantes passam a ser quase somente "mais um". Conhecer a realidade vivida pelos alunos e alunas, escutar seus desejos e ideias, não temer a crítica, aproximar-se do mundo deles exigem que a escola como um todo – apesar de todas as dificuldades da educação brasileira – busque se organizar para tal, mantendo viva a comunicação com seus estudantes e respectivas famílias.

1) A escola tem informações sobre as condições de vida e a situação familiar de todos os seus alunos e alunas?

2) A escola tem informações sobre as condições de vida e a situação familiar de seus alunos segundo o quesito cor/raça?

3) A escola já realizou alguma visita às famílias de seus alunos?

4) A escola já mobilizou a rede de garantia de direitos das crianças e adolescentes para situações familiares que exijam cuidado e apoio de outras instâncias e serviços públicos (saúde, assistência social, conselhos tutelares etc.)?

As redes de garantia e proteção de direitos de crianças e adolescentes estão previstas no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). A rede busca articular a atuação de todas as políticas públicas (saúde, educação, cultura, esporte, lazer, habitação e trabalho), serviços, instituições, entidades e grupos de sociedade civil comprometidos com a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Tais redes devem ser acionadas não somente para o encaminhamento de casos de violência contra crianças e adolescentes, mas com relação a outros problemas que contribuem para a exclusão social e educacional. Sua formação deve envolver conselhos escolares, conselhos tutelares, conselhos de direitos,

Promotorias, Defensorias, Varas de Justiça Especializadas, postos de saúde, centros de referência, serviços de assistência social, organizações e grupos da sociedade civil etc. No Brasil, ainda é um desafio tornar as redes uma realidade na maior parte das comunidades do país. Como anda a construção da rede em sua localidade?

5) A escola mantém alguma forma de registro (como fichas, portfólios, cadernos etc.) que contenha informações organizadas sobre a trajetória escolar dos alunos, sua saúde e suas dificuldades, bem como potencialidades, ao longo dos anos e em diferentes disciplinas?

6) A escola conhece os sonhos e as críticas de seus alunos com relação ao mundo escolar?

7) Para além das dificuldades, o professorado consegue enxergar as potencialidades e os talentos de cada aluno e aluna?

2. Acompanhamento das faltas dos alunos e enfrentamento da evasão

São várias as razões que levam um estudante a sair da escola: um ensino que não desperta o interesse; a necessidade de trabalhar; uma situação de racismo ou outras discriminações que se repetem; um conflito com um professor; o sentimento de "não ser capaz" de aprender; um problema na família; questões de saúde; situações de violência na escola ou na comunidade; falta de transporte escolar; condições precárias de moradia; gravidez na adolescência etc. Se buscarmos saber o porquê da evasão, veremos que, muitas vezes, o problema começa com algumas faltas isoladas e ganha rapidamente dimensão. É fundamental que a escola possua procedimentos regulares de controle de faltas e estratégias que permitam acompanhar, apoiar e trazer os alunos e alunas de volta aos espaços escolares, a partir da reflexão crítica sobre as causas das faltas e da evasão escolar, visando o enfrentamento do problema.

1) A equipe pedagógica controla periodicamente o número de faltas dos alunos?

2) A equipe pedagógica tem conhecimento sobre quem são os alunos que estão faltando e as razões que o levaram a isso, levando em conta também o recorte cor/raça?

3) A comunidade escolar discute as causas das faltas e as estratégias para enfrentá-las, entre elas, a problemática do racismo?

4) A comunidade escolar vai atrás dos alunos e alunas que deixaram a escola? Há estratégias para que jovens e adultos que saíram da escola possam retomar os estudos?

5) A escola envolve agentes escolares, merendeiras, pessoal administrativo nas estratégias para garantir acesso e permanência na escola?

6) Conforme previsto na legislação, a escola comunica o conselho tutelar sobre a situação de alunos com faltas recorrentes, depois de esgotadas as ações escolares de retomada do vínculo com os alunos?

3. Utilização dos dados de avaliações oficiais sob recortes cor/raça

O Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o IBGE produzem informações sobre a situação da educação brasileira, o que envolve também as taxas de evasão, repetência e desempenho. Desde 2005, o Brasil conta com alguns indicadores que permitem enxergar com mais precisão as desigualdades entre negros e brancos na educação. É fundamental que a equipe pedagógica e a comunidade escolar conheçam as informações referentes à própria escola, no que se refere também às desigualdades raciais, e as comparem com a situação de outras escolas do município, do Estado e do país. Essas informações são importantes para a melhoria do atendimento educacional de qualidade no curto, médio e longo prazo.

1) A comunidade escolar é informada sobre as estatísticas educacionais produzidas pelo Inep ou pelas Secretarias de Educação sobre o desempenho da escola e da rede escolar?

2) O significado desses indicadores é discutido na escola (em sala de aula, reunião de professores, de familiares, reuniões pedagógicas etc.)?

3) Os indicadores referentes à escola estão afixados em local visível?

4) A comunidade escolar discute os dados de avaliações oficiais de acordo com o quesito cor/raça?

5) A equipe pedagógica (diretoria, coordenação pedagógica e professorado) acompanha e analisa os dados mais gerais referentes ao desempenho e à frequência da escola considerando o recorte cor/raça e,

a partir disso, redefine suas estratégias pedagógicas visando o sucesso na aprendizagem de todos os alunos?

4. Realização de avaliação diagnóstica e monitoramento da aprendizagem do aluno

A avaliação diagnóstica permite que o professor/a acompanhe o desenvolvimento da aprendizagem do aluno ao longo do tempo, utilizando-se de diferentes instrumentos de avaliação, garantindo uma abordagem mais individualizada e sensível de cada estudante. Sabemos que as condições enfrentadas pela maioria das escolas públicas, principalmente das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, dificultam muitas vezes que o professor consiga garantir uma abordagem mais individualizada, já que chega a ser responsável por centenas de estudantes em diferentes turmas e escolas. Apesar das dificuldades que devem ser assumidas como um desafio das políticas públicas educacionais e do conjunto da sociedade, a comunidade escolar (profissionais de educação, estudantes, famílias etc.) precisa discutir a situação e buscar caminhos possíveis que melhorem as condições para que os professores desenvolvam a avaliação diagnóstica, sobretudo, dos alunos e alunas que enfrentam mais dificuldades na escola.

1) **A escola discute os resultados gerais das avaliações com a comunidade escolar (sem expor publicamente casos individuais), buscando aprimorar estratégias de promoção da aprendizagem?**

2) **Os professores discutem em horários de trabalho coletivo a situação de cada aluno, visando identificar avanços e potencialidades, detectar problemas e construir soluções?**

3) **A equipe pedagógica participa de formação continuada para aprimorar suas práticas de ensino e estratégias de avaliação, indo além da aplicação de provas?**

4) **O professorado considera, na avaliação dos alunos, tarefas e trabalhos que os estudantes trazem espontaneamente de casas e de suas experiências de vida?**

5) **Nas discussões da equipe pedagógica são levadas em conta questões como as condições de vida dos estudantes, o contexto familiar e comunitário e o impacto do racismo e de outras discriminações sociais no desenvolvimento da aprendizagem dos**

alunos?

6) A escola tem procedimentos para detectar e encaminhar situações de discriminação racial que levam o estudante a perder o interesse, prejudicam o seu rendimento escolar e podem levá-lo até mesmo à evasão?

5. Atenção às dificuldades e valorização das potencialidades dos alunos

Com base em uma avaliação diagnóstica, que acontece ao longo do tempo, é fundamental identificar as potencialidades e as dificuldades de cada aluno e atuar para garantir melhorias na aprendizagem. Ou seja, não basta constatar o problema, é necessário agir! São várias as estratégias que podem ser usadas, conforme a dificuldade, o desafio e o perfil de cada aluno, como grupos de reforço, grupos de troca de saberes, leituras coletivas, projetos especiais, investimento na expressão artística dos alunos, solicitação de professores de apoio etc. É importante também tomar cuidado para não **estigmatizar** o aluno ou aluna com dificuldade, ou seja, é necessário destacar os avanços, mostrar confiança em seu desenvolvimento e afirmar para ele e a turma de colegas que todos têm dificuldades e potencialidades, e que os problemas existem para serem superados.

Estigmatizar é marcar, tachar,
classificar alguém de forma negativa.

1) No dia a dia, os professores dão atenção individual e garantem acolhimento aqueles alunos e alunas negros, brancos e de outros pertencimentos raciais ou étnicos que apresentam dificuldades de aprendizagem?

2) Os professores conseguem identificar avanços e potencialidades de alunos negros, brancos e de outras raças/etnias que apresentam dificuldades e compartilhar com eles e com o conjunto dos alunos essas conquistas?

3) A escola valoriza a identidade racial, étnica, regional, social etc. dos alunos e alunas que enfrentam dificuldades?

4) A escola oferece oportunidades especiais para alunos que têm dificuldade de aprendizagem (como grupos de reforço, grupo de troca de saberes, projetos especiais, investimento em expressões artísticas, solicitação de professores de apoio etc.)?

5) Caso atividades como estas sejam oferecidas, elas conseguem fazer com que alunos negros, brancos e de outros pertencimentos raciais ou étnicos melhorem seu nível de aprendizagem?

6) A comunidade escolar sabe quais são as disciplinas em que há mais reprovação e que, por isso, exigem atenção especial da direção e dos professores?

7) Além da avaliação escrita, há outras formas do aluno e da aluna demonstrar que acumularam conhecimento?

6. Atenção às necessidades educativas da comunidade

Muitas vezes há na comunidade em que a escola está localizada um conjunto de pessoas que não têm acesso ao direito à educação. Além das pessoas que tiveram suas trajetórias educacionais interrompidas por motivos diversos, há aquelas que nunca passaram pela escola. A realização de um diagnóstico comunitário, com o envolvimento dos alunos, pode se constituir em experiência pedagógica muito rica, fortalecer os laços com a comunidade e organizar a **demanda** por educação da comunidade a ser discutida na escola e apresentada às secretarias e conselhos de educação do município.

Demanda por educação são informações sobre as pessoas de uma comunidade que gostariam de voltar a estudar e/ou aquelas que poderiam ser estimuladas a voltar para os estudos.

1) Todas as crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória (4 a 17 anos) da comunidade estão na escola?

2) A escola registra a demanda por creches, escolas e universidades por parte de crianças, adolescentes, jovens e adultos?

3) A escola conhece a demanda por alfabetização de jovens e adultos existente entre familiares, agentes escolares e na comunidade do entorno?

4) A escola conhece a demanda por educação por parte de crianças, adolescentes, jovens e adultos da comunidade com deficiências?

5) A escola discute todas essas informações sobre demanda por educação com a comunidade escolar, levando em conta o recorte cor/raça?

6) A escola apresenta formalmente à Secretaria de Educação as informações referentes à demanda por educação existentes na comunidade do entorno, explicitando o recorte cor/raça?

Dimensão 5:

A atuação dos(das) profissionais de educação

Os profissionais de educação têm um papel fundamental em uma educação transformadora das relações raciais, que possibilite condições de maior igualdade entre brancos, negros, indígenas e outros grupos presentes em nosso país.

Quando falamos dos e das profissionais de educação, referimo-nos ao professorado, às direções e coordenações pedagógicas, às merendeiras, vigias e pessoal de limpeza, à equipe da secretaria escolar, entre outras pessoas que atuam no cotidiano escolar e exercem função educadora. Não podemos esquecer também que quase 90% dos profissionais da educação básica brasileira são mulheres que ainda enfrentam em seu dia a dia a dupla e a tripla jornadas de trabalho: no mundo profissional, no doméstico e no cuidado da família.

A construção de um trabalho transformador por parte das(dos) profissionais de educação em creches e escolas passa por reconhecer e refletir criticamente a própria condição racial (inclusive a chamada **branquitude**), as nossas concepções sobre relações raciais e como elas estão presentes em nossa trajetória de vida, orientando ou dificultando as percepções do problema no cotidiano. Significa também compreender como essas visões estão presentes no trabalho realizado por educadores em creches e escolas.

A branquitude é compreendida como um sistema de valores e comportamentos que toma o ser branco como "o modelo universal de humanidade", o representante de todas as pessoas. Esses valores levam a uma espécie de "cegueira social", fazendo com que grande parte das pessoas brancas não consiga enxergar a dor das pessoas que enfrentam discriminação étnico-racial. Tais valores contribuem também para o desenvolvimento

de um certo sentimento de superioridade, muitas vezes não assumido, por parte de várias pessoas brancas com relação a outros grupos raciais. A branquitude faz com que muitos entendam como "natural" a desigualdade entre pessoas de diferentes pertencimentos raciais.

É importante considerar que moramos no país do chamado "mito da democracia racial", que defende que todos nós vivemos em "harmonia e que não há racismo no Brasil". Esse imaginário nacional, construído historicamente, é uma barreira e uma armadilha a serem enfrentadas para que consigamos, de fato, enxergar com nitidez o problema do racismo em nossas escolas. É necessário estar consciente e disposto a sair da chamada zona de conforto colocada por tal mito.

Apesar das inúmeras dificuldades que enfrenta, a escola brasileira é espaço de bastante resistência, inovação e criatividade. Muitos profissionais fazem a diferença e, sozinhos ou com outros colegas, criam alternativas cotidianas para promover a diversidade e lidar com as desigualdades presentes no ambiente escolar. Muita coisa pode e tem sido feita para transformar a escola em um espaço pluralizado – de todos e de todas – que valorize de forma efetiva a história e a identidade negra de nosso país.

1. Consciência da própria identidade étnico-racial

Muitos(as) profissionais de educação nunca tiveram oportunidade de refletir sobre seu pertencimento racial, sua identidade de gênero (como se sentem como mulheres e homens), sobre o lugar das pessoas negras e da cultura afro-brasileira em suas vidas e sobre como o racismo está presente na trajetória pessoal e profissional. Criar espaços individuais e de trabalho coletivo para essa reflexão é um importante passo para maior consciência das questões em jogo, como já realizado por algumas escolas. É fundamental destacar que esse é um desafio não somente dos profissionais negros, mas também dos brancos, já que o racismo é fruto de relações desiguais entre brancos e negros, e não um "problema somente das pessoas negras".

1) Em sua escola, foram realizados alguma formação, encontro ou reunião que permitissem a reflexão crítica dos profissionais de

educação com relação ao seu pertencimento racial (branco, negro, indígena, oriental etc.) e sua identidade de gênero (ser homem, ser mulher etc.)?

2) Em sua escola, foi realizada alguma pesquisa ou levantamento sobre o pertencimento étnico-racial dos/das profissionais de educação?

3) Em sua escola, valorizam-se os profissionais negros e de outros pertencimentos raciais ou étnicos tanto quanto os brancos?

4) Em sua escola (caso ela seja particular), há alguma ação afirmativa de contratação e promoção de profissionais negros para funções de docência e coordenação/direção?

5) Em sua escola, os profissionais brancos também refletem o significado e o impacto de sua branquitude nas relações étnico-raciais?

2. Enfrentamento da discriminação entre profissionais de educação

Os profissionais de educação podem cometer discriminação racial, sendo testemunhas ou vítimas dela. É bom lembrar que, em nome da autonomia profissional, alguns profissionais cometem grandes equívocos e até mesmo atrocidades contra a autoestima de crianças e jovens negra(o)s. Muitos profissionais não sabem como agir diante do problema ou o consideram irrelevante. Outros sofrem na pele essa mesma discriminação, enfrentando situações de discriminação por parte de outros profissionais, familiares e até mesmo estudantes. O maior desafio é romper o silêncio e discutir as situações coletivamente como parte do desafio político e pedagógico da escola.

1) Em sua escola, reconhece-se quando ocorrem situações nas quais os profissionais de educação se sentem discriminados por diferentes razões?

2) Em sua escola, reconhece-se quando ocorrem situações nas quais os profissionais de educação se sentem discriminados em decorrência de seu pertencimento racial ou vínculo com religiões de matriz africana (candomblé, umbanda etc.)?

3) Em sua escola, reconhece-se a existência de situações nas quais os profissionais de educação já testemunharam casos de discriminação étnico-racial na escola?

4) Em sua escola, há procedimentos internos para o registro e encaminhamento de denúncias?

5) Em sua escola, a direção escolar e a coordenação pedagógica atuam quando chegam casos de discriminação entre profissionais de educação?

Há espaços de reflexão coletiva sobre as causas e os significados dessas situações e desdobramentos em ações pedagógicas?

Racismo na legislação: a Lei Caó e a Constituição

Em 1985, foi aprovada a Lei federal n. 7.437, conhecida como Lei Caó, em reconhecimento ao deputado e ativista do movimento negro, Carlos Alberto de Oliveira, o Caó. A lei inclui entre as contravenções penais, sujeita à pena de prisão, a prática de atos resultantes de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil, dando uma nova redação à Lei n. 1.390, de 3 de julho de 1951 (Lei Afonso Arinos). Entre as situações abarcadas pela Lei Caó, encontram-se discriminações ocorridas no mercado de trabalho, em escolas, em serviços públicos, em clubes esportivos e em estabelecimentos comerciais. A lei vem sendo usada também em casos de discriminação religiosa. Em 1988, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, passou a considerar a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível.

3. Melhoria das condições de trabalho e de formação

Não dá para esquecer que, muitas vezes, as(os) profissionais de educação atuam em condições de trabalho difíceis, marcadas por turmas com um número excessivo de crianças e estudantes, baixos salários, falta de plano de carreira, de suporte pedagógico e de trabalho coletivo, rotatividade intensa e iniciativas de formação continuada pontuais ou que não dialogam com a realidade da escola. A luta histórica das organizações dos profissionais de educação e de outras atuantes pelo direito humano à educação afirma que a valorização “pra valer” da condição dos profissionais de educação é questão central para avançarmos rumo à educação de qualidade para todos e todas. Algo a ser assumido de fato como prioridade por governos e toda a sociedade.

1) O número de profissionais de educação é suficiente para o bom funcionamento da escola?

2) A escola mantém salas/turmas com número de crianças e alunos que respeitem os referenciais nacionais?

3) A escola ou a Secretaria de Educação oferece permanentemente cursos ou ações de formação para professores e demais funcionários da escola? Essas ações são informadas à comunidade escolar?

4) A escola ou a Secretaria de Educação oferece permanentemente cursos de formação para professores e demais funcionários da escola sobre conteúdos referentes às relações raciais e a implementação da Lei n. 10.639/2003?

A Resolução n. 8/2010, do Conselho Nacional de Educação, estabelece os seguintes referenciais nacionais de número máximo de alunos por turma: 13 para creche, 22 para pré-escola, 24 para as séries iniciais do Ensino Fundamental, 30 para as séries finais do Ensino Fundamental e 30 para o Ensino Médio.

4. Investimento no educador(a) pesquisador(a)

Muitos profissionais afirmam não estar preparados para abordar conteúdos referentes à educação das relações raciais. De fato, são muitos os desafios existentes em várias regiões do país com relação às políticas de formação sobre questão tão desafiadora para a realidade brasileira. A implementação do Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Raciais, de 2010, significa um passo a mais na luta para conquistá-las. Apesar disso, e da necessidade urgente de melhoria das condições de trabalho e salariais, em grande parte das unidades educacionais do país, muito vem sendo feito, e muito ainda pode ser feito, pelos profissionais de educação. Nesse sentido, é fundamental apostar na capacidade dos educadores de criar e pesquisar novos conhecimentos, saberes, conexões, experiências e práticas que possam dinamizar seu fazer pedagógico no que se refere também às relações étnico-raciais.

1) Em sua escola, os professores têm condições de preparar adequadamente as aulas e pesquisar outros materiais didáticos e audiovisuais para uso em sala de aula?

2) Em sua escola ou comunidade, as crianças e estudantes têm acesso à biblioteca ou à sala de leitura?

3) Em sua escola, profissionais de educação e estudantes têm acesso regular à internet?

4) Em sua escola, desenvolvem-se projetos disciplinares e interdisciplinares que estimulem os estudantes a realizar pesquisas, entre elas, as com a comunidade?

5) Em sua escola, desenvolvem-se projetos que envolvem visitas a parques, museus, teatros e outros espaços públicos de interesse pedagógico, incluindo os que abordem as relações raciais?

6) Em sua escola, desenvolvem-se pesquisas com entidades e ativistas do movimento negro (homens e mulheres) e que estimulem os estudantes a conhecer a história da população negra da cidade?

5. Fortalecimento do trabalho coletivo

A existência do trabalho coletivo entre profissionais de educação é condição para uma educação de melhor qualidade. Sabemos que grande parte das escolas brasileiras, em decorrência das condições de trabalho existentes, não conta com um horário de trabalho coletivo organizado, que possibilite aos profissionais de educação refletir, planejar, avaliar conjuntamente sua ação pedagógica, considerando a função da escola e os objetivos de curto, médio e longo prazo da unidade. O trabalho coletivo é o lugar da troca de experiências, da partilha de angústias, descobertas e esperanças, e do aprofundamento de conhecimentos sobre a realidade da comunidade e dos estudantes que frequentam a escola (afinal, quem são os nossos estudantes?), visando garantir o direito de todos ao acesso, à permanência e ao sucesso na aprendizagem. É o espaço para a construção de um trabalho interdisciplinar, como exigido pela educação das relações raciais, e de construção de estratégias articuladas de enfrentamento de práticas racistas existentes na escola.

1) A escola garante condições para o trabalho coletivo?

2) Os professores e coordenadores/supervisores pedagógicos se reúnem para a discussão de planos de aula, para a avaliação da prática e para estudos (reuniões pedagógicas)?

3) Caso as reuniões pedagógicas aconteçam, elas ajudam de fato a melhorar a prática pedagógica?

4) As reuniões pedagógicas começam e terminam com pontualidade?

5) A situação dos alunos e alunas que enfrentam dificuldades de aprendizagem e indisciplina é discutida no espaço de trabalho coletivo?

6) Questões ligadas a situações de discriminações no cotidiano escolar, à educação das relações raciais e ao ensino de conteúdos da história e da cultura africanas e afrobrasileiras são discutidas nesses espaços?

6. Reconhecimento dos/as profissionais que atuam em diferentes espaços da escola

Para além do professorado, as(os) demais profissionais de educação têm um papel educativo fundamental que deve ser reconhecido, valorizado e considerado nas estratégias de promoção de uma educação comprometida com a igualdade das relações raciais. Estamos falando de merendeiras, serventes, vigias, pessoal da secretaria escolar, entre outros – funções muitas vezes exercidas por pessoas negras. Além de cozinhar, higienizar os ambientes, cuidar da segurança e dos procedimentos burocráticos de uma escola, esses profissionais estabelecem, no cotidiano, relações de troca, mediação, aconselhamento, orientação e interferência em situações de conflito junto a alunos e alunas. Muitas vezes, são capazes de identificar problemas que estão acontecendo com algumas crianças e estudantes, que passaram despercebidos pelo professorado. No caso dos profissionais de educação que atuam na secretaria escolar, são eles e elas responsáveis pelo preenchimento do quesito cor/raça do Censo Escolar, momento delicado no qual famílias e estudantes optam pelo seu pertencimento racial entre as alternativas fixadas pelo IBGE (pardo, preto, branco, indígena e amarelo). Investir na formação desses profissionais e envolvê-los no planejamento da escola, a partir do reconhecimento de seus saberes e suas experiências, é ponto fundamental para a melhoria da qualidade educacional e construção de uma educação antirracista no ambiente escolar.

1) A escola realiza atividades pedagógicas para que estudantes, professores e demais membros da comunidade escolar conheçam quem são os profissionais de educação que trabalham na cozinha, na limpeza, na secretaria, na segurança etc. e o que fazem para que a escola funcione bem?

2) A direção, a coordenação pedagógica, o professorado e o conselho escolar costumam convidar tais profissionais para reuniões de trabalho coletivo e ouvi-los sobre o que pensam quanto a problemas, desafios e propostas que possuem para melhorar o atendimento da escola?

3) Existem canais de diálogo entre esses profissionais e a equipe pedagógica?

4) Os profissionais já receberam alguma orientação/formação sobre como identificar e intervir em situações de racismo e de outras discriminações no ambiente escolar?

Dimensão 6:
Gestão democrática

A gestão democrática é uma maneira de uma escola, uma cidade, um país funcionar, valorizando a opinião e a participação de cada um para alcançar o bem comum. A participação é um direito humano, previsto na legislação, e representa o direito de todas as pessoas de participarem das decisões que afetam suas vidas e de suas coletividades. Sabemos que muitas vezes o racismo faz com que as opiniões de pessoas negras, indígenas, ciganas e de outros grupos discriminados sejam menos reconhecidas, estimuladas e valorizadas nos espaços escolares.

Uma gestão democrática "pra valer" anda de mãos dadas com o reconhecimento da diversidade que existe no ambiente escolar. Uma gestão educacional – da escola aos sistemas de ensino – que valorize diferentes vozes, saberes, experiências, estéticas, necessidades e propostas contribui para distribuir o poder de decisão, mostrar a força da diversidade e revelar que muitas vezes ela é marcada por desigualdades e discriminações presentes tanto na escola, nas políticas educacionais como na sociedade.

Nesse sentido, a escola que busca tornar realidade o princípio da gestão democrática em seu cotidiano pode criar várias oportunidades para a construção de uma educação que estabeleça o respeito à diversidade e o combate ao racismo e a todas as demais formas de discriminação.

É sempre importante que esta participação na gestão escolar não perca de vista a relação com o Conselho de Educação e outras instâncias de participação e controle social, que tratam da política educacional do municipio ou estado. Há muitos desafios de uma escola que são também de outras escolas e que precisam ser enfrentados pelas políticas educacionais como um todo.

Algumas bases da gestão democrática, como o estímulo à participação da comunidade na tomada de decisões, o envolvimento das pessoas na

organização do espaço, do planejamento e da avaliação escolar, bem como a troca de informações fortalecem compromissos e laços entre as pessoas. Isso tudo gera um clima positivo de confiança na capacidade de a escola enfrentar seus desafios, entre eles, aqueles que se relacionam à educação das relações raciais.

Quando todos e todas têm conhecimento sobre como funciona a gestão escolar e podem decidir a melhor forma de aplicar os recursos disponíveis e participar na definição das prioridades, aumentam-se as chances de sucesso e fortalece-se a escola como um espaço de ensino, de aprendizagem, de democracia e de vivência de valores – espaço no qual as pessoas se educam e experimentam a convivência com a diversidade humana por meio da prática do respeito, da negociação e do combate a qualquer discriminação.

1. Fortalecimento da relação com a família

A relação entre escola e família é fundamental no desenvolvimento da trajetória educacional de crianças, adolescentes e jovens. Mas nem sempre essa relação é fácil. Ela é, muitas vezes, marcada por encontros e desencontros, expectativas frustradas e preconceitos. Um dos principais desafios da maioria das escolas é superar uma abordagem que coloca a "culpa" nas famílias, principalmente as de baixa renda e as negras, por todas as dificuldades enfrentadas com os alunos. É necessário se aproximar das famílias para conhecer a realidade vivida por elas, revendo conceitos do que se entende por família "ideal".

Muitas escolas consideram apenas a família nuclear (pai + mãe + filhos) como o arranjo "organizado", sendo os outros chamados de "famílias desestruturadas". Devemos considerar que a realidade brasileira é marcada por muitas formas de família (famílias amplas com fortes redes de parentesco – muito comuns entre famílias negras; famílias recompostas por novas uniões conjugais; famílias em que os filhos contam apenas com a mãe ou o pai; famílias de casais homossexuais etc.) e também por novos lugares sociais ocupados por mulheres e pelo crescente número delas como chefes de família. É marcada ainda por muitos adultos que vivem relações de trabalho precárias e encaram dificuldades de transporte, sobretudo nas grandes cidades e áreas rurais.

Diante desse quadro, é necessário construir uma relação com a família que permita reconhecer suas possibilidades, saberes e limites – uma relação que garanta condições concretas para a participação delas na vida escolar e para o estabelecimento de um diálogo efetivo em prol da proteção, do acolhimento e da aprendizagem dos alunos e alunas.

1) A escola reconhece e valoriza a existência de várias formas de família em sua comunidade, para além da chamada família nuclear composta por pai, mãe e filhos?

2) A escola conhece a realidade das famílias de seus alunos e valoriza seus conhecimentos e saberes?

3) A escola realiza reuniões periódicas com familiares e responsáveis em horários compatíveis com a disponibilidade da maioria e com estímulo para que eles e elas se expressem nas reuniões?

4) A escola estimula a participação dos pais (homens) nas reuniões, atuando no sentido de que esta não seja assumida somente como responsabilidade de mães, avós e outras mulheres das famílias?

5) A equipe pedagógica tem escuta para as famílias que apresentam denúncias de situações de racismo vivenciadas na escola?

6) A escola envolve as famílias no enfrentamento de situações de racismo existentes na escola?

7) A escola divulga a existência da ouvidoria da Secretaria de Educação como canal para apresentação de denúncias dos familiares com relação ao atendimento oferecido pela escola?

As ouvidorias, nesse caso públicas, são espaços nos quais a população pode pedir informações e apresentar críticas, sugestões, elogios e denúncias sobre o atendimento realizado por órgãos públicos. As ouvidorias devem fazer a ponte entre os cidadãos e os gestores públicos, contribuindo para a melhoria dos serviços públicos. Apesar do crescimento do número de ouvidorias no país na última década, a maioria dos órgãos públicos ainda não conta com

ouvidorias. As ouvidorias públicas estão previstas no artigo 37 da Constituição Federal. Devem ser órgãos autônomos, comprometidos com a defesa do interesse da população. Na Secretaria de Educação de seu município ou Estado existe ouvidoria? Em caso negativo, existe uma ouvidoria-geral da prefeitura ou do governo estadual?

2. Democratização das instâncias de participação e da tomada de decisão

Grande parte das escolas brasileiras conta com o **Conselho Escolar**, **grêmio estudantil** e outras instâncias de participação da comunidade escolar. Quando atuantes, tais espaços são fundamentais para dinamizar a participação da comunidade escolar, envolvendo-a na decisão de questões fundamentais da escola, como o projeto político-pedagógico, as prioridades anuais, a resolução de problemas que atingem toda a instituição e a construção de estratégias pedagógicas de enfrentamento de racismo e de outras discriminações. Como abordado no Guia Metodológico (que consta no anexo desta publicação), essas estratégias só ganham "raízes" no cotidiano escolar se envolverem tais instâncias, e outros grupos organizados existentes na escola, na construção e na implementação do plano de ação em prol de uma educação antirracista.

Toda escola deve ter um Conselho Escolar. O Conselho Escolar é formado por representantes de alunos, familiares, professores(as), outros profissionais de educação, integrantes da comunidade local e o(a) diretor(a) da escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas para a escolha daqueles e daquelas que vão compor o conselho. O Conselho Escolar é responsável por cuidar do funcionamento da gestão administrativa, pedagógica e financeira da escola. Os conselhos deliberam (decidem coisas), assessoram a direção, fiscalizam

o uso dos recursos e mobilizam a comunidade escolar para a participação na escola. Um dos papéis mais importantes dos conselhos é a discussão do projeto pedagógico da escola com professores e diretores, ou seja, quais os temas, os desafios e as estratégias que a escola vai priorizar para melhorar a qualidade da educação oferecida aos alunos e alunas.

O grêmio estudantil é uma organização que nasce da união dos estudantes de uma escola para representar os interesses de todos os alunos e alunas. O direito dos estudantes à organização por meio de grêmios está previsto na legislação federal. O grêmio é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e luta por direitos. Por isso, um dos seus principais objetivos é contribuir para aumentar a participação dos alunos nas atividades da escola, organizando campeonatos, palestras, projetos e discussões, fazendo com que os alunos tenham voz ativa e participem – junto com pais, funcionários, professores, coordenadores e diretores – da programação e da construção das regras dentro da escola. Mais informações no site do Projeto Grêmio em Forma: <www.soudapaz.org.br>.

1) A escola possui Conselho Escolar atuante, composto de forma paritária por todos os segmentos da comunidade escolar (professorado, familiares, estudantes e profissionais de educação)?

2) A escola possui grêmio estudantil ou outras organizações ou grupos de estudantes?

3) Todos os segmentos têm acesso a informações e decisões tomadas pelo Conselho Escolar?

4) Todos os segmentos ajudam a decidir sobre as prioridades do uso dos recursos financeiros da escola?

5) Existem recursos financeiros da escola utilizados no investimento da educação das relações raciais?

6) A tomada de decisão para resolução de conflitos raciais é articulada a ações pedagógicas desenvolvidas dentro e fora da sala de aula?

7) A escola mantém diálogo com a Secretaria de Educação sobre suas demandas de formação e acompanhamento, entre elas, as referentes às questões raciais?

3. A democratização da informação na escola e na comunidade

Uma escola que cultiva a gestão democrática é um lugar que investe na transparência e na divulgação de informações. O acesso à informação contribui de forma decisiva para a ampliação e o aprimoramento da participação na escola. É importante considerar que essa informação precisa ser trabalhada de modo a ser compreensível para a maioria das pessoas, devendo ser divulgada tanto em murais e boletins como em reuniões com a comunidade escolar. Informações sobre leis, direitos da população e campanhas de conscientização referentes ao enfrentamento do racismo e de outras discriminações, bem como à valorização das pessoas negras na sociedade, também devem estar estampadas nas paredes das escolas.

1) A direção informa a comunidade escolar sobre os acontecimentos mais importantes da escola?

2) As informações circulam de maneira rápida e precisa entre familiares, professores, demais profissionais da escola, alunos e outros membros da comunidade escolar?

3) Todos têm acesso a informações sobre os dados do censo escolar e a coleta do quesito cor/raça pela secretaria da escola?

4) A escola presta contas à comunidade, apresentando regularmente o orçamento da escola e seus gastos?

5) Existe um mural em local visível que contenha as principais informações relacionadas às atividades da escola (datas comemorativas, prestação de contas, datas de reuniões, agenda escolar do ano letivo, decisões do conselho escolar etc.)?

6) A escola divulga para a comunidade escolar a existência da LDB, alterada pela Lei n. 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do

ensino da história e da cultura afrobrasileira e africana em toda a educação básica?

7) Os cartazes e outros materiais que circulam pela escola e que estão nas paredes da instituição representam toda a diversidade étnico-racial da população brasileira?

Lei de Acesso à Informação

A Lei de Acesso à Informação (Lei federal n. 12.527, de 2011, que entrou em vigor a partir do dia 16 de maio de 2012), regulamenta o direito constitucional de todo cidadão acessar as informações e documentos públicos dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) em nível municipal, estadual ou federal – informações essas que também devem ser fornecidas por escolas públicas e Secretarias de Educação, quando demandadas. Mais informações sobre a lei e sobre como utilizá-la no site <www.informacaopublica.org.br>.

Dimensão 7:
Para além da escola

Para enfrentar os diversos desafios cotidianos, entre eles a construção de uma educação antirracista, a escola não pode atuar de forma isolada. É fundamental fortalecer laços com a comunidade e com outros serviços e políticas públicas que contribuam para a garantia do direito ao acesso, à permanência e ao sucesso na educação. Conhecer a comunidade em que se atua – seus problemas, necessidades, acúmulos e possibilidades – constitui passo decisivo para a elaboração de uma ação pedagógica e de um planejamento escolar mais sintonizado com a realidade vivida pelos estudantes.

É necessário reconhecer também que muitos problemas encarados pela escola vão além de suas competências e saberes, dependendo das políticas públicas de educação e de outras áreas, como abordado na introdução desta publicação.

A rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e a ação da escola como parte da implementação da **Lei Maria da Penha** (Lei n. 11.340/2006), que trata da violência contra a mulher, preveem uma ação coordenada e planejada entre

diversos serviços públicos e organizações da sociedade civil, entre eles a escola, possibilitando o encaminhamento de casos de forma mais adequada. O atendimento visa fortalecer os vínculos familiares, prevenir o abandono, combater discriminações, assegurar proteção social imediata e atendimento integral e articulado.

A Lei Maria da Penha foi sancionada em agosto de 2006, como resultado da luta dos movimentos de mulheres brasileiras. A lei tornou crime a violência cometida na família e no ambiente doméstico. O nome da lei presta homenagem a uma farmacêutica que foi espancada brutalmente durante seis anos pelo marido e enfrentou duas tentativas de assassinato, que a levou a ficar paraplégica. O caso de Maria da Penha chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que condenou em 2001 o Estado brasileiro a pagar uma indenização à vítima e a tomar medidas para combater de forma mais efetiva a violência contra a mulher. No Capítulo I da Lei Maria da Penha, constam artigos que abordam a importância da educação e das escolas na prevenção da violência doméstica e familiar.

Apesar de prevista na legislação, a construção de redes de proteção ainda é um desafio para um país no qual predomina uma abordagem compartimentada e fragmentada dos problemas sociais. Fazer a rede de proteção acontecer no cotidiano depende muitas vezes da iniciativa de gestores de serviços públicos – entre eles, os gestores escolares – que compreendam o significado da iniciativa e que apostem em um trabalho em rede.

É de conhecimento também que muitas redes de proteção ainda não possuem formação adequada para enfrentar problemas referentes ao racismo e a outras discriminações. Esse é um desafio a ser encarado com o esforço articulado da escola e dos demais integrantes da rede, com participação da comunidade.

Há casos de racismo que acontecem na escola que exigem a mobilização de instâncias administrativas superiores, de ouvidorias das Secretarias de Educação, de organismos de defesa dos direitos da população negra (conselhos, coordenadorias, organizações da sociedade civil etc.) e até o acionamento do próprio sistema de justiça, como o Ministério Público, as Defensorias e o Poder Judiciário. Nessa categoria estão situações que envolvem a discriminação cometida por profissionais de educação; o abuso de poder de determinados gestores escolares; a proibição da capoeira e do uso de livros que tratam da cultura e da história africanas e afro-brasileiras; o uso de publicações, imagens e materiais audiovisuais racistas na escola; a demissão e o afastamento de profissionais de educação por motivos de raça, etnia, credo religioso, origem nacional etc.

Além de divulgar o papel das ouvidorias das Secretarias de Educação e do Ministério Público no recebimento de denúncias, a escola também pode exercer um importante papel informando a comunidade sobre os direitos previstos na legislação. Entre as leis referentes à questão racial, destacam-se a *Lei n. 10.639/2003*; a *Lei n. 7.716/89*, que estabeleceu que a discriminação por motivo de raça, credo religioso, origem nacional e etnia é crime no Brasil, sujeito a pena de um a cinco anos de reclusão; e o Estatuto da Igualdade Racial (*Lei n. 12.288*), aprovado pelo Congresso em 2010, que prevê formas de combate à discriminação racial existente no país.

1. Aprofundamento da relação com a comunidade

Para efeito do nosso trabalho, chamamos de comunidade um conjunto de pessoas, grupos, organizações e instituições que, muitas vezes, partilham vivências e relações em uma mesma localidade. A comunidade pode ter uma história, começando a existir antes dos seus atuais integrantes e continuando depois deles. É dinâmica, está sempre se transformando. Também é marcada por conflitos de interesses e por alianças e articulações em torno de objetivos comuns.

É plural, envolvendo desde relações de vizinhanças, grupos esportivos, culturais, religiosos, movimentos sociais (negros, juvenis, de mulheres, por moradia, por saúde etc.), associações e organizações comunitárias, empreendimentos econômicos, serviços públicos, entre outros. Conhecer a realidade, a história e quem compõe a comunidade, e desenvolver diálogos e

parcerias com ela, vinculados ao projeto político-pedagógico da escola, podem contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade da educação oferecida pela escola à população.

1) A escola conhece e mantém diálogo com os vizinhos e as vizinhas da escola e outras pessoas e grupos da comunidade?

2) A escola mantém parcerias com organizações e movimentos da sociedade civil?

3) A escola já realizou algum diagnóstico participativo – com o envolvimento dos alunos – sobre os principais problemas educacionais da comunidade e as ideias existentes para enfrentá-los?

4) A escola conhece organizações, grupos e/ou pessoas que desenvolvem algum trabalho referente à questão racial?

5) Essas organizações, grupos e/ou pessoas têm espaço de participação nas atividades da escola e na construção de estratégias de enfrentamento do racismo?

Diagnóstico participativo é um tipo de levantamento realizado com a comunidade para identificação dos seus problemas, condições de vida, sonhos, ideias, propostas e desafios. Além de ser uma grande atividade de mobilização, que deve envolver desde crianças a idosos, o diagnóstico permite que a comunidade possa planejar quais ações coletivas devem ser desenvolvidas para melhorar sua qualidade de vida e conquistar direitos.

2. Fortalecimento da escola como parte da rede de proteção

Prevista na legislação, a rede de proteção é uma ação integrada entre instituições para atender crianças e adolescentes em situação de risco pessoal, por exemplo, em casos de abandono, violência física, psicológica ou sexual, exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil e outras formas de submissão que provocam problemas físicos e emocionais. Os serviços da rede de proteção, que também devem abordar a violência doméstica sofrida por mulheres, estão articulados com a Secretaria da Saúde, a Secretaria de Educação, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e

outras organizações de defesa de direitos, com um fluxo organizado de procedimentos a partir da identificação do caso. Sua constituição local deve envolver, entre outras instâncias/ instituições e organizações, conselhos escolares, conselhos tutelares, conselhos de direitos, postos de saúde, centros de referência, serviços de assistência social, centros de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, organismos dos direitos da população negra (conselhos, coordenadorias e organizações da sociedade civil) e outras organizações da sociedade civil, abrigos, varas especializadas etc. Apesar da falta de formação adequada da rede de serviços para abordar a problemática racial, a rede (quando existente) também pode ser acionada em situações de racismo que exijam uma abordagem que vá além da ação pedagógica da escola.

1) A escola já discutiu em reuniões pedagógicas, reuniões do Conselho Escolar e com a comunidade escolar a importância da rede de proteção da infância e da adolescência para o desenvolvimento de seus estudantes?

2) A escola mantém relações permanentes com conselhos tutelares, serviços de saúde, serviços sociais, organizações de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, defensoria pública, abrigos etc.?

3) Existe uma rede de proteção organizada da qual a escola faça parte com procedimentos precisos sobre o que fazer e quais encaminhamentos devem ser dados em determinados casos de violação?

4) A escola participa ou estimula a realização de reuniões entre instituições e organizações que deveriam integrar a rede de proteção local?

5) A escola possui procedimentos para o encaminhamento de casos de violência doméstica – incluindo aqueles que envolvem mães de alunos e profissionais de educação – aos serviços de proteção e de atendimento, como delegacias especializadas, serviços de saúde e de apoio, organizações de atendimento de mulheres etc.?

6) A escola possui procedimentos para casos de racismo que exigem abordagem para além do pedagógico e que precisem ser encaminhados à rede de proteção, à instância, como coordenadorias e Conselhos

Municipais e Estaduais dos Direitos da População Negra, a delegacias especializadas em crimes raciais ou ao Ministério Público?

O governo federal mantém dois serviços de proteção e de atendimento telefônico para denúncia e orientação de casos de violência. O DISQUE 180 é uma central de atendimento à mulher e trata, entre outros assuntos, de casos de violência contra a mulher. O DISQUE 100 trata da violência contra crianças e adolescentes. Ambos os serviços telefônicos são gratuitos.

3. Divulgação de equipamentos e políticas públicas para a comunidade

A escola pode atuar como um importante polo de divulgação de informações sobre direitos e acesso a programas e políticas sociais para a comunidade do seu entorno. Porém, é importante observar que tal papel não deve ser assumido como responsabilidade exclusiva das escolas, mas sim do conjunto de políticas e serviços públicos existentes no município e no Estado. Sabemos que muitas informações de interesse público que poderiam contribuir para a melhoria das condições de vida da população não conseguem efetivamente chegar a ela. Essa atuação pode ser desenvolvida por meio de murais, campanhas de divulgação, informes em reuniões com familiares e eventos escolares que mobilizem a comunidade, boletins e outros instrumentos de comunicação que a escola tenha ou possa criar.

1) A escola divulga ou está articulada a programas e políticas sociais como os de renda mínima, de cultura, acesso ao Ensino Superior, os destinados à juventude, entre outros?

2) A escola divulga junto à comunidade a existência da Lei n. 10.639/2003?

3) A escola conhece e divulga as políticas públicas existentes (municipais, estaduais e federais) para a população negra?

4) A escola já realizou alguma campanha ou atividade educativa com a comunidade escolar, em articulação com os serviços de saúde locais, sobre a prevenção e encaminhamento de casos de anemia falciforme, problema que atinge predominantemente a população negra?

Anemia falciforme é uma doença hereditária (passa de pais para

filhos) caracterizada pela alteração dos glóbulos vermelhos do sangue, tornando-os parecidos com uma foice, daí o nome falciforme. Essas células têm sua membrana alterada e rompem-se mais facilmente, causando anemia. A hemoglobina, que transporta o oxigênio e dá a cor aos glóbulos vermelhos, é essencial para a saúde de todos os órgãos do corpo. Essa doença é mais comum em pessoas negras.
Fonte: Biblioteca Virtual em Saúde/ Ministério da Saúde. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br>. Acesso em: 23 abr. 2013.

REGIMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

DECRETO Nº 6058 DE 12 DE MARÇO DE 2012.

"Aprova o Regimento Interno das Escolas Municipais de Educação Infantil e ensino Fundamental de Santa Bárbara d'Oeste e dá outras providências".

MÁRIO CELSO HEINS, Prefeito do Município de Santa Bárbara d'Oeste, Estado de São Paulo, no uso das atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno das Escolas Municipais de Educação Infantil e ensino Fundamental de Santa Bárbara d'Oeste, que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Bárbara d'Oeste, 12 de março de 2012.

Município de Santa Barbara d´Oeste
Secretaria de Educação
REGIMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL DE SANTA BÁRBARA D´OESTE

REGIMENTO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL DE SANTA BARBARA D´OESTE.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I

Da Caracterização

Art. 1º As Escolas Municipais do Ensino Infantil e Fundamental, localizadas no Município de Santa Bárbara d'Oeste, e mantidas pela Prefeitura Municipal, são administradas pela Secretaria de Educação ,com base nos dispositivos constitucionais vigentes, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no

Estatuto da Criança e do Adolescente , respeitadas as normas regimentais básicas aqui estabelecidas, reger-se-ão pelo presente Regimento.
Parágrafo único. As Escolas Municipais do Ensino Infantil e Fundamental, integrantes do sistema Municipal de Ensino, criadas por Decreto do Executivo Municipal, tem denominação atribuída pela Administração Superior, e de acordo com a legislação vigente.
Art. 2º As Escolas Municipais que Integram o sistema de ensino do município de Santa Bárbara d'oeste apresentam as seguintes modalidades e/ou denominações:
a) Centro Integrado de Educação Pública – CIEP – estabelecimentos de ensino que oferecem aos alunos o ensino em período integral nas seguintes modalidades: Educação Infantil e Ensino Fundamental;
b) Centro de Atenção Integral à Criança - CAIC -estabelecimentos de ensino que oferecem aos alunos o ensino em período integral nas seguintes modalidades: Educação Infantil, e Ensino Fundamental;
c) Escola Municipal de Ensino Fundamental – EMEF; estabelecimentos de ensino que oferecem aos alunos o ensino em período regular na modalidade Ensino Fundamental;
d) Escola Municipal de Ensino Fundamental e Educação Infantil – EMEFEI; estabelecimentos de ensino que oferecem aos alunos o ensino em período regular na modalidade Educação Infantil e Ensino Fundamental;
e) Área de Desenvolvimento Infantil – ADI; estabelecimentos de ensino que oferecem aos alunos o ensino em período regular parcial e abrangem os serviços específicos referentes à modalidade Educação Infantil (creche e pré-escola) e Ensino Fundamental;
f) Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI; estabelecimentos de ensino que oferecem aos alunos o ensino em período regular na modalidade Educação Infantil (creche e/ou pré-escola);
g) Classe de Educação de Jovens e Adultos, com ensino presencial, identificada administrativamente pela sigla EJA.
Art. 3º O Regimento Escolar e suas alterações deverão ser submetidos à apreciação prévia do Conselho Municipal de Educação e aprovação da Secretaria Municipal de Educação.

Capítulo II

Dos Princípios e Objetivos do Ensino

Art. 4º As escolas, inspiradas nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, têm por objetivo assegurar a plena formação do educando e o desenvolvimento de suas potencialidades favorecendo o exercício crítico e consciente da cidadania.
Parágrafo único. Os objetivos gerais do ensino ministrado nas escolas municipais deverão convergir para fins mais amplos da educação nacional, expressos na Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.
Art. 5º São objetivos específicos das Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Infantil:
I - ministrar ensino com ênfase no desenvolvimento global do aluno;
II - criar condições para que o aluno desenvolva pensamento reflexivo e crítico acerca dos fenômenos culturais, científicos e sociais;
III - contribuir para o conhecimento das diferentes manifestações culturais do país;
IV - promover a socialização do aluno e sua integração na comunidade.
Art. 6º A Educação de Jovens e Adultos de Santa Barbara D oeste terá por objetivos:
I - suprir a escolaridade regular para adolescentes e adultos que não a tenham concluído em idade própria;
II - garantir a jovens e adultos a vivência das habilidades do ato de ler e

escrever através da discussão, construção coletiva e participação nos problemas da sociedade;
III - atender o desenvolvimento das dimensões sócio-intelectual e físico do educando, tendo em vista a sua auto-realização.

Capítulo III

Da Organização e Funcionamento das Escolas

Art. 7º As escolas deverão estar organizadas para atender as necessidades sócio-educacionais e de aprendizagem dos alunos em prédios e salas com mobiliário, equipamentos e material didático-pedagógico adequados às diferentes faixas etárias e nível de ensino ministrado.
§ 1º As Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EJA) funcionarão em turno noturno, devendo, porém, serem mantidas classes no período diurno, quando a demanda escolar assim o exigir.
§ 2º Os horários de funcionamento das escolas serão, no mínimo, por período:
I – de 8 (oito) horas de atividades diárias para as EMEIS – Creche;
II – de 4 (quatro) horas de atividades diárias para as EMEIS – Pré-Escola;
III – de 5 (cinco) horas de atividades diárias para as ADIs EMEFs e EMEFEI;
IV – de 8 (oito) horas diárias para os CAIC e CIEPs;
§ 3º - Os cursos noturnos terão organização adequada às condições dos alunos.
Art. 8º O Ensino Fundamental e Ensino Infantil deverá estar organizado de forma a oferecer no mínimo, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.
Parágrafo único. Consideram-se de efetivo trabalho escolar os dias em que forem desenvolvidas as atividades regulares de aula ou outras programações didático-pedagógicas e ou comunitárias, planejadas pela escola, e que contêm com a freqüência controlada dos alunos e professores.
Art. 9º A Organização e o funcionamento específicos de cada unidade escolar deverão constar no Plano de Gestão da Escola.

Capítulo IV

Dos Níveis e das Modalidades e da Duração do Ensino

Art. 10 Obedecida a legislação vigente e as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e em conformidade com o modelo de organização do estabelecimento, as escolas municipais ministrarão o ensino nos seguintes níveis e modalidades:
§ 1º Nível – Educação Infantil:
I - Segmento Creche - As Escolas Municipais que atendem essa modalidade de Educação Infantil em período integral – EMEIs, EMEFEIs ADIs ,CIEPs e CAIC- destinadas a criança de 03 meses até completar 03 anos e 11 meses. Subdivide-se em:
a) Berçário I - corresponderá ao atendimento das crianças de 3 (três) meses a 11 meses; - 15 (quinze) crianças por grupo;
b) Maternal I - corresponderá ao atendimento de crianças de 01 ano a 01 ano e 11 meses; até 20 (vinte) crianças por grupo;
c) Maternal II - corresponderá ao atendimento de crianças de 02 anos a 02 anos e 11 meses; até 24 (vinte e quatro) crianças por grupo;
d) Maternal III - corresponderá ao atendimento de crianças de 03 anos a 03 anos e 11 meses; até 24 (vinte e quatro) crianças por grupo;
II – Segmento Pré-escola: As Escolas Municipais de Educação Infantil que atendem essa modalidade de ensino em período integral e regular – EMEIs, EMEFEIs, CIEPs e CAIC - destinada a criança de 04 anos completos a 05 anos e onze meses, correspondente a 02 anos letivos:
a) Jardim I - corresponderá ao atendimento de crianças de 04 anos até 24 (vinte e quatro) crianças por turma;
b) Jardim II - corresponderá ao atendimento de crianças de 05 anos até 28 (vinte e oito) crianças por turma;

§ 2º - Nível – Ensino Fundamental Regular e Integral com duração de cinco anos, organizado em dois ciclos de formação.
a) Ciclo I: corresponderá ao ensino dos três primeiros anos de escolaridade - até 30 (trinta) alunos por turma.
b) Ciclo II: corresponderá ao ensino dos quarto e quinto anos de escolaridade - até 35 (trinta e cinco) alunos por turma.
I - Modalidade: Educação de Jovens e Adultos (EJA), realizada em curso supletivo, corresponderá aos anos iniciais do ensino fundamental, organizado em ciclos de formação:
a) Ciclo I: com três termos, corresponderá dos 1º aos 3º anos do Ciclo I do Ensino Fundamental regular - até 30 (trinta) alunos por turma.
b) Ciclo II: com dois termos, corresponderá aos 4º e a 5º anos do Ciclo II do Ensino Fundamental regular – até 35 (trinta e cinco) alunos por turma.
II - Modalidade: Educação Especial - para alunos portadores de necessidades educacionais especiais.
a) oferecida em classes regulares na rede de ensino.
b) nos casos em que esta forma se revele inviável ou insuficiente, poderão ser criadas classes, salas de recursos e serviços especializados no nível de estabelecimento escolar ou de município para atender essas necessidades.

TÍTULO II
DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO
Capítulo I
Dos Princípios

Art. 11 A gestão da escola deve ser entendida como o processo democrático que rege o seu funcionamento, compreendendo tomada de decisões, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação referentes à política educacional no âmbito da unidade escolar. A gestão democrática do ensino público, na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e nestas Normas Regimentais Básicas, tem por finalidade possibilitar maior grau de autonomia às escolas, de forma a garantir o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, assegurando padrão adequado de qualidade do ensino ministrado.
Art. 12 O processo de construção da gestão democrática na escola será fortalecido por meio de medidas e ações dos responsáveis pela administração e supervisão da rede municipal de ensino, mantidos os princípios de coerência, equidade e co-responsabilidade da comunidade escolar na organização e prestação dos serviços educacionais.
Art. 13 Para melhor consecução de sua finalidade, a gestão democrática nas escolas far-se-á mediante a observação dos seguintes princípios:
I - participação dos profissionais da escola na elaboração da proposta pedagógica;
II - participação efetiva dos diferentes segmentos da comunidade escolar, compreendendo a direção, professores, pais, alunos e demais funcionários nos processos consultivos e decisórios, através do Conselho Escola-Comunidade;
III - autonomia da gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitadas as diretrizes nacionais e municipais, e as normas da administração para a Rede Municipal;
IV - transparência nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros, garantindo-se também a responsabilidade e o zelo comum na manutenção e otimização do uso, aplicação e distribuição adequada dos recursos públicos;
V - valorização da escola enquanto local privilegiado de execução do processo educacional.
Art. 14 A autonomia da escola em seus aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, entendido como mecanismos de fortalecimento de uma gestão

democrática a serviço da comunidade, será assegurada mediante a:
I - capacidade de cada escola coletivamente formular, implementar e avaliar sua proposta pedagógica e seu plano de gestão;
II - constituição e funcionamento do Conselho Escola-Comunidade e do Conselho de Classe;
III - administração dos recursos financeiros, através da elaboração, execução e avaliação do respectivo plano de aplicação, devidamente aprovado pelo Conselho Escola-Comunidade, obedecida a legislação específica para gastos e prestação de recursos públicos.
Parágrafo único. Todos os bens da escola ou do Conselho Escola Comunidade deverão ser patrimoniados e seus registros atualizados anualmente.
Art. 15 As escolas terão a função de aprimorar o processo de construção da autonomia da escola e as relações de convivência intra e extra-escolar, garantindo-se a participação da comunidade escolar.

Capítulo II

Dos Colegiados

Art. 16 As escolas contarão com os seguintes colegiados:
I - Conselho Escola-Comunidade: identificado administrativamente pela sigla CEC;
II - Conselho de Classe: constituído em conformidade com o presente Regimento.

Seção I

Dos Conselhos de Escola

Art.17 O Conselho de Escola é um órgão colegiado constituído, de acordo com as normas traçadas neste Regimento, por membro nato, por representantes da equipe escolar em exercício nas instituições municipais de ensino, por representantes dos pais e por representantes dos alunos.
Parágrafo único. A atuação e representação de qualquer dos integrantes do Conselho de Escola visará ao interesse maior dos educandos, inspiradas nas finalidades e objetivos da educação pública do Sistema Municipal de Ensino de Santa Bárbara d'Oeste.
Art. 18 A ação do Conselho de Escola estará articulada com a ação dos profissionais que nela atuam, preservada a especificidade de cada área de atuação.
Art. 19 A autonomia do Conselho se exercerá nos limites da legislação em vigor, do compromisso com a democratização da gestão escolar e das oportunidades de acesso e permanência na escola pública de todos os que a ela têm direito.

Seção II

Da natureza

Art. 20 O Conselho de Escola terá natureza deliberativa, consultiva, normativa e executiva e fiscalizadora, cabendo-lhe estabelecer para o âmbito da escola diretrizes e critérios gerais relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, compatíveis com as orientações e diretrizes e critérios gerais relativos à sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, compatíveis com as orientações e diretrizes da Política Educacional da Secretaria Municipal de Educação, participando e se responsabilizando social e coletivamente pela implementação de suas deliberações.

Seção III

Das atribuições

Art. 21 As atribuições do Conselho de Escola definem-se em função das condições reais das escolas da Rede Pública Municipal, da organização do próprio Conselho de Escola e das competências dos profissionais em exercício

na unidade escolar, sendo elas:
I - elaborar e aprovar o seu Estatuto e suas normas de funcionamento, observadas as disposições vigentes no Regimento das Escolas Municipais;
II - discutir e adequar para o âmbito da unidade escolar as diretrizes da Política Educacional naquilo que as especificidades locais exigirem.
III - garantir a democratização da Gestão Escolar definindo as diretrizes, prioridades e metas de ação da escola para cada período letivo, que deverão orientar a elaboração do Plano Político Pedagógico;
IV - elaborando, aprovando o Plano e acompanhando a sua execução;
V - avaliando o desempenho da escola em fase das diretrizes, prioridades e metas estabelecidas;
VI - decidir sobre a organização e o funcionamento da escola, o atendimento à demanda e demais aspectos pertinentes
VII - deliberando quanto ao atendimento e acomodação da demanda, turnos de funcionamento, distribuição dos ciclos e classes por turnos, utilização do espaço físico, considerando a demanda e a qualidade de ensino;
VIII - garantindo a ocupação e cessão do prédio escolar, inclusive para outras atividades além das de ensino, fixando critérios para o uso e preservação de suas instalações, a serem registrados no Plano;
IX - aplicando os critérios estabelecidos em regulamento para escolha do Diretor e Coordenador Pedagógico;
X - analisando, aprovando e acompanhando projetos pedagógicos propostos pela Equipe Escolar ou pela comunidade escolar, para serem desenvolvidos na escola;
XI - arbitrando sobre impasses de natureza administrativa, pedagógica e financeira esgotadas as possibilidades de solução pela Equipe Escolar;
XII - propondo alternativas de solução aos problemas de natureza pedagógica e administrativa, tanto aqueles detectados pelo próprio Conselho como os que forem a ele encaminhados;
XIII - discutindo e arbitrando sobre critérios e procedimentos de avaliação relativos ao processo e à atuação dos diferentes segmentos da comunidade escolar.
XIV - decidir sobre os procedimentos relativos à integração com as Instituições Auxiliares da escola, quando houver, e em outras Secretarias do Município;
XV - traçar normas disciplinares para o funcionamento da escola, dentro dos parâmetros da legislação em vigência;
XVI - decidir sobre procedimentos relativos à priorização de aplicação de verbas, acompanhar e fiscalizar a utilização dos recursos;
XVII - zelar pelo cumprimento das legislações educacionais municipais, estaduais e federais vigentes.

Seção IV
Da Constituição e Representação

Art. 22 O Conselho de Escola contará com um total mínimo de 20 (vinte) e máximo de 40 (quarenta) componentes fixados na seguinte conformidade:
I - 20 (vinte) componentes para instituições de até 12 (doze) classes;
II - 30 (trinta) componentes para instituições de 13 (treze) a 20 (vinte) classes;
III - 40 (quarenta) componentes para instituições com mais de 21 (vinte e uma) classes;
§1º A composição do Conselho de Escola obedecerá à seguinte proporcionalidade:
a) 40% de docentes em exercício na escola, considerando os docentes e os demais, sendo 5% especialistas de Educação, excetuando-se o Diretor de Escola, 5% demais funcionários da unidade.
b) 25% de pais de alunos e alunos.
§ 2º Os componentes do Conselho de Escola serão escolhidos por seus pares,

mediante processo eletivo, garantindo-se a representatividade de todos os segmentados da escola.
§ 3º O diretor da Escola é membro do Conselho de escola e tem direito a voz e voto.
Art. 23 Os representantes dos alunos terão direito a voz e voto, salvo nos assuntos que, por força legal, sejam restritos aos que estiverem no gozo da capacidade civil.
Art. 24 As assembléias para eleição dos representantes do pessoal em exercício na escola, dos pais e dos alunos, serão convocadas pelo Presidente do Conselho vigente, que adotará as providências necessárias para divulgar sua realização, objetivo, data, horário e local, com, pelo menos uma semana de antecedência, garantindo que todos tomem conhecimento.
Parágrafo único. As assembléias mencionadas no "*caput*" deste artigo serão presididas pelo Presidente do Conselho.
Art. 25 Uma vez constituído o Conselho de Escola, o presidente da gestão anterior ou o vice-presidente e no seu impedimento, o Diretor convocará e presidirá reunião plenária de todos os seus membros para eleição do Presidente do Conselho, por meio de processo a ser decidido pela própria plenária.
§ 1º Qualquer membro efetivo do Conselho de Escola poderá ser eleito seu Presidente, desde que esteja em pleno gozo de sua capacidade civil;
§ 2º Por opção do Conselho de Escola, poderá ser eleito um vice-presidente, desde que esteja em pleno gozo de sua capacidade civil, que automaticamente substituirá o presidente, na suas ausências ou impedimentos.
Seção V
Do Funcionamento do Conselho de Escola
Art. 26 O Conselho de Escola será um centro permanente de debate, de articulação entre os vários setores das escolas, tendo em vista o atendimento das necessidades comuns e a solução dos conflitos que possam interferir no funcionamento da escola e nos problemas administrativos, pedagógicos e financeiro que esta enfrenta.
Art. 27 Os mandatos dos integrantes do Conselho de Escola terão a duração de 02 (dois) anos e a eleição do novo Conselho deve ocorrer nos primeiros 45 dias do inicio do ano letivo, sendo permitida apenas uma reeleição. Após a eleição, a unidade escolar tem o prazo de encaminhar a composição do Conselho de Escola à direção até 30 dias.
Art. 28 As reuniões do Conselho de Escola deverão ser ordinárias e poderão ser extraordinárias:
I - As reuniões ordinárias serão trimestrais, previstas no calendário escolar e convocadas pelo Presidente, ou, no seu impedimento e do Vice, pelo Diretor, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, com pauta definida na convocatória e procedidas de consultas aos pares;
II - As reuniões extraordinárias ocorrerão em casos de urgência, garantindo-se a convocação e acesso à pauta a todos os membros do Conselho, e serão convocadas:
a) pelo Presidente do Conselho de Escola;
b) a pedido de no mínimo 1/3 de seus membros, em requerimento dirigido ao Presidente, especificando o motivo da convocação.
Art. 29 As reuniões serão realizadas em primeira convocação com a presença da maioria simples dos membros do Conselho ou, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer quórum dos membros do Conselho.
Seção VI
Dos Direitos e Deveres dos Alunos
Sub-Seção I
Dos Direitos

Art. 30 Os direitos dos alunos derivam substancialmente dos direitos e garantias fundamentais dispostos na Constituição da República, bem como dos que fixam o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em vigor.
Art. 31 Fica assegurada aos alunos liberdade de expressão e de organização para as quais a comunidade deve concorrer ativamente, criando condições e oferecendo oportunidades e meios.
Art. 32 Constitui direito do aluno o acesso às atividades escolares, ter assegurado o respeito pelos direitos da pessoa humana e não sofrer qualquer forma de discriminação em decorrência de diferenças de raça, credo, sexo, preferências políticos partidários ou quaisquer outras.
I - os alunos têm direito de participar da elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Político Pedagógico, inclusive na definição de normas disciplinares.
II - constitui direito do aluno ter asseguradas as condições de aprendizagem, além do acesso aos recursos materiais e didáticos da escola.
III - fica assegurado ao aluno o direito aos estudos de recuperação que devem garantir-lhe novas oportunidades de aprendizagem.
IV - o aluno terá direito de cumprir atividades escolares presencial para compensar ausências, no decorrer ou no final do período letivo.
V - o aluno terá direito de cumprir atividades escolares em casa quando estiver doente, mediante atestado médico.
VI - constitui direito do aluno ou de seu responsável legal recorrer dos resultados das avaliações do processo de aprendizagem ao longo do processo educativo e nos termos da legislação em vigor.
VII - participação efetiva nos Conselhos e Escola.

Sub-Seção II
Dos Deveres

Art. 33 Os deveres dos alunos se consubstanciam em função dos objetivos das atividades educacionais e da preservação dos direitos do conjunto da comunidade escolar.
Art. 34 São deveres dos alunos:
I - conhecer, fazer conhecer e cumprir este Regimento;
II - contribuir em sua esfera de atuação com a elaboração, realização e avaliação do projeto educacional da escola, expresso no Plano Político Pedagógico;
III - comparecer pontualmente e assiduamente às atividades que lhe forem afetas, empenhando-se no sucesso de sua execução;
IV - cooperar e zelar para a boa conservação das instalações, dos equipamentos e material escolar, concorrendo também para as boas condições de asseio das dependências da escola;
V - não portar material que represente perigo para sua saúde, segurança e integridade física ou de outrem;
VI - participar ativamente da elaboração e cumprimento das normas disciplinares da escola.
Art. 35 A não observância dos deveres descritos nos incisos do artigo anterior deverá ser apreciada de forma indissociada de um tratamento educativo, de acordo com as normas estabelecidas neste Regimento.

Seção VII
Dos Conselhos de Classe

Art. 36 Os Conselhos de Classe serão constituídos pelos seguintes membros:
I - Diretor;
II - Coordenador pedagógico;
III - Todos os professores da Unidade Escolar.
Art. 37 A presidência do Conselho de Classe competirá ao Diretor e,

sucessivamente, nas respectivas ausências, ao coordenador pedagógico.
Art. 38 Poderão ser convidados a participar do Conselho de Classe, pais, alunos e funcionários da escola, com direito a voz.
Art. 39 Os Conselhos de Classe deverão se reunir, ordinariamente, uma vez por bimestre, ou quando convocados pelo diretor.
Art. 40 Serão lavradas atas das reuniões dos Conselhos de Classe registrando-se as decisões tomadas.
Art. 41 O Conselho de Classe é competente para decidir pela conveniência de serem considerados sigilosos determinados assuntos na perspectiva de uma ética que se institua como fator de qualidade das reuniões.
Art. 42 O Conselho de Classe tem por finalidade:
I - buscar o contínuo aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem no âmbito da turma;
II - analisar o aproveitamento global das turmas, bem como as causas do alto ou baixo rendimento escolar;
III - orientar os professores na avaliação permanente de cada aluno, indicando os procedimentos a serem adotados para suprir as deficiências verificadas;
IV - promover a contínua avaliação do processo educativo, visando a atingir os objetivos específicos da escola;
V - promover o diálogo franco e aberto entre os membros da equipe docente, desenvolvendo o hábito do trabalho em equipe, a troca e divulgação de experiências;
VI - identificar os casos que demandem assistência específica ou atendimento de apoio, sempre visando à orientação do processo pedagógico;
VII - incentivar a valorização, pelos professores, de atitudes de auto-avaliação e desenvolvimento do hábito de pesquisa e analisar as dificuldades e progressos da turma;
VII - identificar os casos de freqüência irregular durante os bimestres, visando orientações para a compensação de faltas de acordo com este regimento;
VIII - garantir a continuidade bimestral dos casos apresentados no conselho.

Capítulo III

Das Normas de Gestão

Art. 43 As normas de gestão visam disciplinar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da instituição escolar e devem ser resultantes de um processo de decisões conjuntas.
Art. 44 As normas de gestão são elaboradas para respeitar os princípios de liberdade e solidariedade humana entre professores, alunos e funcionários da unidade escolar.
Art. 45 Aos servidores em exercício nas escolas aplicam-se, quanto aos direitos, deveres e regime disciplinar, as disposições legais que regem seu regime jurídico próprio.
Art. 46 Nos casos de descumprimento de normas, considerados de natureza grave, ou de reincidência, pelos alunos, será ouvido o Conselho Escola Comunidade para aplicação da penalidade cabível ou encaminhamento para decisão das autoridades competentes.
Art. 47 Toda e qualquer penalidade somente poderá ser aplicada se a decisão estiver fundamentada nas normas que regulamentam o servidor público, no caso de funcionários, ou no Estatuto da Criança e do Adolescente, no caso de alunos, desde que salvaguardados:
I - o direito à ampla defesa e recurso a órgãos superiores, quando for o caso;
II - a assistência dos pais ou responsáveis, no caso de alunos com idade inferior a 18 anos;
III - o direito do aluno à continuidade de estudos, no mesmo ou em outro estabelecimento.

TÍTULO III

DA PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA
Capítulo I
Dos Princípios
Art. 48 Os princípios pedagógicos do Sistema Educacional da Secretaria de Municipal de Educação de Santa Bárbara d'Oeste convergem para os fins mais amplos da Educação Nacional, expressos na Lei Federal nº 9394/96, que tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
Art. 49 Os princípios pedagógicos das Escolas Municipais são os seguintes:
I - favorecer a democratização do acesso escolar;
II - viabilizar a gestão democrática nas escolas como forma de descentralização do poder;
III - ministrar ensino regular e integral enfatizando o desenvolvimento global do aluno;
IV - introduzir o aluno no domínio dos conhecimentos, respeitando, valorizando e preservando as diversidades sócio-culturais brasileiras como manifestações de riqueza cultural e a recusa a qualquer forma de discriminação;
V - incentivar o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico acerca dos fenômenos culturais, científicos e sociais;
VI - promover a socialização do educando e sua integração na comunidade, adotando o diálogo como forma de resolver conflitos e tomar decisões coletivas;
VII - incentivar a inter-relação grupal como fonte de estímulo e conhecimento e a participação criativa do aluno;
VIII - possibilitar a realização de atividades práticas e teóricas, permitindo o acesso a diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos como meio de construção de conhecimentos.
Capítulo II
Do Processo de Avaliação
Seção I
Da Avaliação da Escola
Art. 50 A avaliação da escola, no que concerne a sua estrutura, organização e funcionamento e impacto sobre a situação do ensino e aprendizagem, constitui poderosa ferramenta para reflexão e transformação da prática escolar.
Art. 51 A avaliação interna, processo a ser organizado pela escola, como a avaliação externa, pelo órgão central da administração, terão por objetivo permitir o acompanhamento:
I - sistemático e contínuo do processo de ensino e aprendizagem, de acordo com o regime de progressão continuada;
II - do desempenho do diretor, coordenador pedagógico, professores, alunos e demais funcionários nos diferentes momentos do processo educacional;
III - da participação efetiva da comunidade escolar nas mais diversas atividades propostas pela escola;
IV - da seqüência e da reformulação do planejamento curricular;
V - dos indicadores de desempenho escolar em termos de rendimento.
Seção II
Da Avaliação da Aprendizagem
Art. 52 O processo de avaliação do ensino e da aprendizagem será realizado através de procedimentos internos e externos à escola.
Art. 53 A avaliação externa do rendimento escolar, implementada pela administração, tem por objetivo oferecer indicadores comparativos de desempenho para a tomada de decisões no âmbito da própria escola.
Art. 54 A avaliação interna do processo de ensino e aprendizagem, de responsabilidade da escola e de seus professores, será realizada de forma

contínua e sistemática, tendo como um de seus objetivos o diagnóstico da situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular prevista e desenvolvida em cada nível e etapa da escolaridade.
Parágrafo único. O processo de avaliação a ser adotado pela escola terá sempre como perspectiva o aprimoramento da qualidade do ensino e será subsidiado por procedimentos de observação e registros contínuos no decorrer de cada bimestre letivo.
Art. 55 A avaliação interna do processo de ensino e da aprendizagem deverá possibilitar:
I - diagnóstico dos avanços e dificuldades de aprendizagem dos alunos de forma a nortear as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos básicos curriculares;
II - observação e análise dos progressos individuais e coletivos de aquisição e construção do conhecimento, em função do trabalho didático-pedagógico desenvolvido;
III - a auto-avaliação dos alunos em relação aos progressos obtidos e a necessidade de superar as dificuldades apresentadas durante o processo de aprendizagem;
IV - o embasamento para as decisões do Conselho de Classe quanto à necessidade de procedimentos paralelos ou intensivos de reforço e recuperação da aprendizagem, de classificação ou reclassificação de alunos.
Art. 56 Para fins de escrituração escolar, os registros em documentos oficiais, a serem arquivados na secretaria da escola, deverão ser realizados por meio de sínteses bimestrais.
Art. 57 No Calendário Escolar deverão estar previstas reuniões bimestrais do Conselho de Classe, bem como dos professores, alunos, pais ou responsáveis, para conhecimento, análise e reflexão sobre os procedimentos de ensino e resultados obtidos pelos alunos.

Capítulo III
Da Organização e Desenvolvimento do Ensino
Seção I
Da Caracterização

Art. 58 A organização didático-pedagógica da escola compreende o conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento do ensino e consecução dos objetivos estabelecidos na proposta pedagógica abrangendo:
I - currículos;
II - progressão continuada;
III - projetos especiais.

Seção II
Dos Currículos

Art. 59 O currículo dos cursos dos diferentes níveis e modalidades de ensino, respeitadas as suas especificidades, terá uma base nacional comum e uma parte diversificada, observada a legislação vigente.
Parágrafo único. Excetuam-se os cursos supletivos, organizados somente com base nacional comum e outros cursos autorizados a partir de proposta do estabelecimento.
Art. 60 No plano de gestão deverá estar explicitada a organização curricular de cada nível ou modalidade de ensino mantido pela escola.

Seção III
Da Progressão Continuada

Art. 61 Com a finalidade de garantir a todos o direito público subjetivo de acesso, permanência e sucesso no ensino fundamental, é dotado o regime de progressão continuada.
Art. 62 A progressão continuada do ensino fundamental na rede municipal caracteriza-se pela organização em dois ciclos:

I - Ciclo I: correspondente aos três primeiros anos de escolaridade;
II - Ciclo II: correspondente aos 4º e 5º anos de escolaridade;
Parágrafo único. O processo de planejamento e execução das atividades escolares anuais deverá ajustar-se, em conteúdo e método, às fases de desenvolvimento dos alunos, considerando suas experiências de vida e de aprendizagem.
Art. 63 A organização do ensino fundamental em dois ciclos favorecerá a progressão bem sucedida, garantindo atividades de reforço e recuperação aos alunos com dificuldades de aprendizagem, por meio de novas e diversificadas oportunidades para o processo de apropriação e construção de conhecimentos e habilidades básicas.
Parágrafo único. As atividades de reforço e recuperação serão planejadas, de forma contínua e paralela, em todos os ciclos, ao longo do período letivo. Entende-se por recuperação contínua aquela ministrada pelo próprio professor da classe, devendo ser encaminhado à recuperação paralela depois de esgotado todas as possibilidades. Entende-se por recuperação paralela aquela ministrada por professor diferente da classe regular em horário contrário das atividades regulares do aluno.

Seção IV
Dos Projetos Especiais

Art. 64 As escolas poderão desenvolver projetos especiais de natureza curricular ou educacional, abrangendo:
I - programação de atividades de reforço e recuperação da aprendizagem e orientação de estudos;
II - organização e utilização de salas de reforço, multimídia, de leitura e laboratório;
III - grupos de estudo e pesquisa;
IV - prestação de serviços;
V - cultura e lazer;
VI - outros de interesse da comunidade.
§ 1º A organização do Reforço contínuo é de competência da Assessoria Técnico-Pedagógica da Secretaria de Educação, juntamente com a Assessoria Técnico Educacional , observado:
§ 2º O reforço será ministrado pelo Professor de Educação Básica I que assume tantas classes sejam necessárias para composição integral da jornada de trabalho, em período contrário freqüentado pelo aluno e/ou no período em que o aluno está inserido;
§ 3º Os projetos especiais, integrados aos objetivos da escola serão planejados e desenvolvidos por docentes e aprovados nos termos das normas vigentes.

TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO TÈCNICO – ADMINISTRATIVA

Capítulo I
Da Caracterização

Art. 65 A organização técnico-administrativa da escola é de responsabilidade de cada estabelecimento, em conformidade com as normas emanadas da Secretaria Municipal da Educação , sendo que o modelo de organização adotado deverá preservar a flexibilidade necessária para o seu bom funcionamento e estar adequado à escola, envolvendo a participação de toda comunidade escolar nas tomadas de decisão, acompanhamento e avaliação do processo educacional.
Art. 66 A organização técnico-administrativa da escola abrange:
I - Núcleo de Direção;
II - Núcleo de Apoio Técnico-Pedagógico;
III - Núcleo de Apoio Administrativo;

IV - Núcleo de Apoio Operacional;
V - Núcleo de Apoio Cultural.

Capítulo II

Do Núcleo de Direção

Art. 67 O Núcleo de Direção da escola é o centro executivo das tomadas de decisão, planejamento, organização, avaliação e integração de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da unidade escolar.

Parágrafo único: Integra o Núcleo de Direção, o Diretor da Escola;

Seção I

Do Diretor de Escola

Art. 68 O Diretor de Escola, no seu papel de liderança fundamental ao processo de gestão democrática participativa, é o profissional articulador, coordenador, integrador e responsável por todas as atividades desencadeadoras do processo educacional.

Parágrafo único. A direção da Escola é exercida por ocupante de emprego de Professor, devidamente em comissão, nomeado na forma da legislação em vigor.

Art. 69 São competências do Diretor, além de outras que lhe forem delegadas, respeitadas a legislação pertinente:

I - administrar o complexo escolar de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação;

II - atuar na coordenação do processo educacional, garantindo a gestão democrática e participativa, tendo como pressupostos os princípios norteadores da Secretaria Municipal de Educação integrado ao Conselho de Escola;

III - coordenar os trabalhos desenvolvidos com a equipe da Unidade Escolar, juntamente com o coordenador pedagógico, especialmente a construção/reconstrução do projeto Político-Pedagógico, participando e coordenando as reuniões pedagógicas gerais;

IV - fazer cumprir a legislação do ensino, as normas do regimento interno, conforme as diretrizes da Secretaria de Educação e a política educacional do Município;

III - dirigir a Unidade Escolar de modo a garantir a consecução dos objetivos do processo educacional;

IV - responsabilizar-se pelo registro dos atos da vida funcional dos servidores, vida escolar dos alunos, pelas discussões, planejamento, acompanhamento e avaliação do processo administrativo-pedagógico, bem como representar o estabelecimento de ensino em todas as suas relações com os poderes públicos e a comunidade em geral;

V - articular programas de integração da escola com as famílias, comunidade e demais órgãos ligados à Educação;

VI - garantir a implementação de ações pedagógicas conforme a política educacional do município e de acordo com o Plano Municipal de Educação;

VII - cuidar para que o prédio escolar e suas instalações sejam mantidas em boas condições, tomando as providências necessárias junto aos órgãos competentes, inclusive quanto ao provimento de material necessário ao seu bom funcionamento;

VIII - coordenar e orientar a equipe escolar quanto à conservação e manutenção dos bens patrimoniais da unidade;

IX - controlar os serviços administrativos da unidade escolar;

X - participar dos programas de formação continuada;

XI - coordenar o processo de atribuição de classes, conforme as diretrizes da Secretaria de Educação;

XII - propor à Secretaria Municipal de Educação a criação e supressão de classes em face da demanda escolar;

XIII - planejar, organizar e coordenar a execução de eventos comemorativos

e/ou comunitários;
XIV - comunicar ao Conselho Tutelar, através do órgão de gestão local, os casos de maus-tratos envolvendo alunos, assim como de casos de evasão escolar e de reiteradas faltas antes que estas atinjam o limite de 25% (vinte e cinco por cento) das aulas previstas e dadas;
XV - zelar para o fiel cumprimento do horário escolar, de modo a impedir atraso ou interrupção das atividades docentes e administrativas;
XVI - preparar de conformidade com orientação superior o orçamento e programa anual da escola;
XVII - aplicar advertência ao pessoal lotado em sua Unidade, encaminhar denúncias, reclamações e pedidos de sindicâncias ou inquérito ao secretário Municipal de Educação;
XVIII - propiciar condições para que todos os espaços da Unidade Escolar sejam utilizados;
XIX - coordenar e orientar todos os servidores da unidade sobre o uso dos equipamentos e materiais de consumo;
XX - coordenar e supervisionar o recebimento e consumo de gêneros alimentícios destinados à Unidade Escolar;
XXI - organizar reuniões com pais, professores e demais funcionários, esclarecendo quanto à ação educativa e administrativa desenvolvida na unidade;
XXII - garantir o cumprimento dos dias letivos e horas de aulas estabelecidas.

Seção II

Do Núcleo de Apoio Técnico - Pedagógico

Art. 70 O Núcleo de Apoio Técnico-Pedagógico, sob supervisão do Diretor e coordenador pedagógico, terá a função de proporcionar suporte técnico aos docentes e discentes relativamente à elaboração, desenvolvimento e avaliação da proposta político-pedagógica.
Art. 71 Integram o Núcleo de Apoio Técnico-Pedagógico:
I – o Diretor;
II – o Coordenador Pedagógico.

Seção III

Do Coordenador Pedagógico

Art. 72 A coordenação Pedagógica deve ser entendida como o processo integrador das ações pedagógicas e didáticas desenvolvidas na instituição escolar.
Art. 73 A substituição do Coordenador Pedagógico nos seus eventuais impedimentos legais por período superior a 30 dias, em período letivo, dar-se-á através de identificação do Diretor e aprovação do Conselho de Escola.
Art. 74 Nos impedimentos legais por período igual ou inferior a 30 dias, não haverá substituição do Coordenador Pedagógico.
Parágrafo único. A função do Coordenador Pedagógico é exercida por ocupante de emprego de Professor, devidamente em comissão, nomeado na forma da legislação em vigor.
Art. 75 O Coordenador Pedagógico terá como atribuições:
I - orientar os professores de Educação Básica _ PEBI e PBII da unidade escolar;
II - fornecer subsídios técnicos ao corpo docente e ao diretor de escola;
III - planejar junto ao corpo docente, ações de supervisão no exercício de prática da docência com o objetivo de contribuir para melhoria do trabalho didático e metodológico dos professores;
IV - planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as reuniões pedagógicas, dando '*feed back*' ao corpo docente dos resultados obtidos;
V - coordenar a elaboração e desenvolvimento da proposta curricular e do Plano Municipal de Educação, com a assistência da equipe pedagógica;

VI - trabalhar de forma integrada com o Diretor da Unidade Escolar conforme Projeto Político Pedagógico da unidade escolar;
VII - coletar informações e sistematizar dados específicos que subsidiem as ações de planejamento, acompanhamento, avaliação, controle e integração do currículo;
VIII - colaborar no processo de integração escola-família-comunidade;

Seção IV

Do Núcleo de Apoio Administrativo

Art. 76 O Núcleo de Apoio Administrativo compreende a Secretaria do estabelecimento e o conjunto de funções destinadas a oferecer suporte operacional às atividades-fins da instituição escolar, incluindo as atribuições relacionadas com a administração de pessoal, material, patrimônio, atividades complementares e com a vida escolar.
§ 1º Os profissionais que integram o Núcleo de Apoio Administrativo devem ter como princípio o caráter educativo de suas ações.
§ 2º Estes profissionais participarão das reuniões pedagógicas, sempre que se fizer necessário.
Art. 77 Integram o Núcleo de Apoio Administrativo:
I – Agente de Administração Escolar;
II – Agente de Serviço Escolar;
III – Agente de Orientação Escolar;
IV – Cozinheiro.
Art. 78 Integra o Núcleo de Apoio Administrativo a Secretaria da Escola, o Agente de Administração Escolar, que terá a função de dar suporte ao processo educacional, auxiliando a direção.
Art. 79 São atribuições do Agente de Administração Escolar:
I - responsabilizar-se pela escrituração, documentação, arquivos;
II - garantir o fluxo de documentos e informações facilitadores e necessários ao processo administrativo e pedagógico da unidade escolar;
III - elaborar a programação das atividades da Secretaria, mantendo-a articulada com as demais programações da escola;
IV - verificar a regularidade da documentação referente à matrícula, transferência de alunos, encaminhando os casos especiais à deliberação do Diretor;
V - providenciar o levantamento e encaminhamento aos órgãos competentes de dados e informações educacionais;
VI - elaborar e providenciar a divulgação de comunicados e instruções relativas às atividades escolares;
VII - redigir correspondência oficial;
VIII - instruir expedientes;
IX - elaborar proposta das necessidades de material permanente e de consumo;
X - elaborar relatórios das atividades da Secretaria e colaborar no preparo de relatórios anuais da escola;
XI - controlar a folha-ponto de professores e funcionários;
XII - efetuar a contagem de tempo de serviço e títulos de professores para classificação anual, remoção e ou atribuição de aulas;
XIII - manter a direção da escola informada sobre quaisquer ocorrências.

Seção IV

Do Núcleo de Apoio Operacional

Art. 80 O Núcleo de Apoio Administrativo Operacional, sob supervisão, coordenação e acompanhamento da direção da escola, terá função de proporcionar suporte ao conjunto de ações complementares de natureza administrativa e curricular, relativas às atividades de:
I - zeladoria, vigilância e atendimento de alunos;

II - limpeza, manutenção e conservação da área interna e externa do prédio escolar;
III - controle, manutenção, conservação e preparação de produtos alimentícios da merenda escolar na Unidade Escolar;
IV - controle, manutenção e conservação do mobiliário, equipamentos e materiais didático-pedagógicos.
Art. 81 Integram o Núcleo de Apoio Operacional:
I - os Agentes de organização escolar;
II - os Agentes de serviços escolares;
III - Cozinheiro.
Art. 82 São atribuições do Agente de Organização Escolar:
I – executar atividades relacionadas aos processos de trabalho de organização e apoio aos alunos nas dependências da escola e do transporte escolar;
II - apoiar a organização dos procedimentos administrativos da escola;
III - acompanhar a movimentação dos alunos no recinto da escola e em suas imediações;
IV - informar a direção da escola sobre as irregularidades referentes ao corpo discente;
V - colaborar na divulgação de avisos e instruções da administração da escola;
VI - atender aos professores, em aula, nas solicitações de material escolar e nos problemas disciplinares ou de assistência aos alunos;
VII - colaborar na execução de atividades cívicas, sociais e culturais da escola e trabalhos curriculares complementares de classe;
VIII - providenciar atendimento aos alunos em caso de enfermidade ou acidente;
IX - executar outras tarefas auxiliares relacionadas com o apoio administrativo e técnico-pedagógico que lhe forem atribuídas pela direção.
Art. 83 São atribuições do Agente de Serviços Escolares:
I - executar atividades de apoio e de serviços gerais na Unidade escolar;
II - executar tarefas de limpeza interna e externa do prédio, dependências, instalações, móveis e utensílios da escola;
III - executar pequenos reparos em instalações, mobiliário, utensílios e similares;
IV - auxiliar na manutenção da disciplina geral;
V - executar outras tarefas, relacionadas com sua área de atuação, que forem determinadas pela Direção da escola;
VI - manter informada a Direção da escola sobre quaisquer ocorrências.
Art. 84 São atribuições do Cozinheiro:
I - executar atividades de preparação dos alimentos seguindo orientações e procedimentos normativos de nutrição e higiene da área de atuação;
II - apresentar-se com asseio e devidamente uniformizadas;
III - zelar pela limpeza e conservação dos materiais determinados à alimentação;
IV - notificar imediatamente ao Diretor sobre qualquer falta de gêneros alimentícios ou de outras ocorrências;
V - manter em boa ordem a dispensa, o depósito e os utensílios de uso;
VI - preparar e distribuir a alimentação escolar e cuidar da limpeza e guarda dos utensílios de cozinha;
VII - elaborar mapas mensais de comprovação de consumo dos gêneros alimentícios recebidos;
VIII - obedecer aos cardápios organizados pelo Setor de Alimentação Escolar;
IX - auxiliar na manutenção da disciplina em geral.

Capítulo VI

Do Núcleo de Apoio Cultural

Art. 85 Integra o núcleo de Apoio Cultural, o monitor cultural.

Art. 86 O monitor cultural desenvolve seu trabalho dentro das modalidades e sub-modalidades do seu cargo nos centros integrados e nas escolas municipais, os quais funcionam em período integral.
Art. 87 São modalidade e sub-modalidades dos monitores culturais:
I - campo de atuação: Música: modalidade: sopro; sub modalidade: flauta; modalidade: percussão; modalidade: cordas; sub- modalidade: viola, violão;
II - campo de atuação: Artes: Modalidade: teatro; dança; *'ballet'*;
III - campo de atuação: Esportes: Modalidade: Artes Marciais; sub-modalidade: capoeira e Karatê, modalidade: xadrez.
Parágrafo único. As modalidades e sub-modalidades das oficinas nas escolas os quais funcionam em período integral são estruturadas e organizadas pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 88 São atribuições do Monitor Cultural:
I - realizar oficinas culturais e atividades lúdicas e esportivas;
II - participar juntamente com os alunos de exposições, atividades artísticas e culturais;
III - desenvolver projetos na própria área, em conjunto com os professores, para auxiliar no processo pedagógico;
IV - apresentar e organizar eventos culturais, teatrais, cívicos e outros constantes do calendário escolar;
V - organizar projetos culturais;
VI - ser o elo de comunicação entre a escola e a comunidade, promovendo atividades e eventos que resgatem a herança cultural brasileira;
VII - participar de reuniões pedagógicas.

TÍTULO V
DO PLANO DE GESTÃO DA ESCOLA

Art. 89 O Plano Anual de Gestão é o documento da escola que traça seu perfil e contemplará os seguintes aspectos:
I - identificação e caracterização da Unidade Escolar, de sua clientela, de seus recursos físicos, materiais, humanos, bem como dos recursos disponíveis na comunidade local, compreendendo:
a) agrupamento de alunos e sua distribuição por turnos, curso, ano e turma, especificando a modalidade ou nível de ensino;
b) quadro curricular da Unidade Escolar, com especificação da carga horária anual e final;
c) calendário escolar e cronograma anual de trabalho e eventos da escola;
d) horário dos funcionários e servidores;
e) planos de projetos educacionais especiais.
II - definição dos objetivos da escola e de compromissos com metas a serem atingidas a curto, médio e longo prazo, bem como das ações a serem desencadeadas em função dos objetivos e metas propostos;
III - estabelecimento de critérios e formas de acompanhamento, controle e avaliação da execução do trabalho realizado pela equipe de trabalho da Unidade Escolar.
Parágrafo único. O Plano de Gestão será submetido à apreciação da Secretaria Municipal de Educação.

Capítulo I
Do Corpo Docente

Art. 90 A docência deve ser entendida como processo planejado de intervenções diretas e contínuas entre a experiência vivenciada do educando e o saber sistematizado, tendo em vista a apropriação, construção e recriação de conhecimento pelos educandos e o compromisso assumido com o conjunto da escola, através da participação em ações coletivamente planejadas e avaliadas, de acordo com as diretrizes da política educacional da secretaria municipal de educação e respeitadas a legislação em vigor.

Art. 91 A docência será exercida por:
a) professor de Educação Básica I - PEB I – com atribuição de docência na Educação Infantil, Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos;
b) professor de Educação Básica II – PEB II – com atribuições de docência em classes de Educação Especial e disciplinas específicas do Ensino Fundamental e Educação Infantil nas disciplinas de Arte, Educação Física e Inglês.
Art. 92 Os professores terão as seguintes atribuições:
I - participar da elaboração da elaboração da proposta curricular;
II - elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola;
III - executar ações que permitam garantir a aprendizagem dos alunos;
IV - estabelecer e programar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
V - ministrar aulas e cumprir tarefas relacionadas ao cumprimento dos dias letivos do calendário escolar;
VI - participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
VII - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
VIII - aperfeiçoar-se profissionalmente através de leituras apropriadas e de participação de cursos de formação continuada promovidos pela Secretaria Municipal de Educação ou outra instituição de ensino credenciada;
IX - avaliar o processo de ensino aprendizagem de acordo com o planejamento escolar;
X - utilizar-se dos conhecimentos e material pedagógico que favoreçam a aprendizagem dos alunos;
XI - impedir e orientar toda e qualquer manifestação de preconceito de classe social, racial, religiosa ou ideológica;
XII - executar o plano de gestão escolar no que lhe competir;
XIII - manter permanente contato com os pais dos alunos ou seus responsáveis, informando-os e orientando-os sobre o desenvolvimento dos mesmos, e obtendo dados de interesse para o processo educativo;
XIV - proceder à observação dos alunos identificando necessidades e carências de ordem social, psicológica, material ou de saúde que interferem na aprendizagem, encaminhando aos setores especializados de assistência;
XV - executar e manter atualizados os diários de classe, bem como os demais registros escolares e os relativos às suas atividades específicas e fornecer informações conforme as normas estabelecidas;
XVI - colaborar nos programas educativos e culturais instituídos por lei e pertinentes à escola;
XVII - desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e do processo de ensino-aprendizagem.
Art. 93 Compete ao professor de Educação Básica II em Educação Especial além do atendimento prestado ao aluno:
I - participar da elaboração da proposta pedagógica da escola, articulando, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva;
II - elaborar plano de trabalho que contemple as especificidades da demanda existente na unidade e/ou na região, atendidas as novas diretrizes da Educação Especial, atuando de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição das adaptações curriculares que favoreçam o acesso do aluno ao currículo e a sua interação no grupo;
III - integrar os conselhos de classes/ciclos/séries/termos e participar dos HTPCs (Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo) e/ou outras atividades coletivas programadas pela escola, promovendo a inclusão do aluno nas

mesmas;
IV - orientar a equipe escolar quanto aos procedimentos e estratégias de inclusão dos alunos nas classes comuns, informando a comunidade escolar acerca da legislação e normas educacionais vigentes que assegurem a inclusão educacional;
V - oferecer apoio técnico pedagógico aos professores das classes comuns, orientando na elaboração de materiais didáticos-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns do ensino regular;
VI - fornecer orientações e prestar atendimento aos responsáveis pelos alunos bem como à comunidade quando se fizer necessário, orientando as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional;
VII - caberá ainda ao professor (a) especializado(a) viabilizar a educação escolar de alunos(as) que estejam impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique permanência prolongada em domicílio ou internação hospitalar.

Capítulo II

Da Equipe Multidisciplinar

Art. 94 A equipe multidisciplinar atende especificamente a Educação Infantil na modalidade Creche da qual fazem parte os Monitores de Creche.
Art. 95 São atribuições do Monitor de Creche:
I - trocar fraldas, dar banho e zelar pela higiene da criança;
II - dar mamadeira segundo as normas adequadas quanto à posição e horários;
III - manter o banheiro seco e limpo e as toalhas e roupas nos respectivos lugares bem como zelar pelos pertences das crianças;
IV - servir as refeições nos horários estabelecidos pela direção da Creche estimulando a criança a comer e incentivando a aceitação dos alimentos definidos pelos técnicos da área;
V - administrar, quando for o caso, medicamentos sob prescrição médica, obedecendo à dosagem e horários específicos;
VI - lavar e esterilizar os brinquedos, especialmente os do berçário, responsabilizando-se pela sua conservação;
VII - estimular a formação de hábitos de higiene e saúde como: escovar os dentes, tomar banho, ter independência nas necessidades fisiológicas através de informações, de acompanhamento e de orientação no momento oportuno;
VIII - proteger as crianças contra acidentes e quaisquer outros riscos;
IX - prestar primeiros socorros sempre que necessário;
X - oferecer um ambiente que favoreça o desenvolvimento da criança de forma coordenada nos planos físico, psíquico e cognitivo e que estimule sua integração na família, creche e comunidade;
XI - detectar desvios na saúde das crianças informando à Direção e estar atento para reconhecer diferenças significativas no seu comportamento e aspecto físico;
XII - receber e entregar as crianças aos pais ou responsáveis, bem como controlar a freqüência das crianças à creche através de registro;
XIII - participar das Instituições Auxiliares da unidade de ensino, quando eleito ou designado;
XIV - participar e colaborar nas atividades cívicas, culturais e educativas em que a creche estiver envolvida;
XV - participar das reuniões convocadas pela Direção;
XVI - utilizar as informações já existentes e procurar apoio da equipe técnica para adquirir mais informações, objetivando conduzir melhor o período de adaptação da criança na creche;
XVII - auxiliar na elaboração, implantação e avaliação das rotinas de atividades da creche e no registro de avaliação do desenvolvimento da criança;
XVIII - estimular as crianças através dos jogos, brincadeiras e outras atividades

lúdicas adequadas a cada faixa de acordo com as orientações recebidas da Equipe Técnica da Secretaria da Educação;
XIX - confeccionar materiais pedagógicos para utilização no trabalho direto com as crianças;
XX - planejar o trabalho diário das atividades e brincadeiras desenvolvidas com cada grupo de crianças de acordo com as orientações recebidas da Equipe Técnica da Secretaria de Educação e das Unidades Escolares;
XXI - buscar, numa perspectiva de formação permanente, o aprimoramento do seu desempenho profissional e ampliação do seu conhecimento;
XXII - estimular a participação dos pais na vida diária da creche, visando o aspecto educativo e como forma de colaborar no processo de integração creche-família.

Capítulo III

Do Corpo Discente

Art. 96 O corpo discente da Unidade Escolar será constituído pelos alunos.
Art. 97 Compete aos alunos:
I - participar das atividades promovidas pela instituição escolar, contribuindo com suas experiências para o enriquecimento da proposta educacional e democratização da escola;
II - tratar os colegas e demais integrantes da instituição escolar com dignidade, respeitando a integridade física e moral dos mesmos;
III - atentar para a assiduidade, pontualidade e organização nas atividades escolares diárias;
IV - permanecer no recinto escolar somente no período que freqüenta, salvo se houver autorização da Direção da escola;
V - colaborar para a conservação e o asseio do prédio, mobiliário e instalações da unidade, ficando obrigado a repor o que vier a danificar;
VI - manter a organização e o asseio de seu material escolar, sendo obrigatório trazer diariamente o material básico solicitado pelo professor, seja este comprado pelo aluno ou cedido pela escola;
VII - usar as regras de convivência social, especialmente:
a) utilizar-se de vocabulário adequado nos pedidos e agradecimentos cotidianos;
b) transitar de forma segura e tranqüila nas dependências da escola;
c) trajar-se de maneira conveniente às atividades escolares, de preferência uniformizados.

TÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR

Art. 98 A organização da vida escolar implica um conjunto de normas que visam garantir o acesso, a permanência e a progressão dos estudos, bem como a regularidade da vida escolar do aluno, abrangendo, no mínimo, os seguintes aspectos:
I - formas de ingresso;
II - avaliação de competências e adaptação;
III - freqüência e compensação de ausência;
IV - promoção e recuperação;
V - certificados e diplomas.

Capítulo I

Das Formas de Ingresso

Art. 99 As escolas municipais divulgarão anualmente os critérios para ingresso em seus níveis e modalidades, após a fixação das normas e diretrizes para atendimento da demanda escolar pelo órgão competente da administração.
Art. 100 O ingresso do aluno na escola se dará por matrícula a ser efetuada pelos pais, responsáveis ou pelo próprio aluno com idade superior a 18 (dezoito) anos, a partir dos seguintes critérios:

I - no primeiro ano do ensino fundamental, observando-se apenas a idade;
II - por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas, inclusive as situadas em outros países;
III - por classificação, em qualquer ano de escolaridade, para alunos sem comprovação de estudos anteriores, observados os critérios de idade, competência e demais exigências específicas.
Parágrafo único. A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive os recebidos por transferência de outros estabelecimentos ou do exterior, desde que realize processo de avaliação de competência, cujos resultados, após parecer conclusivo de uma comissão de professores, serão devidamente registrados, arquivados e vistados pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 101 As Escolas Municipais de Ensino Fundamental renovarão, por classificação ou reclassificação, as matrículas anualmente.
§ 1º A renovação da matrícula nas classes de Educação de Jovens e Adultos dar-se-á semestralmente.
§ 2º A classificação no Ensino Fundamental dar-se-á por progressão continuada ao final de cada ano durante os ciclos e por promoção ao final do ciclo I e II.
§ 3º A reclassificação efetivar-se-á somente até o final do primeiro bimestre letivo, podendo ser utilizados os resultados de avaliação diagnósticos que reflitam as habilidades básicas e aprendizagens cognitivas do aluno, em consonância com os planejamentos homologados.
§ 4º As reclassificações somente se concretizarão após análise fundamentada feita pela Secretaria Municipal de Educação.

Capítulo II
Da Matrícula

Art. 102 A matricula para todas as modalidades de ensino será efetuada conforme diretrizes e em época fixadas pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 1º Encerrando o período de matricula, caso remanesçam vagas ou ocorram desistências, deverão ser seguidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.
§ 2° A equipe Escolar e o Conselho de Escola darão ampla divulgação do edital de matrícula, fixando-o, não apenas nas entradas e outras dependências da escola, como também, em locais acessíveis à população e através da imprensa falada e escrita.
§ 3º As escolas devem assegurar a matrícula aos alunos portadores de necessidades especiais.
Art. 103 São condições para matriculas nas instituições escolares do Sistema Municipal de Ensino:
I - normas fixadas pela Secretaria Municipal de Educação;
II - no 1º ano do Ciclo I, do Ensino Fundamental, idade mínima estabelecida em lei, regulamentada pela Secretaria Municipal de Educação;
III - nas demais series do Ensino Fundamental, comprovação de escolaridade anterior;
IV - para o Curso de Educação de Jovens e Adultos considera-se que a idade mínima para conclusão do Ensino Fundamental será de 15 anos completos.
Art. 104 É expressamente vedado à escola condicionar a matrícula ao pagamento de taxas de qualquer natureza e a quaisquer outras exigências adicionais às previstas pela legislação.
Parágrafo único. As matrículas de alunos que não atendam às condições deste Regimento somente serão efetuadas mediante autorização da Secretaria de Educação.
Art. 105 No caso de excedente de matrícula, as vagas serão atribuídas prioritariamente aos alunos que residirem mais próximos da escola.

Capítulo III
Da Avaliação de Competência e Adaptação
Art. 106 A avaliação de alunos recebidos por transferência é um procedimento a ser utilizado pela escola, sempre que houver necessidade de classificação.
Art. 107 Os alunos recebidos por transferência no Ensino Fundamental, inclusive os oriundos de países estrangeiros, quando submetidos a procedimentos de classificação e reclassificação, respeitando o critério de idade e a análise da documentação escolar apresentada, serão avaliados tendo por base os parâmetros curriculares gerais e a proposta pedagógica da escola explicitada em seu plano de gestão escolar.
§ 1º Para cumprimento do disposto neste artigo, sempre que necessário, a escola poderá classificar ou reclassificar o aluno, em ano subsequente de escolaridade, com defasagem de conhecimentos anteriores, os quais deverão ser supridos através da oferta de estudos de reforço ou recuperação, visando adaptar o aluno ao ano em que foi classificado.
§ 2º Nos casos em que a defasagem de conhecimentos seja proveniente da ausência de estudos em determinados componentes curriculares na escola de origem, a lacuna será suprida através de estudos de adaptação.
Art. 108 A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
I - avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
II - possibilidade de avanço nos níveis e modalidades mediante verificação do aprendizado;
III - obrigatoriedade de estudos de recuperação paralela ao longo do período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar.
Capítulo IV
Da Verificação do Rendimento Escolar
Art. 109 A verificação do rendimento escolar do Ensino Fundamental terá por objetivos:
I - diagnosticar a situação de aprendizagem do educando para estabelecer os objetivos que nortearão o planejamento da ação pedagógica;
II - verificar os avanços e dificuldades do educando no processo de apropriação, construção e recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;
III - fornecer aos educadores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o planejamento;
IV - possibilitar aos educandos tomarem consciência de seus avanços e dificuldades, visando o seu envolvimento no processo de aprendizagem;
V - a caracterização do educando em função dos critérios estabelecidos para promoção entre ciclos e progressão continuada inter-ciclos.
Art. 109 A verificação do rendimento escolar compreenderá a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.
Art. 110 A avaliação do aproveitamento deverá incidir sobre o desempenho do aluno nas diferentes experiências de aprendizagem, levando em consideração os objetivos fixados.
Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se a todos os componentes curriculares, independentemente do respectivo tratamento metodológico e de sua consideração para fins de promoção.
Art. 111 Na avaliação do aproveitamento deverão ser utilizados, no decorrer de cada bimestre, vários instrumentos elaborados pelo professor.
Art. 112 Os resultados do processo de avaliação contínua serão expressos das seguintes formas:
I - através de análise descritiva do desenvolvimento global identificando avanços e dificuldades na educação infantil, semestralmente, resultante da

analise do processo educativo, através de registros contínuos;
II - através de análise descritiva do desenvolvimento global identificando avanços e dificuldades no 1° ano do ensino fundamental, bimestralmente, resultante da analise do processo educativo, através de registros contínuos;
III - através de notas, de O (zero) a 10 (dez), a partir do 2º ano nos termos dos Ciclos do Ensino Fundamental Regular e Integral e Educação de Jovens e Adultos, ao término de cada bimestre letivo, resultante de análises do processo educativo, através de registros contínuos.
Parágrafo único. Os resultados do processo de avaliação paralela serão expressos, ao final de cada bimestre, mediante relatório elaborado pelo professor, nas diferentes disciplinas em que o aluno se submeteu à recuperação, entregue ao professor titular da classe com conhecimento e verificação da direção da Unidade Escolar.

Capítulo V

Da Atribuição de Notas

Art. 113 As notas bimestrais, semestrais e anuais das análises do processo de avaliação são expressas através das seguintes formas:
I – de 0 (zero) a 4,99 (quatro virgula noventa e nove) - o aluno não evidencia os avanços necessários à continuidade do processo educativo;
II – de 5,0 (cinco) a 10,0 (dez) - o aluno evidencia os avanços necessários à continuidade do processo educativo.
Art. 114 As sínteses bimestrais dos resultados da avaliação do aproveitamento serão expressas em menções refletindo diferenças de desempenho claramente discerníveis e serão fundamentados em relatos elaborados pelos professores.
Art. 115 Os resultados da avaliação do aproveitamento deverão ser sistematicamente registrados, analisados com o aluno e sintetizados em um conceito, bimestralmente enviado à Secretaria da escola e comunicado aos pais ou responsáveis.
§ 1º A menção final correspondente ao ano será o desenvolvimento global do aluno.
§ 2º O professor deverá emitir, ao mesmo tempo, o conceito relativo ao último bimestre e o conceito final, entregando-os à Secretaria no prazo fixado no Plano de Gestão.
§ 3º A menção final refletirá o desempenho de cada aluno ao longo do ano letivo em cada disciplina.
§ 4º Ao término de cada ciclo, a menção final expressará a condição de o aluno prosseguir estudos no ciclo subseqüente ou obter certificado de conclusão de grau.
Art. 116 Será considerado promovido para o ciclo subseqüente ou concluinte de curso, o aluno que obtiver em cada componente curricular:
I - freqüência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e conceito igual ou superior a 5,0 (cinco);
II – análise do desempenho global do aluno, considerando sua freqüência, de acordo com esse regimento.
Parágrafo único. A decisão dos professores no conselho final de classe sobre a promoção ou retenção do educando é expressa mediante Parecer conclusivo, através das categorias: Promovido(Pr) ou Retido (R).
Art. 117 De um ciclo para outro, a promoção será resultante de:
I - avaliação do aproveitamento, considerando-se todos os componentes curriculares;
II - apuração da assiduidade anual, calculada a porcentagem pelo número de dias letivos.
Art. 118 Permanecerá no último ano do ciclo o aluno que:
I - registrar, anualmente, freqüência inferior a 75% (setenta e cinco por cento),

qualquer que seja o seu conceito final de aproveitamento;
II - obtiver, na avaliação final do aproveitamento, conceito inferior a 5,0 (cinco) e registrar freqüência inferior a 50% (cinqüenta por cento);
III - obtiver, na avaliação global do aproveitamento, conceito inferior a 5,0 (cinco) após análise do Conselho de Classe.
Art. 119 Pela natureza e objetivos do processo de avaliação, as sanções disciplinares não poderão interferir nos registros de acompanhamento do processo educativo.
§ 1º Caberá aos Conselhos de Classe decidir quanto à oportunidade e conveniência de proporcionar ao aluno as atividades previstas neste artigo.
§ 2º As atividades para compensação de ausências deverão, obrigatoriamente, realizar-se:
I - na própria escola, em horário não coincidente com o período normal de aula do aluno, bimestral, semestral ou anualmente;

Capítulo VI

Da Freqüência e Compensação de Ausências

Art. 120 As freqüências e ausências dos alunos às atividades escolares são registradas pelos professores e enviadas à Secretaria do Estabelecimento Escolar.
Art. 121 O aluno tem direito a abono de faltas, nos casos previstos pela legislação vigente.
Art. 122 Os dados relativos à apuração de assiduidade devem ser comunicados ao aluno e ao pai ou responsável, durante o decorrer do período letivo, sempre que houver necessidade e, no mínimo, bimestralmente.
Art. 123 A apuração da assiduidade, em cada ano ou semestre letivo, far-se-á: nos Ciclos I e II do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos, pelo cálculo de porcentagem em relação ao número de dias letivos no final de cada Ciclo.
Art. 124 O aluno deverá cumprir atividades escolares para compensar ausências justificadas no decorrer do ano letivo, quando o registro bimestral indicar freqüência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) , sob a supervisão do professor que determinará sua natureza, efetuará o controle e o registro de sua execução, e remeterá bimestralmente à Secretaria informações relativas ao número de ausências compensadas.
§ 1° Em casos excepcionais, a compensação de ausências poderá ser cumprida ao final do semestre letivo.
§ 2° A periodicidade e a forma de compensação de ausências devem estar explicitadas no Projeto Político Pedagógico.
Art. 125 No final do bimestre, as atividades de compensação de ausências serão descontadas do número de faltas registradas para o cômputo final de freqüência do aluno.
Parágrafo único. Se o aluno vier a se transferir no decorrer do ano letivo, o desconto referido neste artigo será efetuado no ato da transferência.

Capítulo VII

Da Promoção e Recuperação

Art. 126 A recuperação, parte integrante do processo de construção do conhecimento, deve ser entendida como orientação contínua de estudos e criação de novas situações de aprendizagem.
Art. 127 A recuperação, na forma do artigo anterior e definida no projeto Político Pedagógico.
Art. 128 Os alunos de aproveitamento e/ou freqüência insuficientes serão submetidos a estudos de recuperação.
Art. 129 Os resultados dos estudos de recuperação que se realizarem no decorrer do ano letivo integrarão a avaliação do bimestre em curso.
Art. 130 Nos estudos de recuperação por falta de assiduidade, a

caracterização da melhoria de aproveitamento terá como elemento de referência, não apenas o conceito, mas também a superação das eventuais defasagens de aprendizagem decorrentes de suas ausências.
§ 1º A recuperação a que se refere o "caput" deverá ser oferecida durante o ano letivo e não apenas nas passagens dos ciclos.
Art. 131 Os Conselhos de Classe deverão:
I - bimestralmente, programar as atividades de recuperação e de compensação de ausências;
II - até cinco dias após o encerramento do ano letivo, decidir os casos dos alunos que não obtiveram conceito final suficiente, conforme o disposto no artigo anterior.
Capítulo VIII
Das Transferências
Art. 132 São admitidas transferências no decorrer de todo ano letivo.
Art. 133 Para efeito de matrícula por transferência devem ser apresentados os seguintes documentos:
I - documento de identidade do aluno;
II - requerimento dirigido ao Diretor da Escola e assinado pelo pai ou responsável, ou pelo próprio aluno, se maior;
III - histórico escolar do aluno;
Parágrafo único. As unidades escolares do sistema municipal ficam obrigadas a expedir a referida documentação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que deu entrada a solicitação do interessado.
Art. 134 Devem ser recebidas transferências de alunos provenientes do estrangeiro, respeitadas as determinações legais e adotadas as providencias relativas à classificação do aluno.
Art. 135 A transferência de alunos far-se-á conforme normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 136 A escola pode aceitar transferência e efetuar matrícula de alunos procedentes de outros Estados que, por motivos relevantes, não possam apresentar documentação escolar exigida, respeitada a legislação em vigor.
Art. 137 A transferência será requerida pelo aluno, se maior, ou pelo pai ou responsável e cujo documento deverá ser entregue ao próprio interessado ou a alguém por ele autorizado, que assinará recibo na via que ficará arquivada na escola.
Art. 138 A transferência do Ensino Fundamental para os cursos de Educação de Jovens e Adultos ou vice-versa será possível no inicio do período letivo da escola de destino, em ano, série ou termo subseqüente ao vencido.
Art. 139 A transferência entre cursos de Educação de Jovens e Adultos é possível durante o semestre letivo, respeitada a organização de ciclos.
Art. 140 Os alunos recebidos por transferência serão submetidos a processo de avaliação de escolaridade, a critério da escola, para fins de classificação ou reclassificação no nível adequado.
Parágrafo único. O processo de avaliação obedecerá à programação elaborada e supervisionada pela equipe de professores.
Capítulo VIII
Dos Certificados
Art. 141 Aos alunos concluintes do último ciclo do Ensino Fundamental será conferido o competente certificado.
Art. 142 Aos alunos concluintes da Educação infantil pode ser conferido um diploma ou certificado.
Art. 143 Aos alunos concluintes aprovados no termo final da Educação de Jovens e Adultos é conferido Certificado de Conclusão.
Capítulo IX
Do Calendário Escolar

Art. 144 Do Calendário Escolar, integrante da Proposta Política Pedagógica , observadas as determinações dos órgãos superiores, deverá constar:
I - o período de aulas e de férias;
II - os feriados;
III - a previsão mensal de dias letivos e de carga horária;
IV - o período de elaboração, avaliação e replanejamento do Projeto Político Pedagógico;
V - as datas de reuniões do Conselho de Classe;
VI - as atividades culturais e de lazer;
VII - as reuniões com os pais.
Art. 145 A instituição escolar elaborará o seu calendário, integrando-o ao Projeto Político Pedagógico, a partir das diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.
Art. 146 São considerados dias letivos as comemorações cívicas e demais atividades da escola que contem com a participação do corpo docente e discente, desde que estejam previstos no calendário escolar.
Art. 147 A instituição escolar encerrará o ano/semestre letivo somente após ter cumprido em todas suas classes, séries os mínimos de:
I - 200 (duzentos) dias letivos e 800 (oitocentas) horas de atividades, para cada classe/série do Ensino Fundamental, e para cada estágio de Educação Infantil, independente de sua distribuição nos dois semestres letivos;
II - 100 (cem) dias letivos e 400 (quatrocentas) horas de atividades para cada termo da Educação de Jovens e Adultos;
§ 1° Quando, por qualquer causa, estimar-se a ocorrência de "déficit", em relação ao mínimo de dias letivos previstos neste artigo, a unidade escolar deverá efetuar a reposição de aulas.
Art. 148 As aulas somente podem ser suspensas em decorrência de situações que justifiquem tal medida, nos termos da legislação vigente, ficando a reposição para devido cumprimento dos mínimos legais fixados.
Parágrafo único. Cumprido o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos estabelecidos pela legislação vigente, não será necessária a compensação prevista neste artigo.
Art. 149 As escolas de Educação Básica de Ensino Fundamental EMEFs, EMEFEIs, CIEPs, ADIs e CAIC poderão organizar seu quadro de horário e atividades discentes em 50 (cinqüenta) minutos sem prejuízo de carga horária mínima de cada disciplina do núcleo comum e da parte diversificada que compõem o currículo e dos 200 dias letivos, ambos estabelecidos em lei.
Art. 150 As Unidades Escolares definirão no seu calendário escolar, reuniões com pais ou responsáveis, para o acompanhamento do processo educativo.
Art. 151 As reuniões para quaisquer fins serão realizadas sem prejuízo das aulas.

TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 152 Os documentos da Secretaria são de uso exclusivo da Instituição Escolar e das autoridades escolares, sendo vedado o seu manuseio por pessoas estranhas à unidade escolar, assim como a cessão de cópias a terceiros, exceto nos casos previstos na legislação em vigor.
Art. 153 Devem ser expedidas segundas vias de documentos, de prontuário de alunos e funcionários com visto do Diretor, através de requerimento do interessado ou do pai ou responsável, quando menor.
Art. 154 Os recursos materiais adquiridos com verbas do orçamento público e/ou de outras fontes fazem parte do patrimônio da escola, devendo ser registrados em livro próprio.
Art. 155 O presente Regimento poderá ser alterado, quando necessário, devendo as providencias necessárias para que este Regimento seja sempre

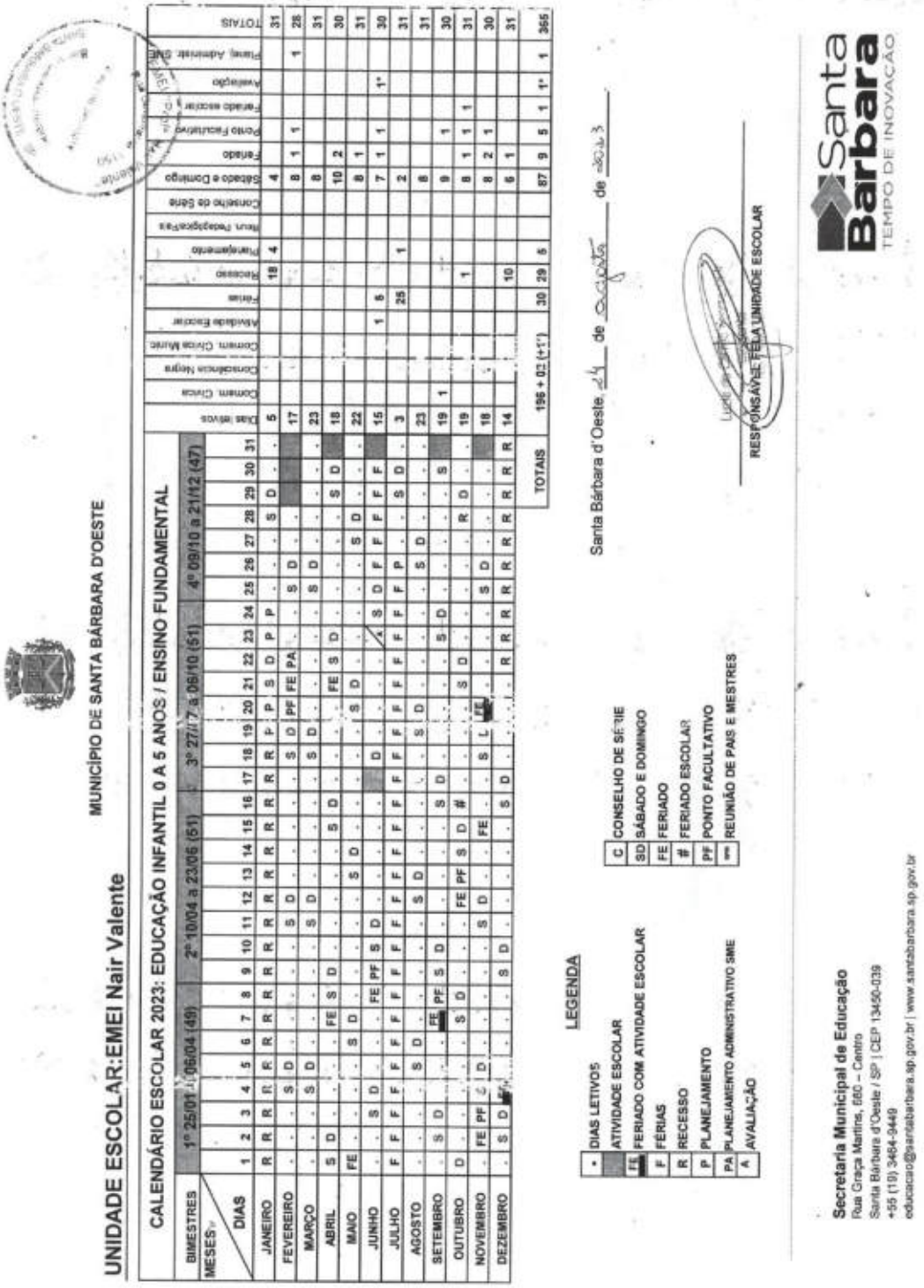
reconhecido pela Comunidade Escolar, profissionais de outras secretarias que atendam à escola, representantes de entidades conveniadas, membros da comunidade, movimentos populares organizados e entidades sindicais.
Art. 156 As instituições municipais de ensino, além das disposições deste Regimento Comum, devem elaborar normas próprias de gestão, submetendo as à aprovação da Secretaria Municipal de Educação. Parágrafo Único - As normas de gestão citadas neste artigo constarão obrigatoriamente no Projeto Político Pedagógico.
Art. 157 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos ou terão sua solução orientado pelo Secretário Municipal de Educação ouvido o Conselho Municipal de Educação, por meio de Portarias, Comunicados ou Instruções Complementares.
Santa Bárbara d'Oeste, 12 de março de 2012
LILIA MONTEIRO OLIVEIRA DE SOUZA
Presidente
MARIA GORETE VITORIANO
Secretária

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLOMER Teresa, Andar entre livros.
Indicadores da qualidade na educação, relações raciais na escola, adaptado para educação infantil.
SOUZA, A. R.; Gouveia, A.B. Diretor de escola pública; aspectos do trabalho docente.
Educar em revista, Curitiba, Brasil, nº especial 1, 2010, Díspoivel em: https:www.scielo.br/pdf/er/nspe_1/19.pdf
ALMEIDA, Silvio, Racismo estrutural.sed.sp. Editora Jandira 2020.
Brasil Base Nacional Comum Curricular.
Educação infantil e ensino fundamental. Brasília:MEC/Secretaria de Educação Básica. 2017. Brasil.
Brasil Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília DF: Presidência da República (2016). Disponível em :http://www.planalto.gov.br.cccivil03/constituição/constituição.acesso em 17/09/2022
Brasil. Parâmetro curriculares nacionais(pcns).Introdução.Educação Infantil 3ed.Brasilia.2001
BRAVO, Ismael gestão educacional no contexto municipal.2ed.são paulo: alínea editora.2014
RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista.1ed.são paulo:companhia das letras.2019.
Curriculo paulista: uma construção colaborativa. Disponível em:https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/wp-content/uploads/2022/07/curriculo_paulista_26_07_2019.pdf

ANEXOS

ANEXO 1 - CALENDÁRIO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL



MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

UNIDADE ESCOLAR:EMEI Nair Valente

CALENDÁRIO ESCOLAR 2023: EDUCAÇÃO INFANTIL 0 A 5 ANOS / ENSINO FUNDAMENTAL

| BIMESTRES | 1º 25/01 a 06/04 (49) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2º 10/04 a 23/06 (51) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 3º 27/07 a 06/10 (51) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 4º 09/10 a 21/12 (47) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | Dias letivos | Domingo Cívico | Consciência Negra | Domingo Cívico Muniz | Abertura Escolar | Feriado | Recesso | Planejamento | Reun. Pedagógicas | Conselho de Série | Sábado e Domingo | Feriado | Ponto Facultativo | Feriado escolar | Avaliação | Plang. Administr. SME | TOTAIS |
|---|---|---

1º DIA LETIVO: 25/01 ÚLTIMO DIA LETIVO: 21/12

FÉRIAS ESCOLAR: ED.INFANTIL (0 a 5) E ENS. FUNDAMENTAL: 26/06 À 25/07

PERÍODO DE MATRÍCULAS: Janeiro a Dezembro

TRANSFERÊNCIA: Durante o ano letivo

REUNIÕES DA A.P.M. E CONSELHO DE ESCOLA:

ASSEMBLEIA GERAL 1º Semestre - dia 20/03; 2º Semestre - dia 18/12;

CONSELHO DELIBERATIVO
DIRETORIA EXECUTIVA E
CONSELHO FISCAL 1º Bimestre - dia 20/03; 2º Bimestre - dia 15/05;
3º Bimestre - dia 25/09; 4º Bimestre - dia 18/12;

REUNIÕES COM PAIS E PROFESSORES: (Educação Infantil)

4-5		0-3	
1º bimestre - dia 18/04;	3º bimestre - dia 24/10;	1º bimestre - dia 17/04;	3º bimestre - dia 23/10;
2º bimestre - dia 20/06;	4º bimestre - dia 19/12;	2º bimestre - dia 19/06;	4º bimestre - dia 18/12;

ENCERRAMENTO DO ANO ESCOLAR: 21/12/2023 FORMATURA DE ENCERRAMENTO 15/12/2023

OUTRAS ATIVIDADES: FESTA JUNINA 17/06/2023

ASSINATURA DOS MEMBROS DA A.P.M. E CONSELHO DE ESCOLA

PELA HOMOLOGAÇÃO
25/08/23
Juliana Urbano Cotrim
Assessor Técnico Educacional
RG: 24.942.343-1

HOMOLOGO
25/08/23
Débora Cristina Araújo
Diretor de Educação Básica
RG: 27.458.696-4

PROFESSOR:
PAI: Tatiane L. Souza
ALUNO: KAUANFELIPE DELIMA

ANEXO 2
MAPA DO ALUNADO

EMEI "NAIR VALENTE" **ANO: 2023** **REFERENTE** AGOSTO

| EDUCAÇÃO INFANTIL | | |

ANEXO 3
HORÁRIO DE TRABALHO DA EQUIPE GESTORA

Município de Santa Bárbara d'Oeste

ESCOLA: EMEI NAIR VALENTE
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA: Início: 06:30 Término: 18:00
1º Período: 06:30 às 18:00 Integral: 06:30 às 18:00
2º Período: 07:00 às 17:30

HORÁRIOS DA EQUIPE GESTORA DA UNIDADE ESCOLAR E AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Nome: Luzia do Carmo Ferraz Tadeo **Cargo: Diretor de Escola**

Dia da Semana	MANHÃ		TARDE		NOITE	
	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
2ª feira	09:00	13:00	14:00	18:00		
3ª feira	07:00	13:00	14:00	16:00		
4ª feira	07:00	13:00	14:00	16:00		
5ª feira	07:00	13:00	14:00	16:00		
6ª feira	09:00	13:00	14:00	18:00		

Nome: Sara Carolina M. da Silva Vilanova **Cargo: Apoio Pedagógico**

Dia da Semana	MANHÃ		TARDE		NOITE	
	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
2ª feira	07:00	13:00	-	-		
3ª feira	10:00	-	-	16:00	17:00	19:00
4ª feira	07:30	11:30	14:00	18:00		
5ª feira	-	-	12:00	18:00		
6ª feira	07:00	12:00	-	-		

OBS: Todas as terças-feiras HTPC das 11:30 às 13:00 / PAPI das 17:00 às 19:00horas.

Professores responsáveis pelo expediente na ausência do Dirigente da Unidade Escolar:
1º Período: EMILYN CLARISSA MOURA FRANCO (MATUTINO)
2º Período: REGIANE TOMÉ DA SILVA (VESPERTINO)

ANEXO 4
HORÁRIO DE TRABALHO
ESCOLA: EMEI NAIR VALENTE

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA: Início: _06:30_ __

Término:18:00

1º Período: _06:30_ _ às _ _18:00__ Integral: _06:30__ às 18:00

2º Período: 07:00 às _17:30_

HORÁRIO DE TRABALHO DOS FUNCIONÁRIOS

De 2ª à 6ª feira, das 06:30 às 17:30 horas.

FUNÇÃO: AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR						
Nº	**NOME**	**HORÁRIO DE TRABALHO**				**OBSERVAÇÕES**
		ENTRADA	**SAÍDA**	**ENTRADA**	**SAÍDA**	
01	GIOVANNA CAROLINA DE CARVALHO THOMAZ	7:00	13:00			ESTAGIÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: COZINHEIRA						
Nº	**NOME**	**HORÁRIO DE TRABALHO**				**OBSERVAÇÕES**
		ENTRADA	**SAÍDA**	**ENTRADA**	**SAÍDA**	
01	ALAIDE RODRIGUES DOS SANTOS ASSI	8:00	12:30	13:30	17:00	
02	PATRICIA HELENA S M DE ALMEIDA	7:00	13:00	14:00	16:00	

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇO ESCOLAR						
Nº	**NOME**	**HORÁRIO DE TRABALHO**				**OBSERVAÇÕES**
		ENTRADA	**SAÍDA**	**ENTRADA**	**SAÍDA**	
01	CRISTINA AP FERREIRA NASCIMENTO	8:30	11:30	12:30	17:30	
02	DORALICE MARIA DA S DOS SANTOS	6:30	13:00	14:00	15:30	
03	KELLEN	7:00	13:00	14:00	16:00	

	ELAINE BRAZ MELLO					
04	ANDREA CRISTINA RODRIGUES	8:30	11:30	12:30	17:30	
05	SUELI DE FÁTIMA PINHEIRO	6:30	13:00	14:00	15:30	

FUNÇÃO: ESTAGIÁRIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL						
Nº	**NOME**	**HORÁRIO DE TRABALHO**				**OBSERVAÇÕES**
		ENTRADA	**SAÍDA**	**ENTRADA**	**SAÍDA**	
01	THAIS PRADO DA ROCHA	7:00	13:00			
02	ANDREZA HELENA ROTTA SANTIAGO	7:00	12:00			FUNCIONÁRIA CONCURSADA DA ESCOLA (DOBRA) ACOMPANHA O ALUNO DAVI (AEE)

QUADRO DE HORÁRIOS DOS PROFESSORES – PEB I: EDUCAÇÃO INFANTIL								
Nº	**NOME**	**CLASSE**	**JORNADA**	**SITUAÇÃO**	**HTPC**	**HTPI**	**HTPL**	**OBSERVAÇÕES**
01	THALITA VICENTIN	JARDIM I A, PERÍODO DA MANHÃ	24H SEMANAIS	EFETIVO COM CLASSE	TERÇA-FEIRA DAS 11:30 ÀS 12:30	TERÇA E QUARTA-FEIRA DAS 10:30 ÀS 11:30	QUINTA E SEXTA-FEIRA DAS 10:30 ÀS 11:30	
02	CAROLINA RICARTE TEIXEIRA	JARDIM II A, PERÍODO DA MANHÃ	24H SEMANAIS	EFETIVO COM CLASSE	TERÇA-FEIRA DAS 11:30 ÀS 12:30	TERÇA E QUARTA-FEIRA DAS 10:30 ÀS 11:30	QUINTA E SEXTA-FEIRA DAS 10:30 ÀS 11:30	

QUADRO DE HORÁRIOS DAS AUXILIARES DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL								
Nº	**NOME**	**MODALIDADE**	**HORÁRIO DE TRABALHO**				**PROJETOS**	**OBSERVAÇÕES**
			ENTRADA	**SAÍDA**	**ENTRADA**	**SAÍDA**		

01	ALINE CASTILHO VARGAS	BERÇÁRIO A MANHÃ	DE SEGUNDA À SEXTA 7:00H	DE SEGUNDA À SEXTA 13:00H				PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H
02	CRISTIANE PEREIRA SILVA MATILE	BERÇÁRIO A MANHÃ	DE SEGUNDA À SEXTA 7:00H	DE SEGUNDA À SEXTA 13:00H				PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H
03	EDERSON BARROS UCHOA	BERÇÁRIO A MANHÃ	DE SEGUNDA À SEXTA 7:00H	DE SEGUNDA À SEXTA 13:00H				PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H
04	REGIANE TOMÉ DA SILVA	BERÇÁRIO A TARDE	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA 11:30	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA 17:30	TODAS AS TERÇAS 10:30	TODAS AS TERÇAS 16:30		PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H
05	KATIELY BIANCA PAVAN NEVES	BERÇÁRIO A TARDE	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA 11:30	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA 17:30	TODAS AS TERÇAS 10:30	TODAS AS TERÇAS 16:30		PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H
06	LUANA FERNANDES RICARDO	BERÇÁRIO A TARDE	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA 11:30	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA 17:30	TODAS AS TERÇAS 10:30	TODAS AS TERÇAS 16:30		PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H
07	GABRIELA GOMES DE OLIVEIRA	MATERNAL I A MANHÃ	DE SEGUNDA À SEXTA 7:00H	DE SEGUNDA À SEXTA 13:00H				PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H
08	BARBARA MARIA DA SILVA SANTOS	MATERNAL I A MANHÃ	DE SEGUNDA À SEXTA 7:00H	DE SEGUNDA À SEXTA 13:00H				PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H
09	MEIRE DENIZE DE MELLO	MATERNAL I A MANHÃ	DE SEGUNDA À SEXTA	DE SEGUNDA À SEXTA				PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H

			7:00H	13:00H				
10	ANDREZA HELENA ROTTA SANTIAGO	MATERNAL I A TARDE	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA 11:30	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA 17:30	TODAS AS TERÇAS 10:30	TODAS AS TERÇAS 16:30		PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H
11	ANA MARIA DE LEMOS	MATERNAL II A MANHÃ	DE SEGUNDA À SEXTA 7:00H	DE SEGUNDA À SEXTA 13:00H				PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H
12	EMYLIN CLARISSA DE MOURA FRANCO	MATERNAL II A MANHÃ	DE SEGUNDA À SEXTA 7:00H	DE SEGUNDA À SEXTA 13:00H				PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H
12	THAYARA GRECHIA ROSENO	MATERNAL II A MANHÃ	DE SEGUNDA À SEXTA 7:00H	DE SEGUNDA À SEXTA 13:00H				PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H
13	JOSE MOSNA	MATERNAL II A TARDE	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA 11:30	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA 17:30	TODAS AS TERÇAS 10:30	TODAS AS TERÇAS 16:30		PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H
14	PAMELA PEREIRA DA SILVA	MATERNAL II A TARDE	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA 11:30	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA 17:30	TODAS AS TERÇAS 10:30	TODAS AS TERÇAS 16:30		PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H
15	RENE HENRY PUGA MALDONADO	MATERNAL II A TARDE	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA 11:30	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA 17:30	TODAS AS TERÇAS 10:30	TODAS AS TERÇAS 16:30		PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H
16	MARCIA VANESSA CRUZ	MATERNAL III A MANHÃ	DE SEGUNDA À	DE SEGUNDA À				PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H

			SEXTA 7:00H	SEXTA 13:00H				
17	SIDERLI AP SOARES DOS SANTOS	MATERNAL III A MANHÃ	DE SEGUNDA À SEXTA 7:00H	DE SEGUNDA À SEXTA 13:00H				PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H
18	LUCIANA GOMES DOS SANTOS	MATERNAL III A TARDE	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA 11:30	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA 17:30	TODAS AS TERÇAS 10:30	TODAS AS TERÇAS 16:30		PAPI DE TERÇA DAS 17:00H ÀS 19:00H

QUADRO DE HORÁRIOS DOS MONITORES ASSEJ DA EDUCAÇÃO INFANTIL 0 A 3

Nº	**NOME**	**MODALIDADE**	**HORÁRIO DE TRABALHO**				**PROJETOS**	**OBSERVAÇÕES**
			ENTRADA	**SAÍDA**	**ENTRADA**	**SAÍDA**		
01	JOCILENE OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO	MATERNAL I TARDE	TERÇA ÀS 12:00	TERÇA ÀS 16:00	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA ÀS 12:00	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA ÀS 18:00		1 HORA DE PAPI DAS 17:00 ÀS 18:00
02	TATIANE R. PRADO	MATERNAL I TARDE	TERÇA ÀS 12:00	TERÇA ÀS 16:00	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA ÀS 12:00	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA ÀS 18:00		1 HORA DE PAPI DAS 17:00 ÀS 18:00
03	REJANE AP. LEITE PIMENTEL DE CAMARGO	MATERNAL III TARDE	TERÇA ÀS 12:00	TERÇA ÀS 16:00	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA ÀS 11:30	DE SEGUNDA, QUARTA, QUINTA E SEXTA ÀS 17:30		1 HORA DE PAPI DAS 17:00 ÀS 18:00

QUADRO DE HORÁRIOS DOS MONITORES ASSEJ - CAMPOS DE EXPERIÊNCIA (CORPO, GESTO, MOVIMENTO, CORES, TRAÇOS, SONS E FORMA)

Nº	**NOME**	**MODALIDADE**	**HORÁRIO DE TRABALHO**				**PROJETOS**	**OBSERVAÇÕES**
			ENTRADA	**SAÍDA**	**ENTRADA**	**SAÍDA**		

01	QUÉZIA BERNARDO SOUZA CRUZ	JARDIM I A	DE SEGUNDA À SEXTA 10:30H	DE SEGUNDA À SEXTA 16:30H				SEXTA-FEIRA HORÁRIO DE ESTUDO DAS 7:30 ÀS 9:30
02	ANTONIA CLAUDIA MOREIRA DE MELO	JARDIM II A	DE SEGUNDA À SEXTA 10:30H	DE SEGUNDA À SEXTA 16:30H				SEXTA-FEIRA HORÁRIO DE ESTUDO DAS 7:30 ÀS 9:30

ANEXO 5
Horas de trabalho Pedagógico Coletivo e Programa de Apoio a Primeira Infância

DIA	HORÁRIO	SÉRIES
2ª FEIRA	17:00--19:00--PAPI	BERÇÁRIO
		MI
		MII
		MIII
3ªFEIRA	18:00--20:00--TRABALHO PEDAGÓGICO HTPC	
		JD I
		JD II

6ªFEIRA 7:30 --9:30-- INFORMÁTICA (ASSEJ) JD I E JD II

ANEXO 6
Membros da APM
Diretoria executiva

Aline Castilho Vargas (presidente)

Renata dos Santos Lopes lima (Vice presidente) Aluno: Kauan Felipe de Lima

Sara Carolina Mascarenhas da Silva Vilanova (1ª secretaria)

Rejane Aparecida Leite Pimentel de Camargo (2ª secretaria)

Patrícia Helena Lourenço Silvério de Almeida (1ª tesoureiro)

Filipe Magalhães de Souza (2ª tesoureiro)

Conselho deliberativo

Luzia do Carmo Ferraz Tadeo (membro nato)

Vanessa Cristina Fernandes Faria (conselheiro) Aluno: Rafael Borsatto

Conselho fiscal

Regiane Tomé da Silva(titular)

Barbara Maria da Silva Santos(titular)

Lindalva Rocha Souza (titular) Aluno: Mikaela Rocha Magalhães

Kauane Najara da Silva (suplente)

ANEXO 7
Eventos

-Festa Junina

-Semana da criança

-Auto-avaliação dos Indiques

-Ação comunitária

-Amostra cultural

-Dia dos avós(intergeracionalidade)

-Outras eventos que poderão surgir durante o ano

ANEXO 8
Rotina semanal

UNIDADE ESCOLAR: EMEI PROF. NAIR VALENTE										
PERÍODO:								**ANO LETIVO: 2023**		
ROTINA DO DIA	**SEGUNDA**		**TERÇA**		**QUARTA**		**QUINTA**		**SEXTA**	
	SIM	**NÃO**	**SIM**	**NÃO**	**SIM**	**NÃO**	**SIM**	**NÃO**	**SIM**	**NÃO**
CAFÉ DA MANHÃ										
COLAÇÃO										
ALMOÇO										
LANCHE										
JANTAR										
FEZ COCÔ										
DORMIU										
BANHO										
MEDICAÇÃO										
OBSERVAÇÕES										
ASSINATURA RESPONSÁVEL										

ANEXO 9
Serviço de Psicologia

Data:___/___/_____

SOLICITAÇÃO DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA ESCOLAR

Unidade Escolar:_____

Série:_____Período:_____

Nome do aluno(a):_____DN:___/___/____

Endereço:_____

Contato da família:

Nome: _____ Parentesco:_____ Número:(__) _____

Nome: _____ Parentesco:_____ Número:(__) _____

Nome completo do professor(a)/monitor (a) da sala de aula: _____

_____

Demanda:

( ) Aluno público alvo da Educação Especial ou em investigação - Psicóloga Patrícia

( ) Acompanhamento e prevenção ao racismo e Bullying - Psicóloga Thaís

( ) Avaliação cognitiva e acompanhamento dos casos de transtornos de aprendizagem - Psicóloga Michelle

( ) Orientação à família (referente à questões comportamentais)

Descrição da demanda:

_____

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

1. Com quem a criança reside?

( ) mãe ( ) avó ( ) madrasta Nome: _____

( ) pai ( ) avô ( ) padrasto Nome: _____

Irmãos:

_____
___

Outros:

_____
___

2. Informações que a escola tem da família:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

3. A família é acompanhada por algum equipamento da rede?

( ) CAPS INFANTIL ( ) CAPS II ( ) CAPS ÁLCOOL E DROGAS
( ) CRAS ( ) CREAS ( ) Conselho Tutelar ( ) Outro_____

4. A escola fez algum encaminhamento? Qual?
_____
_____
_____
_____

5. A criança tem convênio médico? ( ) Sim ( ) Não

6. A criança faz acompanhamento com psicólogo?
( ) Saúde Mental ( ) Particular ( )Convênio
Qual o motivo?
_____
_____
_____
_____
Nome e contato do profissional:_____
* Caso tenha recebido algum relatório da criança do Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, algum profissional particular, favor enviar cópia.

7. Quais os pontos fortes desta criança?
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

8. Como a equipe escolar lida com a criança?

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

9. A criança frequenta ou foi encaminhada para arteterapia? ( ) Sim ( ) Não

Observação: TODOS os campos devem estar preenchidos, caso contrário o relatório será encaminhado à escola para revisão.

Nome/assinatura:

Dirigente:_____
_____

Coordenador/Apoio:_____
_____

Professor(a)/monitor(a):_____
_____
_____
_____

ANEXO 10
Dispensa de aluno

MUNICIPIO DE SANTA BÁRBARA DOESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EMEI "PROFª NAIR VALENTE"
RUA DINAMARCA, 1150 - JD CANDIDO BERTINE - SBO
FONE: 3463.6319

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE ALUNOS

Data: ____/_____/_____ Horário: _____

Aluno (a)_____

Ano/Série:_____ Período: _____ Professora: _____

O(a) responsável _____,
RG_____veio retirar o(a) aluno (a) acima.
Motivo:_____

_____

_____

Assinatura do responsável

ANEXO 11
Avaliação dos pais

AVALIAÇÃO DOS PAIS OU RESPONSÁVEIS SOBRE O ANO LETIVO DE _____ DA EMEI PROFª NAIR VALENTE.

1- De uma nota de 0 a 10 para a escola EMEI PROFª Nair Valente:
[0] [1] [2] [3] [4] [5] [6] [7] [8] [9] [10]

2- Sobre o desenvolvimento de seu filho (a), você está:
( ) Muito satisfeito
( ) Satisfeito
( ) Insatisfeito
( ) Preocupado

4-Quanto a merenda da escola, cardápio:
( ) Ótimo
( ) Bom
( ) Ruim
( ) Péssimo

3-Quanto ao trabalho dos educadores de seu filho (a):
( ) Muito satisfatório
( ) Satisfatório
( ) Insatisfatório
( ) Precisa melhorar

5-Quando necessitou de atendimento da secretaria da Unidade Escolar, você sempre foi:
( ) Bem atendido
( ) Mal atendido
( ) Não conseguiu resolver o problema

6- Quanto a organização (recados, entrada e saída de alunos, eventos e promoções realizadas pela escola, considero:

( ) Ótima
( ) Boa
( ) Ruim
( ) Precisa melhorar, em:

_____

_____

7-Deixe um recado(críticas, sugestões ou elogios), se desejar:

Diretora:

_____

_____

Apoio Pedagógico:

_____

_____

Monitoras:

_____

_____

Estagiárias:

_____

_____

Funcionários da Escola:

_____

_____

ANEXO 12
Requerimento de Abonada
Exmo. (ª) Sr. (ª)_____

IDENTIFICAÇÃO	Nome:
	R.G.:
	Função:
	Local de Trabalho:
	Endereço Residencial :
	Cidade: Telefone:

VEM REQUERER:

Santa Bárbara d´Oeste, ___ de _____ de _____

_____

Assinatura

INFORMAÇÕES E DESPACHOS:

CONTROLE ANUAL DE FALTAS ABONADAS

	ANO: 2023
Sede de Exercício **EMEI "PROFª NAIR VALENTE"**	
Nome do Servidor	
R.G.	**Cargo/Função**

FALTAS ABONADAS

Nº	**Data da falta**	**Assinatura do Requerente**	**Desp. Def./Indef. - Chefe Imeditato**

Santa Bárbara d'Oeste, _____
de_____
de_____.

Assinatura do responsável

ANEXO 13
Autorização de vale transporte

DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO DE VALE TRANSPORTE (VT)

( ) Opto pela utilização do Vale Transporte **( ) Não opto pela Utilização do Vale Transporte**

Eu, _____ CHAPA: _
(nome completo, sem abreviação)

Secretaria: _____

Escala: ( ) 5x2 ( ) 6x1 ( ) 6x2 ( ) 12x36 ( ) Outros (Especificar):_____

Informe caso já possua cartão de Vale Transporte: Empresa - _____ nº _____

Declaro, para efeitos do benefício do Vale Transporte:

1) **Endereço residencial:**

Rua: _____nº_____ Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____

2) **Os meios de transporte coletivo, público e regular, mais adequados para os meus deslocamentos são:**

- De minha residência para o local de trabalho:

Empresa:_____Nome da linha/trajeto_____

Empresa:_____Nome da linha/trajeto_____

Empresa:_____Nome da linha/trajeto_____

- Do local de trabalho para minha residência:

Empresa:_____Nome da linha/trajeto_____

Empresa:_____Nome da linha/trajeto_____

Empresa:_____Nome da linha/trajeto_____

Inclusão e Exclusão: enviar a declaração para o Departamento Pessoal até o dia **20 DE CADA MÊS** para início do benefício no dia 08 do próximo mês;
Enviar comprovante de endereço **APENAS** em caso de mudança e necessidade de atualização em seu registro funcional;
Enviar foto 3X4 **APENAS** se a opção for a empresa de transporte da cidade – **NOVA VIA/SERTRAN**;

É obrigatório o preenchimento de **TODOS** os campos da Declaração;
Em caso de alteração de endereço, escala **OU** local de trabalho, preencher uma nova declaração e enviar ao Departamento Pessoal para as devidas atualizações;
Uma **NOVA** Declaração **SUBSTITUI** a anterior, sendo assim, é I**MPORTANTE** o preenchimento de **TODOS** os campos **SEMPRE**.

Comprometo-me a atualizar as informações acima sempre que ocorrerem alterações e a utilizar os vales transporte que me foram concedidos exclusivamente no percurso indicado.
Estou ciente que a declaração inexata que induza o empregador em erro ou o uso indevido dos vales transporte configura Justa Causa para Rescisão do Contrato de Trabalho por ato de Improbidade.
Autorizo a empresa a descontar mensalmente de meu salário até o limite de 6% (seis por cento), conforme art. 9 do Decreto 95.247/1997.

Certifiquei-me da veracidade dos dados apresentados, e confirmo a necessidade da utilização do vale transporte pelo funcionário.

_____
_____
Assinatura do Servidor
Nome e assinatura da Chefia

DATA: ____/____/____

ANEXO 14
Carta de convocação

CONVOCAÇÃO:
Convocamos os senhores pais/responsáveis do aluno série_____, no dia_____ no horário_____, para tratarmos de assunto referente ao seu filho(a)(o), na unidade escolar.

Ciente:_____

CONVOCAÇÃO
Convocamos para a reunião da APM no dia _____, _____, às _____, contamos com a presença de todos os membros.

Att EMEI Nair Valente

ANEXO 15
Planilha de visitantes

MÊS - 2023	VISITANTE	ASSINATURA DIREÇÃO
1-		
2-		
3-		
4-		
5-		
6-		
7-		
8-		
9-		
10-		
11-		
12-		
13-		
14-		
15-		
16-		
17-		
18-		
19-		
20-		
21-		
22-		
23-		
24-		
25-		
26-		
27-		
28-		
29-		
30-		
31-		

ANEXO 16
Encaminhamento para a Fonoaudiologia

ENCAMINHAMENTO PARA FONOAUDIOLOGIA

Nome completo: _____

Data de nascimento: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Nome dos responsáveis: _____

Motivo do encaminhamento:

( ) Alteração de fala.

( ) Gagueira.

( ) Atraso de fala.

( ) Alteração de escrita

( ) Outros:_____

Outras Informações relevantes:

_____
_____
_____
_____

Devolutiva da fono para escola:

_____
_____
_____
_____
_____

Data: ____/____/_____

_____

_____

Professor (a) Dirigente

ANEXO 17
Declaração
ESCOLA: EMEI PROFª NAIR VALENTE
ENDEREÇO: Rua Dinamarca nº1150 Jardim Candido Bertine- Santa Bárbara D´Oeste-SP

DECLARAÇÃO - EDUCAÇÃO INFANTIL

Declaro, para os devidos fins que _____ nascido(a) em_____RG/RA _____

( ) É aluno (a) regularmente matriculado (a) e está frequentando classe de da Educação Infantil, nesta Unidade Escolar, no horário das _____ às _____

( ) Solicitou, nesta data, sua transferência para outra Unidade Escolar, frequentando classe de_____até a presente data.

( ) Solicitou uma vaga em classe de _____ que poderá ser preenchida pelo(a) mesmo(a) desde que apresente a documentação necessária para sua matrícula. Esta declaração tem validade por ___dias a partir da presente data.

A presente declaração só é valida sem emendas ou rasuras e tendo apenas um dos itens assinalados.

Santa Bárbara D´Oeste, DE DE 2023

ANEXO 18
Projetos

PROJETO Nº _____

Turma:_____
Disciplina:_____
Professor:_____
Ano:_____
Eixo Temático:_____
Local:_____
Cronograma:_____
_____
_____
Data:_____
Objetivos:_____

-

-

-

-

Recursos Humanos:
-

Recursos Materiais:

-

Avaliação:

-

Assinatura do professor:_____

Coordenação Pedagógica:_____

Ciente:_____

ANEXO 19
Rotina Semanal

TINA SEMANAL DE : _____a_____ TURMA:_____ PERÍODO:_____

ARIO	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA
	LEITURA EM VOZ ALTA: LOCAL:	LEITURA EM VOZ ALTA: LOCAL:	LEITURA EM VOZ ALTA: LOCAL:	LEITURA EM VOZ ALTA: LOCAL:	LEITURA EM VOZ ALTA: LOCAL:
	ATIVIDADE_____ ESPAÇO: TEMPO: MATERIAIS:_____ ( ) Traços, sons, cores e formas ( ) Corpo, gesto e movimento ( ) O eu, o outro e o nós ( ) Escuta, fala, pensamento, imaginação ( ) Espaço, tempo, quantidades, Relações e transformações.	ATIVIDADE_____ ESPAÇO: TEMPO: MATERIAIS:_____ ( ) T.S.C.F. ( ) C. G. M. ( ) E.O.N. ( ) E.F.P.I. ( ) E.T.C.R.T.	ATIVIDADE_____ ESPAÇO: TEMPO: MATERIAIS:_____ ( ) T.S.C.F. ( ) C. G. M. ( ) E.O.N. ( ) E.F.P.I. ( ) E.T.Q.R.T.	ATIVIDADE_____ ESPAÇO: TEMPO: MATERIAIS:_____ ( ) T.S.C.F. ( ) C. G. M. ( ) E.O.N. ( ) E.F.P.I. ( ) E.T.Q.R.T.	ATIVIDADE_____ ESPAÇO: TEMPO: MATERIAIS:_____ ( ) T.S.C.F. ( ) C. G. M. ( ) E.O.N. ( ) E.F.P.I. ( ) E.T.Q.R.T.
	ATIVIDADE_____ ESPAÇO: TEMPO: MATERIAIS:_____ ( ) Traços, sons, cores e formas ( ) Corpo, gesto e movimento ( ) O eu, o outro e o nós ( ) Escuta, fala, pensamento, imaginação ( ) Espaço, tempo, quantidades, Relações e transformações.	ATIVIDADE_____ ESPAÇO: TEMPO: MATERIAIS:_____ ( ) T.S.C.F. ( ) C. G. M. ( ) E.O.N. ( ) E.F.P.I. ( ) E.T.Q.R.T.	ATIVIDADE_____ ESPAÇO: TEMPO: MATERIAIS:_____ ( ) T.S.C.F. ( ) C. G. M. ( ) E.O.N. ( ) E.F.P.I. ( ) E.T.Q.R.T.	ATIVIDADE_____ ESPAÇO: TEMPO: MATERIAIS:_____ ( ) T.S.C.F. ( ) C. G. M. ( ) E.O.N. ( ) E.F.P.I. ( ) E.T.Q.R.T.	ATIVIDADE_____ ESPAÇO: TEMPO: MATERIAIS:_____ ( ) T.S.C.F. ( ) C. G. M. ( ) E.O.N. ( ) E.F.P.I. ( ) E.T.Q.R.T.
	ATIVIDADE EXTRA: LOCAL: C.E.:	ATIVIDADE EXTRA: LOCAL: C.E.:	ATIVIDADE EXTRA: LOCAL: C.E.:	ATIVIDADE EXTRA: LOCAL: C.E.:	ATIVIDADE EXTRA: LOCAL: C.E.:

S:_____

ANEXO 20
Ficha de avaliação Palestrante

PALESTRA

Escola:_____

Endereço:_____

Palestra:_____

Palestrante:_____
Dia:_____Horário:_____
Alvo:_____
Aproveitamento:_____
Avaliação:_____
_____
_____
_____
_____

ANEXO 21
Planilha de observação do nome próprio

MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

Escola: EMEI "PROF NAIR VALENTE"

Data:

Professora:

Turma: Jardim

PLANILHA DE OBSERVAÇÃO DO NOME PRÓPRIO

Algumas intervenções possíveis:

- Leia o que você escreveu
- Como você sabe que aí está escrito o seu nome?
- Por que esses dois nomes escrevem com a mesma inicial?
- Que outros nomes começam ou terminam como o seu e por quê?
- Como sabemos que aí diz esse nome e não outro?
- Por que Mariana tem mais letras que Maria?

NOME DOS ALUNOS	NIVEL ZERO: imitação da escrita adulta.	NÍVEL UM: tentativa de tornar a grafia linear. Marcas usuais: traçados feitos com movimentos contínuos para cima e para baixo.	NÍVEIS DOIS E TRÊS: aparecem alguns símbolos ("símbolos discretos") / progressão marcada pela quantidade de símbolos e sistematicidade em seu uso		NÍVEL QUATRO: aparecem letras convencionais.							OUTRAS OBSERVAÇÕES
	NÃO HÁ QUALQUER ANÁLISE SOBRE AS UNIDADES DO SISTEMA DE ESCRITA	ESCREVE DA DIREITA PARA A ESQUERDA.	APRESENTA SÍMBOLOS DISCRETOS	FAZ USO DE PSEUDO LETRAS	FAZ USO DE LETRAS ALEATÓRIAS	FAZ USO DE LETRAS CONVENCIONAIS	SABE A LETRA INICIAL	SABE A LETRA FINAL	BUSCA APOIO EM OUTRAS ESCRITAS	ESCREVE CONVENCIONALMENTE	SABE ESCREVER OUTROS NOMES	

ANEXO 22
Projeto JAÊ

JAÊ - na língua tupi significa “nós falamos, dizemos, temos dito”. “Combater o racismo, trabalhar pelo fim da desigualdade social e racial, empreender reeducação das relações étnico-raciais não são tarefas exclusivas da escola. (...) Sem dúvida, implicam compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde esta se encontra.” [Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, p.14 e 18] O Projeto Jaê - Educação para Equidade foi instituído no município de Santa Bárbara d’Oeste em 2021, em parceria com a Comunidade Educativa CEDAC. A parceria foi firmada pelo destaque do município em seu percurso formativo desde 2013, na busca por práticas de educação antirracista. Entretanto, esse trabalho ainda acontecia na maioria das escolas de forma isolada e mais ligado aos eventos em comemoração ao 20 de novembro, quando celebramos o Dia da Consciência Negra. Diante disso, percebemos a necessidade de investir na formação com mais profundidade para avançar na reflexão envolvendo todos os profissionais da rede e impactando na prática dos educadores. Um dos principais objetivos do Projeto Jaê - Educação para Equidade é desenvolver conhecimento de referência, em parceria com uma rede municipal de educação que já reconhece a necessidade de implementação de uma Política Pública para Relações Étnico-Raciais Positivas na prática, pautada em justiça social e dignidade humana. Além disso, o Projeto Jaê visa diminuir as desigualdades raciais no desenvolvimento das aprendizagens, promovendo práticas antirracistas nas escolas e constituindo uma rede intersetorial de apoio à equidade na Educação. Para isso, desenvolvem-se ações simultâneas junto à comunidade escolar envolvendo profissionais, familiares e estudantes e dando subsídios para a equipe gestora das escolas municipais para que a Lei nº 10.639/03 seja contemplada de fato. Vale lembrar que esta Lei é fruto da atuação histórica dos movimentos negros brasileiros, criada para que todo o Brasil avance no sentido de transformar suas relações sociais em prol da igualdade racial e conheça culturas e histórias ainda pouco abordadas em creches, escolas e universidades brasileiras. Uma das principais frentes do Projeto Jaê em 2022 foi a formação em gestão escolar e educacional com os seguintes objetivos: ● Compreender os conceitos de gestão democrática e qualidade da educação para as relações étnico-raciais, tomando como base os documentos de referência nacional e os Indicadores da Qualidade da Educação – Relações raciais na escola. ● Discutir o impacto da desigualdade racial na qualidade da educação. ● Diferenciar os conceitos de preconceito, discriminação, racismo e estigma. ● Ampliar o letramento racial, construindo um repertório comum aos profissionais da rede municipal e planejar ações formativas para levar essa discussão às equipes escolares. ● Ampliar o repertório estético, a partir de diferentes linguagens artísticas (dança, literatura, artes visuais, cinema) com foco na produção africana, afro-brasileira e indígena. ● Planejar situações de formação com foco no diálogo escola-família. ● Pactuar a co-responsabilização para aplicação dos Indicadores da qualidade na Educação para as Relações Raciais na rede municipal, identificando os papéis de cada ator neste processo. ● Elaborar um plano de intervenção para as relações étnico-raciais na escola, a partir da

avaliação institucional. ● Refletir sobre estratégias de gestão que contribuam para garantir a convivência social e o clima antirracista no cotidiano escolar. Em 2023, O Projeto Jaê - Educação para Equidade tem orientado o acompanhamento da aprendizagem de leitura dos estudantes dos 4os anos, com foco na equidade racial, discutindo o impacto da desigualdade racial na qualidade da educação e refletindo sobre estratégias didáticas e de gestão que contribuam para garantir a convivência social e as práticas antirracistas no cotidiano escolar. De acordo com estudos 1 , o racismo é um dos elementos estruturantes da sociedade brasileira e impacta o desenvolvimento de crianças desde o começo da vida criando barreiras de acesso aos seus direitos e limitando as oportunidades educacionais e econômicas. Com isso, crianças negras são as mais impactadas pelas desigualdades que marcam a realidade social do país. Por isso, com as ações do Projeto Jaê espera-se: ● Construir repertório de experiência em didática e gestão para o acompanhamento regular da aprendizagem de leitura, com foco na equidade racial. ● Compartilhar, com outras escolas da rede, experiências em didática e gestão, para o acompanhamento regular da aprendizagem de leitura, com foco na equidade racial, por meio da realização do Seminário de Boas Práticas Educativas para a Equidade (novembro 2023) e por meio de outras situações organizadas pela SME. ● Realizar o registro profissional do planejamento de atividades de leitura com foco na equidade, para assegurar a documentação e socialização da experiência, a partir da tematização da prática. 1 A pesquisa “Percepções sobre o racismo” foi encomendada pelo Instituto de Referência Negra Peregum e Projeto Seta, e realizada pelo IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica). Foram consultadas 2 mil pessoas de 16 anos ou mais em todas as regiões do país entre os dias 14 e 18 de abril de 2023 a fim de se identificar a opinião da população brasileira relativa à percepção sobre racismo. Os dados completos podem ser consultados aqui: https://percepcaosobreracismo.org.br/ Acesso em 15/09/2023 ● Analisar sistematicamente os dados diagnósticos de leitura e escrita, com foco na equidade, utilizando-os para planejar e sistematizar situações didáticas diversificadas em sala de aula. ● Repensar a disposição e o agrupamento dos estudantes na sala de aula, considerando as necessidades de aprendizagem. ● Repensar criticamente as práticas em sala de aula, a partir da participação em situações de tematização da prática, com foco na equidade. Neste ano de 2023 também nasce o Núcleo Jaê, composto por Assessoras técnico pedagógicas e Assessoras técnico Educacionais da Secretaria Municipal de Educação, a fim de dar continuidade às ações desenvolvidas pelo Projeto Jaê em 2021 e 2022, considerando as prioridades levantadas, promovendo e valorizando a autonomia da Equipe Técnica e de lideranças locais para consolidar uma política pública. Na prática, as proposições presentes nos planos estaduais e municipais pela primeira infância precisam ter diretrizes explícitas sobre o enfrentamento às desigualdades étnicas e raciais e serem convertidas em objetivos e metas monitoráveis. Além disso, os movimentos sociais negros, indígenas e de comunidades tradicionais, bem como as crianças e os adolescentes pertencentes a esses grupos, devem participar das etapas de decisão dessas políticas. Dentre as ações do Núcleo Jaê está o acompanhamento de um grupo piloto de escolas que visa: ● Compartilhar, com outras escolas da rede, experiências em gestão, com foco nas relações étnico-raciais positivas e nas

práticas educativas para a equidade, por meio da realização do Seminário de Práticas Educativas para a Equidade (novembro) e em outras situações organizadas pela SME. ● Apoiar os gestores escolares do grupo piloto no processo de autoavaliação participativa institucional através da metodologia do INDIQUE - Relações raciais na escola. ● Promover registro profissional reflexivo sobre práticas antirracistas de docência e gestão na escola para assegurar a documentação e socialização da experiência com os gestores escolares da rede municipal. ● Contribuir com a construção da identidade profissional de gestores escolares a partir da interação e interlocução sistemática com profissionais de diferentes escolas que compõem o grupo-piloto da rede. A Difusão Cultural antirracista, através da formação de mediadores de leitura para as rodas de literaturas negras, também faz parte das ações do Núcleo Jaê, buscando: ● Multiplicar as rodas de leitura Literaturas Negras em diferentes territórios, permitindo aos participantes ampliar o repertório literário de autoras/es negras e compartilhar percepções éticas e estéticas sobre as obras, por meio de conversas apreciativas. ● Analisar criticamente os padrões e valores hegemônicos da branquitude que regem boa parte da produção literária no país, identificando mecanismos e estratégias de resistência e contraponto. ● Refletir sobre conceitos que atravessam as obras literárias de autoria negra selecionadas para leitura, tais como: literatura afro-brasileira e negro-brasileira (Cuti e Edimilson de Almeida Pereira), pretuguês (Lélia Gonzalez), escrevivência (Conceição Evaristo) e oralituras (Leda Martins). ● Refletir sobre o papel crítico e acolhedor do mediador de leitura em contextos que priorizam a discussão sobre as relações étnico-raciais. Sabemos que bebês, crianças e jovens negros estão entre aqueles e aquelas que mais sofrem o problema da discriminação racial recorrente na escola, portanto as ações do Núcleo Jaê também visam: ● Construir uma base de dados sobre o desenvolvimento das crianças na Educação Infantil com recorte racial e assim planejar ações com equidade. ● Garantir a oferta de momentos culturais em todas as formações da Educação Infantil com os diferentes atores. ● Promover estudos de casos nas formações de Coordenadores e de Assessores Pedagógicos da Educação Infantil. O Núcleo Jaê ainda apoia as celebrações do Dia da Consciência Negra, juntamente com lideranças do Movimento Negro, através da Comissão de Mobilização Social, conforme previsto na Lei 12.288, de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial: Art. 19. O poder público incentivará a celebração das personalidades e das datas comemorativas relacionadas à trajetória do samba e de outras manifestações culturais de matriz africana, bem como sua comemoração nas instituições de ensino públicas e privadas. O Nûcleo Jaê também apoia e difunde ações como: ● Fórum inter religioso ● Pastoral Afro ● Ações nas comunidades Bosque das Árvores, com realização do varal solidário ● Ampliação do letramento racial e cultural no curso PROFA, oferecido pela Secretaria Municipal de Educação ● Formações com foco no letramento racial e nas práticas de uma Educação para equidade, com professores e gestores de escolas particulares e estaduais. Um dos eixos iniciais do Projeto Jaê, que não foi devidamente consolidado por inviabilidade financeira, diz respeito à revisão curricular com foco na Educação para equidade. Faz-se necessário avançar neste aspecto, por meio da contratação de profissionais especializados que possam assessorar e acompanhar a revisão curricular nas várias áreas do

conhecimento, a começar pelos campos de experiências da Educação Infantil. Como explica Larissa Reis, “o reconhecimento de raízes oriundas da ancestralidade africana no Brasil não se resume ao planejamento de atividades escolares no dia da Consciência Negra. É preciso promover ações educativas com práticas diárias, visando o investimento no processo de autoconhecimento e da autoestima dos(as) descendentes(as) de africanos (as) no Brasil, frente aos obstáculos que são disparados cotidianamente pelo racismo institucional.” 2 O Município será simbolicamente considerado uma Cidade Antirracista, com esse título, se possuir uma tripla estrutura política: 1. Conselho Municipal de Igualdade Racial, para o devido controle social das políticas públicas. 2. Plano Municipal de Igualdade Racial, com metas e prazos de forma a que todas as secretarias possam eleger políticas com a perspectiva do enfrentamento ao racismo (saúde, educação, segurança pública, meio ambiente, cultura, esporte, lazer, recursos humanos e outras). 3. Coordenadoria ou Secretaria especializada que cuide da temática da igualdade étnico-racial, para onde denúncias possam ser direcionadas e que funcione como polo articulador de diálogos e das ações expostas no Plano Municipal. Não há como pagar a dívida histórica com aqueles que sempre foram massacrados, oprimidos, explorados e excluídos socialmente sem eficazes políticas públicas. Consolidar uma política pública para a equidade na Educação é o que almeja o Núcleo Jaê, na Secretaria Municipal de Educação do município de Santa Bárbara d’Oeste. 2 REIS, Larissa. “Propostas e desafios frente a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03.” Portal Geledés - 10/07/2019. Disponível em: https://www.geledes.org.br/propostas-e-desafios-frente-a-aplicabilidadeda-lei-no-10-639-03/.

ANEXO 23
Plano de ação JAÊ

Jaê – Educação Para Equidade
PLANO DE AÇÃO: Autoavaliação Participativa Relações Raciais na Escola
EMEI Professora Nair Valente

Diretor: Luzia do Carmo Ferraz Tadeo	
Coordenador/Apoio Pedagógico: Sara Carolina Mascarenhas da Silva Vilanova	
Comissão de Representantes: Rejane Aparecida Leite Pimentel de Camargo	Professores: Thalita Vicentin e Carolina Ricarte Teixeira
Segmento: De 0 à 5 anos	Número de estudantes: 115

Dimensão	INDICADOR	AÇÕES	MATERIAIS NECESSÁRIOS	RESPONSÁVEL	PESSOAS ENVOLVIDAS	PRAZO	AVALIAÇÃO
1	1.5 Há procedimentos na escola de escuta, registro e encaminhamento de denúncias de discriminação raciais, entre outras discriminações, contra bebês, crianças, profissionais de educação e familiares?	1- Procedimento de escuta, encaminhar denúncias	Registros em papel	Gestores	Professores e funcionários	Imediato	Contínua, processual, atitudinal
1	2.4 Diante de situações de discriminação racial, os familiares dos envolvidos são chamados (as) pela escola para conversarem e pensarem juntos sobre as ações, a fim de superar o problema?	Conversa com a família, trabalho em sala de aula, professor vs alunos e também trabalhar comunidade	Materiais de papelaria	Gestores/Professores	Comunidade, gestores e professores	Indeterminado	Contínua, processual, atitudinal
1	4.5 A escola promove ações pedagógicas que levam a reflexão sobre o significado de produções culturais, tais como capoeira, danças e outros movimentos corporais e intelectuais criados por negros e negras como parte da luta histórica de resistência contra o racismo?	Eventos culturais, jogos	Recursos financeiros, recursos humanos	Gestores, funcionários e professores	Comunidade, professores, funcionários e gestores	A médio prazo	Contínua, processual, atitudinal
1	4.6 A escola garante condições para que os bebês e crianças vivenciem experiências de aprendizagem que mobilizem brincadeiras corporais diversas como danças, jogos, culinária, música etc.?	Vivências de experiências, como jogos, culinária, música e etc.	Recursos audiovisuais, utensílios domésticos	Alunos, professores e funcionários	Comunidade, professores, funcionários e gestores	A médio prazo	Contínua, processual, atitudinal
1	6.6 A equipe escolar passaram por alguma formação ou discussão coletiva sobre a importância e o significado do preenchimento do quesito cor/raça na matrícula dos bebês e crianças junto com as famílias?	Orientações/formação SME	Recursos humanos, internet	Profissionais da SME	Profissionais da SME, funcionários, gestores e professores	A médio prazo	Contínua, processual, atitudinal
6	1.4 A escola estimula participação dos pais(homens) nas reuniões, atuando no sentido que está seja assumida somente como responsabilidade de mães, avós e outras mulheres da família?	Divulgação, comunicação	Cartazes, panfletos, grupo de whatsapp	Gestores	Professores, funcionários e gestores	Imediato	Contínua, processual, atitudinal
6	1.6 A escola envolve as famílias no enfrentamento de situações de racismo existentes na escola?	Divulgação, comunicação	Cartazes, panfletos, grupo de whatsapp	Gestores	Professores, funcionários e gestores	Imediato	Contínua, processual, atitudinal

6	2.2 A escola possui grêmio estudantil ou outras organizações ou grupos de crianças e jovens?	Não acontece devido a faixa etária	-	-	-	-	-
6	2.4 Toda a equipe da escola, crianças e famílias ajudam a decidir sobre as propriedades do uso e dos recursos?	Divulgação	Cartazes, panfletos, grupo de whatsapp	Gestores	Professores, funcionários e gestores	Imediato	Contínua, processual, atitudinal
6	3.3 Todos têm acesso a informações sobre os estados do censo escolar e a coleta do quesito cor/raça pela secretaria da escola?	Divulgação	Cartazes, panfletos, grupo de whatsapp	Gestores	Professores, funcionários e gestores	Imediato	Contínua, processual, atitudinal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que o desafio maior continua sendo a permanência do aluno com proficiência, na escola, o que só é possível se a instituição ofertar um ensino e aprendizagem com padrão de qualidade e equidade, sem discriminação de gênero, capaz de transformar a educação em instrumento efetivo de cidadania e inclusão social.

Praticar a cidadania como eixo norteador da Educação, implica a escola evidenciar os valores e práticas sociais que contribuem na formação do cidadão. Sendo assim, todas as relações e situações vividas na escola tornam-se ferramentas para aperfeiçoar a cidadania e melhorar o processo ensino-aprendizagem voltada para a compreensão do mundo e a participação na sociedade.

"A escola não vê mais o aluno como alguém a ser moldado, a ser preenchido de saber, mas como um ser em construção, que também muito tem a dizer e a fazer no processo educativo".

Nas competências leitores e escritores do aluno ao longo do processo , em todas as áreas do conhecimento, pois tais competências e habilidades são ferramentas para a autonomia, a emancipação e forma crítica do aluno.

A verificação dos testes de sondagem; atendimento aos pais; acompanhamento de planejamento coletivo e cooperativo, com troca de experiência; formação continuada em serviço, reflexão sobre a prática pedagógica e a organização do espaço e do tempo escolar, garantem a aprendizagem.

> "Cidadania é dever do povo:
> Só é cidadão ou cidadã quem conquista o seu lugar na perseverante luta do sonho de uma nação.
> É também obrigação; a de ajudar a construir a claridão na consciência de quem merece o poder.
> Força gloriosa que faz uma pessoa ser para outra.
> Caminho do mesmo chão,
> Luz solidária e canção"
>
> Thiago de Mello.

Santa Bárbara d'Oeste, Setembro de 2023.